

ANA PAULA CUNHA PEREIRA

O LAZER E A RESIDÊNCIA SECUNDÁRIA EM ANGRA DOS REIS-RJ

THE LEISURE AND THE SECOND HOMES IN ANGRA DOS REIS-RJ

Campinas
2012

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

ANA PAULA CUNHA PEREIRA

O LAZER E A RESIDÊNCIA SECUNDÁRIA EM ANGRA DOS REIS-RJ

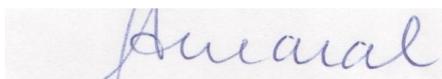
Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Silvia Cristina Franco Amaral

THE LEISURE AND THE SECOND HOMES IN ANGRA DOS REIS-RJ

Tese de Doutorado apresentada à Pós- Graduação da Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas para obtenção de título de Doutora em Educação Física, área de concentração Educação Física e Sociedade.

Doctorate thesis presented to the PostGraduation Programme of the School of the Physical Education the University of Campinas to obtain the PhD grade in Physical Education. Concentration area: Physical Education and Society.

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA TESE DE DOUTORADO DEFENDIDA PELA ALUNA ANA PAULA CUNHA PEREIRA, E ORIENTADA PELA PROF.^a. DR.^a. SILVIA CRISTINA FRANCO AMARAL



Assinatura do Orientador

Campinas, 2012

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA POR
ANDRÉIA DA SILVA MANZATO – CRB8/7292
BIBLIOTECA DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA UNICAMP

P414p Pereira, Ana Paula Cunha
O Lazer e a residência secundária em Angra dos
Reis-RJ / Ana Paula Cunha Pereira. – Campinas, SP: [s.n], 2012.

Orientador: Silvia Cristina Franco Amaral
Tese (doutorado) – Faculdade de Educação Física, Universidade
Estadual de Campinas.

1. Lazer 2. Residência Secundária. 3. Capital social. 4. Práticas
de lazer. I Amaral, Silvia Cristina Franco. II. Universidade Estadual de Campinas,
Faculdade de Educação Física. III. Título.

Informações para a Biblioteca Digital:

Título em inglês: The leisure and the second homes in Angra dos Reis-RJ

Palavras-chaves em inglês:

Leisure

Second homes

Social capital

Leisure practice

Área de concentração: Educação Física e Sociedade

Títuloção: Doutorado em Educação Física

Banca Examinadora:

Silvia Cristina Franco Amaral

Ana Maria Fonseca de Almeida

Jocimar Daolio

Ricardo Ricci Uvinha

Simone Aparecida Rechia

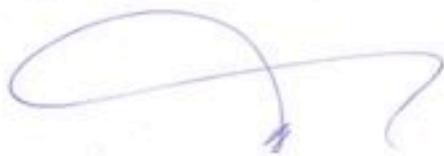
Data da defesa: 13-12-2012

Programa de Pós-Graduação em Educação Física

COMISSÃO EXAMINADORA



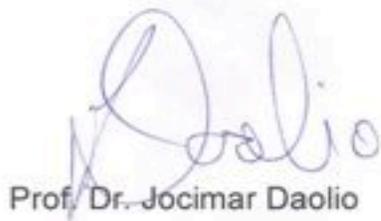
Prof.^a. Dr.^a. Silvia Cristina Franco Amaral
[orientadora]



Prof. Dr. Ricardo Ricci Uvinha



Prof.^a. Dr.^a. Simone Aparecida Rechia



Prof. Dr. Jocimar Daolio



Prof.^a. Dr.^a. Ana Maria Fonseca de Almeida

Para meu pai Paulo (*in memoriam*), que na minha infância me ensinou a gostar de andar em montanhas russas em parques de diversão, ato este, que interpreto como grande contribuição para eu ter me tornado uma apreciadora de situações desafiantes.

Para o inesquecível, e sempre presente em minha vida, Antônio Paulo Cabral (*in memoriam*), o amigo, e maior incentivador do meu ingresso na carreira acadêmica.

AGRADECIMENTO

A Silvia, pela orientação e aprendizado não somente acadêmico, mas de vida.

A Jonathan Long, pela co-orientação e total receptividade ao meu trabalho na *Leeds Metropolitan University*.

Aos Doutores membros da banca, pela dedicação extrema na avaliação desta pesquisa.

Aos colegas dos grupos de pesquisas, GEPL (FEF-UNICAMP) e *Leeds Metropolitan University*, pelas relevantes contribuições.

Aos meus familiares, pelo apoio durante o período em que estive ausente.

Aos amigos da FEF, Paulo, Janir, Henricão, Carol, Rafa, PH, e Rodrigo pelo carinho e apoio nas horas difíceis, mas sobretudo, pelos momentos cômicos registrados para sempre em minha memória, que sem dúvida, tornaram a estada em Campinas uma época inesquecível da minha vida.

Aos amigos ingleses Margaret, Phil e Dennis, pessoas responsáveis por abrir portas para o desenvolvimento da minha pesquisa na Vila de *Grassington, Hebbeden e Kettlewell (National Park Yorkshire Dales-UK)*.

A Michael Forshaw da *Leeds Metropolitan University*, que para além de professor da inglesa, se mostrou amigo e incentivador da minha estada em Leeds-UK.

Aos amigos Fernanda, Ney e Sandra que me acompanham há muitos anos.

A Wilson, que no ano de 2012, me permitiu compartilhar da cultura genuína do Homem caíçara.

Aos professores e funcionários da FEF/UNICAMP, Paulinho, Geraldinho, Dora, Simone, Frigo, Marcelo, Maria, Mariangela, Renata, Warley, Beiroth, Felipe, Vanderlei, Adalberto, Blandine, Ricardo, Luiz, Rafael e Carlinhos pelos serviços prestados com prontidão e carinho.

A Secretaria Estadual de Ensino do Rio de Janeiro (SEEDUC), e a equipe de direção e funcionários do Centro Integrado de Educação Pública Alberto da Veiga Guignard Desta equipe, destaco aqui, o meu agradecimento a Prof.^a Sheila, pela sua inteira dedicação as questões que envolveram a minha licença para estudo.

A CAPES, pelo apoio financeiro que permitiu a realização do estágio no exterior.

A Eletronuclear, pela moradia cedida em Angra dos Reis em 2012 na fase de finalização da pesquisa.

Aos dirigentes, moradores e amigos do Condomínio Porto Frade e da Vila do Frade (Angra dos Reis-RJ), pessoas e lugar de onde extraí toda inspiração para iniciar esta pesquisa.

“Quão diferente é o olhar do residente secundário. E o Condomínio Porto Frade, em particular, assim como todos os outros, os inúmeros resorts dessa região estão aí para que esse recorte seja feito. Ele, o condômino, dá as costas ao litoral e desfruta das delícias desse mar estonteante da Baía da Ilha Grande. Só as franjas do litoral, só o que beira e adentra o mar é visto. Quando assentamos as malas e a mobília e passamos a olhar para a terra, nos assombramos com o esgoto, com a invasão das matas e sua destruição, com o descaso das políticas públicas com a educação, meio ambiente, com a destruição do lazer mais básico da região: a pesca. E aí o clamor por uma revolução onde a cidadania possa dar o tom do movimento, pois com cultura e educação, penso ser possível uma virada!”.

(Vera Gaspar, residente secundária do Condomínio Porto Frade)

PEREIRA CUNHA, Ana Paula. **O lazer e a residência secundária em Angra dos Reis-RJ. 2012.** 199 f. Tese (Doutorado em Educação Física)-Faculdade de Educação Física. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

RESUMO

Esta pesquisa aborda discussões acerca do lazer da cidade de Angra dos Reis-RJ, interligado ao negócio da residência secundária. No Brasil, os estudiosos conceituam residência secundária como imóveis particulares usufruídos por pessoas que possuem residência permanente em outro lugar. Este conceito se aplica em parte a realidade de Angra dos Reis, pois apresenta lacunas quanto aos aspectos relevantes que envolvem a residência secundária, tais como: distribuição, características, função, planejamento urbano e impactos sociais. Nesta pesquisa, considerou-se especificamente, o que torna a residência secundária uma problemática passível de reflexão para o lazer do morador local, ou seja, as residências secundárias que seguem o modelo das *gated communities*. Trata-se de residências fechadas, cercadas por muros, com sistemas de segurança que controlam entradas e saídas, com infraestrutura de lazer e comércio exclusivas. Inaugurada nos E.U.A no início da década de 1980, este tipo de residência secundária, se iguala as inúmeras existentes em Angra dos Reis, ocupando em sua maioria, áreas de praias, cachoeiras e matas da região. Um elemento fundamental da residência secundária que interfere no lazer da população local é a exclusividade dos espaços naturais, vendida pelo mercado imobiliário. Com base nestes pressupostos, o objetivo desta pesquisa foi analisar as relações sociais estabelecidas entre moradores locais e residentes secundários considerando um interesse em comum nestes grupos de padrões socioeconômicos diferenciados: a fruição do lazer em espaços naturais. Por meio da etnografia, realizou-se observações e entrevistas com moradores locais, residentes secundários e dirigentes de instituições públicas e privadas, que servirão como fontes primárias dos dados. Utilizou-se também documentos de instituições e fotos do bairro Frade como fontes secundárias dos dados. Esta sistemática para obtenção dos dados ocorreu em quatro etapas (totalizando 8 meses). A escolha do bairro localizado no 2º Distrito da região, seguiu o modelo de seleção denominado de “escolha intencional”. Embora, esse critério seja propenso a críticas de cunho ético, a experiência com o campo confirmou a possibilidade de lidar com os dilemas surgidos das interações entre pesquisador-pesquisados. A realidade do lazer no Frade, revelou a gênese e o funcionamento de uma rede de relações, sustentadas não somente por moradores locais e residentes secundários, mas também, por dirigentes de condomínios, instituições públicas (Municipais e Estaduais) e ONG’s ambientais. Centrada na troca de favores, tal rede vem contribuindo para manter os espaços naturais sob o controle do negócio da residência secundária. Práticas de lazer, como a pesca artesanal, a pesca oceânica e o golfe, compartilhadas entre os moradores locais e os residentes secundários, mostraram-se objetos de trocas materiais e simbólicas imprescindíveis favorecendo a criação de regras, negociações e estratégias para inserir ou excluir grupos da rede de relações sociais do lazer de Angra dos Reis. Os conceitos teóricos que contribuíram para a compreensão do funcionamento desta rede foram: “residência secundária” “capital social”, “*gated community*” (comunidades de condomínios fechados desmembrado em comunidades de lazer, de prestígio e de segurança), “*locality*” (localidade), “relações de simbiose e oposição”. Os conceitos empíricos emergidos no campo foram: “inibição”, “coibição”, “constrangimento” e “mundo dos contatos”.

Palavras-chaves: Lazer; Residência secundária; Capital social; Práticas de lazer.

PEREIRA CUNHA, Ana Paula. **The Leisure and the second homes in Angra dos Reis-RJ.** 2012. 199 f. Thesis (Doctorate in Physical Education) - School o Physical Education, State University o Campinas, Campinas, 2012.

ABSTRACT

This Doctoral research was conducted in the Brazilian city of Angra dos Reis, located in Rio de Janeiro state, and it investigated the issue of leisure among its inhabitants as associated with the growth of the second home business. The concept of the second home is considered problematic because it covers many variables, such as the distribution, the characteristics, the function, the planning aspects and the social impacts. In current studies Brazilian researchers have been working within the definition of a ‘second home’ as a residence with a minimum length of occupancy and proof of the possession of two residences. In the case of Angra dos Reis, this concept was not adequate to understand the impacts of this business on the leisure of the inhabitants. The main reason rests on a particular type of second home established in Angra dos Reis called ‘gated communities’, a type of residence that conjures images of “a residential area with restricted access [...] with walls or fences, and controlled entrances that are intended to prevent penetration by non-residents. Mainly, these types of second home have been constructed around desirable natural amenities (beaches, waterfalls and forests) in Angra dos Reis, and have been sold on the basis of the exclusive natural spaces guaranteed by the second home market. This research aimed to analyse the relationship between local residents and second homeowners. Using the ethnographic method, the researcher conducted opportunistic sampling in a specific neighbourhood called Frade. The study revealed the genesis and the function of the social networks of locals and second homeowners, but also those of the council and state office representatives, the administrative body of the gated communities and NGOs. The framework theory used in this research drew on the concepts of: ‘second homes’; social capital; gated communities; locality; symbiotic and opposite relationships. Consequently, leisure practices such as fishing and golf, shared by local residents and second home owners, showed themselves to be a potential object of material and symbolic exchange through which to establish rules, negotiations and strategies to include or exclude groups of the leisure network.

Keywords: Leisure; Second Home; Social capital; Leisure practice.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Realidades da estrutura socioespacial de um bairro em Angra dos Reis	32
Figura 2 – Dinâmica de observação e registro	61
Figura 3 – Diagrama de observação e registro	66
Figura 4 – Categorização e numeração dos entrevistados	67
Figura 5 – Imagem aérea do Bairro Frade: divisões socioespaciais	70
Figura 6 – Localização geográfica da Vila do Frade e vista aérea da Rod. Mario Covas	72
Figura 7 – Praia da Vila do Frade antes do processo de urbanização	78
Figura 8 – Vista parcial da praia do Frade e vista aérea do Condomínio Porto Frade	84
Figura 9 – Fachada oculta da entrada do Condomínio Porto Frade e vista portaria	89
Figura 10 – Palmeiras imperiais vista da entrada do condomínio e carro da segurança	93
Figura 11- Mini comércio no interior do condomínio e loja de equipamentos náuticos	94
Figura 12 – Primeiro clube da Vila e Clube do Boboi	106
Figura 13 – Praça Juca Mariano na Vila do Frade	115
Figura 14 – Rio Ambrosio e cabine de segurança	125
Figura 15 – Vista do atual calçadão da praia onde se localizava a vegetação	132
Figura 16 – Vista do interior do barco para a Prainha	134
Figura 17 - Quiosque de sapê e maquete do empreendimento em construção	135
Figura 18 – A extensão da Prainha	136
Figura 19 – Vestimenta dos guardas que inibem o acesso de moradores ao condomínio	137
Figura 20 – Mapa do Condomínio Porto Frade	152
Figura 21 – Carretilhas, linhas e iscas artificiais	177
Figura 22 – Áreas de comando do morador local marinho	180
Figura 23 – Painéis de controle externos da embarcação Tarpon	181
Figura 24 – Trainera Paçoca, presente do residente secundário ao morador local	184

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	19
1.1 Angra dos Reis: uma cidade de destaque no Brasil.....	20
1.2 Do Rural para o urbano: as mudanças a partir dos empreendimentos industriais.....	23
1.3 Rodovia BR-101 e o Projeto Turis: a porta de entrada do “paraíso” do lazer.....	27
1.4 O problema de Pesquisa	32
2 ABORDAGEM DO CAMPO	49
2.1 A seleção do campo.....	50
2.2 Planejamento, período de imersão no campo e etapas operacionalizadas.....	54
2.3 A observação	55
2.4 A entrevista.....	61
2.5 A experiência durante a entrevista.....	63
2.6 Dados secundários	68
3 O BAIRRO FRADE	69
3.1 A Vila do Frade	72
3.2 O Condomínio Porto Frade.....	87
3.3 O lazer: antes e após o processo de migração em Angra dos Reis.....	102
4. A PRAIA DO FRADE: NOTAS DE UMA MIGRAÇÃO DO LAZER.....	117
4.1 A praia do Frade e a residência secundária: normas dos condomínios X Lei de acesso.....	123
4.2 O lazer da praia da Vila para a Prainha: ajustes dos moradores quanto ao uso.....	130
5. AS PRÁTICAS DE LAZER NO INTERIOR DO CONDOMÍNIO	143
5.1 Do condomínio para a Vila: o lazer observado por outro ângulo.....	150
5.2 A prática do golfe	158
5.3 A prática da pesca oceânica.....	167
5.4 A lancha Tarpon e a trainera Paçoca: o acúmulo de capital social.....	179
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	185
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	189

1 INTRODUÇÃO

“Imagine um lugar com 365 ilhas, mais de 2.000 praias, centenas de trilhas e pontos de mergulho. Imagine um lugar com mais de 500 anos de história, repleto de monumentos e lendas. Imagine, escolhida como uma das Sete Maravilhas do Rio de Janeiro. Imagine um lugar com gente hospitaleira e opções de lazer o ano todo. Agora pare de imaginar e venha conhecer um dos lugares mais lindos do mundo”
(Propaganda produzida pela Fundação de Turismo de Angra dos Reis)

A presente pesquisa trata das discussões acerca das práticas de lazer (objeto de estudo da área de Educação Física) associadas ao fenômeno da residência secundária na cidade de Angra dos Reis, ou seja, um tipo de imóvel ligado a um mercado imobiliário especializado na venda de residências, acopladas a estilos de vida de lazer. Neste estudo, analiso o funcionamento de uma rede de relações ambivalente, composta por duas forças. A primeira é fundamentada na reprodução de uma estrutura formada por relações sociais, que coíbe o acesso de moradores locais a práticas de lazer fruídas na natureza. A segunda, baseada na alteração de tal estrutura, favorece de certo modo, o acesso de outros moradores a práticas e espaços de lazer privilegiados. Valendo-me da etnografia, interagi com instituições, moradores locais e residentes secundários e identifiquei estratégias desenvolvidas por eles para assegurarem o seu cotidiano de lazer.

Inicialmente, a problemática desta pesquisa emergiu de observações e questionamentos comparativos entre as práticas de lazer inseridas em projetos de lazer elaborados e implementados por duas instituições: a Fundação de Turismo de Angra dos Reis (TurisAngra) e a Secretaria de Esporte e Lazer (Selar) da cidade. Isso foi possível pelo fato de eu ter residido por 10 anos na região, atuado como professora de Educação Física (Rede Estadual de Ensino) e coordenado o setor de lazer de um condomínio de alto padrão. Ambas experiências, são parte do meu processo de reflexividade, um trânsito entre o meu histórico e o problema de pesquisa que apresentarei nos tópicos seguintes. Cabe frisar, que o propósito desta pesquisa é exteriorizar experiências vividas por mim, que me permitiram perceber o funcionamento daquela realidade. Inspirada no antropólogo James Clifford (2011), apresento as mudanças e os impactos gerados pela residência secundária no lazer dos moradores de Angra dos Reis via minhas interações sociais com a cidade¹.

¹ “The predominant mode of modern fieldwork authority is signaled: ‘you are there [...] because I was there’” (CLIFFORD, 2011, p. 416)

Esclareço que antes de discorrer sobre a problemática da pesquisa, propriamente dita, pretendo no próximo tópico propiciar uma visão da cidade com informações, evidentemente, ligadas ao tema deste estudo, sobre fatos ocorridos num período específico (1950 a 1990). Ao organizar a escrita desta parte introdutória, percebi a possibilidade de me valer de dois tipos de fontes: bibliográficas e pesquisa de campo (por meio de entrevistas), cuja fala dos moradores nascidos entre a década de 1960 e 1970 nos propicia detalhes, de uma Angra dos Reis atualmente bem distante das nossas ideias. Tendo este rico material, incorporei a esta introdução, narrações dos entrevistados. Isto possibilitou-me delinear um recorte da história relativas as mudanças no espaço físico e social de Angra dos Reis. Dessa forma, é por meio da combinação de material bibliográfico e da experiência transmitida pelos entrevistados, que pretendo apresentar esta etapa do texto.

1.1 Angra dos Reis: uma cidade de destaque no Brasil

Ocupada pelos portugueses em 6 de janeiro de 1502 e reconhecida como uma das regiões mais antigas do Brasil, Angra do Reis se destacou em nosso país devido à sua participação em eventos significativos nas áreas econômica e política. A lista de acontecimentos é extensa, tendo seu início no século XVII. Não obstante, me aterei à segunda metade do século XX, época de transição da economia, passando da agricultura e pesca para investimentos estatais, e, por fim, para a sua consolidação atual, ou seja, o turismo.

Situada na região Sul Fluminense do Rio de Janeiro, fazendo também divisa com São Paulo, Angra dos Reis possui uma população de 169.270 habitantes segundo o último censo² e abundantes recursos naturais concentrados no Parque Estadual da Ilha Grande³ criado em 1971 sob o Decreto n°. 15.2733. Apesar da região ser automaticamente associada ao termo “paraíso”, para além dessas reservas naturais, a cidade abriga três significantes empreendimentos estatais: o estaleiro Verolme (inaugurado em 1959), o Terminal da Baía de Ilha Grande (inaugurado em 1977) e as usinas nucleares Angra 1 e 2 (inauguradas em 1982), e futuramente a terceira usina.

²IBGE, 4 nov. 2011. Disponível em: <www.censo2010.ibge.gov.br/dados_divulgados/index.php?uf=33>. Acesso em: 10 dez. 2011.

³Inea, Parque Estadual da Ilha Grande, <<http://www.inea.rj.gov.br/unidades/pqilhagrande.asp>>. Acesso em: 10 dez. 2011.

Não há dúvida de que estes negócios geram um vultoso capital econômico para o Município, já que as transações financeiras atingem inclusive escala internacional. No entanto, não são estes empreendimentos os que mais se sobressaem na mídia. Por exemplo, no ano de 2007 a Agência Nacional do Petróleo (ANP) enquadrou o Município na Zona de Produção Principal petrolífera do Estado do Rio de Janeiro (PETRÓLEO, ROYALTS e REGIÃO, 2007, p. 2). Segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, em 2010, Angra foi a cidade que mais efetuou operações com o mercado externo⁴.

A princípio, estes dados deveriam ser um indício de investimentos em políticas públicas para a população, já que esta é uma das funções dos *royalsts* expressivos arrecadados pelo Município, contudo a primeira impressão que a cidade provoca, a qualquer pessoa sem nenhuma avaliação prévia sequer, é a ausência de sinais ou traços da aplicação desses recursos financeiros. Obras que deveriam ser prioridade, como, por exemplo, as relacionadas ao planejamento urbano, e mesmo a outros setores da cidade, não são aparentes. Com isso, ao pensar na forma como Angra dos Reis foi constituída, dois fatores requerem atenção: um vinculado à característica geográfica da cidade e outro com o processo de sua ocupação, em virtude das ações econômicas e políticas que atraíram a entrada de um contingente extraordinário de pessoas para a região.

De acordo com o levantamento realizado pelo Serviço Geológico do Brasil (2006), Angra dos Reis é considerada área de risco geológico – a característica de seu terreno confere à região elevada fragilidade natural. No relatório feito pelos geólogos, da instituição supracitada, (2006) também consta que:

A isso se somam as pressões decorrentes de atividades humanas, representadas por ocupação desordenada de encostas, além da existência de inúmeros cortes promovidos nas encostas abruptas da serra do mar para a construção da BR-101 e implantação de dutos e linhas de transmissão (SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL, 2006, p. 92).

A avaliação da instituição não só reafirma a complexa situação vivida atualmente pelos moradores locais, como também nos faz compreender os acidentes que provocaram 30 mortes por deslizamentos de terra no ano de 2002 e 55 mortes no ano 2010. Cabe ressaltar que para os geólogos os acidentes são considerados efeito de dois fatores: as chuvas em uma

⁴ MDIC, exportação, <www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/noticia.php?area=5¬icia=10351>. Acesso em: 10 dez. 2011.

formação geológica frágil e a falta de planejamento e fiscalização do Governo. Nas palavras do professor Araújo, sobre o acidente de 2010, do Instituto de Geociências da Universidade de Brasília (UnB), “É inconcebível. [...] não existe fiscalização suficiente, as pessoas começam a habitar, não existe controle e aí acontecem as tragédias”⁵.

Obviamente essas ocorrências, que retratam uma concentração de investimentos industriais e impactos na natureza, propiciando uma situação de risco aos moradores, são fruto de um processo desencadeado a partir da metade do século XX que, metaforicamente, eu chamaria de período de ebulição da urbanização da cidade. Nesse período, também podem ser incluídos os projetos relacionados ao turismo e à residência secundária, que, por sua vez, implica na atual dificuldade de acesso da população a áreas de recursos naturais (principalmente praias).

Enfim, vale frisar que os empreendimentos citados anteriormente foram idealizados e construídos a partir da década de 1960 com base nas articulações do governo militar. Dessa forma, ressalto um fato em especial para esta pesquisa: a interferência gerada pela residência secundária, atingindo especificamente a maneira de o morador local fruir as práticas de lazer em espaços como matas, cachoeiras e praias.

Neste caso, esclareço que a expressão ‘residência secundária’ não faz parte de um vocabulário usual em populações que abarcam este tipo de fenômeno no Brasil, sendo esta conhecida como ‘residência de veraneio’. Todavia, intencionalmente desejo referir-me e tratá-la neste trabalho como residência secundária, visto que a expressão possui ressonância nas devidas construções teórico-empíricas internacionais em conjunto com os debates originados por setores de governo na Europa, que, diferentemente do Brasil, associam este tipo de fenômeno a dois elementos, quais sejam uma forma de expressão do lazer e dos impactos econômicos e sociais de um lugar, cuja abordagem o leitor encontrará no decorrer do trabalho.

Ao mesmo tempo, cabe enfatizar que atualmente o fenômeno da residência secundária desperta a atenção dos diversos setores envolvidos com a política habitacional, e o Reino Unido é um exemplo⁶. Em contrapartida, ainda que o meio acadêmico europeu concentre sua atenção nesta temática, as pesquisas realizadas a respeito da desigual competição entre residentes secundários e moradores locais em áreas rurais e costeiras são ínfimas. Dessa forma,

⁵ ARAUJO, geólogo, vê a falta de planejamento urbano e fiscalização. <<http://adm.ecod.org.br/conteudo/noticias/angra-geologo-ve-falta-de-planejamento-urbano-e>>. Acesso em: 10 dez. 2011.

⁶ Fonte de outra experiência de pesquisa que obtive, e contribuiu sobremaneira para eu enxergar a realidade de Angra dos Reis.

percebi que a tentativa de buscar a gênese deste fenômeno em Angra dos Reis me faria enxergá-lo não como único, mas como parte das profundas consequências encontradas nas práticas de lazer dos moradores locais, a que me aterei com mais detalhes adiante.

1.2 Do rural para o urbano: as mudanças a partir dos empreendimentos industriais

Na década de 1950, a base econômica de Angra dos Reis era a produção de banana (atividade comum dos antigos escravos) e a pesca artesanal, atividades que substituíram o mercado do café declinado no final do século XIX. Com uma população de 20.929 habitantes, e 63% desta concentrada na zona rural, o período era o retrato da estagnação e do marasmo econômico (MARQUES; LACERDA, 2004). Este quadro, descrito pelo trabalho dos pesquisadores, guarda proximidades com os fatos apresentados por um morador local que viveu na época:

Angra dos Reis era roça, todos, parte pescadores, parte lavradores da roça. Se plantava de tudo para sobreviver, feijão, milho, mandioca a banana que era o forte da cidade e era o dinheiro que você tinha mensalmente, o peixe e a banana, de resto você tinha tudo que era legumes da roça, e era tudo vendido no centro de Angra, no antigo mercadão, quando era a casa laranjeira, você ia de canoa, canoa a remo, braço. Você tinha uma canoa grande para quatro homens remar. Você saía meia-noite daqui carregado, com banana e peixe, mandioca, farinha pronta. Lenha cortada, para ser vendida nas padarias de Angra. Não tinha luz, a maioria não tinha luz em Angra, a maioria era lenha. Então você cortava a lenha, fazia amarrado e levava a lenha para vender. Então você tinha os postos que você entregava as padarias. Saíamos mas ou menos meia-noite, uma hora da manhã e cinco horas da manhã, a gente estava chegando em Angra. Com tempo bom, se não tivesse virada de tempo, senão você teria que ancorar em qualquer uma ilha dessa aí (Entrevistado nº1, em 05/05/2012, morador local, pré- década de 1970, conhecedor de práticas náuticas).

O acesso a Angra dos Reis via terrestre era complexo. Utilizava-se a Rodovia Presidente Dutra BR-116, que faz o trajeto Rio-São Paulo, concluída em 1951 (parte das ações do planejamento nacional de transporte), e a RJ-155 (Rodovia Saturnino Braga, via conhecida como Angra-Barra Mansa). A circulação interna, conforme apontado pelo morador, dava-se via barcas e, ou, barcos, e por estradas vicinais. De acordo com pessoas que visitavam a cidade, por motivos diversos, em períodos de chuva era possível durar até 10 horas a passagem de um bairro para outro.

Santos (2005), em seu artigo intitulado *Os conflitos entre natureza e cultura na implementação do Ecomuseu Ilha Grande*, menciona que, na década de 1950, a cidade já

abrigava duas instituições: o Colégio Naval e a Colônia Correccional de Dois Rios. Esta última tinha a função de receber vadios, capoeiras, presos políticos e, posteriormente, tornou-se o presídio de segurança máxima, Colônia Penal Cândido Mendes. Especificamente sobre a Ilha Grande, a autora não a vê como paraíso, mas como inferno e lugar de isolamento dos indesejáveis, inclusive ao regime político da época:

Ficaram presos na Ilha Grande, Orígenes Lessa, por ter participado da Revolução Constitucionalista de 1932; Graciliano Ramos, Agildo Barata e outros líderes do Partido Comunista, durante o governo Vargas; Fernando Gabeira, Nelson Rodrigues Filho e ativistas que lutaram contra a ditadura militar de 1964 (SANTOS, 2005, p. 394).

Duas decisões políticas tomadas no governo de Juscelino Kubitschek, seguindo o propósito nacional desenvolvimentista, modificaram o estágio inexpressivo da economia de Angra dos Reis. Uma delas foi a construção do estaleiro Verolme na região, empreendimento relativo à meta 28 do Plano de Metas estabelecido para o desenvolvimento econômico do País (GOULARTI FILHO, 2011). A outra, foi a criação da Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen), responsável pela elaboração do programa nuclear brasileiro.

A implantação do estaleiro foi a primeira mudança significativa em termos demográficos e políticos na cidade. Além da empresa ter estimulado a migração de pessoas de outras cidades, alterando, assim, o índice populacional da região, ela provocou a inauguração do primeiro movimento sindical em Angra dos Reis. Com a organização dos trabalhadores do Estaleiro Verolme baseada na retórica do Partido Comunista, foi criado o sindicato dos operários navais. No entanto, este movimento cessou devido ao golpe militar, e desde então Angra dos Reis experimentou uma verdadeira reordenação espacial, política e social. Este processo, desencadeado em 1968, consolidou-se ainda mais quando “a Cnen assina um convênio com a Eletrobrás por meio do qual caberia a Furnas a construção da usina nuclear em Angra dos Reis” (KURAMOTO; APPOLONI; 2002). Após esta negociação, realizada no bojo do Ato Institucional (AI5), a cidade tornou-se área de segurança nacional. Isto significa dizer que os prefeitos de Angra dos Reis eram indicados pelo Presidente da República.

Observando as mudanças políticas direcionadas à cidade, é possível perceber desde a década de 1970 fatos que favoreceram a urbanização da região sob o princípio da privatização do espaço público, gerando o “estabelecimento de uma nova organização territorial local que

permite a exclusividade do consumo e aos bens coletivos” (GLASZE, 2008, p. 35)⁷. Esta situação é notória se considerarmos um empreendimento em particular que, por sua vez, guarda similaridades com o padrão de construção das residências secundárias que atualmente visualizamos na cidade. Trata-se da implantação de quatro vilas residenciais construídas na década de 1970, cujo propósito era abrigar os funcionários da usina nuclear. São respectivamente as vilas residenciais de Praia Brava, Mambucaba, Operária e Consag. Este é o primeiro exemplo de uma extensão aproximada de 6 quilômetros de praias sitiadas por um padrão estrutural de residência caracterizado como condomínio fechado.

Estes espaços comportam portaria para controle de entrada e saída de pessoas, equipamentos de segurança e uma minicidade. Neste espaço, estão condensados: hospital, escola, creche, clube, cineteatro, supermercado, bancos, quadras poliesportivas e corpo de bombeiro⁸. Este modelo residencial, uma espécie de aparato para atender à implantação da usina, equivale a três tipos de residência que Blakely e Snyder (1997)⁹ apresentam, embora todas se configurem a partir de perspectivas diferenciadas. A primeira é denominada “comunidade de estilos de vida”. A motivação principal deste empreendimento se concentra no crescimento da sociedade lazer-consumo:

O espaço público (no interior do condomínio fechado) compartilhado, neste tipo de empreendimento é privatizado e controlado, mais em função de regras sociais (internas), que em relação à segurança. As medidas de segurança são planejadas para garantir a distância dos indesejáveis e controlar lugares como lagos, áreas de golfe, etc. (p. 47, tradução minha).

A segunda, a “comunidade de prestígio”¹⁰, foi fundada mediante a “aspiração pelo status”, algo que os autores veem como desejável a qualquer tipo de classe (trabalhadora, classe média ou rica), e o diferencial concentra-se na valorização dos símbolos e valores expressos nos níveis de renda do morador (p. 75). E, por fim, a “comunidade de zona de segurança”, criada para

⁷ *The establishment of a new territorial organization on a sub-local level which enables the exclusive consumption of collective goods.*

⁸ ELETRONUCLEAR, <www.eletronuclear.gov.br/Saibamais/Perguntaserespostas/Temasgeraispeossoalevilasresidenciais.aspx>. Acesso em: 27 dez. 2011.

⁹ *Lifestyle communities, the shared public space in these developments is privatized and controlled, but more as a social statement than as a safety device. The security measures are designed primarily to provide distance from unwanted guests and control of amenities such as lakes or golf courses [...].*

¹⁰ *The prestige communities, the differences lie in what status symbols are valued and accessible.*

“defender a vida” (p. 99)¹¹.

Aparentemente, as três perspectivas apresentadas pelos autores se assemelham simultaneamente ao padrão das vilas residenciais dos funcionários da usina. No formato de condomínios horizontais, este tipo de residência sinaliza a fragmentação, o individualismo e o surgimento de comunidades isoladas, tendência do processo de urbanização caracterizado pela perda do espaço público (GOIX, 2006). Assim, é possível observar que o processo de urbanização iniciado com a implantação da usina engendrou a “privacidade e exclusividade aumentando a distância social de como um grupo percebe o outro” (MANZI; SMITH-BOWERS; 2006, p. 153, tradução minha)¹².

Como exemplo, apresento que nas vilas residenciais de Mambucaba e Praia Brava foram instaladas duas escolas estaduais, inicialmente projetadas para receber exclusivamente os filhos dos funcionários da usina nuclear. Tais escolas se diferenciavam totalmente dos outros modelos existentes no Rio de Janeiro. Tal diferenciação alcançava diversos aspectos, desde o ensino oferecido, até a alimentação diária dos alunos, e financeiramente, estas instituições obtinham recursos do Governo do Estado do Rio de Janeiro e de Furnas. Atualmente, as regalias destinadas a estas escolas diminuíram. Isso ocorreu em 1998, quando a Eletronuclear assumiu a administração das usinas nucleares. No entanto, as escolas situadas nas vilas ainda funcionam em regime diferenciado devido a continuidade do repasse de verba da Eletronuclear.

Cabe lembrar, que os investimentos destes recursos financeiros concentram-se na contratação de professores para suprir o déficit existente na Rede Estadual, alterando completamente o padrão do ensino oferecido, e, além disso, dando às escolas das vilas uma posição privilegiada, no que diz respeito à qualidade, em relação às demais unidades localizadas no Rio de Janeiro. Este contraste, identificado até hoje na educação, também se estendia (e se estende) ao lazer. O acesso e uso das praias confinadas dentro das vilas foram condicionados a normas e condutas, estas estabelecidas por um setor específico da usina nuclear (administração das vilas e alojamentos). Aos moradores de bairros adjacentes exigia-se, identificação na portaria principal; a entrada e a permanência de veículos eram limitadas, e também era proibida a comercialização e o consumo próprio de qualquer produto na praia. Em outras palavras, nas áreas

¹¹ *The security zone communities, an attempt to defend their existing way of life.*

¹² *Gating therefore involve an inevitable form of privacy and exclusivity. [...] In particular, to encourage affluent groups to increase their social distance from what is perceived as the other.*

internas das vilas, era vedado entrada de bolsas, geladeiras térmicas, churrasqueiras entre outros itens que denotassem o armazenamento de alimentos e bebidas para consumo próprio.

As áreas de lazer construídas nas vilas seguiam um padrão. Em sua composição, identificavam-se clubes (Clube Campestre, na Vila de Mambucaba e Clube Náutico na Vila de Praia Brava) com piscinas, quadras poliesportivas, geralmente associadas a diversos projetos de esporte e lazer (escolinhas de esporte e práticas de lazer, colônia de férias entre outros, de uso exclusivo dos moradores). Acrescentam-se ainda, em áreas externas das vilas, os espaços para festas com salões e churrasqueiras, além de diversas quadras de esporte localizadas próximo à praia.

Esta reordenação físico-espacial provocou uma separação visível entre o antigo morador e os recém-chegados; as vilas com características urbanas dos bairros localizados em zonas rurais (sem asfalto comércio e sistema de transporte precário), e, além disso, as oportunidades de trabalho, educação e lazer com vias de acesso completamente desiguais. Esta situação extrapolava uma mera referência da classificação social das pessoas (ROJEK, 2005, p. 141), pois, a década de 1970 em Angra dos Reis inaugura não só a construção de barreiras físicas estabelecidas para manter a distância entre grupos, mas soma-se a isto, a divisão social e simbólica (ROITMAN, 2006). Precisamente, me refiro ao início das divisões ou demarcações, que para além da estrutura física do lugar, acentuam-se em função da identidade que cada grupo carrega em termos de conhecimento e atitudes (COHEN, 2010).

1.3 Rodovia BR-101 e Projeto Turis: a porta de entrada do “paraíso” do lazer

A Rodovia BR-101, construída na década de 1970, como via obrigatória para escoamento em caso de acidente nuclear, possui relação direta com a entrada dos empreendimentos turísticos e imobiliários em Angra dos Reis. A aproximação deste advento com o turismo foi a porta de entrada para a expansão da residência secundária. Isso significou, não só uma alteração no padrão econômico da cidade, como também, uma forma estratégica de amenizar a imagem que Angra dos Reis havia construído e a que estava construindo naquela época.

Antes da urbanização, Angra era vista como lugar de roça, de difícil acesso, de punição para os subversivos, de construções coloniais e católicas e de influências militares, especificamente a Marinha (CARVALHO, 2011, p. 11). Práticas como a pesca artesanal, a caça,

o jongo, os bailes realizados nas casas dos vizinhos, as festas religiosas e as lendas aparecem com destaque, saudosismo, e com orgulho de quem detém um conhecimento exclusivo, acessível apenas a um determinado grupo. De acordo com um morador nascido, era possível pescar de três formas, anzol, espinhel e terno de rede. A pesca de terno de rede acontecia da seguinte maneira:

Você saía com cinco ou seis canoas, certo? E em cada canoa, você saía com duas, três redes. Então você saía daqui para Mangaratiba, ia para Verolme, Parati, certo? Saía aquele grupo. Você saía hoje, e voltava só semana que vem. Então, você ia para Parati redar. Saía o grupo com seis canoas, dois homens em cada canoa. Então o que a gente fazia? Essas canoas trabalham juntas. Então vamos cercar o peixe. A gente avista, e de repente o peixe virou pro nosso lado. Então o que a gente faz? Abre as três canoas da frente, e eu aqui abro também e vou remando. Então nós temos 100 metros cada rede ou 150 metros. Então, na minha frente você larga a sua rede, aí eu chego, entro com a minha rede aqui, e fecho aqui. A outra por lá (a canoa), a mesma coisa, aí quando eu estou fazendo o fechamento, que fecho o cerco o peixe que deu, que está no fim da rede já cercado, ele retorna, e quando ele retorna o cerco tá fechado. Tem que ter muita experiência (grifo meu). Se você atrasar, e ele bater e voltar, ele vai passar. Então quando ele bater na volta da rede que você saiu aqui, o primeiro (homem da outra canoa) já tem que estar fechando, e quando ele retornar ele não vai passar (o peixe). Tudo isso em conjunto, cada um fazendo o seu papel. Isso vem de família (Entrevistado nº1, em 05/05/2012, morador local, pré- década de 1970, conhecedor de práticas náuticas).

O morador local ainda acrescenta que a Ilha Grande era a maior colônia de pescadores em Angra dos Reis, embora, este quadro tenha mudado completamente. “Ilha Grande acabou. Hoje não tem mais pescador, hoje é só turista. Depois acabou o presídio. Também teve uma fábrica de sardinha, muito grande, que acabou também. Aí, depois que desativaram o presídio, virou turismo” (morador local, pré-década de 1970, Entrevistado nº 1, em 05/05/2012). A respeito desta mudança ouvi de um morador atual, que migrou da cidade de Campos-RJ, para Angra do Reis, exatamente na década de 1970:

A mudança mais forte da região foi a construção da usina nuclear, veio gente de várias partes do Brasil, e do exterior também, é o caso dos alemães, engenheiros que na usina eram chamados de *delegates*.¹³ A população cresceu, porque até então era formada por pescadores. O crescimento veio por “n” fatores, que foi início da década de 1970, e em função disso começou a haver uma procura muito grande por parte dos trabalhadores, devido a construção da Rio-Santos (estrada Rio-Santos), da usina e início da construção do hotel. Então, essa mão de obra vinda de fora desencadeou a construção de moradias desordenadas. Mas não tinha como ser de outra maneira (Entrevistado nº 22, em 11/05/2012, morador local migrante na década de 1970 em diante, empresário com comércio na Vila).

¹³ Pessoa que representa outros. No caso da usina, os alemães eram os representantes da tecnologia implantada no empreendimento naquela época.

Estas mudanças estiveram todas atreladas a um projeto político e econômico imposto pelo regime militar da época, e se acompanharmos atentamente algumas medidas que foram tomadas, faz sentido pensar como foi oportuno desenvolver ao mesmo tempo, dois setores especificamente, o industrial e o turismo. Considerando que a usina nuclear naquela época era um vultoso empreendimento em termos financeiros, ainda tínhamos a questão da polêmica acerca das questões ambientais que envolviam a instituição da energia nuclear no Brasil. No entanto, o foco de divulgação das mudanças ocorridas em Angra dos Reis era a construção e o investimento no paraíso, por meio da implantação de investimentos hoteleiros e imobiliários.

Neste contexto, vejo duas medidas que reforçou a ideia do paraíso. A primeira, a onda de criação das reservas ecológicas, tendo o Parque Nacional da Serra da Bocaina instituído em 1971, sob o Decreto Federal n. 68.17214¹⁴, o Parque Estadual da Ilha Grande (já citado) no mesmo ano, e a área de proteção ambiental de Tamoios em 1982¹⁵, sob o Decreto Estadual 9.45215 provocando uma restrição no

rol atividades produtivas possíveis de serem desenvolvidas naquelas áreas. Um Parque Nacional exclui toda e qualquer atividade produtiva em seu interior e limita atividades produtivas em seu entorno. A possível exceção é o ecoturismo ou o turismo de natureza (ROCHA; DRUMMOND; GANEM, 2010, p. 223).

A segunda medida, que afirmou a ideia de paraíso, foi a implantação do Projeto Turis, uma espécie de convênio firmado entre o Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur) e uma estatal francesa *Société Centrale Pour L'Equipement du Territoire* (SCET) em 1972, investigando “a capacidade de ocupação e desenvolvimento econômico no litoral Rio Santos. O objetivo era construir normas para a ocupação do solo e para a implantação de atividades turísticas para cada uma das faixas do litoral inaugurado pela BR-101” (CARVALHO, 2011, p. 14). Quanto à criação dos Parques Nacionais e Estaduais, não tenho o propósito, nesta pesquisa, de iniciar uma discussão contra ou a favor da demarcação e proteção dessas reservas naturais. Neste caso, apenas pretendo destacar que para além das implicações ambientais, o aparato legal, que alicerça tais reservas, contribuiu para formar oportunos símbolos do paraíso propagado no Projeto Turis. A noção de símbolo, apresentada na perspectiva antropológica por Cohen (2012, p.

¹⁴ BRASIL. Lex, publicação oficial, <<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:1971-02-04;68172>>. Acesso em: 5 jan. 2012.

¹⁵ RIO DE JANEIRO. Áreas de proteção ambiental. Disponível em: <www.inea.rj.gov.br/apa/apa_tamoios.asp>. Acesso em: 5 jan. 2012.

21) se compatibiliza com a função que os Parques Nacionais exerceram e exercem ainda hoje, ou seja,

São eficazes, porque são imprecisos, incontáveis e parte de seu significado é subjetivo. Eles são a mídia ideal porque falam através das pessoas uma linguagem comum [...] símbolos agregam vários significados [...] eles propiciam várias formas de se reconhecer a individualidade. O símbolo continuamente transforma a realidade diferenciada em similaridades aparentes devido a sua eficácia (p. 21).

Em Angra dos Reis, o paraíso, expresso em suas reservas naturais, mascarou não apenas a desastrosa construção da BR-101, que alterou o regime de drenagem de áreas do entorno, gerando prejuízos ao meio ambiente¹⁶, como também, restringiu o acesso às praias, desapropriou moradores, acarretou a ocupação desordenada e afetou práticas tradicionais. Ademais, um ano depois do convênio estabelecido com a estatal francesa,

o Projeto Turis foi publicado em três volumes: o primeiro sobre a filosofia do projeto turístico; o segundo, acerca das possibilidades de aproveitamento turístico da região; e, por último, as normas de ocupação do território. [...] Entre os estudos do Projeto Turis e a prática das normas estabelecidas havia um imenso abismo. A Embratur, por meio da Resolução do Conselho Nacional de Turismo n. 413 (13 de fevereiro de 1973), e o Decreto-Lei n.71.791, de 31 de fevereiro de 1973, poderia selecionar as zonas prioritárias para o desenvolvimento do turismo e exigir o cumprimento das normas de ocupação (CARVALHO, 2011, p. 14).

O domínio da Embratur sob a seleção das zonas prioritárias para implantação do turismo, mencionado acima por Carvalho (2011), favoreceu a expansão de loteamentos ilegais, e atendeu com prioridade a expansão das residências secundárias naquela época. Foi na minha fase de moradora da cidade, que ouvi pela primeira vez a palavra, ‘grileiro’, ou ‘grilagem’, ou seja, a prática de obter terras por meio de documentos falsos. Em uma entrevista, um morador, e um ex-vereador de bairro da cidade, ambos da década de 1960 deixaram escapar uma expressão, que apesar de não ter sido aprofundada por eles¹⁷, carregava certa revolta, pelas transformações advindas do setor de turismo, em relação à ocupação do solo. Em suas palavras, “Angra evoluiu de uma tal maneira que o povo não puderam mais trabalhar na roça, então, o povo passou a viver do emprego aqui, não tem mais lugar de fazer roça, isso aí (as terras) foi tomado em casa,

¹⁶ JOLY, Rodovias são obras de grande impacto. <www.oei.es/divulgacioncientifica/reportajes_092.htm>. Acesso em: 2 dez. 2011.

¹⁷ Percebi que ambos os moradores não se sentiam a vontade para dar informações relacionadas à ocupação das terras, devido ao uso do gravador.

abertamente” (Entrevistado n° 2, em 05/05/2012, morador pré-década de 1970, conhecedor de práticas náuticas).

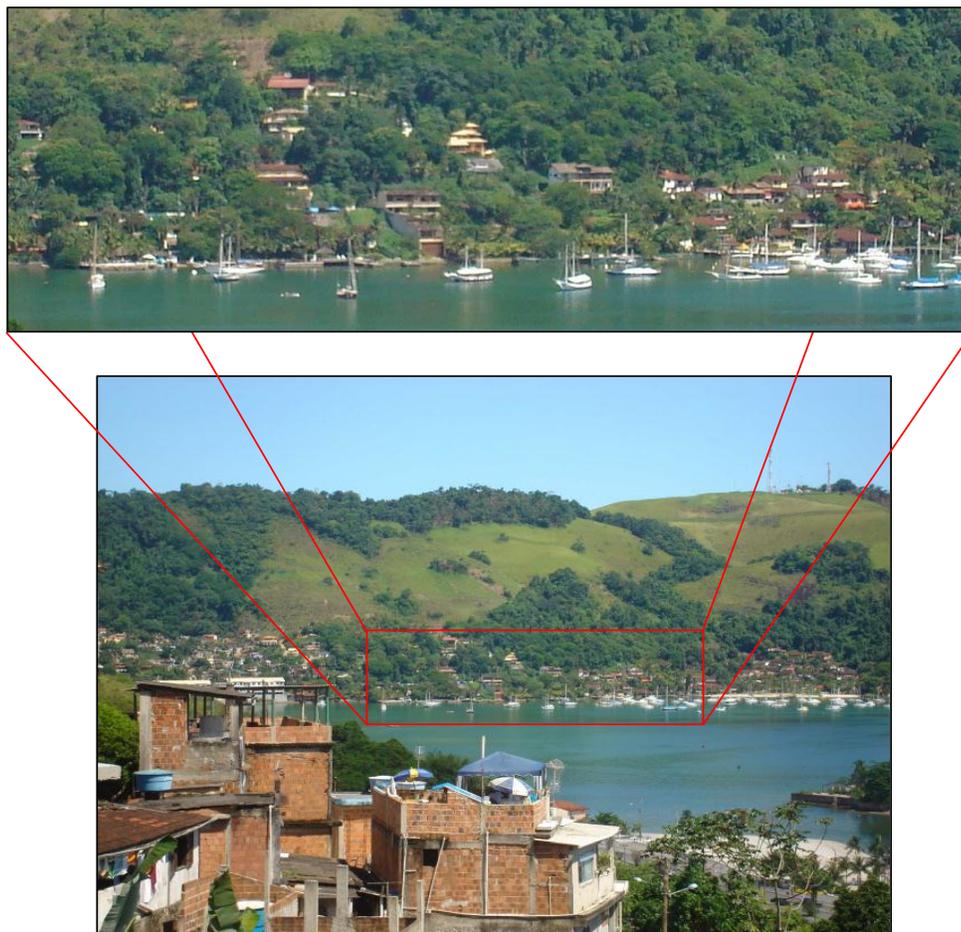
Após a gravação, o morador contou-me que, os empresários compravam sim uma parte das terras, enquanto em outras áreas, eles se apossavam. A estratégia usada por eles, a fim de tomar terras, era simples. Eles iniciavam uma construção qualquer, sem procurar saber quem era o dono daquela terra, ou seja, sem permissão, mesmo cientes, de que aquele local pertencia a alguém. Assim, quando o morador local, dono da terra, se deparava com certa movimentação no local, ele procurava o responsável da obra e apresentava o documento de posse. O empresário se desculpava, e dizia não ter a menor noção de que naquela área existia um proprietário. A partir daí, o empresário oferecia um valor, irrisório pela terra, e o morador local, posseiro, comumente aceitava a oferta. Do ponto de vista dos moradores nascidos ali, aquelas terras não tinham tanto valor.

Em geral, estas histórias são contadas pelos moradores locais que associam a ocupação do solo à implantação de condomínios de grande porte em áreas de recursos naturais. Tais condomínios, um tipo de empreendimentos chave do Projeto Turis, dava ênfase à expansão imobiliária voltada para uma clientela classe ‘A’. Ao que tudo indica, este processo de entrada da residência secundária atingiu o cotidiano do lazer dos moradores locais, como é o caso, do Condomínio Porto Frade, o mais antigo da região, empreendimento este, situado no bairro Frade, campo de investigação selecionado para observações e análises desta pesquisa. Abrangendo uma extensão de 400.000m², o Condomínio ocupa uma área maior que a do próprio bairro do Frade, do lado onde se localizada a praia.

A figura 1, utilizada por Corrêa (2008, p. 272) numa pesquisa que aborda as características territoriais da cidade, é possível constatar a alarmante ocupação excludente. Segundo a autora, esta realidade é fruto de um modelo de gestão turística que tem desencadeado conflitos com a população local, seja pela terra, seja pelo acesso ao mar e às praias (CORRÊA, 2008).

Acrescento a este posicionamento de Corrêa, a desfavorável característica geológica de Angra dos Reis, isto é, a carência de áreas planas e uma hipervalorização delas visando atender aos interesses turísticos e imobiliários. Nesse sentido, na nova Angra dos Reis (CARVALHO, 2009, p. 96), o vetor econômico é o setor de turismo, e conseqüentemente, o lazer se acopla a esta nova perspectiva de investimento da cidade. Na década de 1990, Angra já é

reconhecida como o “balneário mais badalado do Brasil” (BORTOLOTTI, 2009, p. 69) e o fluxo de residentes secundários, como o do cirurgião plástico Ivo Pitanguí e do apresentador de TV Luciano Huck, celebridades que se associam às belezas naturais da cidade, contribui para amenizar os inmensuráveis problemas econômicos e sociais do cotidiano do morador local.



Renata Corrêa. 25/12/06

Figura 1: Realidades distintas da estrutura sócioespacial de um bairro em Angra dos Reis.

1.4 O problema de pesquisa

O que expus anteriormente foi o ponto de partida do delineamento do meu objeto de pesquisa. Os nítidos contrastes expressos na constituição física da cidade levaram-me a questionar as discrepâncias socioeconômicas de quem usufrui de Angra dos Reis. Qualquer pessoa que se aventure a seguir por 30 minutos a atual Rodovia Mario Covas, estrada principal que permite o acesso à região, identificará sem a menor dificuldade, a existência de dois mundos

paralelos na mesma cidade (exatamente como mostra a figura 1(acima). Um, propiciando a visão de inúmeras propriedades construídas em encostas, e em alguns casos, em condições extremamente precárias, dando um perfil de favela à cidade. Outro, composto por hotéis, condomínios de alto padrão, marinas com embarcações de luxo, carros importados, heliportos, entre outros bens e instalações que denotam um estilo de vida privilegiado.

Imagens provocativas, como a apresentada anteriormente, não encontramos em cartões postais, propagandas, ou em outros meios de comunicação do gênero. As notícias de Angra dos Reis abordadas pela mídia, geralmente se atrelam a recortes específicos da cidade. Ora se divulga o lado deficiente da região (por exemplo, acidentes relativos aos deslizamentos de terra e à precariedade de acesso, sempre envolvendo a estrutura deficiente da estrada), ora se destaca as abundâncias naturais, sempre associadas ao turismo, lazer e ao trânsito constante da classe ‘A’ brasileira.

Na Lei Orgânica do Município (MUNICÍPIO DE ANGRA DO REIS, 1990), cujo objetivo é garantir os direitos humanos por meio do cumprimento das funções sociais da cidade, consta: o acesso à moradia, ao transporte público, ao saneamento, e dentre tantas outras (energia elétrica, o gás, o abastecimento, a iluminação pública, a comunicação, a educação, a saúde, e a segurança), inclui também o lazer.

Todavia, os diversos setores ligados ao Governo parecem distantes do cumprimento das tais ‘funções sociais’, e a situação caótica oriunda da ausência de planejamento urbano e da ocupação desordenada, reforçam as dificuldades presentes no cotidiano do angrense.

No entanto, sempre me intrigou como as linhas demarcatórias tão acentuadas no espaço físico da cidade, que por sua vez, denotam uma assimetria econômica, atingiam a dimensão social daquele lugar. Como os contrastes, que de certa forma, torna explícita uma segregação socioespacial, influenciavam na maneira da população usufruir o lazer? Como isso refletia-se na formulação e implementação das políticas públicas de lazer voltadas para a população?

Estes questionamentos se baseavam na articulação que a política pública de lazer possui com os aspectos geográficos e espaciais de um lugar (VEAL, 2010). Isto significa dizer que, dentre os vários fatores que perpassam o delineamento da política pública de lazer¹⁸, a

¹⁸ Viabilidade de recursos, acessibilidade, barreiras de participação, moda e tendências, natureza dos recursos, fatores econômicos, fatores políticos e comportamento de lazer da população.

característica específica do lugar ou ambiente, materializada em bens e serviços diversificados (PAGE; CONNELL, 2010), sobressai na elaboração e implementação dos projetos disponíveis para um público-alvo. Assim, o investimento financeiro advindo das diversas esferas governamentais com o propósito de projetar a imagem da cidade, alocado no setor de turismo e lazer, é aplicado, em sua maioria, em espaços naturais da região (praias cachoeiras e matas, concentradas nas áreas de preservação ambiental - já descritas nos tópicos anteriores).

Quanto ao uso das áreas de recursos naturais, podemos observá-las segundo dois pontos de vista. O primeiro, do turista ou veranista, interagindo com a natureza na perspectiva “do consumo” (BRUHNS, 2009, p.106; URRY, 1995, p.174). O segundo, do morador local, que além de se deparar com a dificuldade de acesso (Os recursos naturais concentram-se, em ilhas de difícil acesso para a população, ou em áreas sitiadas por empreendimentos hoteleiros e imobiliários de grande porte), usufrui desse tipo de espaço como fonte para geração de renda.

Em prospectos distribuídos pela cidade e em documentos de instituições do Município, informam-se, e de certa maneira, incentivam-se as mais variadas ocupações empregatícias relacionadas ao lazer, ou seja, vendedores, ambulantes, artesãos, artistas, pequenos empresários, por exemplo. Em projetos desenvolvidos por instituições públicas, observam-se metas de gestão, como:

identificar, na população local, moradores com vocação para atuar no setor turístico. Depois de identificados, esses moradores irão **aprofundar seus conhecimentos sobre os atrativos de Angra** e, em uma segunda etapa, irão receber capacitação profissional para inserção no mercado de trabalho, com cursos de marinheiro de convés, guia de turismo, guia de trilhas, atendimento ao turista, inglês para recepcionistas de hotéis e comerciários, garçons, camareiras e outros (FUNDAÇÃO DE TURISMO DE ANGRA DOS REIS, 2009, p. 3, grifo meu).

A mesma segregação e, ou, separação de usos, bem como a percepção diferenciada que os turistas, veranistas e moradores locais vêm construindo em relação aos recursos naturais da cidade, está refletida nas políticas públicas de lazer formuladas pelo Município. De modo a contribuir para esta afirmação, aponto a criação da Fundação de Turismo de Angra dos Reis (TurisAngra) no ano de 2005¹⁹ que deu ao setor de turismo (anteriormente alocado na Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Comércio, Indústria e Turismo) um novo formato administrativo e financeiro. Funcionando em regime de autarquia, a TurisAngra consagrou o

¹⁹ Decreto n.o 4.691, de 25 de agosto de 2005, aprova a redação do Estatuto da TurisAngra.

turismo como principal atividade econômica do Município, inaugurando projetos e pesquisas focados no mapeamento das áreas com potencial para o lazer²⁰.

Como resultado das primeiras ações da TurisAngra, observa-se a reorganização, ou a divisão, dos espaços da cidade em cinco corredores turísticos nomeados como: Ponta Sul, Contorno, Centro, Ponta Leste, Ilha Grande e Ilhas, divisão esta, que facilitou a “administração e a elaboração de publicidades específicas para cada área. “Para todos esses corredores, foram elaboradas listagens dos serviços oferecidos na região e dos atrativos turísticos locais” (CARVALHO, 2009, p. 117). De acordo com dados fornecidos pela TurisAngra (2009)²¹, estas ações, culminaram num diferencial de mais de 100% no fluxo de visitantes entre os anos de 2002 (450.000) e 2007 (1.191, 200). Acrescenta-se a isso, dados sobre a movimentação de desembarques em cruzeiros com um aumento de mais de 80% da temporada de 2006/2007 (50.401, desembarques) para temporada de 2008/2009 (83.186, desembarques).

É evidente, que as ações e resultados da referida instituição são afetas as áreas de turismo e lazer, ambas interdisciplinares, dialogando com diversas áreas do conhecimento e de intervenção em esferas da vida social (ROJEK, 2000; VEAL, 1994; 2011; HARRIS, 2005; BLACKSHAW, 2010). Por isso, é importante enfatizar que a minha percepção de segregação e/ou, separação nas políticas públicas de lazer por mim mencionadas, concentra-se em um objeto de estudo particular, a prática de lazer. Na área da Educação Física, esta noção é compreendida como fenômenos ou manifestações culturais, expressa por meio das danças, jogos, acrobacias, esportes, artes marciais, as diferentes formas de ginásticas (exercitação corporal) e a aventura na natureza (SILVA; DAMIANI, 2005). Tais práticas se inserem nos projetos de lazer elaborados e implementados pela TurisAngra, mas também são o foco de atenção da Secretaria de Esporte e Lazer de Angra dos Reis (Selar), com um adendo, as práticas de lazer guardam diferenças passíveis de investigação devido aos espaços onde são desenvolvidas.

Enquanto a TurisAngra oferece práticas de lazer direcionadas para turistas e veranistas em áreas de recursos naturais como: o mergulho, o caiaque, a vela, o *trekking*, o rapel e o *rafting*, a caça submarina, a pesca oceânica e tantas outras práticas que divulgam e incentivam o ecoturismo, a Selar oferece ao morador local em áreas como praças públicas, campos de

²⁰ Projeto Caminhos Singulares do Turismo e Artesanato da Costa Verde (SEBRAE, 2005a); Pesquisa de Demanda Pesquisa de Demanda Turística (SEBRAE, 2005b).

²¹ Dados sobre as características mercadológicas do setor de turismo de Angra dos Reis disponibilizados diretamente à pesquisadora deste trabalho pela TurisAngra.

futebol, clubes e em algumas instituições (Corpo de Bombeiros e Escolas Públicas) a ginástica localizada, o aeroboxe, o voleibol, o futsal, o futebol de campo e o handebol.

Para a Selar, as práticas de lazer são o eixo principal de dois projetos, viabilizados para a população no ano de 2005, o Projeto Esporte para crianças (PEC) e o Projeto Ação Corporal (PAC), implantados no mesmo ano de criação da TurisAngra, apresentam os seguintes objetivos:

PEC Objetivo: proporcionar a inserção social, a prática de uma atividade física e a preparação para o esporte de alto rendimento. A principal conduta do projeto é a valorização da moral e da ética. Atender a crianças e adolescentes residentes no município e que estejam regularmente matriculados na rede de ensino público ou privado. PAC Objetivo: Incentivar e promover a prática de exercícios físicos no município, destinados principalmente a adultos, idosos e deficientes físicos, estimulando-os a elevar sua qualidade de vida (PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGRA DOS REIS - SELAR, <www.angra.rj.gov.br/asp/sel/sel_quem.asp>. Acesso em: 5 jun. 2008).

Esta forma da TurisAngra e a Selar operarem com as práticas de lazer em seus projetos de lazer fez com que eu refletisse sobre a influência do poder da “arquitetura esportiva” (SOARES, 2005, p. 44), expressos na valorização do esporte, abarcando valores como ascensão social, consumismo, a importância de vivenciar a aventura. Como professora de Educação Física, eu via nos projetos apresentados pelas duas instituições, uma abertura para investigar o trato que o âmbito público vem destinando as práticas de lazer. Nesse sentido, a lógica do consumo, do adestramento, da repetição de movimentos e do desempenho (SILVA; DAMIANI 2005), podem ser consideradas como ideias-chave para uma análise mais aprofundada do significado das práticas de lazer abarcadas pelas duas instituições.

Contudo, o que me causou estranhamento diante deste quadro, foi o fato da Selar não ter incorporado práticas de lazer para a população em praias, contrastando com a ideia de paraíso proposta pela TurisAngra, que mostra Angra dos Reis como uma cidade nacional e internacionalmente conhecida por sua abundância em recursos naturais e além disso, o conjunto daquelas ações, não apresentavam sequer, vestígios de pesquisas (*surveys*) direcionados aos moradores locais ou a representatividades apontando indícios do nível de aceitação destes projetos. Com essa perspectiva, coaduno com Weiss (2009, p. 16)²², autor que vê a preferência e os retornos da população, necessários ao delineamento de uma política pública, mas no caso de

²² *Individual preferences are an important input in policy design.*

Angra dos Reis, parece-me que esta interação, cedeu lugar à decisão arbitrária do Município.

Considerando o exposto, não é demais afirmar que tanto a TurisAngra como a Selar, refletem o contexto político-administrativo de países em desenvolvimento como o Brasil, nos quais as políticas públicas de direitos humanos só encontram espaço na agenda social recentemente (MELO, 1999; PRA, 2006). Sobre esse aspecto, Frey (2000) traz uma contribuição valiosa ao discorrer sobre o processo decisório nas políticas públicas, ou seja, num geral, os projetos são elaborados e implementados em instituições cujas

influências sobre as decisões políticas ficam reservadas a uma elite. A influência nos processos de decisão política e na implementação das políticas é normalmente exercida de forma direta e não de forma ‘agregada’, intermediada por partidos e associações (p.249).

A problemática apontada pelo autor guarda relações com o “padrão de intervenção do Estado, em que as questões de natureza institucional ou mais especificamente políticas são pouco exploradas” (MELO, 1999, p. 67). É cabível esclarecer, que as influências mencionadas por Frey (2000), entraves, na elaboração e implementação da política, seguem de maneira limitada a Constituição ou Leis Orgânicas dos Municípios (p. 249). Destarte, ao invés das políticas públicas funcionarem como direito ou uma espécie de ‘bem tangível’ (PRA, 2006, p.277) para a população, o que ocorre na realidade, é uma

inversão na ordem dos direitos ou a sua divisibilidade, expressa na priorização de uns em detrimento de outros, e as discrepâncias entre o garantido legalmente e o observado no cotidiano da maioria da população, permitem concluir que não basta proclamar direitos (PRA, p. 283).

Dessa forma, alinhada com Faria (2003) sobre as possíveis vertentes analíticas da política, vejo as “políticas públicas quase exclusivamente como outputs do sistema político” (p. 50), e sendo assim, dois fatores que se articulam com o processo decisório precisam ser considerados: o primeiro, o desenvolvimento e implementação da política e o segundo, os efeitos do contexto social da época (HARRIS, 2005). Quanto ao desenvolvimento e implementação da política, tanto a TurisAngra quanto a Selar indica falta de linearidade e caminho racional, ou seja, não parecem seguir o que Taylor (2001) compreende como um processo cíclico

em que a avaliação da necessidade segue a identificação de objetivos, pelo desenvolvimento e implementação de planos para encontrar objetivos por meio de monitoramento sistemático e avaliação que precisa de retorno para o funcionamento de

futuros planos (p. 137, tradução minha)²³.

A proposta dos projetos PAC e PEC, por exemplo, colocados em prática para a população no ano de 2005, aproximava-se mais da necessidade de justificar a contratação de Profissionais de Educação da categoria provisionados²⁴ realizado no ano de 2004, do que atender propriamente os anseios da população. Com isso, é possível observar a condição estática destes projetos, que desde sua criação não sofreram alteração ou reajuste (SELAR, <www.angra.rj.gov.br/asp/sel/sel_quem.asp>. Acesso em: 15 nov. 2011), podendo ser essa condição, um sinal da falta de monitoramento e avaliação da política pública.

Quanto à maneira de como a política e o contexto social se articulavam com a época da elaboração e implementação dos projetos, duas situações merecem destaque para ambas as instituições. Primeira, tanto a operacionalização do PAC e PEC, como a criação da TurisAngra, e seus respectivos projetos, foram lançados no governo do Prefeito Fernando Jordão na tentativa de delinear um novo cenário político para a cidade após doze anos do Governo PT. Segunda, o idealizador e o primeiro Presidente a frente da criação da TurisAngra, era o síndico (havia mais de vinte anos), responsável pelo funcionamento e controle do maior condomínio da região, empreendimento este, já mencionado no tópico anterior.

O contexto da política pública de lazer em Angra dos Reis me conduziu a investigar os interesses encobertos nesta aparente separação do lazer nos projetos oferecidos pelo Município, o que, por sua vez, me instigou a olhar as mais variadas teorias e modelos envolvendo diferentes visões, sobre a análise de como os diversos interesses interagem e influenciam nas decisões do Governo (VEAL, 2010). A ‘tradicional escolha pública’²⁵ mencionada por Taylor (2001, p. 137), serviu como reflexão a respeito do que eu vinha pesquisando, ou seja, as duas instituições pareciam interessadas em “maximizar o próprio poder e o seu interesse através da maximização do orçamento e tamanho do departamento”²⁶

Até o início do ano de 2009, estas reflexões acerca dos critérios estabelecidos pelo

²³ *Policy goes through a cyclical process, where the assessment of needs is followed by the identification of objectives and by systematic monitoring and evaluation, which feeds back into the development of future plans.*

²⁴ Pessoas incorporadas à classe de Profissionais de Educação com base na Lei 9.696/98 a partir da regulamentação da profissão e criação dos Conselhos Federais e Regionais de Educação Física, órgãos reguladores do exercício profissional.

²⁵ *Public choice tradition (TAYLOR, 2001, p. 137).*

²⁶ *Public officials are seeking to maximize their own power and self-interest through maximizing their budgets and size of their bureau.*

Governo Municipal de Angra dos Reis, ao introduzirem determinadas práticas de lazer em projetos voltados para a população, era o eixo norteador da minha pesquisa. Contudo, observando atentamente o trato que a TurisAngra e a Selar destinavam às práticas de lazer, assim como, as informações advindas da constituição histórica da cidade (abordada nos tópicos anteriores), percebi que os diferenciados projetos, capturavam uma perspectiva macrossocial do lazer na cidade. Esta ideia guardava a essência da reflexividade, ou seja, a minha opção por estudar a política pública de lazer via instituição, alcançava, mas não fornecia elementos satisfatórios para eu investigar o incômodo latente que desenvolvi ao logo dos anos como moradora na cidade. Refiro-me ao fato da população não ter acesso pleno às áreas de recursos naturais em seus momentos de lazer. Isso inclinou-me a pensar como o lazer diferenciado pelas duas instituições se refletiria numa perspectiva microsocial, na dinâmica das relações sociais. Para isso, a combinação entre a minha experiência profissional, ou meu ‘capital histórico’ (WACQUANT, 2006, p. 10), construído em Angra dos Reis junto aos aportes teóricos foram imprescindíveis.

Neste contexto, duas situações precisavam ser consideradas. Primeira, a relevância da Lei 7.661/88 instituída pelo Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, inserida na Constituição Nacional, garantindo a circulação irrestrita de pessoas a áreas que abrangem recursos naturais (BRASIL, 1988). Segunda, a proliferação de condomínios de alto padrão iniciada na década de 1970, construídos em áreas de praias e cachoeiras. Compostos em sua essência por muros, entradas e saídas (para morador e visitante apenas com identificação) e sistemas sofisticados de segurança, estes empreendimentos, se enquadram num tipo de residência “com acesso restrito que normalmente privatiza espaços públicos” (BLAKELY; SNYDER, 1997, p.2, tradução minha)²⁷.

A ligação do contexto descrito acima com a problemática das diferentes práticas de lazer oferecidas pelas TurisAngra e Selar levou-me a buscar fundamentos sobre como a Lei 7.661/88 se articulava com as normas de controle do fluxo de pessoas estabelecidas pelos condomínios instalados em áreas de recursos naturais. Desde então, identifiquei que o lazer do morador local estava intimamente relacionado a um fenômeno que abarca a temática do lazer, desenvolvido principalmente na Europa, países Nórdicos e na América do Norte (PITKANEN, 2008; FLEMSAETER, 2009; MULLER, 2011; COPPOCK, 1977, tradução minha): a proliferação das residências secundárias, com seus respectivos residentes secundários. Segundo

²⁷ *Gated communities are residential areas with restricted access in which normally public spaces are privatized.*

Coppock, “não há dúvidas de que a residência secundária alcança um aspecto das discussões acadêmicas e políticas inseridas no campo do lazer e turismo”²⁸

Em Angra dos Reis, este fenômeno surgiu na década de 1970 paralelamente com a construção da Rodovia BR-101, e a implantação do Projeto Turis (assunto já abordado no tópico anterior). Conceitualmente, a literatura internacional (concentração da maioria dos estudos), compreende a residência secundária como uma propriedade comprada ou alugada por um longo período, e utilizada como uma residência ocasional com diversos fins: descanso, base pessoal para trabalho, e ainda, como símbolo de prestígio (ROBERTSON, 1977; DOWNING E DOWER 1973; ALBARRE, 1977; CLOUT, 1971). No Brasil, Olga Tulik (2001), apesar de se ancorar no conceito cunhado pelos Europeus, aponta a preocupação de estudiosos desta área em operacionalizar “uma categoria específica que tenha sentido do que se entende por residência secundária” (p.3). De acordo com a autora, trata-se de um fenômeno “relativamente recente em nosso país” (p.3), abarcando dessa forma, “uma complexidade conceitual” do tema (TULIK, 2011, p.5). Aproveito para expor aqui, um exemplo do que vejo como complexidade a partir da minha vivência com a realidade de Angra dos Reis.

De modo geral, nos bairros de Angra dos Reis, compostos em sua maioria por moradores locais, também encontram-se residências secundárias, porém este tipo de residente secundário experimenta na mesma medida, a barreira física e social para acessar os espaços naturais da região. Ao que tudo indica, não é este tipo de residência secundária, situada em bairros de moradores locais que geram consequências nas formas de fruição do lazer, mas sim, um tipo de residência secundária específica implantada na região; aquelas construídas no formato de condomínios de alto padrão. Apesar dos estudos de Blakely e Snyder (1997), Rowland e Blandy (2006) e Caldeira (1997) tratarem de um fenômeno mundial, atualmente conhecido como *Gated Community*²⁹, grosso modo, estes autores têm se concentrado nos efeitos que essas verdadeiras cidades de muro vêm provocando na vida pública. Dessa forma, ainda que este seja um tema ligado à minha perspectiva de pesquisa, é imprescindível confirmar, que estes estudos não alcançam especificamente a residência secundária no formato de condomínios. Todavia, para

²⁸ *There is little doubt that the second home, vacation home, summer cottage, bach, whare, wochendhaus, or whatever the local name may be, is an aspect of the leisure/recreation/tourism field which is of growing political academic importance.*

²⁹ Não há uma tradução direta, e sim o significado desta expressão. Ou seja, é comumente evocada para caracterizar áreas residenciais, fechadas por muros e portões.

a realidade de Angra dos Reis, a lógica de funcionamento dos condomínios fechados passa a ser uma condição *sine qua non*, em uma investigação que visa compreender as implicações da residência secundária com o lazer do morador local. Não tenho dúvidas de que esta reflexão contribuiu, pelo menos em parte, para eu delimitar aspectos importantes do que eu vejo como residência secundária, e que com mais clareza procurei explorar, particularmente, como este fenômeno afetava a fruição das práticas de lazer dos moradores locais.

Em Angra dos Reis, a década de 1990 foi de fato a época do “boom” das residências secundárias. Condomínios que na década de 1980 eram compostos por uma média de 10 casas, inicialmente, atualmente, comportam em sua maioria pelo menos duzentas (200) residências. Em termos de lazer, estas propriedades caracterizam-se pela disponibilidade de marinas com vagas ‘secas’ e ‘molhadas’ para barcos, restaurantes e lanchonetes, minimercado, lojas de conveniência, praias com uma base de equipamentos náuticos (jet-ski, ski aquático, windsurfe, operadoras de mergulho), serviços e funcionários (em sua maioria moradores locais) a disposição do lazer dos residentes secundários. A descrição de Blakely e Snyder (1997, p. 47)³⁰, a respeito deste tipo de empreendimento se iguala ao padrão dos condomínios implantados em Angra dos Reis, ou seja, “imensas cidades planejadas com o objetivo de prover aos residentes uma completa experiência de vida a partir dos portões, com escolas, lojas, escritórios parques e recreação”. Essa “estrutura completa de lazer”, expressão esta utilizada até os dias atuais em propagandas de serviços para os clientes do paraíso construído em Angra dos Reis, aponta para uma conversão de vários serviços (de cunho turístico) para atender satisfatoriamente as ‘férias’ envolvendo um grande trabalho. Este trabalho é realizado por dois grupos. Um determinado a ter bons momentos e o outro que vende os serviços tentando garantir uma verdadeira experiência de férias (URRY, 1995, p. 131, tradução minha)³¹.

A troca de serviços entre moradores locais e residentes secundários, parece expressar uma ‘inautenticidade’ (URRY, 1995, p. 140)³² do paraíso de Angra dos Reis, uma construção artificial, oriunda das exigências de articulações políticas e investimentos do setor privado da

³⁰ *New towns are large master-planned developments that aim to provide residents with a complete living experience, from gated subdivisions to schools, shopping center commercial offices, and parks and recreation.*

³¹ *It is also clear that converting a range of tourist services into a satisfactory holiday involves a great deal of work. [...] both grouping itself determined to have a ‘good time’, and it involves those selling the services who try to guarantee a particular holiday experience.*

³² *Apparently authentic fishing village could not exist without the income from tourism.*

década de 1970, até o presente momento. Assim, a estrutura completa de lazer, marca da ‘inautenticidade’, torna-se um elemento chave do consumo, que possivelmente, garante a existência da mais autêntica vila de pescadores. Tal realidade conecta-se com a fala de moradores nascidos, conforme apresentei no tópico anterior. A Ilha Grande é uma nítida ilustração de como as atividades pesqueiras foram substituídas pelo turismo, via serviços hoteleiros, e de lazer, e ao que tudo indica, as práticas náuticas são o expoente de atração de Angra dos Reis. Nas palavras do morador local:

quando você chega ali em Angra é barco pra tudo quanto é lado, não tem mais lugar onde botar barco. Barco em Angra tá igual carro. Você não tem mais ilha pra você ficar. Em Angra dos Reis você não tem cais mais. Você não tem um lugar pra você encostar mais nada. Todas as ilhas que você tinha, Gipóia, Barandão, outras ilhas maiores que tinha mais espaço, que eram dos pescadores, que viviam da pesca, viviam daquilo, era noite e dia, entendeu? Hoje não tem mais. Hoje tem pessoas passando até necessidade, naquela época venderam barato, não tinham experiência (leia-se ‘terras’). Pessoas que viviam só naquilo ali (Entrevistado nº 1, em 05/05/2012 morador local pré-década de 1970, conhecedor de práticas náuticas).

As circunstâncias, apontadas pelo morador, que atualmente atingem os pescadores têm relação com o quadro da Ilha Grande, divulgado em uma reportagem publicada num jornal da cidade de Angra dos Reis. Tal reportagem nos dá uma ideia dos efeitos do turismo compartilhado por mais de quatro mil habitantes da Ilha Grande, que por sinal, não vivem somente na paradisíaca orla. Essas pessoas enfrentam problemas de esgoto mal tratado e de transporte, alegando que as barcas que fazem o itinerário do cais de Angra dos Reis para Ilha Grande, funcionam em condições precárias. Nesta matéria do Jornal Maré, sob a chamada “Abraão que ninguém vê: Praia paradisíaca da Ilha Grande tem problemas enfrentados por grandes centros” (LEITE, 2009, p. 7), observamos que os moradores do ‘paraíso’ apontam críticas aos diversos setores que compõem o Município atualmente³³. Na opinião do morador as dificuldades que eles experimentam não afetam os visitantes, pois estes “chegam aos montes nas barcas e barcos alugados” (LEITE, 2009, p. 7).

Diante dessa realidade, presumo que Angra dos Reis guarda relações com o que Urry (1995, p. 2) chama de ‘*all-consuming places*’, um lugar consumível, a partir do reconhecimento

³³ Secretaria de Ação Social; Secretaria de Atividades Econômicas; Secretaria de Administração de Desenvolvimento Pessoal; Secretaria da Procuradoria Geral; Secretaria da Controladoria Geral; Secretaria de Educação, Ciência, Tecnologia, Secretaria de Esportes e Lazer; Secretaria de Fazenda; Secretaria de Governo e Defesa Civil; Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano; Secretaria de Obras, Habitação e Serviços Públicos. Disponível em: <<http://www.angra.rj.gov.br/asp/index.asp>>. Acesso em: 15 jan. 2010.

das pessoas sobre o que é significativa. Em lugares com esta característica, tal reconhecimento liga-se, de uma maneira geral, à relevância industrial, à arquitetura, à arte, à literatura e ao meio ambiente, atrativos estes, que fomentam o uso dos lugares, ao ponto destes, serem devorados exaustivamente pelo consumo. Nesta perspectiva, Urry (1995), aponta quatro possíveis aspectos que conectam a sociedade com o ambiente físico, e ao mesmo nos instiga a pensar nas relações entre ambiente e sociedade, em Angra dos Reis:

Stewardship da terra tem o intuito de propiciar uma melhor herança para as gerações futuras que viverão na área local; *exploitation* da terra ou outros recursos, olhando para natureza como separada da sociedade; *scientization*, tratando a terra como objeto científico de investigação; e visual *consumption*, através da construção do ambiente físico como terra de fuga não primariamente para produção, mas atrativo para apropriação estética (p.174, tradução minha).³⁴

Dentre os aspectos mencionados, percebo o consumo ou visual *consumption* (URRY, 1995), como o mais notório, ou seja, um tema relevante para refletirmos sobre o caso de Angra dos Reis, devido à concentração dos interesses públicos e privados no turismo e lazer. De imediato, este tipo de conexão com o ambiente, associaria-se automaticamente a “bens e serviços produzidos para o mercado de vendas, mecanismos de preços, gerando retornos financeiros (GIDDENS, 1990, p. 55)³⁵. A princípio, associar o capital econômico ao meu interesse de pesquisa faz bastante sentido, já que o lazer tornou-se um dos carros chefe do mercado de trabalho da região. Em outras palavras, as interações sociais e as implicações da residência secundária poderiam resumir-se a trocas econômicas entre moradores locais, residentes secundários e instituições públicas e privadas. Assim, o lazer funcionaria como “uma mera réplica da relação social reforçada pelo sistema capitalista de produção, consumo e troca de valores” (BISHOP; HOGGETT; 1989, p. 150). Todavia, comungo com a posição de Bishop e Hoggett (1989) ao defenderem que

o lazer não é totalmente dominado pelo consumo passivo, e que há, mesmo em termos econômicos, uma noção de valor que é frequentemente argumentada. Há uma irreconhecível dimensão social nas atividades de lazer que demanda novos modelos econômicos (p. 151, tradução minha).

³⁴ *Stewardship, of the land so as to provide a better inheritance for future generations living within a given local area. Exploitation, of the land or other resources through seeing nature as separate from society. Scientization, through treating the environment as the object of scientific investigation. Visual consumption, through constructing the physical environment as a landscape not primarily for production but embellished for the aesthetic appropriation.*

³⁵ *Goods and services are produced for sale in the market and the price mechanism generates economic outcomes.*

A afirmação dos autores representa reflexões de um extenso projeto que me chamou atenção para o caso de Angra dos Reis. “*The operation of the Voluntary Sector in Leisure*”³⁶, pesquisa desenvolvida para o Comitê Municipal de Esporte e Lazer, em 1985 no Reino Unido, enfatizando a economia informal, que de certa forma, tem levantado diferentes pontos de vista entre pesquisadores (BISHOP; HOGGETT, 1989, p.156). Alguns encaram este tipo de trabalho como a prova do impacto do desemprego, a recessão devastadora, sob o qual as pessoas necessitam de tomar uma atitude, vista de maneira positiva, mesmo considerando a ilegalidade. Outros, acham que esta é a verdadeira degradação do trabalho. Ainda temos os que encaram o emprego informal como um reflexo da sociedade do lazer pós-industrial cujo legado é: trabalhe menos e divirta-se mais. (BISHOP; HOGGETT, 1989, p.156).

No caso de Angra dos Reis, as residências secundárias localizadas em condomínios fechados, que dentre inúmeros serviços, incluem as estruturas completas de lazer, fomentam um intenso mercado informal de ocupações para atender o lazer dos residentes secundários. Funções como estas geralmente são desempenhadas por moradores locais, e muitos destes encaram-nas de forma vantajosa, já que o desenvolvimento das tais atividades lhes assegura a flexibilidade de horário. Em outras palavras, para alguns moradores locais, eles “trabalham menos e se divertem mais” BISHOP; HOGGETT, 1989, p. 156).

No entanto, o ponto crucial que pretendo levantar, e que, caminha na mesma direção de Bishop e Hoggett (1989), encontra-se além da circulação ou do efeito do capital econômico que o lazer propicia em Angra dos Reis. Refiro-me à dimensão social do lazer, pensando no potencial que as práticas de lazer possuem para colocar o morador local e o residente secundário em contato. Rojek (2005, p. 181) aborda este assunto com base na ‘social density’ (densidade social), formada pela “quantidade de contato físico entre indivíduos por meio das *leisure activities* (atividades de lazer). Diversos autores, afetos à temática do lazer também dedicam-se a estudos referentes ao potencial de tais atividades, para agregarem pessoas (HEMINGWAY, 1999; BLACKSHAW, 2005; MAYNARD, 2005; GLOVER, 2008; SON, YARNAL, KERSTETTER, 2010). Observando a realidade de Angra dos Reis, a densidade social mencionada por Rojek, pode ser comparada à prática da pesca por exemplo. Marinheiros que trabalham para o residente secundário, costumam sair de barco à noite para pescar, e retornarem no dia seguinte. Também é

³⁶ *Leisure is not at the moment totally dominated by passive consumerism; that there are even in economic terms more notions of value than is often argued, that there is a major and unrecognized social dimension to much leisure activity, which demands new modes of economy.*

comum, o residente secundário jogar golfe com seu funcionário no final da tarde. Nesse caso, vejo que mesmo existindo uma relação de força assimétrica entre os dois grupos expressos pelo poder do capital, ou pelas condições materiais, as práticas de lazer tendem a alterar o padrão de proximidade das relações sociais entre ambos, entretanto, o estreitamento desta relação não é visível.

Desse quadro, considerando o atual lazer dos moradores locais e o fenômeno da residência secundária, parece emergir dois pólos de circunstâncias a serem analisadas: uma, que restringe e afeta a fruição do lazer dos moradores locais em áreas de recursos naturais com base em trocas materiais; outra, cuja base é simbólica e diz respeito à geração de relações sociais, entre morador local e residente secundário de condomínios fechados, por meio das práticas de lazer.

Vale ressaltar que a restrição do acesso a áreas de recursos naturais, e principalmente a praias, abrange duas vertentes. A primeira, oriunda do espaço ocupado pelos condomínios, e a segunda, da falta de trato do Município em relação aos efeitos provocados pela instalação de tais condomínios em praias de livre acesso. A carência de ações do Município, expressa na falta de operacionalização do saneamento e do esgoto, o que deveria estar previsto para atender à demanda da atual estrutura física da cidade, colabora para a poluição de diversas praias em Angra dos Reis. Segundo o boletim divulgado pelo Instituto Estadual do Ambiente (Inea)³⁷, das 18 praias analisadas, 9 não são recomendadas para banho. O Jornal Diário do Vale publicado em 1 de outubro de 2011, apresenta o posicionamento do Superintendente Regional do Inea:

a despoluição só ocorre se houver um investimento no sentido de viabilizar a edificação de uma rede coletora e de tratamento de esgoto. Somente após a criação de uma rede adequada de saneamento é possível despoluir e garantir a qualidade da água das praias (INEA, divulga relatório sobre as praias de Angra, <<http://diariodovale.uol.com.br/noticias/4,46948,INEA%20divulga%20novo%20relatorio%20sobre%20praias%20de%20Angra%20dos%20Reis%20e%20Paraty.html#axzz11WCL9SZI>>. Acesso em: 10 de nov. 2011).

Considerando estas circunstâncias, passei a entender que as práticas de lazer inseridas nos projetos de lazer elaborados e implementados pela TurisAngra e Selar, apenas compunham dois mundos paralelos do lazer refletindo uma rede de relacionamentos informal, interessada na

³⁷ BOLETIM, Balneabilidade das praias, <www.inea.rj.gov.br/fma/balneabilidade-praias.asp>. Acesso em 19 jan. 2012.

implantação e manutenção da residência secundária na cidade. Vejo essa rede de relacionamento construída dentro de um processo invisível, ou seja, impossível de ser apreendido na ‘superfície’, ou por um outsider, como diria Wacquant (2004). Trata-se das relações sociais ou conexões estabelecidas ao longo dos anos entre moradores locais, residentes secundários e instituições, que desenvolveram um mecanismo de trocas fundamentado num amalgama de tensões complexas entre o trabalho e o lazer. Tal complexidade ocorre devido à distribuição de poder assimétrico dos grupos dentro da rede, e neste caso, as práticas de lazer, configuram-se como um elemento de potente valor no que tange as negociações e conseqüentemente altera o poder de interação entre grupos.

Baseada nestes pressupostos, minha pergunta de pesquisa é: Qual a relação entre moradores locais e residentes secundários em Angra dos Reis? Quais as influências que esta relação tem no lazer destes grupos?

Em face da complexidade desta questão, elaborei outras questões auxiliares intimamente ligadas a questão anteriormente exposta:

1. Quais são as trocas materiais e simbólicas entre morador local e residente secundário de condomínios, por meio das práticas de lazer?
2. O que determina o acesso ou a restrição dos moradores locais à áreas de recursos naturais para fruição do lazer?
3. Quais as estratégias desenvolvidas pelos vários agentes para assegurar o funcionamento do lazer em áreas de recursos naturais?

Visando a responder às perguntas apresentadas, este trabalho está dividido em seis seções, dentre elas quatro capítulos. A primeira, a Introdução, abrangeu um recorte do quadro histórico de Angra dos Reis, cujo foco é o período de transição da região rural para urbana, e a entrada dos grandes empreendimentos industriais e imobiliários, que provocou uma reordenação na estrutura socioespacial da cidade.

O segundo capítulo apresenta o caminho metodológico seguido, visando responder as questões de pesquisa. Primeiramente esclareço os critérios que me levaram a optar pelo bairro Frade como campo de pesquisa, e em seguida descrevo o que considerarei como fontes primárias e secundárias.

O terceiro capítulo descreve o bairro Frade e as relações de simbiose e oposição estabelecidas entre moradores locais e residentes secundários do Condomínio Porto Frade.

Mostro no capítulo as expectativas emergidas tanto da fala quanto das ações dos moradores locais a respeito da ascensão econômica e social, e ao mesmo tempo a percepção dos residentes secundários quanto a vantagem de se aproximar do morador local, conhecedor de práticas importantes para a fruição do seu lazer. Acrescento ali ainda as percepções dos moradores locais a respeito de práticas de lazer no antigo Frade antes da chegada da urbanização, além da extinção de práticas como o jongo, a caça e a pesca.

A intenção do quarto capítulo é mostrar como o processo de implantação da residência secundária na década de 1970 desencadeou mudanças nos padrões de lazer dos moradores locais. Práticas como o simples banho de sol e mar atualmente não fazem parte do cotidiano do lazer dos moradores locais, tendo como principal fator a perda da praia da Vila do Frade. Para isso, me atendo nesta parte a dois enfoques: primeiro, as estratégias de inibição ao acesso dos moradores locais à praias sitiadas por condomínios, criadas pelos grupos envolvidos com o negócio da residência; segundo, como instituições do terceiro setor (ONGs), da esfera ambiental, interferem no processo de abertura de praias confinadas no interior de condomínios e o papel ambíguo de instituições como o Instituto Estadual do Ambiente (Inea) e a Capitania dos Portos, no que se relaciona à mesma questão do acesso aos espaços naturais.

O quinto capítulo, por meio de práticas como o golfe e a pesca oceânica, descreve a incorporação de falas, gestos e expectativas, e como as referidas práticas se configuram como capital social, logo, um capital social corporal específico, que insere um grupo de moradores locais na rede de relação informal da residência secundária.

As considerações finais reforçam como a rede informal de relações que assegura o lazer da residência secundária se alimenta da ausência de ações informais das esferas pública.

2 ABORDAGEM DO CAMPO

Ao iniciar a escrita desta investigação, refleti por certo tempo sobre a estrutura (ou o formato) que eu daria para os capítulos e para a seleção dos tópicos e temas que deveriam sobressair. Por último, ficou a decisão de incluir ou não um capítulo para tratar da metodologia. De antemão, esclareço que a minha opção para acessar os dados em campo foi pela etnografia, e de certa forma, isso pesou no momento de organizar a comunicação desta etapa da pesquisa.

Eu havia lido boas etnografias, e em nenhuma delas, observei uma preocupação do pesquisador em destinar um capítulo ou tópico exclusivo para a metodologia. Geralmente, este tipo de informação, ou seja, a aproximação com o campo, os meios dos quais o pesquisador lança mão para fazer contato com pessoas e grupos ou participar de determinados eventos, e até mesmo, os papéis por ele desempenhados em campo, são informações que podem ser identificadas por meio do texto, mas não em um capítulo específico para isso. A etnografia *Body & Soul de Wacquant* (2004) é um bom exemplo. Apesar do autor instrumentalizar-se com observação e entrevistas para adquirir os dados primários de sua etnografia centrada em um grupo amador e profissional de praticantes de *boxe*, moradores locais de um bairro de negros em Chicago, U.S.A. (originalmente chamado pelo autor de *Chicago's Blackghetto*), ele destinou uma nota de rodapé para mencionar o uso dessas técnicas

Feita dia a dia e em torno do ginásio foi complementada e triangulada no final da jornada desta pesquisa por meio de coletas sistemáticas de histórias de vidas dos principais membros do Woodlawn Boys Club, com mais de cem entrevistas com profissionais pugilistas, e também atividade com seus treinadores e gerentes em Illinois, e dissecando a literatura nativa (especializada em revistas, jornais, biografias e auto biografias) e seus derivados (escritos literários e historiográficos). Eu também treinei em mais três outros ginásios profissionais em Chicago e visitei outros 12 clubes nos Estados Unidos e Europa durante o período de quatro anos. Ao partir de Chicago eu era membro dos ginásios de boxe em Boston, na cidade de Nova York e em Oakland, Califórnia (WACQUANT, 2004, p. 5-6, tradução minha).³⁸

³⁸ *These ethnographic observations made day-to-day in and around the gym were complemented and triangulated at the end of the journey by the systematic collection of the stories of the main members of the Woodlawn Boys Club, over one hundred in depth interviews with professional pugilists then active in Illinois as well as with their trainers and managers, and by the dissection of the "native" literature (specialized magazines and the news letters, biographies and autobiographies) and its scholarly derivatives (literary and historiographical writings). I also trained in three other professional gyms in Chicago and visited another dozen clubs in the United States and in Europe over a period of four years. After my departure from Chicago, I was a member of boxing gyms in Boston, New York City, and in Oakland, California.*

Olhando por este ângulo, pensei que a maneira apresentada de tratar a metodologia em textos etnográficos, talvez fosse oriunda de uma intenção particular dos pesquisadores em comunicar uma etapa importante da pesquisa, de maneira que não fosse necessário ceder aos padrões de formatação rígidos construídos pelo campo científico. De fato, as afecções e afetos que permeiam a experiência etnográfica e se fundam “no espontâneo, imprevisto, improvável e rememorável” (MARQUES, 2009, p. 157), parecem destoar um pouco da expressão método.

No entanto, assumo que ao buscar uma compreensão mais detalhada em várias investigações (BRAZ, 2010; MARQUES, 2009; MANSUR, 2007; VELHO, 1987), que se valeram da etnografia, no que se refere, por exemplo, à maneira de lidar com os registros de observações em diário de campo e com a elaboração de entrevistas, não encontrei muito suporte. A impressão que eu tenho é que o foco do texto, de fato encontra-se na descrição, enquanto as técnicas utilizadas (e sem as quais seria impossível adquirir dados) são situadas num plano mais hermético.

Tendo em vista essas questões, decidi registrar neste capítulo, informações relacionadas às técnicas utilizadas para operacionalizar tanto os registros quanto a organização dos mesmos, assim como, a técnica de entrevista. O objetivo disso, não é cumprir uma mera formalidade dos padrões exigidos em textos acadêmicos. A intenção aqui, é colocar à disposição de outros pesquisadores dilemas surgidos no interior de minhas interações com o campo, e que, pouco a pouco, me impulsionaram a recorrer à técnicas relevantes que me auxiliaram a dinamizar a pesquisa.

2.1 A seleção do campo

Em agosto de 2008 quando ingressei no Programa de Pós-Graduação da Unicamp, não havia dúvidas em relação ao campo de investigação, desta pesquisa, ou seja, a cidade de Angra dos Reis. Contudo, somente em agosto de 2009 optei por um local específico, que tivesse uma profunda relação com as questões-problema deste estudo, para então, eu iniciar as interações com o campo. Naquela época, eu estava convencida de que o bairro Frade era o local que representava um microcosmo dos dilemas que delinearam a problemática desta pesquisa.

Localizado a trinta quilômetros de Angra dos Reis, pertencente ao 2º Distrito da

cidade e com uma população aproximada de 20.000 habitantes, o bairro abarca o primeiro e o maior condomínio de residência secundária da região. Na década de 1970, o bairro se firmou como um dos maiores pólos de concentração de trabalhadores que se deslocaram de outras regiões do Brasil, para tentar iniciar a vida em um local que lhes propiciasse condições econômicas de renda atrativa. No entanto, ao findar o fluxo das faraônicas obras realizadas na região (rodovias e usinas nucleares), o Condomínio Porto Frade, foi colocado como foco dos moradores locais (principalmente do bairro Frade) em termos de trabalho, no ramo da construção civil e serviços no setor privado do lazer, para atender aos residentes secundários. Diante desse novo quadro de ofertas, que aparentemente configurava-se pelo trabalho, inúmeras obras foram realizadas para atender a uma “estrutura de lazer” específica (das práticas náuticas) voltada para a expansão da residência secundária, mas, que em contra partida afetaram o meio ambiente (praias e mangues) e restringiram o acesso dos moradores locais aos espaços naturais do entorno.

Esta realidade me instigava a enxergar uma oportunidade ímpar para vivenciar situações que, de certa forma, guardavam nuances com outras áreas da região de Angra dos Reis, ou seja, a entrada do setor de turismo - predatório ao meio ambiente - que provocou assim, a segregação dos espaços, também refletiu-se nos bairros Bracuí, Praia Vermelha e Mombaça. Em outras palavras, esse modelo segregacionista dos espaços implantado no Frade, pode ser expresso em uma frase que certa vez, ouvi em minhas interações com o campo: “os condomínios têm uma característica; todos foram instalados de frente para o mar e com as costas para as favelas” (Diário de Campo, 15/04/2012).

Tendo em vista o exposto, havia um fator extremamente relevante que me aproximava do Frade, qual seja: a oportunidade de obter acesso a lugares e a informações que favoreceriam as interações com o campo. Da mesma forma que eu encarava esta situação como uma vantagem, considerando o aspecto operacional da pesquisa, eu também tinha inúmeras dúvidas quanto à forma de administrar o meu envolvimento pregresso com o campo. Todavia, refletindo a respeito de questões de cunho dinâmico, como por exemplo, o cronograma que eu tinha que cumprir para finalizar a pesquisa, assumi então, o desafio de aprender a lidar com a escolha intencional de um campo de pesquisa (RITCHIE; LEWIS; ELAN, 2011). Esse tipo de opção requer do pesquisador a percepção dos possíveis usos que ele pode fazer não só do conhecimento pregresso daquela realidade, como também das redes de relações que ele constituiu anteriormente. A partir daí é necessário que o pesquisador esteja atento a respeito das mediações

que ele precisa fazer entre, as vantagens, adquiridas por ter pertencido a uma rede de relações em uma determinada época, e as situações inesperadas surgidas naquele contexto, que na verdade, se configuram para ele como uma nova experiência. Em suma, trata-se das interações experimentadas com um lugar já explorado anteriormente, agora no papel de pesquisador.

Uma vez conformada a opção pelo bairro Frade, questões relativas a reflexividade vieram a tona: como os pesquisados me enxergavam? Quais os aspectos favoráveis e desfavoráveis da identidade que construí em termos de acesso às informações? Como interagir com minha biografia pessoal? Obviamente tais questões perpassaram todas as etapas da pesquisa, mas para ilustrar, quero comunicar duas, essenciais, que serviram como vetor inicial para a aplicação das técnicas de observação e entrevistas, opções que fiz para adquirir os dados primários.

O primeiro fato ocorreu anterior a minha presença física no campo, quando contactei por telefone o dono de uma pousada situada no Frade. Minha pretensão era permanecer naquele local por todo o período de observações. Após uma conversa agradável, versando sobre minha adaptação de vida em outro Estado, o dono me concedeu um desconto que suplantou minhas expectativas. Nesse dia, logo ouvi a mensagem mais significativa: “Paulinha, eu vou negociar este valor porque é para você. Eu sei que você está precisando, isso é para os seus estudos e eu nunca esquecerei que você foi professora das minhas filhas” (Diário de Campo, 23/10/2009).

Já o segundo fato surgiu de um diálogo face a face com um morador local na praia, em pleno verão, na primeira etapa da pesquisa. Ao observar o morador local jogando frescobol com um grupo, aguardei o término do jogo e dirigi-me a ele dizendo estar interessada no lazer do dia a dia dos moradores locais. Ele mostrou extrema atenção, o que me encorajou para falar do tempo que eu estava hospedada no Frade, e do meu intuito em desenvolver uma pesquisa. Naquele momento, a resposta do morador local me impactou, mas, para além disso, me fez perceber o outro viés da identidade que construí com o campo ao longo dos anos, quando ele disse:

Vem cá, você não é uma professora de Educação Física que trabalhava no Condomínio do Frade só pros ricos [interpreta-se ricos como residentes secundários]? Você não era moradora do Condomínio Bracuhy? Eu lembro de você, você está muito diferente, você mudou muito, eu achava você muito sebossa, metida (Diário de Campo, 09/01/2010).

Os acontecimentos transcritos deram-me elementos para eu interagir com o campo considerando três vertentes. Uma da professora de Educação de Física de uma Escola Estadual

situada na região, que se mudou da cidade com o objetivo de investir na carreira. Outra, da professora de Educação Física coordenadora de lazer do Condomínio Porto Frade, que desempenhou um trabalho para um grupo privilegiado economicamente, e que possivelmente ligava a minha imagem a uma atitude pedante. E por último, a moradora local que também residia num outro condomínio, não do porte do Condomínio Porto Frade, mas que também situava-me numa posição social diferenciada dos moradores locais dos bairros de Angra dos Reis. Outro ponto importante, a ser ressaltado, é o fato de que o meu não reconhecimento de pessoas ou grupos em campo, não significa que eu não fosse reconhecida pelos mesmos. Enxerguei estas e outras variações, com as observações de possíveis grupos envolvidos com a pesquisa.

Em minhas análises, passei a lidar com dois *feedbacks*, um que me remetia à condição de pesquisadora-observadora ‘bem vinda ao bairro’ e outro que me colocava numa posição de quem está sendo ‘observada’, ‘analisada’. Essa reflexão foi decisória para eu entender, que apesar da minha intenção de pesquisa ter com partida o morador local e os residentes secundários, por meio das práticas de lazer, as primeiras observações em campo deveriam partir do local em que eu tinha menos interações (a Vila do Frade) para sítio de maiores interações (Condomínio).

Durante as observações, também me deparei com habilidades necessárias para o trato com esta pesquisa, em especial. A minha facilidade de me relacionar socialmente com grupos num primeiro relance, foi das habilidades afirmadas. Sem me ater a questões relativas à personalidade, (já que não é este o caso) o fato é que, a comunicação espontânea, despojada, aliada a uma total entrega do que se pretende pesquisar tornou-se chave durante minha estada no campo.

Dessa forma, eu tinha conhecimento da importância dessa habilidade, mas só alcancei uma reflexão mais apurada após a terceira etapa da pesquisa. Uma leitura em particular, aproximou-se de diversas situações que experimentei em campo. Davies (2008) aborda exatamente essa questão. Para a autora, a pesquisa etnográfica depende da interação social.

Algumas interações ocorrem com indivíduos que detêm conhecimentos específicos, que precisam ser interpretados num geral coletivo ou em termos de estrutura. A maior parte das interações entre etnógrafos e outros indivíduos serão verbais ou em conversas informais por meio de questões e entrevistas. Os informantes são de central importância no estudo, porém a interação construída entre o pesquisador com estes indivíduos, influenciará o acesso a outras portas de

aproximação com outros informantes-chave, e, além disso, firmarão a aproximação com os outros (DAVIES, 2008).

Foi com base nessa forma própria de agir, que compartilhei momentos particulares do lazer com os moradores locais e residentes secundários, possível somente a quem estes grupos permitem penetrar em seu ambiente. Davies (2008) deixa bem claro em seu texto, “você escolhe o informante, mas você também é escolhido”³⁹. Neste ponto, o exercício de reflexão e autointerrogação no tocante às minhas concepções serviu não só pra eu observar, mas também interagir com as ambiguidades expressas no lazer do morador local, do residente secundário e de instituições envolvidas. A exemplo disso, cito o convite que recebi dos moradores locais para acompanhar um torneio de golfe organizado por eles e patrocinado por residentes secundários nas dependências internas do Condomínio Porto Frade. Em contrapartida, também fui introduzida à logística que os moradores locais desenvolveram para fruir seus momentos de lazer na praia devido às restrições de acesso estabelecidas informalmente pelo Condomínio Porto Frade.

2.2 Planejamento, período de imersão no campo e etapas operacionalizadas

O planejamento da pesquisa de campo envolveu um princípio essencial. Adequar o tempo e o recurso financeiro disponível para permanecer no bairro Frade, com uma experiência que rendesse dados substanciais, ou seja, que no mínimo estivessem profundamente relacionados às questões que norteavam a investigação. O equilíbrio destes dois fatores é fundamental. Nesse sentido, temas como o acesso ao campo, a forma de construção da relação pesquisador-pesquisado e a identificação dos locais e da época com potencial de concentração dos grupos chave, os quais favorecem a observação de situações relacionadas com a problemática da pesquisa, configuram-se como reflexões que contribuíram para eu chegar a algumas conjecturas. Uma delas relaciona-se com a época mais propícia para a realização das observações. Nesse caso, o período de férias é o vetor.

Iniciado basicamente em dezembro e perdurando até fevereiro, as férias são o momento em que o fluxo de residentes secundários aumenta, ou melhor, que o contato entre o morador local e o residente secundário torna-se mais aparente. Isso ocorre devido a um fenômeno muito comum em regiões com características geográficas como Angra dos Reis

³⁹ *Choosing informants – and being chosen* (p. 88).

(própria para o veraneio), o que lhe confere o uso de uma expressão corriqueira, sempre evocada pelos moradores locais, *alta temporada*. Em consequência disso, os serviços da região funcionam para atender à *alta temporada*, o motor da economia da cidade, embora, somando-se a isso, houvesse outro fator que me impulsionou para que este período fosse chave para a realização das observações, a estação verão. Este é o momento em que as pessoas estão mais propensas a ocupar áreas de recursos naturais para o lazer. Ainda assim, incluí o mês de julho, mesmo sendo considerado período de baixa temporada, mas assim como janeiro, é associado ao período de férias, e ainda os meses de abril e maio, como período de finalização das entrevistas no campo.

1.º Período – de 10 de dezembro de 2009 a 28 de fevereiro de 2010; **2.º Período** – de 1.º de julho de 2010 a 31 de julho de 2010; **3.º Período** – de 5 de dezembro de 2010 a 25 de janeiro de 2011⁴⁰; **4.º Período** – de 1.º de abril a 30 de maio de 2012. Estas etapas englobaram as seguintes ações: mapeamentos de áreas (inclusão e exclusão de determinados locais para observação), reflexão das questões surgidas em campo, ao longo das interlocuções com os moradores, delineamento dos temas das entrevistas e entrevistas.

2.3 A observação

Destinei à observação uma atenção particular, por enxergá-la como o ponto de partida da construção do que eu pretendia apreender nesta investigação, logo, ela configurou-se como fonte dos dados primários desta pesquisa. Porém, ao iniciá-las, um dilema caminhou em paralelo com meu convívio com o campo. Ao mesmo tempo em que eu reconhecia certa facilidade em interagir com os pesquisados e com as circunstâncias inusitadas, eu também percebia uma lacuna na minha compreensão relacionada ao ato de observar, e que conseqüentemente, influenciava no meu ato registrar e comunicar a pesquisa. Isso fez com que eu recordasse um professor em uma aula, cujo tema era a observação em pesquisa, e o que mais me marcou foi a sua advertência a respeito da necessidade de se ter clareza a respeito do que se pretende observar de fato.

Refletindo a respeito disso, percebi que um dos conceitos que faziam parte da tal clareza de propósito era a seleção do local, grupo e das circunstâncias que possivelmente

⁴⁰ Este período de observação foi menos extensor porque nesta mesma época eu estava em fase preparatória para a qualificação da pesquisa e com data já prevista para o doutorado-sanduiche no Exterior.

desencadeariam *interações sociais complexas* com grupos e indivíduos que agem a favor dos seus próprios interesses (SMITH; HODKINSON, 2008, p. 412). Nesse caso, o ato de observar e interagir com o campo, comunga com o ato de julgar o que se pretende comunicar. O tipo de seleção mencionado pode ser associado ao que Clifford (2011, p. 478) entende como um “processo complicado devido ao efeito de múltiplas subjetividades e constrangimentos políticos” os quais estão sob o controle de quem observa e escreve. Em suma, observar com propósito não tratava-se de algo simples.

Recorri a algumas leituras naquela época, que resultaram apenas num acúmulo de dúvidas que me levaram a transitar em termos como, observação direta, observação participante, observações, etc. Enfim, isso sempre fazia surgir em mim questões como: as experiências que vivi em campo se articulavam com a observação? O que estava implícito quando eu utilizava este termo observação? Quais são as implicações éticas quando um pesquisador adota papéis diferentes para interagir em campo? Sobre isso, dialoguei com alguns pesquisadores, que não viam tal fato como relevante, afinal, tratava-se apenas de uma maneira específica de coleta de dados. Este posicionamento faz muito sentido, analisado o ponto de vista do qual a observação é considerada.

A observação ancorada na antropologia não anulou a sua expansão para áreas de conhecimento baseadas num enfoque positivista. Assim, a observação pode ser utilizada tanto para pesquisas qualitativas quanto para quantitativas com o mesmo enfoque, ou seja, compreender o significado social de atividades de pessoas num dado campo, e isso associa-se frequentemente à participação do pesquisador em campo (BREWER, 2000, tradução minha). Em suma, a observação pode ser reconhecida apenas como uma ferramenta efetiva para promover o entendimento de situações variadas (SCHENSUL, SCHENSUL, LeCOMPTE, 1999). Sob esta perspectiva, os autores encaram-na como a mais apurada observação formada pela teoria e uma escrupulosa atenção dos detalhes. Outras influências na observação, como preconceitos e valores e outros entendimentos implícitos ou desarticulados com a teoria, não ajudam. A qualidade e a importância dos fatos que o etnógrafo observa e grava depende da observação, documentação e interpretação das habilidades do observador e da oportunidade de observar (tradução minha)⁴¹.

⁴¹ *The most accurate observations are shaped by formative theoretical frameworks and scrupulous attention to detail. Other influences on observation, such as personal biases and values and the other implicit or*

Dessa forma, a falta de clareza que eu tinha dos diversos enfoques teóricos e práticos possíveis, a respeito do uso da observação, dificultava a minha maneira de comunicar as informações adquiridas em campo. Este dilema perdurou até o ano de 2011, ou seja, quando eu havia finalizado uma parte das observações e entrevistas, e estava engajada com a análise desses dados atuando como pesquisadora visitante em um estágio no Exterior. Eu tinha anotações em diário, somadas a 14 entrevistas, logo, uma pilha de dados, que só passaram a ter sentido quando refleti sobre as minhas experiências em campo, com leituras de autores internacionais que tratam especificamente do tema da observação em etnografia sob o viés da antropologia.

Para começar, faço questão de compartilhar da crítica que alguns autores fazem a respeito da expressão ‘observação’, tratando-se do uso da etnografia (DAVIES, 2008; BREWER, 2000; GOLD, 1958). Gold (1958) e Davies (2008). Estes autores apontam a expressão observação como *oxymoronic*. Tal expressão significa ‘discurso aparentemente contraditório’, ou seja, os *experts* neste assunto veem o uso isolado do termo observação de forma reduzida e contraditória, face as diferentes funções que o pesquisador desempenha em campo. A fundamentação desta ideia reside nos “quatro possíveis papéis que o etnógrafo pode adotar: completo-observador; observador-como-participante; participante-como-observador ou completo-participante” (DAVIES, 2008; GOLD, 1958, tradução nossa)⁴². Os autores também explicam que as mudanças desses papéis funcionam como um processo de negociação entre pesquisador e pesquisado, uma espécie de concessões feitas pelos pesquisados, dependendo da escala de aceitação que o pesquisador alcança ao longo do tempo no campo. Fielding (2002, p. 149, tradução nossa)⁴³, seguindo a mesma linha destes autores, ressalta que o processo de participação envolve o ‘engajamento gerencial’ do pesquisador, uma decisão que pode ser vital durante as interações com o campo, visto que, o desempenho de algum papel por parte do pesquisador sempre carregará um elemento de decepção, ou seja, é o

unarticulated theories are less helpful. The quality and importance of the facts that an ethnographer observes and records depends on the observational, documentation and interpretations skills of the observer and the opportunities he or she has observing.

⁴² *The ethnographer may adopt one of four possible roles: complete observer; observer as participant; participant-as observer; or complete participant.*

⁴³ *The process of participation involves the researcher engaging in impression management. It involves a vital decision, because the role always has an element of deception and this can present ethical dilemmas.*

risco de estar envolvido em dilemas éticos.

Foi considerando essa visão que passei a interpretar e sistematizar os diversos acontecimentos relacionados à minha forma de agir em campo. Assim, a conhecida observação utilizada por mim nesta pesquisa, a fim de mostrar o funcionamento de uma rede de relação do lazer, oscilou entre o meu papel de **participante completa e participante-observadora**. A noção de **participação completa**, segundo Gold (1958), é aquela em que a identidade do pesquisador e o seu propósito em campo “é completamente desconhecido para quem está sendo observado” Nesta situação, o pesquisador interage naturalmente em áreas do seu interesse de acesso, nas quais ele pode, “jogar e aprender a jogar” (GOLD, 1958, p. 219).

Quanto à noção de **participante-observadora**, Gold (1958)⁴⁴ atribui o uso desse papel ao tratar de grupos pesquisados conscientes dos propósitos do pesquisador em campo, podendo gerar vantagens e desvantagens ao mesmo tempo. Vantagem, uma vez que o papel observador e observado encarado de forma explícita “tende minimizar problemas éticos. desvantagem, porque esta relação também carrega inúmeras oportunidades dos observados “comportamentalizarem” (evitarem) erros e dilemas que tipicamente apareceriam ao observador completo” (GOLD, 1958, p 219)⁴⁵.

A este tipo de interação em campo, associo as experiências que vivi nas dependências internas do Condomínio Porto Frade. Para isso, baseio-me no conhecimento do setor administrativo e de segurança da empresa, assim como, grupos de residentes secundários que se relacionam por meio do lazer com moradores locais, no que se refere aos meus propósitos. A partida de golfe entre um morador local e o residente secundário, prática esta que a dupla me permitiu observar e compartilhar nas dependências internas do Condomínio é um exemplo deste tipo de papel desempenhado em campo.

Este quadro apresentado anteriormente com questões variadas concernentes à observação, ferramenta essencial para aquisição dos dados desta pesquisa, também conectava-se a outra prática, importante na mesma medida que a observação: *o ato de registrar*. As reflexões

⁴⁴ *The mutual awareness tends to minimize problems of role-pretending; the role carries with it numerous opportunities for compartmentalizing mistakes and dilemmas which typically bedevil the complete participant.*

⁴⁵ *Those whom he observes do not know the true identity and purpose of the complete participant in the field research. He interacts with them as naturally as possible in whatever areas of their living interest him and are accessible to him as situations in which he can play, or learn to play.*

e questionamentos dirigidos a este tema, também tiveram origem quando passei a interagir presencialmente com o campo. Isso ocorreu no primeiro período de incursão em campo (de 10 de dezembro de 2009 a 28 de fevereiro de 2010) quando eu buscava mapear os tipos de estabelecimentos concentrados na rua principal do bairro⁴⁶, e para isso utilizei um caderno de anotações. Naquela época, notei que, a combinação do meu modo de andar, parar, dirigir o meu olhar às lojas e em seguida efetuar uma anotação, despertou a curiosidade de dois grupos em especial.

Mostrando-se intrigados com a minha atitude, os comerciantes, não familiares a mim e vice-versa (desconhecedores dos meus propósitos em campo), e as pessoas do meu convívio pregresso (cientes dos motivos da minha estada no bairro), num dado momento se aproximaram. Um dos comerciantes perguntou-me se as anotações que eu fazia tinham relação com alguma irregularidade da loja, na verdade, em sua imaginação eu era uma espécie de fiscal de alguma esfera do Governo. Já as duas pessoas conhecidas, mencionaram: “eu daria tudo pra ler estas anotações”. (Diário de Campo, 12/01/2010). Diante destes casos, dois questionamentos foram pontuais: o que eu deveria considerar sobre o ato de registrar em termos práticos? Como fazer as observações e os registros funcionarem como uma ferramenta a meu favor? Nesse contexto, Fielding (2002, p. 152) trouxe contribuições, do meu ponto de vista, extremamente relevantes. Não obstante, uma delas foi central, ou seja, o poder de observação e registro é algo que se desenvolve gradualmente. Para o autor, as observações e registros seguem três formatos: **anotações mentais**, **anotações em bloco** e **anotações em diário**. A primeira, as anotações mentais, é solicitada em ocasiões, que exigem discricção no *locus*. Isso ocorre quando o ato de anotar torna-se inconveniente ou invasivo. Por diversas vezes lancei mão deste tipo de registro, em minhas interações no campo, particularmente na praia e durante os deslocamentos de barco, parte do cotidiano do lazer dos moradores locais. Além do mais, os acontecimentos descritos anteriormente serviram como um vetor, sinalizando certa falta de tato, assim eu diria, no meu modo de agir em campo, e a partir disto reordenei minha forma de registrar.

A segunda, anotações em bloco, é útil, e requer do pesquisador a criação de uma maneira própria de usar palavras-chave para certas ocasiões, desenhos, códigos, mapas, nomes e contatos. Em minhas interações com campo, lancei mão deste recurso para registrar

⁴⁶ Rua São Sebastião.

contatos dos pesquisados dispostos a prestarem entrevistas.

O terceiro, sobre as anotações em diário Fielding (2002)⁴⁷ aponta a necessidade de certo padrão de procedimentos, dentre os quais estão: registrar as informações o quanto antes, adotar uma disciplina de registro investindo tempo nesta ação, e para além disso, a ação de registrar deve envolver “reflexões e conexões entre sequencias e elementos de interação” (p.153)

Como articulei os temas levantados pelos autores a respeito da observação com o meu modo de agir em campo? O primeiro ponto que faço questão de destacar, foi o meu autorreconhecimento da posição vantajosa na qual eu me encontrava. Quero dizer com isso que as experiências retratadas nos textos dos autores não surtiram o efeito de uma receita ou protocolo a ser seguido. O meu acesso às leituras serviram como um adensamento de reflexões latentes em minhas experiências e propiciaram uma maneira inteligível de comunicar os caminhos seguidos no emprego desta técnica.

Mesmo reconhecendo as dificuldades e inseguranças que vivi no 1º período da pesquisa, percebi de fato, que o meu engajamento aliado a determinadas habilidades que me são próprias, contribuíram para eu alcançar informações, que pouco a pouco, foram ganhando sentido dentro da proposta da investigação. Ao ler a passagem de Fielding (2001), no que se refere ao desenvolvimento gradual do ato de observar e registrar, identifiquei quanto a minha interação na etapa seguinte da pesquisa avançou (1.º de abril a 30 de maio de 2012). Dessa forma, com as experiências adquiridas em campo e a aproximação com leituras de contextos variados de pesquisas, estabeleci uma forma própria de manejar as observações, que chamo nesta investigação de dinâmica observação-registro. O digrama exposto na Figura 2 demonstra o fluxo de procedimentos adotados.

⁴⁷ *The processo of writing fieldnotes productive, not Just of descriptions but of this reflections on connections between processes, sequences and elements of interaction.*

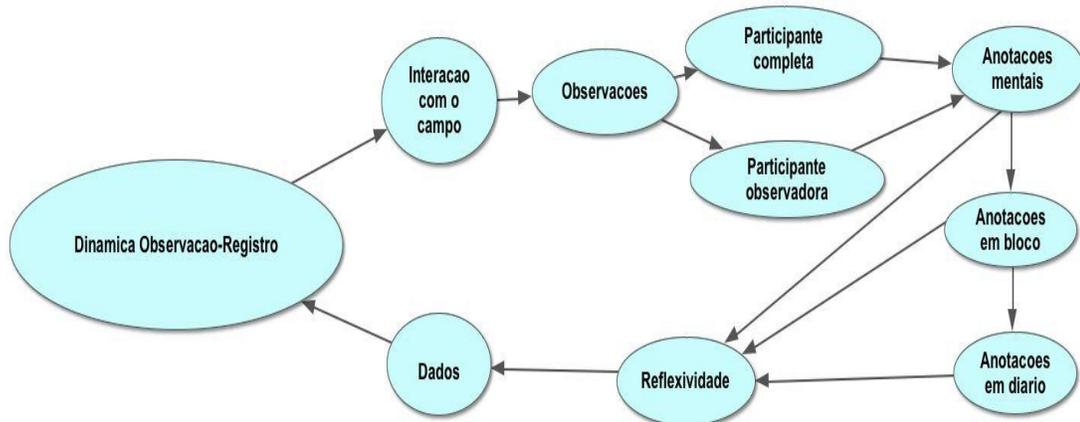


Figura 2: Dinâmica de observação e registro

2.4 A entrevista

O que é a entrevista senão um jogo, em que jogamos com palavras que devem, e que não devem ser ditas? O que é a entrevista senão um momento em que o entrevistado utiliza-se da presença do entrevistador e solicita: “você pode me ajudar?” ou, melhor dizendo, “eu preciso da sua ajuda”. O que é a entrevista senão uma forma de denunciar as insatisfações e a passividade das pessoas frente a circunstâncias específicas? O que é a entrevista senão uma maneira do entrevistador levantar problemas adormecidos e instigar as pessoas a refletir, e a se questionar?

As perguntas dispostas no parágrafo anterior representam o tipo de circunstâncias em que me vi envolvida durante os diálogos estabelecidos com o corpo de entrevistados desta pesquisa. De maneira gradual, estas pessoas foram dando sentido, não somente às questões-problema desta investigação, como também, a outras questões surgidas em campo, como por exemplo, quais os artifícios utilizados pelos condomínios de residência secundária para impedir informalmente o fluxo de moradores locais em praias cercadas por estes empreendimentos? Quais medidas eram tomadas pelas instituições ambientais do Governo para que tal impedimento não ocorresse?

De fato, reconheço hoje a função de uma observação bem empregada e articulada com o assunto ao qual o pesquisador se dedica - refiro-me às várias estratégias utilizadas pelo

pesquisador, apresentadas no tópico anterior - entretanto, assumo aqui, mediante a minha experiência, o potencial intrínseco da entrevista para colocar o pesquisador em contato com o universo social profundo do campo. Digo isso, com base em alguns fatores que me chamaram atenção durante a minha estada no Frade. Obviamente que, a decisão de falar a respeito de um assunto específico é de iniciativa do entrevistado, ainda que, no ato final no qual o entrevistado lhe concede a entrevista, esteja implícito todo um jogo de persuasão e empatia que precisam ser estabelecidos por parte do pesquisador.

Todavia, a partir do momento em que alguém decide ser entrevistado face a face, este torna-se um momento único, em que o olhar, o gesto e a emoção perante temas específicos, encontram-se concentrados em uma atmosfera que extrapola o distanciamento existente entre duas pessoas que se conhecem tão pouco. Isso ocorre, por meio da emanção do desejo do entrevistado, que pode transitar entre a mudança e a manutenção da problemática em jogo naquele diálogo. Nesse sentido, as expressões de desconforto, revolta, obscurantismo, saudosismo, conflito, se fazem presente numa linguagem para além da fala, ancorando-se na mesma medida, numa comunicação corporal, cabendo ao entrevistador captar ao máximo os detalhes deste momento. Este tipo de interação entre entrevistador e entrevistado, aproxima-se do que Kvale e Brinkman (2008) consideram como a incorporação do ofício do entrevistador, ou seja, quando o pesquisador se torna o próprio instrumento de pesquisa. É a materialização da competência e o exercício de um ofício de habilidades, percepções e conhecimento, fruto da experiência de entrevistar. Tal visão, tendo como base um ofício converte-se em dado essencial para o aprofundamento de um determinado tema.

Dessa forma, a entrevista, outra fonte primária dos dados, serviu como ferramenta para o aprofundamento e expansão do conhecimento originado da observação. Pretendo apresentar aqui, como planejei e operacionalizei as entrevistas realizadas nos períodos em que estive no campo. Explanarei sobre a escolha do tipo de entrevista, os temas abordados, os interlocutores-chave identificados em diferentes circunstâncias no campo e a forma como categorizei os entrevistados, para que o leitor pudesse se situar nos próximos tópicos, em relação às falas destacadas no corpo do texto. Por fim, menciono o cuidado com o armazenamento dos dados. Dentro de um universo total de 26 entrevistas selecionei algumas que apresentarei neste tópico, com o intuito de transmitir ao leitor uma ideia de como eu as construí.

2.5 A experiência durante a entrevista

“A melhor maneira de aprender o que está dentro e fora dos procedimentos de pesquisa é tentando por você mesmo” (FIELDING, THOMAS, 2001, p. 131)⁴⁸. Esta frase reflete o que de fato, procurei cultivar nos momentos difíceis e de dúvidas durante as interações com campo, ou seja, só se aprende a fazer pesquisa pesquisando. Nesse sentido, leituras, reflexões, ajustes e reajustes, foram necessários para eu entender que a entrevista nada mais era que um instrumento delineado inteiramente a partir do contexto do campo. Isso significa dizer que, as temáticas formuladas pré-campo (inseridas no projeto de pesquisa), ganharam outra dimensão e foram reformuladas a partir das circunstâncias reais do cotidiano.

Dessa forma, do planejamento inicial, mantive apenas o tipo de entrevista pelo qual eu havia optado: “entrevistas abertas”, delineadas sob uma temática ou tópicos, cuja função era nortear o diálogo. Ao operacionalizá-las, observei que dois fatores influenciavam o ato de entrevistar: a percepção do entrevistador do tempo em que o entrevistado necessita para expressar suas ideias, e ao mesmo tempo, a manutenção do diálogo dentro do tema em questão.

Os Temas abordados e interlocutores – A princípio, os entrevistados previstos eram moradores locais, residentes secundários e instituições privadas e públicas; já a temática versava sobre os momentos em que estes grupos compartilhavam o lazer (práticas de lazer), e os tópicos variavam entre o tipo de prática de lazer e o local onde essas práticas de lazer ocorriam. Para isso, eu me baseava em uma realidade da qual de fato eu tinha detinha conhecimento, ainda que me fosse desconhecida sua profundidade. Conforme as interações com o campo aconteciam, eu passei a estreitar relações com lugares e grupos específicos (por exemplo, praia e praça, moradores locais, moradores locais barqueiros e moradores locais comerciantes), o que fez com que eu percebesse a existência de duas dimensões do lazer no bairro. Uma baseada na restrição de acesso aos espaços naturais e na extinção de determinadas práticas de lazer (como o caiaque e windsurfê na praia do Frade). Outra, que concedia o acesso a práticas de lazer, baseado na relação social construída entre residente secundário e morador local (golfe e pesca). Tal percepção contribuiu para eu enxergar um tipo de subdivisão, ou de desmembramento da categoria ‘*moradores locais*’, que funcionou como *ponte*, levando-me a novos temas, tópicos e grupos e mostrou-se parte de um cotidiano do

⁴⁸ *The best way to learn the ins and outs of a research procedure is to try it out for yourself.*

lazer no bairro Frade, regido por um mecanismo de ajustes, restrições, controle e acesso (ou proibição dele) de um espaço com base em leis constituídas (que apenas eles reconhecem) por estes grupos.

Um fato claro, que expressa essa situação é o surgimento da categoria de moradores locais que trabalham como barqueiros (transportando pessoas da Vila do Frade para outras praias e ilhas), que *a posteriori* desmembraria-se em duas categorias de morador local: pré-década de 1970, conhecedor de práticas náuticas, e pós-década de 1970, também conhecedor de práticas náuticas. Os moradores locais inseridos nessas categorias contribuíram para eu captar a dimensão do lazer na Vila do Frade, baseada na restrição do acesso dos moradores locais aos espaços naturais. Assim, um grupo de moradores locais migrantes, pós- década 1970, que trabalham com práticas náuticas, detinha informações sobre o que eles chamam de ‘intimidação’ (estratégias e regras informais impostas pelos condomínios).

Nesse caso, os moradores locais da referida categoria passaram a ocupar uma posição de interlocutores-chave neste estudo, conduzindo-me a outras duas instituições: a Capitania dos Portos (a instituição aparece no diálogo) e o Inea, que implicitamente estão envolvidos com a discussão da praia no que tange à dimensão de espaço público ou privado. Exponho aqui a passagem de uma entrevista, com a explicação de um barqueiro sobre o que comumente acontece quando grupos externos aos condomínios tentam usufruir das praias:

Começando pelo barco grande que nem o meu né, já não chega na praia do hotel (e condomínio) porque que a praia já foi projetada com banco de areia na frente, que é pra não chegar barco grande e não encostar as pessoas na praia, isso é um projeto que eles já fizeram. Tem um banco de areia e meu barco já fica agarrado ali. Agora um bote dá pra ir lá na beira da praia, só que existe esse problema que o pessoal não quer, né. Eu chego com meu barco ou com qualquer bote, numa ilha que tenha praia ou construção, aí o que os pessoal fazem, os empresários? A primeira coisa que ele faz é ligar pra capitania alegando, eu estou com um pessoal suspeito aqui na praia, até inclusive já fui assaltado aqui, da pra vocês darem uma averiguada pra mim aqui, que eu tô com medo. A capitania neste ponto são muito organizados, eles vêm na hora, se você chamou, eles vem (Entrevistado n. 10, em 07/02/2010).

A circunstância que me conduziu à entrevista – Conheci o barqueiro que relatou a situação acima, após três visitas ao cais da Vila do Frade, local em que alguns barcos encontram-se ancorados para fins profissionais e de lazer (moradores locais pescadores, e barqueiros que fazem transporte de pessoas e de carga pesada). Tendo como base as experiências de três finais de semana nos quais desloquei-me em diversos barcos disponíveis na

praia do Frade para levarem pessoas para a Prainha (ilha situada em frente à praia da Vila, embora também faça parte do bairro Frade), observei que este tipo de transporte já havia se configurado como tipo de trabalho informal, realizado por grupos de moradores, em sua maioria, e em finais de semana. Em dias comerciais da semana estes barqueiros não se prestavam a este tipo de transporte, porém, muitos deles concentravam-se no cais, fazendo reparos e manutenção nos seus barcos.

Nesse sentido, a percepção da dinâmica de trabalho deste grupo foi a porta para eu procurá-los, a fim de conversar. Ao chegar ao cais num dia de semana, de imediato, vi três barqueiros dentro de seus barcos e tentei uma aproximação, apresentando-me como pesquisadora interessada no tema do lazer dos moradores locais do bairro. Minha abordagem inicial concentrou-se na profissão da pesca: o que a pesca representava para as pessoas que moravam na vila, se esta atividade era predominante dos profissionais que trabalhava com barcos, enfim, fui extremamente bem vinda. Percebi que eles se interessaram em falar do assunto e quando iniciei o assunto sobre a questão da poluição da praia da Vila do Frade, e o fato da população ter que se deslocar para outra praia, o interesse do grupo aumentou.

Os três barqueiros, como num comum acordo, começaram a relatar a lógica da restrição de acesso à praia mencionada na citação acima, numa conversa que durou em média uma hora. Naquele momento, enxerguei neste grupo pessoas que poderiam desempenhar o papel de interlocutores centrais para esta investigação, pois eles demonstraram “autoridade sobre aspectos específicos da sociedade deles” (DAVIES, 2008, p. 89)⁴⁹. Assim, foi em um ambiente propício que vi a oportunidade de perguntar ao grupo sobre a possibilidade de um deles me conceder uma entrevista a respeito dos assuntos conversados. Justifiquei a relevância disso, como parte do aprofundamento de questões relacionadas à pesquisa. Quanto a isso, todos demonstraram interesse em colaborar, mas devido à demanda de horários pessoal de cada entrevistado (compromissos pessoais), agendei uma entrevista apenas. O diálogo com os barqueiros e a decisão de propor uma entrevista reportou-me a Davies (2008, p. 89), pois enxerguei esta circunstância de interação como “uma mutua procura de entendimentos, de pontes ou mediações entre o mundo social do informante e do etnógrafo”. Elaborei o diagrama (Figura 3, adiante) com o objetivo de ilustrar este processo ao leitor.

⁴⁹ *Finding individuals in particular roles that meant they could speak with authority about specific of their society.*

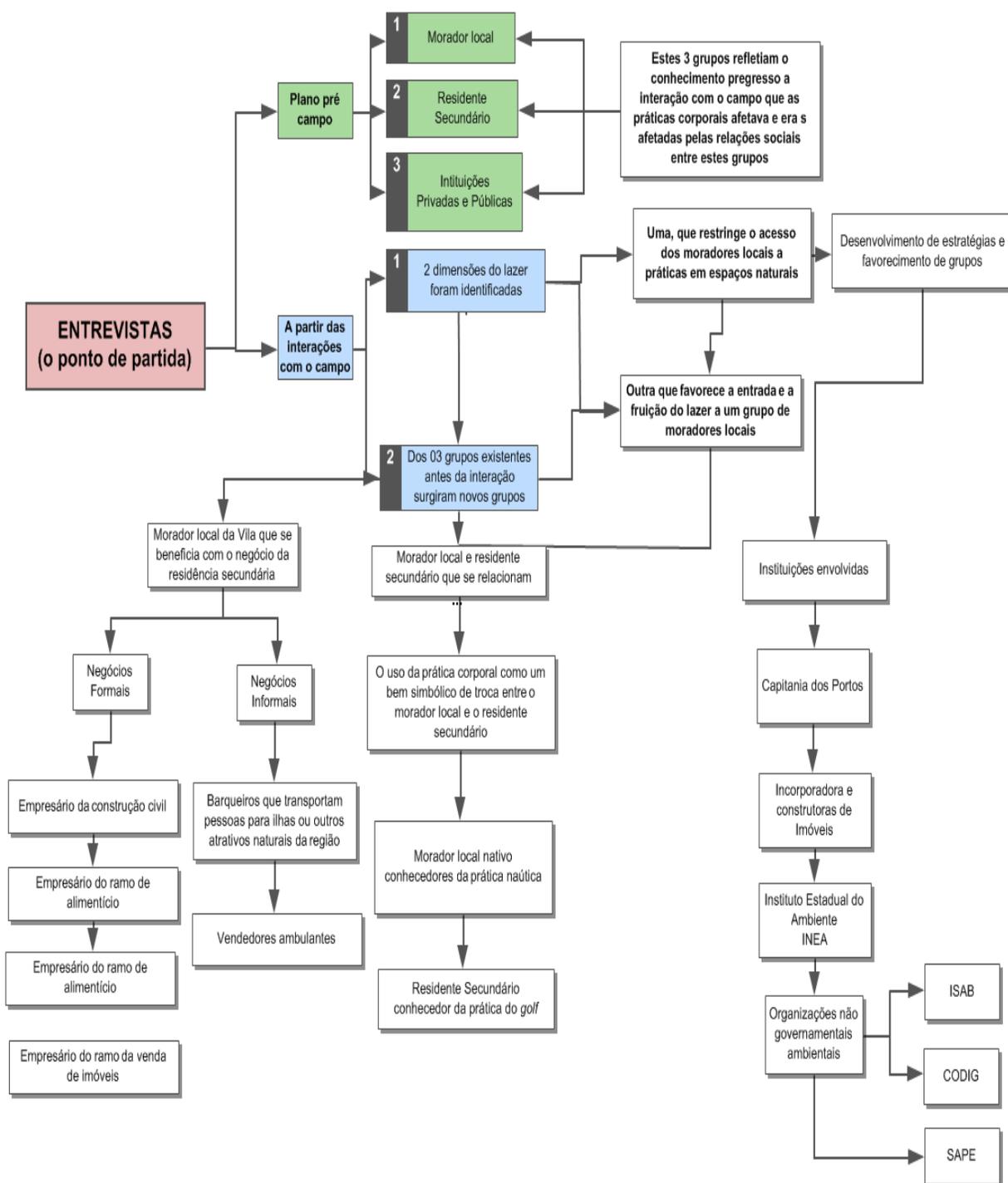


Figura 3: Representação do ponto de partida das entrevistas.

Gerenciamento das entrevistas – Considerando o panorama dos contatos originados das interações em campo, as 27 entrevistas foram realizadas em lugares variados: praias, praças, gabinetes oficiais, clubes, e gravadas em equipamento eletrônico digital. Como procedimento ético, os diálogos com todos os entrevistados precederam de esclarecimento dos seguintes pontos: o sigilo da identidade, o armazenamento das informações, a relevância do consentimento livre esclarecido e o possível uso das informações para publicações futuras. O modelo do consentimento livre esclarecido foi aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade Estadual de Campinas e consta num dos anexos desta tese. Com o objetivo de situar o leitor em relação às falas dos entrevistados, mas também, manter sigilo em relação à identidade dos mesmos, elaborei outro diagrama (Figura 4, adiante) informando a numeração relacionada à categorização de cada entrevistado.

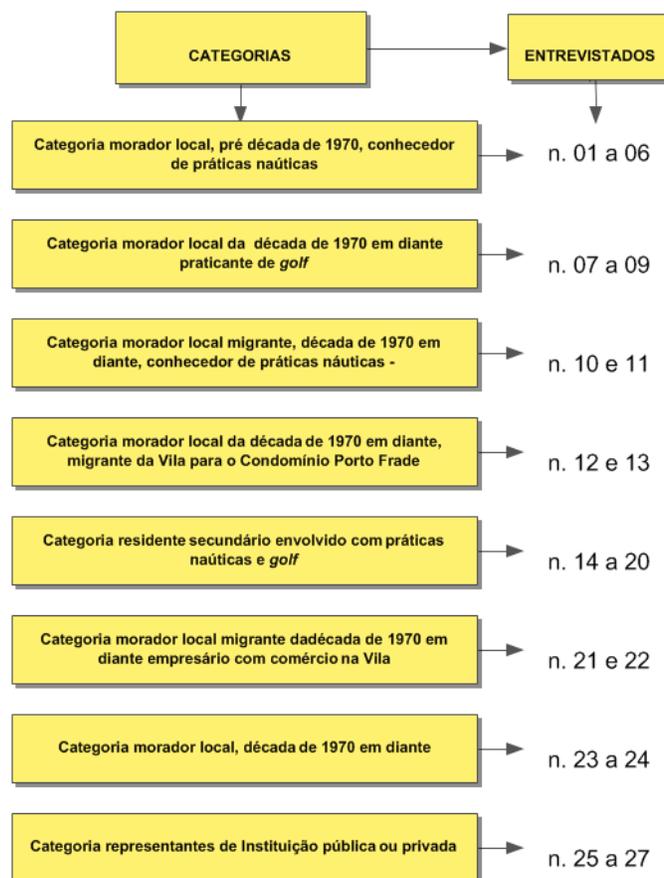


Figura 4: Categorização e numeração dos entrevistados

2.6 Dados secundários

Além das fontes bibliográficas específicas da temática desta pesquisa, identifiquei outro canal de informações que colaborou bastante para que eu dialogasse com os dados obtidos das fontes primárias: reportagens divulgadas em sites, jornais e revistas ligados as restrições e degradações dos espaços naturais em função da implantação e expansão do investimento do negócio da residência secundária; fotos do local; e documentos (publicações em diário oficial, estatuto de entidades como a TurisAngra, orçamento de projetos de lazer implantados no bairro pela Secretaria de Esporte e Lazer com investimento financeiro do Condomínio Porto Frade).

3 O BAIRRO FRADE

“Por muitos anos eu tenho estado fascinado pelo que se poderia descrever como a sociologia de um lugar. Isto se desenvolveu a partir da preocupação de como as pessoas na verdade experimentam as relações sociais, aqueles que estão próximos, e aqueles que estão muito distantes, e como estas relações se cruzam”.

(JOHN URRY, 1995, p. 1)⁵⁰

O bairro do Frade, assim chamado por abrigar um famoso pico de aproximadamente 1.700 metros de altitude, é um lugar que causa impacto pela forma como foi construído, isto é, com divisas ou demarcações socioespaciais bem acentuados, mas, sobretudo, com justaposições radicais nos diferentes modos de viver” (GUPTA; FERGUSON, 2007, p. 337). Na década de 1970 recebeu grupos oriundos de Estados variados como Espírito Santo, Minas e inúmeros da região do Nordeste. Em primeira instância, sua estrutura espacial pode ser considerada a partir de três grandes áreas: a da praia, a do morro e a do Condomínio. A área da praia é composta por residências com espaços externos amplos, e comumente observa-se um ou mais carros na garagem, assim como, equipamentos náuticos (*jet-skis*, barcos, botes, etc.). Nestas áreas também concentram-se o comércio⁵¹ e uma escola Estadual. Os espaços de lazer mais frequentados pelos moradores são a Praça Juca Mariano e dois clubes (Associação do Frade Futebol Clube e o Clube Ox OX Night, mais conhecido como o clube do Boboi).

A **área do morro**, assim reconhecida pelos moradores, é composta por cinco morros, são eles: Morro da Constância, Morro da Cunhambebe, Morro da Portugal, Morro da Jaqueira e Morro da Pedreira; as casas que compõem esta área são um sinal de contraste econômico em relação aos que moram na área da praia. As residências dos morros não possuem

⁵⁰ *For many years I have been fascinated by what one could describe as the sociology of place. This developed out of a concern with how people actually experience social relations, both those which are relatively immediate and those which are much more distant, and how these intersect.*

⁵¹ TIPOS DE ESTABELECIMENTOS: Bar-lanchonete (4); Restaurante *self service* (1); Loja de roupa (11); Casa de Ração (1); Farmácia (2); Loja de material para festas infantis (1); Consultório dentário (3); Loja de doces (1); Açougue (1); Mercado (1); Padaria (1); Hortifruti (1); Loja de brinquedos (1); Loja de equipamentos náuticos, caça e pesca (1); Loja de presentes (1); Loja de TV a cabo (1); Salão de cabeleireiro (2); Loja de louças e utilidade para o lar (1); Loja de equipamentos para informática (1); Loja de telefonia celular (1); Brechó de móveis usados (1); Autoescola (1); Estúdio de tatuagem (1); Banco (2).

espaços externos, reboco e formam um aglomerado típico de favelas localizadas nas regiões periféricas das grandes cidades. Nesta área também está localizado um posto de saúde, duas escolas Municipais e estabelecimentos comerciais. Por fim, temos a **área do Condomínio**, que apesar de estar situada no mesmo bairro, é separada pelo Rio do Frade, que delimita as áreas da praia e a do Condomínio Frade, de cuja área só se pode visualizar tomando por base um ponto de referência: a praia do Frade. A partir deste ponto, identificamos um muro que separa a praia dos moradores locais da praia dos residentes secundários, diversas mansões, lanchas e iates. A Figura 5 propicia uma ideia da estrutura espacial do bairro:



Figura 5: Imagem aérea do Bairro Frade: divisões socioespaciais entre Vila e Condomínio.
(Fonte: Google Map. Imagem modificada pela autora. Acesso em: 15 dez. 2011).

Essa breve descrição, construída a partir de observações realizadas na primeira etapa desta pesquisa, é parte de diversos textos elaborados anteriormente com o objetivo de propiciar uma percepção da dimensão socioespacial do bairro Frade. No entanto, decidi reescrevê-lo, e ao fazer isso, percebi o quanto sua exposição no início deste capítulo seria pontual para eu abordar um meio de refletir a respeito da etapa de produção do texto.

Abrangendo estágios que vão desde as interações com o *locus* até o formato ou estilo de comunicação do texto (RABINOW, 2007, p. 450), tal reflexividade foi desencadeada por duas razões. Uma, porque a descrição exposta apesar de me remeter a outros bairros situados em Angra dos Reis (Praia Vermelha, Bracuí, Mombaça, entre outros), retratando uma fatia do padrão espacial da cidade, não deixava claro os acentuados traços das peculiaridades daquela localidade. Outra, o estilo da escrita assemelhava-se ao de outras produções científicas já realizadas no local (SANTOS, 2009; CARDOSO, 2005), ou seja, embora o texto contemplasse dados válidos e relevantes, eu enxergava uma lacuna na comunicação de aspectos “latentes ou mascarados” no *locus* (CRAPANZANO, 1986, p. 51), captados por mim. Essa situação me levou a repensar não somente a forma de escrever, como também os critérios de seleção das informações registradas em diário de campo e das entrevistas incorporadas ao texto.

Nesse ínterim, algumas leituras voltadas para a produção textual (EMERSON; FRETZ; SHAW, 1995; MAANEN, 2011; ROBBEN, 2007; CLIFFORD; MARCUS, (1986), vieram ao encontro de um questionamento, direcionado a mim numa conferência, por um pesquisador interessado no *locus* desta investigação: “Ana, em sua apresentação gostaria de saber como é caminhar pelas ruas do Frade? Como é um condomínio composto de residências secundárias?”⁵²

Após esse episódio, passei semanas digerindo a pergunta e notei que a lacuna na maneira de expressar ou comunicar a pesquisa (de forma verbal e escrita) vista pelo pesquisador, possivelmente era fruto de uma tentativa de distanciamento dos afetos ou dos efeitos gerados em mim durante as minhas interações com o campo (registrado em diário). Este tipo de reação que influencia o resultado final do texto é o que Davies (2008, p. 7) chama de “reatividade”, e tem sido alvo de debates centrados em um fator, qual seja a subjetividade do pesquisador. De uma maneira geral, observa-se em pessoas envolvidas com pesquisa um esforço em reduzir ao máximo sua presença no campo, fato este, que justifica a produção de textos com ênfase numa retórica objetiva, valorizando em demasia a apresentação de dados (como o texto apresentado no início deste capítulo).

Neste sentido, cabe assinalar que a construção de realidades explorando os encontros do pesquisador com o campo e a incorporação dessas circunstâncias ao texto, ainda é um fator de difícil trato, ou nas palavras de Robben (2007, p. 385), ainda é visto como “um

⁵² Fala de Lashua, Sênior Lecture na apresentação de um seminário na Leeds Metropolitan University

preconceito de escrita”, e assim, relegado ao segundo plano. Foi com base nestas reflexões e observando atentamente os diversos textos previamente elaborados, vistos e revistos nas orientações desta pesquisa, que resolvi dar voz ao que em essência diferencia a minha descrição do bairro Frade.

Expressando-me metaforicamente, em vez de apresentar uma visão do bairro por meio de um sobrevôo, pretendo me valer de uma caminhada em seus entremeios, enxergando os detalhes e acontecimentos com mais proximidade. Em outras palavras, a análise sistemática dos dados cedeu lugar à “invenção *ad hoc*” (CLIFFORD, 2007, p. 477), ou seja, formulada a partir de uma intenção particular diante da minha presença no *locus*.

3.1 A Vila do Frade



Figura 6: Imagem aérea fotografada na altura da Vila do Frade: à esquerda da pista, o lado do morro onde se localiza as casas construídas em encostas; à direita, o lado da praia foto produzida por Beatriz Borges em julho de 2010 e cedida para atender a esta pesquisa.

No dia 10 de dezembro de 2009, às 5 horas da manhã, quando cheguei à Vila do Frade para conviver por aproximadamente três meses, confesso que minha ansiedade extrapolava as percepções de um pesquisador que buscava obter bons resultados na primeira

etapa de um estudo. Tal ansiedade consistia no fato de que eu penetrara um universo que, apesar de me instigar e me impulsionar a desenvolver a tarefa com a qual me comprometi, provocava em mim total desconforto. O elemento desencadeador desta percepção inicial era a estrutura física do lugar, que me levava a questionar como a população conseguia viver num ambiente tão sujo, no qual o saneamento parecia um tema completamente inexistente para aquelas pessoas.

Na época em que fui moradora local de outro bairro em Angra dos Reis (Bracuí) o contato breve com o aspecto ‘favelizado’ da Vila não produzia em mim questionamentos que me perseguiram demasiadamente nas primeiras semanas em que interagi com o lugar. No entanto, a busca de explicações sobre como aquelas pessoas suportavam o visual e o odor do lixo, acentuaram-se ainda mais, e isto acontecia porque eu tinha conhecimento das discrepâncias socioeconômicas da realidade entre a Vila e o Condomínio, localizado no mesmo bairro. Esse tipo de comparação não é estendida a todas as pessoas, pois o Condomínio não encontra-se à vista, como tantos outros, localizados a beira da Rodovia Mario Covas.

Não obstante, o meu interesse estivesse centrado no lazer daqueles moradores, a problemática do lixo colaborou bastante não só para eu me engendrar na Vila como também para eu me apropriar da dimensão socioespacial daquele lugar. Em minhas reflexões a presença do lixo se refletia nas relações sociais de vizinhança. Dessa forma, pensei que esta experiência de desconforto e mal estar, percebida por mim nos primeiros dias de estada na Vila, precisava ser aproveitada já que tal situação poderia representar traços ou fragmentos das interações sociais daquela localidade.

Ao caminhar pela Vila, em primeira mão, o que pesa na verdade é o fator saneamento. Completamente diferente do paraíso propagado por instituições do setor de turismo e lazer, a imagem que atualmente compõem o bairro é o lixo espalhado pelas ruas. Encontram-se aos montes, em sacolas, caixas e até mesmo sem qualquer tipo de proteção. O lixo é colocado em ruas ou servidões, pois não há nem caçambas de lixo nem lixeiras. Segundo os moradores, o motivo disso justifica-se pela falta de espaço para a instalação desse tipo de equipamento. Ainda assim, na opinião dos moradores locais com quem interagi, “o Frade é maravilhoso pra se morar pra tudo, porque todo mundo se conhece, todo mundo sabe quem é quem” (Diário de Campo, 20/12/2009). Em diálogo com um morador local tive as primeiras impressões de como se desencadeia o referido problema:

A Vila está nesta condição não é devido a Prefeitura, mas sim por causa do povão mesmo. Todos sabem que o caminhão do lixo não passa nas áreas do morro, transferindo a responsabilidade para o morador local de descer com o lixo nos dias estipulados pela Prefeitura para coleta. No entanto, o que ocorre na verdade, é que os moradores do morro descem suas sacolas de lixo antes do dia estipulado, acarretando assim o vazamento das mesmas pelas ruas. De acordo com os moradores parece não haver cooperação e respeito da vizinhança de quem mora no alto do morro com os que moram na baixada no sentido de descer o lixo no dia da coleta (Diário de Campo, 20/12/2009).

Este registro em diário fez com que eu refletisse a respeito da divisão espacial do bairro Frade, ou particularmente da Vila, que para além da minha visão, até então superficial, exigia um aprofundamento muito maior. Isso significa dizer que não bastava identificar o lado do morro, o lado da praia e o do Condomínio, ou seja, as estruturas físico-espaciais, ou materiais (econômicas do bairro), mas sim as relações sociais que criavam e sustentavam as subdivisões e tensões dentro desses espaços. O registro acima foi feito com base na fala de um morador local que reside no lado do morro, embora, se observarmos atentamente, ele deixe claro que o grupo de moradores responsáveis pelo estado caótico do lixo, seja os que vivem na área mais alta do morro. Já os que moram na baixada, que não deixa de ser uma área pertencente ao morro (pelo menos, é assim que os moradores a classificam) sentem-se indignados com a situação em questão.

Este diálogo me forneceu uma pista valiosa, se eu considerar que o espaço da Vila abrange uma dimensão para além do material ou do processo migratório, que atualmente, vem servindo como referência para caracterizar ou fundamentar o formato socioespacial do bairro. Provavelmente, esta forma de descrever o bairro (conforme apresentei no início do capítulo) aporte-se na maneira como os moradores locais estabeleceram uma compreensão da lógica de ocupação ocorrida na década de 1970. Em conversas informais, os moradores contam que os homens que chegavam como moradores temporários para trabalhar no canteiro de obras da usina, após um período de adaptação, investigavam as possibilidades de moradia na área, e posteriormente, buscavam suas famílias em seus Estados de origem para fixarem moradia na Vila. Naquela época, adquirir uma terra e construir uma casa, em sua total simplicidade, era o sonho da maioria.

Ainda de acordo com os moradores a ocupação das áreas dentro da Vila é peculiar tendo em vista dois fatores: a concentração de pessoas da mesma origem alocadas em lugares específicos, porém, dentro do mesmo bairro. Os nordestinos, por exemplo, ocuparam o

Morro da Constância, os chamados capixabas, oriundos do Espírito Santo (da cidade de Itatiba), ocuparam o Morro da Jaqueira e Morro da Pedreira, enquanto os moradores do bairro concentram-se nas baixadas da Vila (áreas planas). O fato é que, seja do lado do morro, seja do lado da praia, em termos econômicos as áreas planas são mais valorizadas, mas também aparentam ser o lugar onde existe uma maior organização dos espaços em função da existência de uma rede de relações sociais que age em prol dos benefícios de determinado grupo de moradores.

Observar do ponto de vista da existência de uma rede de relações confere a mim a possibilidade de interpretar o espaço da Vila em sua completude. Isso significa dizer que, sem a percepção de como as relações sociais acontecem torna-se inviável qualquer tipo de compreensão em relação ao espaço (DAMATTA, 1997). Essa tentativa de buscar um olhar do espaço pelo ângulo das relações guarda implicações com o que Bourdieu (2000) considera como uma ruptura com a teoria marxista, que privilegia as substâncias em detrimento das relações. De modo geral, as pesquisas sociais que dão ênfase à descrição ou caracterização dos espaços costumam se prevalecer de dados baseados em números (de famílias, de filhos, de solteiros, de casados), origem étnica (grupos) e posicionamento econômico (renda financeira), o que, por sua vez, oculta as lutas simbólicas travadas no interior dos espaços (BOURDIEU, 2000).

Uma demonstração típica de como as redes de relações sociais configuram-se na Vila é a comparação da problemática do lixo entre o lado do morro da Cunhambebe considerando a área da baixada, e o lado do morro da Portugal também na baixada. Nesse sentido, na baixada da Cunhambebe, a iniciativa de alguns moradores locais, modificou a referida problemática sobremaneira:

Na rua do morador diversas discussões foram deflagradas entre os vizinhos da baixada e os do alto do morro por causa do lixo. Existe uma servidão em que passa a vala do Morro da Constância e os moradores do alto do morro acham que a servidão foi feita para colocar lixo. Os moradores da baixada se reuniram com os moradores do alto do morro para esclarecer a função da servidão, isto é, passagem de crianças para escola, de motos, e o açulo de lixo pode causar inclusive acidentes. Esse grupo de moradores empenhados em modificar o quadro sugeriu outro local para colocar o lixo (um cantinho do poste), e assim, o caminhão de coleta faria o serviço. No entanto, os vizinhos do alto do morro continuaram usando a servidão como depósito de lixo. O grupo de moradores da baixada, que visava conservar o saneamento da rua, se dirigiu ao setor responsável da Prefeitura e explicou a situação. Diante da necessidade a Prefeitura providenciou um caminhão específico para subir o morro e fazer a coleta de lixo (Diário de Campo, 27/12/2009).

Esta ação dos moradores locais da baixada da Cunhambebe, que até hoje conservam a rua limpa, ocorre devido a uma dinâmica social instaurada entre os vizinhos daquelas imediações, que ao longo do tempo vêm fortalecendo uma efetiva coleta do lixo. Todavia, estas circunstâncias não se assemelham a realidade dos moradores locais da baixada do morro Portugal:

Cada esquina da baixada da Portugal é cheia de lixo. Encontramos rato, urubu, cachorro, cavalo, enfim. E quando a gente reclama a Prefeitura vem e coloca veneno e matam os ratos todos. Mas logo depois, a situação se repete, “é um inferno” (fala do morador). O fato é que, não tem como o caminhão recolher o lixo. Quando chove, o lixo desce para a vala e entope tudo e alaga a área da baixada (Diário de Campo, 27/12/2009).

A problemática observada no primeiro mês das minhas interações com o campo deixou uma brecha para posteriormente eu investigar: o que era a Vila antes do processo de urbanização? Como as interações sociais se configuravam? O que restou daquela época? Isso me fez buscar contatos com os moradores locais que viveram naquele lugar antes da década de 1970, e após conversas informais me concederam entrevistas. Destes diálogos gravados emergiram informações de um remoto lugarejo, que não tinha nada, apenas as lendas, a roça, à prática da pesca, do jongo, da folia de reis, das festas religiosas, da caça, mas, sobretudo, de uma rede de relação que funcionava sob o comando dos moradores.

Dessas práticas, observei que atualmente a única passível de ser encontrada na Vila é a pesca, que parece ter sido convertida em práticas náuticas, de modo geral, inclusive para atender à demanda das novas ocupações de trabalho instauradas na década de 1970. É evidente, que o processo de urbanização da Vila alterou de maneira significativa as relações sociais, e estes impactos, podemos captar na descrição detalhada dos moradores locais, pré-década de 1970. Entretanto, o que me interessava na fala daquelas pessoas era encontrar um ponto de interseção entre acontecimentos e práticas que, de alguma forma, conectasse o passado ao presente, mostrando assim, aspectos específicos daquela “localidade”. A noção de localidade, empregada em pesquisas como ferramenta analítica para captar as relações sociais de um dado lugar, contribuiu para eu compreender inicialmente o processo de construção das redes de relações da Vila. Entretanto, esclareço que devido às inúmeras abordagens interpretativas a que tal ideia se presta, o meu olhar nesse sentido baseou-se em Urry (1995). Para o autor, a localidade está relacionada a dois processos, ambos intimamente conectados, o social e o

espacial, os quais juntos produzem uma combinação particular das relações sociais em uma área delimitada geograficamente (URRY, 1995). Para isso, além da observação, as entrevistas exerceram um papel fundamental, pois foi a partir da fala e da narrativa dos moradores que consegui conectar os acontecimentos a uma dimensão simbólica do espaço, expresso também na atual configuração das redes de relações da Vila. Para os moradores locais, o Frade era

um lugar que não tinha nada, não tinha nada o pessoal aqui só vivia da roça, do pescado, banana, aí certos tempos pra cá foi vindo esses empresários, o primeiro que veio aí foi EICPF⁵³, que fez aí esse hotel aí, e depois se tornou um condomínio, que passou a empregar muitas pessoas daqui do Frade. Ele foi um homem que trouxe muito benefício para o povo do Frade, através de EICPF veio vindo essas empresas, essa grande empresa aí *Marina Cacolaco*, como tem essa Premium (leia-se Marinas de vagas para barcos) e tem outra ali na frente. Tudo isso aí foi em função do crescimento do Frade, mas o Frade cresceu através de Furnas que chegou aí deu muito trabalho. A Verolme também, deu muito trabalho para o povo aqui. Então, quer dizer, que o Frade evoluiu de uma tal maneira, que povo não puderam mais trabalhar na roça. Então o povo passou a viver do emprego aqui, não tem mais lugar de fazer roça (Entrevistado n. 2, em 05/05/2012, morador local, pré-década de 1970, conhecedor de práticas náuticas).

Inicialmente, a fala do Entrevistado pode nos dar a impressão de que a entrada dos empreendimentos citados beneficiou a população, porém, em seguida, ele explica que anterior ao processo de urbanização se vivia melhor:

Você saía daqui com dinheiro no bolso chegava na praia, e você botava um colchonete e dormia sem problema nenhum. Hoje em dia você pra andar aqui no Frade, você tem que estar espiando [...] porque o Frade cresceu, então crescimento trouxe aquelas pessoas pra cá, então vem pessoa boa e pessoa ruim. Eu vou dizer pra você, eu não saio e não vou lá em cima da Portugal agora (leia-se rua Portugal, situada do lado do morro), porque só vejo gente desconhecida. (Entrevistado n. 2, em 05/05/2012, morador local, pré-década de 1970, conhecedor de práticas náuticas).

Estas impressões sobre as mudanças também convergem com as de outro morador nascido pré-década de 1970 na Vila:

o Frade era uma Vila com poucas casas, entendeu? E a maioria dos primos, tios [...]. E com o passar do tempo, quando veio a Rio Santos as pessoas passaram a descobrir que o Frade é um lugar bonito, que poderiam fazer suas residências, que poderiam aproveitar da praia e da mata, entendeu? Só que o Frade cresceu desordenadamente, isso trouxe muito transtorno, para as pessoas antigas que estavam aqui, entendeu? Porque, logicamente o progresso tem que aparecer, não é? Mas

⁵³ EICPF representa as iniciais de Empresário Idealizador do Condomínio Porto Frade. Doravante usarei esta sigla sempre que alguma fala se referir ao empresário.

o progresso é bom quando ele aparece com perfeição, com as ruas corretas com as casas assim... (pausa do Entrevistado para refletir) não vou dizer casa de luxo, mas casas com planejamento de esgoto. Então isso trouxe um transtorno maior para àquelas pessoas antigas, não é? E hoje o Frade já não é mais aquele Frade antigo, não é? Porque mudou muito hoje, apesar de ser um bairro pequeno, mas você não conhece todas as pessoas, como você antigamente conhecia. Você no baile você vê tanta gente estranha, você vai na rua a noite, você vê um monte de gente estranha, aqueles amigos que você tinha são poucos [...] então, isso é um fator que... o progresso tem que acontecer, todo mundo quer crescer, todo mundo quer melhorar, não é? Mas às vezes, por um ponto turístico, o Frade caiu muito (Entrevistado n. 3, em 06/05/2012, morador local, pré-década de 1970, conhecedor de práticas náuticas).

A foto da praia abaixo (Figura 7), tirada na década de 1960, nos dá uma ideia do lugar que ambos os entrevistados descreveram, mas na mesma medida, forneceu a mim elementos para que eu entendesse o processo de urbanização da Vila, além de significar um marco da ruptura com o paraíso, simboliza, acima de tudo, a troca da liderança, ou de quem costumava dar as cartas naquele lugarejo:



Foto do ano de 1960, do livro de Carlos de Souza Gomes Borges

Figura 7: Praia da Vila do Frade antes do processo de urbanização (Fonte: livro de Carlos de Souza Gomes Borges)

Os moradores, que até então determinavam como as relações sociais da Vila eram estabelecidas, foram substituídos pelo idealizador e implementador do negócio da residência secundária naquele lugar, que, evidentemente, tinha o suporte de projetos elaborados pelo setor de turismo da época. As ideias desse líder, pautadas na oferta de trabalho em troca de um paraíso, que seria modificado e usufruído por um grupo seletivo, determinado por ele, tinham consonância com o propósito dos migrantes pós-década de 1970, ou seja, o de concentrar todos

os esforços em ações voltadas para a produção de bens e serviços, independente dos impactos gerados àquela Vila. Esta visão dos moradores locais migrantes pós-década de 1970, de que o Frade é bom porque oferece trabalho, reverbera até os dias atuais. Qualquer pessoa que convive por algumas semanas na Vila está suscetível a ouvir “viver no Frade é uma maravilha. Não falta emprego. Aqui ninguém fica desempregado. Quem fica desempregado é porque quer. Os moradores nativos, são acomodados, não correm atrás” (não gostam de trabalhar) (Diário de Campo, 27/12/2009). Um autêntico símbolo existente na Vila que reflete discursos desse tipo, isto é, centrado na égide do trabalho, produzido pelas ações do negócio da residência secundária, é a praia.

Se antes “a praia era uma coisa linda, água cristalina sem sujeira com árvores ‘cobi’, árvores que o homem não abraçava”⁵⁴ (Entrevistado n.º 1, em 06/05/2012, morador local, pré-década de 1970, conhecedor de práticas náuticas), atualmente é poluída e imprópria para banho, reconhecida pelos moradores locais como ‘poço’ ou ‘*lagoa do cocotá*’ (Entrevistado

n.º 20, em 11/05/2012, morador local migrante, pós-década de 1970, empresário comerciante na Vila), devido ao seu alto índice de poluição. ‘*Cocotá*’, significa dizer que “onde quer que você esteja na praia o cocô tá atrás de você” (Diário de Campo, 01/02/2010; Entrevistado n.º 12, em 17/05/2012, morador local pós-década de 1970, migrante da Vila para o Condomínio Porto Frade realizadas em abril de 2012).

O contraste mostrado na fala dos moradores, a respeito de um espaço natural significativa aos que ali viviam, guarda as ações de um empresário que chegou à década de 1970 na Vila com a finalidade de implantar o mais famoso *golf resort* da costa verde carioca. Traço aqui um registro do diário de campo fruto de reflexões originadas das interações com 80 moradores, e de uma conversa informal que tive com uma das filhas do empresário:

Após tomar ciência de que o projeto Turis da Embratur visava à construção de complexos hoteleiros e imobiliários em áreas planas de Angra dos Reis (já citado nesta introdução), ou seja, era parte de um empreendimento que ocupava praticamente toda orla da região, instigou-me saber como EICPF, um homem considerado visionário do ramo do turismo pelos moradores, chegou a Angra dos Reis. Na verdade, ele passou a ser proprietário de terras na Vila do Frade, antes mesmo da finalização da construção da Rodovia BR-101. De certo modo, parecia ser este ímpeto de adquirir terras no meio do *nada* e posteriormente ter

⁵⁴ Espécie própria de solos úmidos abundante naquela época.

implantado o empreendimento que hoje funciona como um dos recantos de férias mais cobiçados pela classe A brasileira atualmente. Aliás, como não considerá-lo um desbravador e visionário? Esta história é reafirmada até hoje por nativos pré e pós-década de 1970, moradores locais migrantes e grupos do setor público e privado do ramo do turismo.

Embora eu tenha percebido a força que esta história adquiriu não somente na Vila, mas na cidade de Angra dos Reis, isso fez com que eu questionasse por que alguém teria o vislumbre de adquirir tantas terras em um lugar que nem estrada tinha, o deslocamento ainda era feito de barcos e barcas? Atualmente é fato que EICPF tornou-se um homem admirado e reconhecido como um visionário, ao ponto de uma das principais ruas da Vila merecer o seu nome (Avenida Carlos Borges, situada paralelamente a Rodovia Mário Covas). Entretanto, numa conversa informal com a filha do empresário, vi que os motivos que levaram EICPF a se tornar o maior proprietário de terras no Frade, distanciavam-se de uma mera visão de que um dia o Frade abrigaria um dos condomínios mais visados pela classe A brasileira. Ao questionar a filha do empresário se ela sabia algo sobre o Projeto Turis, ouvi a seguinte resposta: Eu lembro que antes de sair o Projeto Turis, um amigo do meu pai informou a ele que Angra dos Reis se tornaria o *boom* dos investimentos no turismo, falou do Projeto Turis que estava para ser lançado, e que uma estrada rasgaria a região, e que, portanto valeria muito à pena investir em terras naquelas áreas (Diário de Campo, 16/04/2012).

A informação sobre os motivos que atraíram o empresário a investir numa remota vila de pescadores, estão muito além de um talento visionário (maneira que as pessoas se referem ao trabalho implantado por ele no Frade). Ao reconhecerem EICPF como alguém que enxergava as coisas de cima, ou como um detentor da capacidade de “ver as coisas de cima”⁸¹ empresário era colocado (e é até hoje), em oposição “a visão da terra, a terra dos simples executantes ou dos vulgares agentes” (BOURDIEU, 2006, p. 172). EICPF fazia parte de uma rede de relações sociais de banqueiros e grupos envolvidos com o setor de turismo, que anteciparam informações valiosas favorecendo suas escolhas de investimentos financeiros em terras no Frade. Dentro deste contexto, isto é, o da aquisição de terras, um representante da ONG Sape endereçou uma crítica intimamente ligada ao assunto que aqui abordo e que foi desencadeado no trecho da entrevista a seguir:

Representante de ONG ambiental: eu nunca analisei como é que ele conseguiu (EICPF) a apropriação dessas áreas todas. Eu não sei se ele é propriamente um

visionário, ou um grande grileiro, e até que ponto o visionário na verdade se apropriou da grilagem, que foi uma marca da apropriação dessas áreas todas. Todas essas áreas eram áreas abandonadas. E aí a associação destas circunstâncias com a ditadura não é casual, não? Porque a ditadura usou de todos os meios para garantir que o projeto funcionasse (leia-se Projeto Turis) e fosse avante, etc. e tal, com muitos mortos e muita gente expulsa dessas áreas e que gerou esse desenho que está cada vez mais forte, que chega a onde você quer. Hoje Angra é uma cidade privatizada, os espaços, digo os espaços situados em zonas costeiras (Entrevistado n. 27 em 07/05/2012, representante de instituição pública).

É exatamente nesse ponto, ou seja, na apropriação em massa de terras, que surge a criação e implantação do Condomínio Porto Frade, um tipo de residência secundária, cuja finalidade não resumia-se a uma venda de propriedades a grupos com pretensão de escapar da cidade nas férias, feriados ou finais de semana. O mega empreendimento implantado por EICPF⁸² no final da década de 1980, vendia em sua essência, a ideia da aquisição de um estilo de vida adotado por 35% da classe média americana na década de 1990 (BLAKELY; SNYDER; 1997).

Neste contexto, a criação de enclaves⁵⁵ demarcados por muros configurou-se como um elemento chave desse tipo de negócio, qual seja, conferir ao residente secundário o senso de pertencimento e exclusividade a um grupo, que desejava compartilhar de práticas de lazer em um lugar que retratava os *resorts* americanos, instaurados nos Estados Unidos na década de 1980. Ao adotar este modelo de residência secundária em seu projeto, EICPF considerou a inclusão de dois atrativos de lazer em particular, o campo de golfe e as marinas visando atender a grupos interessados em práticas náuticas. Na sequência, estavam às quadras de tênis, as piscinas e os “equipamentos recreacionais”, um aparato que propiciou àquele condomínio a impressão de “um lugar especial onde nem todo mundo pode usufruir” (BLAKELY, 1997, p. 57). Tal impressão parece perdurar até hoje, pois em entrevistas, a estrutura de residência secundária implantada no bairro Frade, ainda apresenta-se como um dos maiores motivos para a aquisição de uma propriedade. Questionando um residente secundário sobre os motivos mais relevantes que o levou a comprar o imóvel, ouvi:

O mar foi fundamental porque nós tínhamos casa em Cabo Frio, mas o mar é completamente diferente, a água é gelada, com muita onda e para prática de navegação é completamente diferente. Como nós somos duas pessoas do mar, barco *jet-ski*, esse mar aqui não tem igual. Eu não acredito que não tenha pessoa que visite esse lugar e não se apaixone. Aqui dentro do condomínio tem tudo, já visitamos outros condomínios da região, mas de estrutura (Administrativa e de lazer) esse condomínio é o melhor. Até aqui, do que a gente conhece do condomínio, o Condomínio do Frade é

⁵⁵ Limites geográficos de um território.

o melhor, não resta a menor dúvida (Entrevistado n. 18, em 01/05/2012, residente secundário).

A fala da entrevistada está intimamente ligada aos argumentos de Coopock (1977)⁵⁶, que vê dois fatores primordiais implicados na decisão de se adquirir uma residência secundária, o potencial do local para fruição de práticas aquáticas, e a presença de outros recursos recreacionais (estrutura completa de lazer⁵⁷). Porém, para que estes grupos usufruíssem da estrutura de lazer mencionada, a Vila do Frade foi desmembrada em área da Vila e área do Condomínio, com divisões visíveis e inteiramente constituídas para atender às necessidades de um padrão de residência secundária do porte do Condomínio Porto Frade (que no próximo tópico apresentarei). Nesse sentido, os muros construídos ora de alvenaria, ora de cercas vivas, que desde o final da década de 1980 separam a Vila do Condomínio passam a ganhar uma conotação simbólica, guardando assim, os conflitos e as manobras efetuadas entre grupos que se destacavam no comando das ações dentro da Vila. A partir dessa perspectiva, duas ações em particular levaram-me a enxergar de perto, não só as relações sociais existentes no bairro, como também os impactos da residência secundária sob o prisma do lazer daqueles moradores. A primeira, a construção do canal de acesso a embarcações ao interior do Condomínio; e a segunda, a mudança da localização do Departamento de Policiamento Ostensivo (DPO) situado na Vila. Em entrevistas com os moradores locais, nativos pré-década de 1970, e moradores locais migrantes, a respeito da maior perda da Vila após o processo de urbanização, obtive informações esclarecedoras sobre a primeira ação, a constru⁸³ do canal:

Entrevistador: Qual foi a maior perda que você acha que o Frade teve com o que você chama de progresso?⁵⁸ **Morador local:** a praia. Porque não se fez um tratamento de esgoto. Fizeram uma dragagem para recuperar a praia, mas a dragagem foi mal feita. [...] Então o que aconteceu? 50% da areia ficou na praia e 50% se estendeu para dentro do mar. Então se formou dentro do mar uma camada de lodo muito grande, o cais da praia, tinha 35 metros e barco chegava com a maré vazia, depois da dragagem aumentaram mais 30 metros de ancoradouro e o barco não chega com a maré vazia. Isso porque a metade da areia que eles trouxeram lá de fora (Condomínio Porto Frade) pra fazer a praia, ela escorreu pra dentro do mar. Isso quer dizer a praia

⁵⁶ Pesquisador de inúmeras investigações do tema da residência secundária.

⁵⁷ O Condomínio Porto Frade comporta 2 (duas) marinas – Angar 1 e Angar 2, com 330 vagas secas e molhadas – para barcos, 1 (um) heliporto, 1(um) campo de golfe, um clube com duas quadras poliesportivas, um campo de futebol, piscina, salão de festas, área para churrasco, saunas seca e a vapor, bar, restaurante, e, por fim, serviços e projetos voltados para práticas de esporte e lazer

⁵⁸ Fiz uso do termo progresso durante o diálogo para me referir ao processo de urbanização e mudanças sociais na Vila, por se tratar do vocabulário usual do morador local

ficou super-rasa e restou só lodo entendeu? Isso são obras que a gente vê aqui na nossa região como planejamento das ruas, de esgoto essas coisas que o empreiteiro faz aquilo que é bom pra ele. O povo é depois se vira não? Você não vê aqui um engenheiro da prefeitura, um fiscal da prefeitura, um órgão competente, vamos dizer assim, fiscalizando, as obras que a Prefeitura faz, então se você tem que gastar dez sacos de cimento pra tampar aquele buraco ali, se não tiver ninguém olhando você gasta cinco, os outros cinco você não gasta. Por isso é que tem que haver fiscalização (Entrevistado n. 3, em 06/05/2012, morador local, pré- década de 1970, conhecedor de práticas náuticas).

Seguindo a mesma temática, isto é, da construção do canal de acesso ao Condomínio, um morador local, migrante da década de 1970, acrescentou:

Morador local: no lugar onde tem aquelas marinas quando eu cheguei aqui, aquilo era uma coisa linda, aquela areia, a gente chamava aquela área de pontal, agente ia lá pra areia, pro mar, tinha uma parte de mangue onde a gente pescava muito ali e pegava muito siri. **Entrevistador:** O que aconteceu com o mangue? **Morador local:** Foram aterrando, aterrando, ali neste lugar que eu estou te falando, abriram aquele canal, e foram aterrando a parte do mangue (Entrevistado n.20, em 11/05/2012, morador local migrante pós-década de 1970, empresário com comércio na Vila).

Tendo como bandeira o *trabalho*, EICPF foi reordenando o espaço físico da Vila e, segundo os moradores locais, essas modificações foram feitas com a colaboração de alguns moradores locais, líderes e detentores de capital político (o ex-vereador e moradores migrantes da Vila). Ao tomarem conhecimento da construção do canal (ver Figura 8, com fotos produzidas pela autora) que separaria a praia da Vila da praia do Condomínio, alguns conflitos a fim de impedir a referida construção se deflagraram e, a respeito disso, um morador local trouxe contribuições valiosas:

Entrevistador: houve alguma resistência dos moradores da Vila nessa época, na tentativa de dialogar com os dirigentes do Condomínio para evitar a construção desse canal? **Morador local:** Olha só (pausa do morador para reflexão)... não sei se eu posso te falar, não? Mas vou falar. Tinha um cidadão, que eu não vou nem citar nome, e foi uma das pessoas que, se juntou até com a rapaziada, com as pessoas do bairro, para tentar impedir que fosse feita aquela separação ali, não? **Entrevistador:** Então houve essa intenção dos moradores se manifestarem? **Morador local:** Houve, houve... não foram todos mas certas pessoas mais amadurecidas, só que essa pessoa que era o líder que poderia conversar e não deixa fazer, ele (pausa para reflexão)... foi morar no Condomínio. De lá também ele esqueceu a gente. Ele foi morar no Condomínio e ele tem casa lá, entendeu? (Entrevistado n. 3, em 06/05/2012, morador local, pré-década de 1970, conhecedor de práticas náuticas).

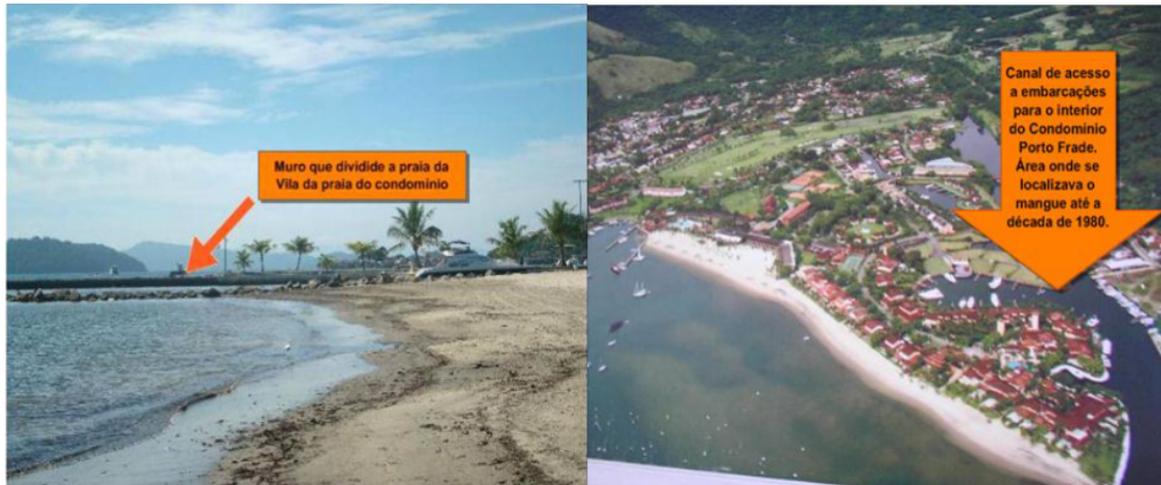


Figura 8: À esquerda, vista parcial do cais da praia do Frade (Foto produzida pela autora 21/12/2009, pela manhã); à direita, Vista aérea do Condomínio Porto Frade. (Foto produzida por Paulo Cezar Martins no ano de 2007 e cedida para esta pesquisa)

Deparar-me com estas informações desencadeou em mim uma percepção muito interessante. O Entrevistado situava-me numa posição que extrapolava a pesquisadora, e o que me fez pensar nesse sentido foi justamente as pausas para reflexão durante a entrevista, e em seguida o reconhecimento da dúvida entre, identificar ou não, algumas pessoas que estiveram envolvidas com questões da construção do canal. Como colocar em jogo pessoas para uma desconhecida, mas que na mesma medida, era conhecida de pessoas que faziam parte de uma rede de relações a que ele também possivelmente pertencia? Este questionamento estava ligado aos diálogos que estabeleci com os moradores locais em geral (nativos ou migrantes) na quarta etapa da pesquisa, quando me hospedei na casa de ⁸⁵ uma amiga, residente secundária do Condomínio Porto Frade.

No momento de agendar as entrevistas mencionei aos moradores locais onde eu estava localizada no bairro, e, além disso, deixei transparecer a de e o conhecimento que eu tinha de alguns acontecimentos oriundos da década de 1970. No entanto, o elemento mais relevante desta reflexão só veio à tona 2 meses depois, em minhas interações com o campo. Ouvimos moradores que o irmão do Entrevistado n. 3 exercia naquela época a função de vereador do bairro, tendo atuado como líder em diversas esferas de interesses dos moradores locais, mas que contraditoriamente foi uma das pessoas que deu suporte à construção do canal junto a Prefeitura Angra dos Reis. Essa informação ajudava-me a entender a forte ligação que

parecia haver não só entre este nativo, mas também com toda a família do nativo junto à família de EICPF, que até os dias atuais influenciam e interferem na Vila. Isso significa dizer que se existe um conflito entre a família de EICPF e os moradores nativos (e isto fica claro se observarmos que o morador n. 3 coloca-se completamente desfavorável à forma como o canal foi construído), esta tensão não é apresentada de maneira nítida nos diálogos durante as entrevistas. Ao contrário disso, o morador local divulga a imagem de EICPF e familiares da seguinte maneira:

Morador local: Uma pessoa que nos ajudou muito aqui no Frade entendeu? Até esse lado da Rio Santos (atual Rodovia Mario Covas) tem essa Avenida Carlos Borges, e ele era uma pessoa muito boa se dava muito bem com meus irmãos com minha família. Uma pessoa que ajuda. O Frade gostava do Frade, entendeu? Eu tinha um primo que até morreu há tempo. Ele contava que ia comprar pão todos os dias pro EICPF aqui na Vila. Ele dizia que EICPF vinha aqui no Frade comprar o peixinho mais simples dos peixes, o cocoroca o peixinho espada, ele tinha uma simplicidade muito grande. E a filha dele hoje também, você vê que tem algumas coisas dela por aí, que puxou pela riqueza dele, entendeu? E inclusive ela se dava muito bem com meu pai.

Entrevistador: Então essa relação entre Vila e Condomínio foi boa? **Morador local:** Foi importante não foi ruim para gente, não. Mesmo porque, hoje o Condomínio emprega aqui 50% da população da nossa Vila, eu acho que emprega mais do que a própria usina nuclear (Entrevistado 3, em 06/05/2012, morador local, pré-década de 80, conhecedor de práticas náuticas).

O pai do Entrevistado mencionado acima, nascido na Vila no ano de 1925, é reconhecido como um amante e poeta do Frade e suas poesias e histórias inspiradas na Pedra do Frade, assim como nas belezas naturais, constam em seus livretos distribuídos aos moradores da Vila e à Biblioteca Pública da Escola Estadual do bairro. O Entrevistado n.º 3 me cedeu as produções poéticas desse nativo e ao ler atentamente este material, notei que a mesma contradição existente na fala de seu filho (Entrevistado n.º 3) quanto ao posicionamento em relação às ações da família de EICPF, também era aparente em suas poesias. Não obstante a família financiasse as cópias dos livretos (a filha de EICPF, mencionada acima), apoiando, assim, a iniciativa do autor, observei a crítica do nativo já falecido envolvendo as questões da degradação da natureza da Vila. Implicitamente seus escritos mostram-se carregados de insatisfações, por exemplo, da destruição do manguezal no final da década de 1980, ação esta, implementada para atender a construção do canal cujo mentor era EICPF. Aqui trago uma passagem da poesia intitulada Baía de Angra dos Reis de São Paulo a Paraty: “[...] Bem vinda foi a Rio Santos trazendo gente de fora que não quiseram ir

embora desse pedacinho do Brasil. Nossas águas cristalinas nossa vegetação, onde estão os manguezais que aos peixes traziam paz, sumiram e aí cresceu a poluição” (GABRIEL, 2001, p. 7).

Já a segunda ação, ligada à mudança do local do Departamento de Policiamento Ostensivo (DPO), também guarda implicações entre a liderança dos moradores na Vila e a intenção de EICPF de redirecionar o espaço físico da Vila visando atender a os propósitos da residência secundária. No início da década de 1970, o DPO, instalado onde atualmente se situa a Praça Juca Mariano, ou seja, no miolo da Vila, foi transferido para a margem da atual Rodovia Mario Covas (antiga Rio-Santos), linha limítrofe entre a Vila e o Condomínio, no início da década de 1990. Sobre esta mudança, trago aqui uma passagem do meu diário de campo, com um diálogo que estabeleci com um morador local:

Morador local: O DPO era lá no Frade (Vila), lá pra cima do Frade, EICPF tirou pra botar aqui. **Pesquisador:** Por quê? Pra ter segurança no Condomínio, por que onde o DPO se encontrava ficava distante. **Pesquisador:** Ele tirou, e ele tem poder pra tirar o DPO de lá e colocar pra cá? **Morador local:** Ele tirou. **Pesquisador:** Você era daqui dessa época? **Morador local:** Não, mas as pessoas contam. O DPO tem condições de ficar onde está? Claro que não, o DPO tem que ficar no trevo, na entrada do bairro, porque onde está atualmente é escondido. EICPF bancava o almoço dos policiais entendeu? Isto aconteceu porque o ex-vereador agiu em favor disso e consentiu colocar num lugar que atendesse mais o Condomínio do que a própria Vila (Diário de Campo, 15/01/2010).

Foi mediante dessas mudanças que entrou em jogo a inserção e expansão da residência secundária. Intimamente ligado ao lazer, este fenômeno, não apenas dinamizou o setor econômico da Vila, como também estabeleceu um novo funcionamento, uma nova ordem socioeconômica no lugar. Observando superficialmente a atual área que compõem o bairro do Frade, vistos por mim nesta pesquisa, como Vila e Condomínio Porto Frade identificaremos automaticamente barreiras e divisas espaciais, como é o caso do muro que divide a praia da Vila e a praia do Condomínio, embora, o universo simbólico contido nestas divisões e subdivisões somente possa ser acessado por aqueles que pertencem a uma rede de relações específica.

Nesse contexto do simbólico, perspectiva que eu desejava captar em minhas interações com o campo eu via nas supostas divisas espaciais o símbolo de uma espécie de “dupla relação de simbiose e oposição” (WACQUANT, 2004 p. 17), entre o que os moradores locais e os residentes secundários chamam de o ‘mundo errado’ (a vila), e o ‘mundo do bem-estar’

(Condomínio), (Diário de Campo, 01/2010; ex-morador da Vila, entrevistado em 04/2012). De acordo com um ex-morador da Vila e atual morador do Condomínio Porto Frade, ele foi prestador de

serviço neste condomínio como eu presto até hoje há 15 anos, e eu moro no Condomínio tem dois anos. Antes de morar aqui, eu entrava para atender os clientes, então, eu era barrado toda hora na portaria, não era uma nem duas vezes as vezes três, as vezes quatro, sendo que eu já tinha entrado. Quando eu chegava na portaria a pessoa fica o tempo inteiro anotando, fazia eu parar, e anotava de novo, o cara já me conhecia já sabia, que eu estava aqui toda semana fazendo o serviço. Um dia eu falei para o meu filho, um dia nos vamos passar por esse lado de cá (o lado de morador) (ex-morador da vila, entrevistado em 04/2012) (Entrevistado n. 11, em 02/05/2012, morador local, pós-década de 1970, migrante da Vila para o Condomínio Porto Frade).

O Condomínio Porto Frade, construído no final da década de 1970 visando atender especificamente ao fenômeno da residência secundária, inicialmente se configurou como um órgão vital para a sobrevivência da Vila do Frade. Isso porque, uma vez encerradas as obras das usinas Angra I e II, o mercado da construção de imóveis absorveu parte desta mão de obra, principalmente dos moradores da vila, especializados nas mais variadas ocupações da construção civil residencial (por exemplo, elétrica, hidráulica, marcenaria, carpintaria). Considerando as mudanças sociais desencadeadas na região pelo Projeto Nuclear Brasileiro, após a construção das usinas, as obras geridas pelo Condomínio foram as que mais propiciaram impactos na Vila.

Embora a implantação do *Hotel do Frade e Golf Resort* tenham ocorrido primeiro, foi o Condomínio o responsável por uma movimentação em grande escala no comércio local da construção civil. Desse processo, emergiram dois grandes grupos na Vila: os moradores empresários proprietários de comércio beneficiados pela situação econômica favorável do mercado e os moradores trabalhadores, ambos com uma expectativa: a de conhecer o ‘outro mundo’, ‘o lado do luxo’ e ‘do bem estar’ (Diário de Campo, 13/01/2010; entrevistado n.12, em 02/05/2012, morador local, pós-década de 1970, migrante da Vila para o Condomínio Porto Frade).

3.2 O Condomínio Porto Frade

Controlado por uma equipe de segurança (composta por sessenta guardas), e um sofisticado sistema de identificação com duas entradas, uma, para pessoas comuns, e outra

exclusiva para moradores (reconhecidos por um adesivo colado no vidro dianteiro do carro), temos a portaria do Condomínio. Indubitavelmente, deste aparato emergem os símbolos de ‘limite’ e ‘proteção’ a influências externas, (BLAKELY; SNIDER, 1997, p. 28), porém, aguçando nosso olhar para uma perspectiva das interações sociais entre Vila e Condomínio, podemos apontar situações mais complexas. A fala do ex-morador local da Vila e atual proprietário de uma residência no Condomínio, destacada no tópico anterior, mostrou o mecanismo de negociação da entrada de pessoas num empreendimento como este e contribuiu para eu refletir em torno de questões voltadas para exclusão, preconceito e frustrações, mescladas com expectativas de ‘um dia’ acessar o Condomínio pelo lado dos proprietários. Esse misto de percepções que gerou a tal “dupla relação de simbiose e oposição” (WACQUANT, 2004 p. 17), entre Vila e Condomínio parece emergir a cada momento que a equipe de segurança confere, permite ou proíbe a entrada do morador da Vila. Como um espelho, esta situação reflete nos moradores da Vila a posição econômica que ocupam naquela realidade, e conseqüentemente a sua identidade.

A entrada do Condomínio, localizado a uma distância de dois quilômetros da Vila, na Rodovia Mario Covas, não é perceptível aos olhos de um desconhecido. Tomando por base a estrada como ponto de referência, a única visão que alcançamos é a de um posto de gasolina, uma churrascaria e uma loja de plantas, área esta, sem placas ou qualquer tipo de sinalização indicando a entrada de qualquer lugar. Porém, se nos deslocarmos para os fundos destes estabelecimentos, veremos que os mesmos, além de sua função comercial, exercem também o papel de fachada do Condomínio, ocultando o acesso ‘ao mundo do bem estar’. Em conversas informais com residentes secundários ouvi várias vezes que a ausência de identificação do Condomínio era proposital, e isso, fazia parte de uma grande ‘sacada’ da administração (Diário de Campo, 15/02/2010. Ver Figura 9, com fotos produzidas pela autora):



Figura 9 À esquerda, vista da Rodovia Mario Covas – Fachada oculta da entrada do Condomínio Porto Frade (Foto produzida pela autora); à direita, vista da portaria de acesso às dependências internas do Condomínio Porto Frade (Foto produzida pela autora).

Apesar do Condomínio Porto Frade apresentar equipamentos e regras de acesso que configuram-se como um aparato de controle do fluxo de pessoas em suas dependências, os responsáveis pelo setor de segurança não consideram as restrições de circulação, parte de um sistema de segurança propriamente dito. Tal percepção eu adquiri em conversas informais que posteriormente converteram-se em entrevistas que me permitiram apurar detalhes possibilitando-me alcançar uma descrição do Condomínio, do ponto de vista das relações sociais. Dessa forma, o trecho da entrevista a seguir abriu caminhos para eu enxergar fatores relevantes de uma dinâmica social baseada no trânsito de pessoas intramuros considerando Vila e Condomínio:

Entrevistador: Como você descreveria o sistema de segurança do Condomínio?

Funcionário: Olha não é bem uma segurança conforme a gente está acostumado, do tipo lá em Paraty (Condomínio Laranjeiras, empreendimento do mesmo Porte do Condomínio Porto Frade), eu nunca fui lá, mas a informação é que é muito restrito, e aqui não é tão restrito. Inclusive nós tivemos um problema aí, questão de praia. E a princípio, a gente dificultava um pouco o acesso das pessoas à praia e hoje a gente já abre mão disso. Trabalhamos hoje com cinco pessoas na frente de identificação.

Entrevistador: Portaria? **Funcionário:** isso, e tem mais gente. Por cada turno uma faixa de mais uns quinze a 18 pessoas que estão espalhadas pelo condomínio em diversos postos. Essas pessoas fazem a checagem das casas de 3 a 4 vezes diariamente, portas e janelas, essas coisas. E acompanhamento de caminhão essas coisas

que têm facilidade de no caso haver algum roubo não? Então, não é uma segurança, segurança aquela segurança que a gente barra e proíbe todo mundo, não? **Entrevistador:** A gente estava conversando (antes da entrevista) e você vê a importância de haver realmente a segurança e a divisão entre Vila e Condomínio, por que você acha isso importante? **Funcionário:** Olha! Eu acho para segurança ótimo, haver essa divisão. Eu vou repetir aquilo que eu falei pra você, imagina se isso fosse aberto e todas as pessoas de diversos níveis, assim... (pausa para reflexão) como o Frade virou uma favela, vamos dizer assim, porque, isso é a realidade que a gente vê. Então tem muitas pessoas bacanas, pessoas trabalhadoras que trabalham aqui no Condomínio há muito mais tempo do eu. Mas tem pessoas que vêm aqui, e hoje a gente tem a situação de drogas, pessoas viciadas em craque, por exemplo, que roubam pra conseguir dinheiro, então nós não estamos muito longe de acontecer alguma coisa (Entrevistado n. 26, em 05/04/2012, representante de instituição).

Atrelando os meus contatos informais prévios em campo à fala deste Entrevistado, observei que independente do tipo de sistema segurança operacionalizado (sofisticado ou não), as divisas, muros, entradas específicas para grupos específicos, ou seja, algum tipo de mecanismo de checagem ou restrição de acesso se vincula aos estudos da literatura que abrangem elementos interligados ao modelo desse tipo de residência. Segundo Grant (2006), Blakely (2001) e McGoey (2003), os muros representam a segurança e a restrição de acesso dos indesejáveis, bem como o apelo aos consumidores que procuram o senso de comunidade e identidade, o que relaciona-se a um nicho do mercado imobiliário altamente competitivo abrangendo construtoras e incorporadoras e estão sempre ligados ao oferecimento de estruturas de lazer (equipamentos). Tendo em vista estes elementos, duas questões surgiram: como estes relacionavam-se no contexto das divisas que separam a Vila do Condomínio, numa perspectiva simbólica? Como as residências secundárias, do Condomínio Porto Frade, são consideradas no mercado imobiliário? Em uma entrevista questionei um morador local, que se tornou um profissional de renome do ramo imobiliário na região, o que ele via como diferencial quando alguém pensa em comprar uma residência secundária no Frade, especificamente no Condomínio Porto Frade, e, segundo ele,

Em relação ao Condomínio Porto Frade, eu vejo, há uns quinze anos mais ou menos que eu estou no ramo, que o nome Frade, é um nome que hoje eu acho que é o suficiente. Quando se fala Angra dos Reis e quando se fala Condomínio Porto Frade não precisa falar nada. Todo mundo já sabe da infraestrutura, do poder de valorização, então eu nesse ramo já há quinze anos aqui dentro do Condomínio pude ver imóvel sendo valorizado 400% num período de 6 anos. Então eu acho que o nome Frade em relação a outros lugares que eu conheço, fora daqui do trecho de Angra, já tive o privilégio de trazer empresários europeus que fizeram comparação com *Beverly Hills* e outros lugares, saiu inclusive em uma das revistas deles comparando como vivem os milionários brasileiros com os Milionários Americanos. E constataram que em Angra, o Frade é um dos lugares que segue a mesma linha

equiparando o preço, valorização e visibilidade. **Entrevistador:** É superinteressante o que você está falando, mas tem duas situações nessa questão. Uma, que me parece que o Frade é símbolo de prestígio, grana e milionário, outra como associar o Frade ao símbolo de milionários, ou como você disse, o Frade fala por si só, se hoje a gente tem uma classe emergente, de não milionários dentro do Condomínio, não? A gente pode dizer hoje que o Frade só tem milionário? **Morador local:** Não. O Condomínio do Frade é dependente do vilarejo do Frade, que as pessoas daqui falam vilinha ou favelinha, como falavam, e falam alguns milionários, alguns condôminos, mas, eu vejo que algumas pessoas se tornaram como é o meu exemplo que já tive a oportunidade de trabalhar aqui desde os meus 13 anos no golfe, como marinheiro e garçom e diversas atividades e pela oportunidade que tive no ramo imobiliário hoje eu consegui residir aqui nesse Condomínio (Entrevistado n. 13, em 17/05/2012, morador local pós-década de 1970, migrante da Vila para o Condomínio Porto Frade).

Analisando em conjunto o diálogo dos entrevistados n. 26 e n. 12, uma situação me chamou atenção. Primeiramente, a clara sobrepujança da dimensão econômica, expressa nas divisas estabelecidas entre Vila e Condomínio, explícita na fala de ambos os entrevistados, parece ocultar o que Polanyi vê como *embedded* (embutido). Trata-se de um conceito que desafiou as linhas limítrofes das disciplinas de economia e sociologia sugerindo que não existe um domínio puro do econômico. As atividades econômicas, instituições e processos, são historicamente moldados inseparavelmente pelo contexto das relações sociais. Esse argumento foi construído por Polanyi baseado numa economia antropológica, a fim de fazer distinção entre reciprocidade, redistribuição e trocas, sendo estas, socialmente *embedded* em modelos de atividades econômicas que se expressam ou são conduzidos por meio de afinidades, políticas, religiosas ou outras relações. Dessa forma, o foco do autor centra-se no impacto determinante das redes de relações sociais pessoais sob o mercado e as tendências das atividades de mercado, tendo em vista o econômico *embedded* no não econômico (SCOTT; MARSHAL, 2009). Bourdieu (2006) lança mão do argumento central de Polanyi ao escrever “as estruturas sociais da economia” obra em que aborda

as escolhas econômicas em matéria de habitação – tais como comprar ou alugar, comprar antigo ou novo, e nesse caso uma casa tradicional ou uma casa industrial – dependem por um lado, das disposições econômicas (socialmente constituídas) dos agentes em particular dos seus gostos, e dos meios econômicos que podem colocar a sua disposição, e, por outro lado, do *estado da oferta* das habitações (p. 33).

Observar por este prisma é o mesmo que se valer de uma explicação pontual de Chartier (2005), ao ver nesta visão de Bourdieu a intenção de descrever o *mundo econômico ao*

⁵⁹ *contrário* como parte de “um projeto paradoxal: pensar as leis que governam uma economia, que tem por fundamento a própria negação da economia” (p. 253). A ideia sustentada por Bourdieu (2006) é que a “economia repousa sobre uma abstração imaginária, que consiste em dissociar uma categoria específica das práticas, ou uma dimensão particular de toda prática, da ordem social na qual toda prática humana se encontra submersa” (p. 13).

Trazendo esta reflexão para o contexto das interações que obtive com o campo, notei que faz total sentido pensar que a visão substancial, ou da estrutura física que se apresenta no espaço físico do bairro, aparentemente colocando os moradores locais numa perspectiva sobrepujada ao capital econômico, oculta ou dilui a responsabilidade e a participação que tais moradores possuem com os grupos que agem em prol do negócio da residência secundária, na própria construção das divisões do espaço físico criado no Frade. Tanto o entrevistado n.26, quanto o n.12, apesar de exercerem funções ligadas aos interesses do Condomínio, são também moradores locais da Vila que, na mesma medida, estabeleceram fortes relações profissionais e pessoais com a referida instituição. Isto é nítido no diálogo com o Entrevistado n. 26 a seguir:

Entrevistador: O que eu vejo como interessante, é que você é morador da Vila e você é profissional do Condomínio, como é que isso de certa maneira surtiu um efeito quando você está com algum morador na Vila? Isso tem um efeito? **Funcionário:** Não. Porque, isso aqui virou a minha casa eu estou aqui há 24 anos. Eu vivo mais aqui do que na minha casa. Eu moro na Vila, mas eu fico 12 horas, às vezes mais de 12 horas aqui e fico pouquíssimo tempo em casa, entendeu? Então eu me dou mais com as pessoas daqui do que o meu vizinho, que muitas das vezes eu nem vejo, eu passo uma semana sem ver o vizinho, entendeu? Porque eu saio de manhã e de noite eu não tenho muito contato, com meu vizinho. Então isso aqui virou a minha vida. **Entrevistador:** A sua interação social, a sua vida social é mais centrada aqui do que na Vila? **Funcionário:** Muito mais. **Entrevistador:** Isto modifica você e as suas expectativas como pessoa? Você acha que isso tem um impacto? **Funcionário:** Eu acho que tem porque, eu tenho que estar com os pés no chão que eu, não faço parte daqui, eu estou aqui, mas eu não faço parte daqui, entendeu? Eu não faço parte do nível social daqui, então eu tenho que ter os pés no chão, eu tenho que ter os pés no chão, não tem nada a ver... A minha vida é aqui, mas essa não é a minha vida (Entrevistado n. 26, em 05/04/2012, representante de instituição).

A ênfase explicitada pelo funcionário do Condomínio e morador local da Vila sobre as relações sociais construídas por ele a partir dos vínculos criados dentro do Condomínio Porto Frade indica a afinidade, a proximidade, e a simbiose que o mesmo pareceu ter desenvolvido

⁵⁹ Título do capítulo do livro escrito por Chartier em *Trabalhar com Bourdieu*, sob a coordenação de Pierre Encrevé e Rose-Marie Lagrave.

ao longo dos anos. No entanto, durante a fala também observei certo pesar pelo fato dele não se reconhecer como parte daquele lugar, como se isso significasse um esforço para que suas expectativas não avancem, ou ganhe proporções demasiadas em relação a um lugar que em essência destoa completamente da Vila.

Ao entrarmos no Condomínio, diferentemente da vila, é possível observar um caminhão que circula internamente recolhendo o lixo, diversos homens varrendo as ruas convidativas para uma caminhada e carros de segurança (particular) circulando constantemente. Não há cheiro de esgoto e o sistema de saneamento básico e água tratada funciona perfeitamente. Em suma, o ‘mundo do bem estar’, é regido por leis e condutas criadas a partir de um sistema interno, sustentado financeiramente por residentes secundários que em comum acordo, privatizam e controlam os serviços de responsabilidade do poder público (BLAKELY; SNIDER, 1997). Outra imagem, que também nos salta aos olhos após passarmos pela portaria, é a sequência de palmeiras imperiais (lado esquerdo e direito) símbolos de poder econômico e político, dividindo as duas vias utilizadas para fluxo interno de veículos, ao lado de outras plantas colocadas nesta área atendendo a um estudo paisagístico minucioso (ver Figura 10), com fotos produzidas pela autora):



Figura 10: À esquerda, sequência de palmeiras imperiais vista do Condomínio; à direita, carro de segurança que circula por 24 horas nas dependências internas do Condomínio.

Abaixo, na primeira esquina, ao lado esquerdo, encontramos um minicentro comercial com lojas de decoração, restaurantes, supermercado e uma imobiliária de compra,

venda e aluguel de imóveis. Já ao lado direito, vemos uma loja especializada na venda de embarcações de luxo e carros de golfe elétricos (Figura 11).

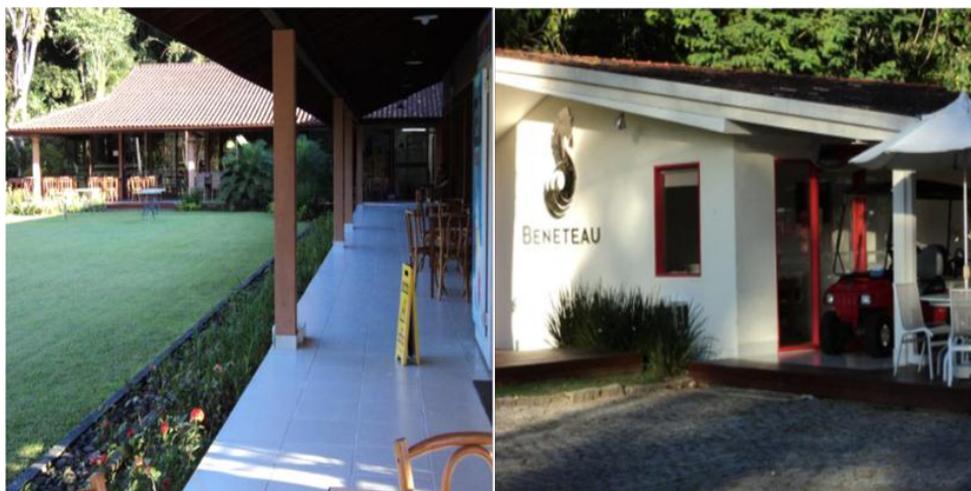


Figura 11: À esquerda, minicomércio localizado no interior do Condomínio Porto Frade (Foto produzida pela autora); à direita, loja de equipamentos náuticos e de carros de golfe no interior do Condomínio Porto Frade (Foto produzida pela autora).

Há que se assinalar que, com exceção dos equipamentos específicos (náuticos e golfe), comercializados nas dependências internas do Condomínio, o minicomércio visando seguir ao padrão dos condomínios *resorts*, desenhado exclusivamente para atender à residência secundária (BLAKELY SNYDER, 1997, p. 63), não alcançou o êxito esperado em termos de consumo (ver Figura 11, com fotos produzidas pela autora):

O minicomércio implantado no Condomínio não desfruta de um fluxo intenso de residentes secundários, como na Vila. O principal motivo disso reside justamente no que diferencia o bairro Frade de outras áreas da região, isto é, mesmo considerando a visível separação espacial, a Vila conecta-se ao Condomínio e vice-versa via oferta (Vila) e consumo (Condomínio) de bens e serviços. Em outros bairros da região de Angra dos Reis, que seguem o mesmo desenho espacial do Frade, (divisões acentuadas de espaços concentrando moradores locais de um lado, e residentes secundários do outro), não vemos uma dinamização do comércio local tão intensa.

Existe uma tendência, principalmente no “residente secundário, de trazer tudo de fora (alimentação e bebida)” (Entrevistado n. 27, em 14/05/2012, representante de instituição – ONG ambiental). Ao contrário disso, o centro comercial localizado na Rua São Sebastião na Vila é um exemplo. A princípio, poderia ser apenas uma área comercial, com um fluxo intenso de pessoas, em um determinado horário de pico (inicia às 7h da manhã e desacelera por volta das 8 horas). Todavia, se relacionarmos a infraestrutura caótica da vila, ao padrão de consumo exposto nas lojas, via produtos à venda, notaremos que o comércio sinaliza um contraste que o diferencia de outros polos comerciais comuns, por apresentar o que eu chamo aqui de extremos. Um exemplo disso, é a concentração de carros importados em determinados períodos (fins de semana, férias e feriados), contrastando com carros populares (Fuscas e Brasília, entre outros) e os tipos de produtos encontrados em prateleiras de supermercados (por exemplo, vodca, uísque, champanhe), lojas (roupas equipamentos náuticos), e restaurantes, que similarmente nos intriga.

Para um total desconhecedor da Vila restaria a curiosidade em saber onde se concentra o grupo consumidor, por exemplo, de uma vodca *Grey Goose*, cujo preço no Brasil gira em torno de R\$ 250,00 por garrafa? Quem compra equipamentos náuticos sofisticados em lojas especializadas? Adquirir respostas para tais perguntas não é uma tarefa difícil. Qualquer pessoa, que visitasse a Vila (que não era meu caso), e questionasse a um vendedor local a quem se destina este tipo de produto, a resposta seria: “os produtos são para o pessoal do Condomínio” (Diário de campo, 15/12/2009).

Apesar do Condomínio abranger, hoje, uma média de 85% de residentes secundários, há que se considerar ainda, que 15% das casas são ocupadas por residentes fixos em sua maioria, empresários do comércio, da construção civil, e do ramo imobiliário (entrevistados n.12 e n.13, por exemplo) cujos negócios, estão centrados em Angra dos Reis e na Vila. Isso significa dizer que das 630 casas existentes no Condomínio apenas 95 são consideradas como residência fixa. Dados como esses inicialmente poderiam provocar a impressão de que o Condomínio funciona intensamente somente em época de férias e feriados, principalmente no verão, todavia, o cotidiano nos mostra algo completamente diferente.

Observando atentamente, perceberemos que o funcionamento dos diversos setores (administração, almoxarifado, marinas) do Condomínio e o fluxo de pessoas em suas dependências se mantêm intenso mesmo em época de baixa temporada. Para ser mais precisa, vejo o fluxo de moradores locais da Vila sobrepondo-se ao fluxo dos poucos residentes

fixos do Condomínio. Esta concentração de moradores locais da Vila ocorre justamente para atender especificamente ao lazer dos residentes secundários, que na alta temporada alcança um fluxo aproximado de três mil pessoas (no período do *réveillon*) quando o Condomínio torna-se uma verdadeira cidade.

Os residentes secundários do Condomínio Porto Frade são grupos de um alto poder aquisitivo, empresários, e alguns destes, além de gozarem de certo status financeiro encontram-se também no patamar de artista e celebridade, em voga na mídia, favorecendo sobremaneira o mercado imobiliário. Isso significa dizer que quanto maior for a concentração de proprietários de renome no mundo dos chiques e famosos, maior é o valor de compra, aluguel e venda dos imóveis alocados nesse tipo de condomínio. A inserção destes residentes secundários midiáticos simboliza prestígio, e, além disso, instigam e promovem a competição entre condomínios que adquiriram o padrão classe A, caso este do Condomínio Laranjeiras situado em Paraty, a 70 quilômetros do Frade. O Laranjeiras, assim chamado pelos residentes secundários do Condomínio Porto Frade, “é o *top do top*, este Condomínio está na primeira escala do luxo. Não é qualquer um que compra uma casa onde os Hermírios de Moraes e os Setubal têm propriedade. O quantitativo de grana que se concentra ali dentro é surreal, está fora da realidade” (Diário de Campo, 20/07/2010).

No entanto, a aquisição desse tipo de propriedade atrela-se ao fato destes grupos pertencerem a uma rede de relações específica, que eu particularmente vejo, como verdadeiras comunidades que pretendem privatizar, comprando e controlando espaços e serviços que determinados grupos compartilham em comum (BLAKELY; SNYDER, 1997). Ora visando à aquisição de um espaço de lazer como o Country Clube Porto Frade, ora visando à fruição de práticas náuticas, como por exemplo, a navegação, os espaços e os serviços incluídos na estrutura de lazer do Condomínio Porto Frade, tudo isso contribui para formar o rol dos residentes secundários do Frade. Nesse contexto, um caminho muito comum de se tornar residente secundário do Frade é por meio de convite ou apresentação do que o Condomínio oferece. A respeito disso ouvi de um residente secundário (empresário carioca) que a entrada dele no Condomínio

começou através da filha de um cliente meu, que eu forneço para o Rio de Janeiro, um laboratório, e ela comentou comigo sobre o Condomínio, sobre a estrutura do Frade, o que se tinha. E por um motivo assim, um tempo atrás agernte acabou se interessando, e aí marcamos um final de semana pra vir, e foi aquela coisa

de entrar na internet e pesquisar, e acabamos vindo pra cá. Vimos olhamos tudo gostamos, e depois de um período, assim para frente meu primo acabou comprar uma casa aqui, aí a gente acabou frequentando de novo o Condomínio (Entrevistado n. 17, em 01/05/2012, residente secundário).

Outros residentes secundários, especificamente os antigos, primeiros compradores dos lotes colocados à venda por EICPF, na década de 1980, vivenciaram uma história semelhante a do residente secundário anterior. Eles também contam que recomendaram o Condomínio a pessoas conhecidas, amigos e parentes que pertencem até os dias de hoje a um núcleo comum. Grosso modo, essa maneira de informar aos conhecidos a respeito da existência do Condomínio e o que o mesmo oferece, parece ter guiado o processo de ocupação inicial do empreendimento. Trago aqui uma passagem de diário de campo que reflete de certa forma a construção de uma rede de relações da residência secundária:

Pesquisador: o grupo de vocês é bem unido, não? Vocês se conheceram aqui no Condomínio? **Residente secundário:** Não, nós já tínhamos casa em Muriqui, nós já éramos um grupo aí o X, ficou sabendo que este condomínio estava sendo lançado. Então nós viemos ver as condições questões de grana e a estrutura que o condômino oferecia e resolvemos vender as casas de Muriqui e comprar o lote e construir aqui. Daí nós éramos em três em Muriqui, mas 1X chamou 2X, 4X chamou 5X e 6X chamou 7X (Diário de Campo, 18/07/2010).

Não obstante, desse processo de ocupação do Condomínio Porto Frade nos instigou a pensar que as interações sociais desses grupos se restrinjam somente as suas dependências internas e de residentes secundários para residentes secundários frequentadores deste espaço físico, porém outras interações sociais inimagináveis acontecem. Nesta perspectiva das interações sociais notei que isso ocorre tanto do Condomínio Porto Frade para a Vila como da Vila para o Condomínio Porto Frade. Isto veio à tona quando fiz a seguinte pergunta a um residente secundário: Como você enxerga este contraste entre Vila e Condomínio? Quando vocês vieram pra cá houve algum impacto na vinda de vocês para o Condomínio, um lugar completamente diferente da Vila?

Eu já venho de uma estrutura de família que não tinha um berço, de família de rico. A gente por ser muito simples, não? E ter adquirido as coisas que nós adquirimos hoje com trabalho, não? E a gente não teve nenhuma dificuldade porque nós somos pessoas, assim de uma família normal, sem qualquer diferença. E depois tem outra coisa nós somos empresários, então, por exemplo, hoje eu tenho uma média de 40 funcionários, então eu lido com isso todos os dias. Mas eu sou empresário também diferente, não? Porque eu não sou empresário de escritório, eu sou empresário de chão de fábrica (Entrevistado n.17, em 01/05/2012, residente secundário).

Esse residente secundário fez com que eu enxergasse uma dimensão das interações sociais existentes entre Vila e Condomínio para além do viés do capital econômico, que a princípio está refletido nas luxuosas casas do Condomínio com embarcações estacionadas em seus *piers*, nos carros *top* de linha que circulam no interior do Condomínio, na postura, no olhar, no caminhar altivo dos residentes secundários, assim como em suas vestimentas. Ao se reconhecer como alguém que não tem *berço*, o residente secundário lança nas entrelinhas que a realidade vivida por ele aproxima-se mais dos moradores da Vila à dos empresários de escritório, que possuem berço, ou seja, são pessoas que já nasceram financeiramente favorecidas. O que me levou a entrevistá-lo foi justamente a conversa pregressa que tivemos, momento este, em que ele narra o caso da *churrascaria espeto corrido* situada na Vila, uma, de tantas outras histórias envoltas das relações sociais que ele estabeleceu com o *pessoal da Vila*:

Eu, minha mulher e meus filhos a gente costuma frequentar a Vila, principalmente meu filho que passou a andar de skate lá na rampa da praça. E a gente frequenta pizzaria lá fora, tem amigos nossos que não vão, se falar um a coisa dessas, nossa! Uma das coisas que eu gosto realmente de fazer é comer o churrasquinho no espeto que vende ali na entrada da Vila (Rua São Sebastião). Eu e minha família nós vamos lá e a gente curte muito. Mas outro dia deu uma vontade da gente tirar sarro com a cara de uns amigos nossos aqui do Condomínio, eles são gente boa, mas são ricos, frescos, mas eles se amarram na minha. Então, eu resolvi dizer a eles que a Vila tinha inaugurado uma churrascaria nova e por que a gente não iria jantar lá? Eles ficaram olhando pra mim e perguntaram: churrascaria? Onde? Então eu disse, é a *churrascaria espeto corrido*, vocês ainda não viram? Eles ficaram pensando, super curiosos, e aí eu tomei a iniciativa e falei, vamos lá vocês me seguem. Foi muito engraçado porque eu fui na frente dirigindo, e atrás de mim só tinha BMW e carrão importado. Eu e a minha mulher a gente ria muito dentro do carro, a gente queria ver a cara deles quando eles soubessem que a churrascaria era o fantástico churrasquinho que vende na Vila. É claro que eu fiz um suspense, dei uma volta na Vila toda, fiz uma meia parada na praça, aí eles pensaram que era por ali, ficaram olhando, fizeram sinal pra saber se era ali, e a gente ria muito dentro do carro. Então chegamos à frente da barraca do churrasquinho. Então, parou só carrão e eles falaram, eu acho que não é aqui não. Aí eu descí no carro peguei um litrão de coca-cola e guaraná, e disse, é aqui, churrascaria espeto corrido. Você corre lá e pega o espeto que você quer e volta rapaz, espeto corrido.

Desse episódio, narrado pelo residente secundário, penso que faz sentido considerar dois grupos de proprietários de residência secundária no Condomínio Porto Frade. O primeiro grupo, composto pelos empresários emergentes que galgaram certa ascensão econômica e social, embora, sintam-se atraídos pelo que chamam de simplicidade, de gente humilde.

Estes grupos interagem com os moradores locais da Vila diretamente, isto é, estabelecem um contato social próximo a ponto do morador local frequentar o Condomínio fora das atividades de trabalho, tendo em vista, as relações sociais construídas com residentes secundários, e na mesma medida, os residentes secundários que usufruírem de práticas que encontram-se a parte da corriqueira ação de comprar ou consumir produtos e serviços para abastecer sua base de lazer e descanso no Condomínio. Nas palavras do residente secundário Entrevistado n. 18,

nós trouxemos a menina que trabalha com a gente, o marido e a filhinha, pra festa aqui (Condomínio), eles foram nossos convidados. A gente leva criança pra pescar e faz isso faz aquilo. Eu pessoalmente, eu vou ser sincera eu gosto de proporcionar isso pra eles, eu acho legal isso, trago nossos funcionários, de vez em quando a gente traz um grupo pra cá (Condomínio), levo eles pra passear de barco, ver esse outro lado, entendeu? (Entrevistado n.18, em 01/05/2012, residente secundário).

Já o segundo grupo, dos empresários, originado de famílias favorecidas financeiramente de fato, assemelha-se à descrição feita pelo Entrevistado n. 18,

aqui nesse Condomínio é engraçado você convive com vários níveis (econômico), então você vê coisas assim, por exemplo, às vezes você está num meio, num grupo, e você fica reparando e eu sou muito observadora, sou muito de ouvir. Então você tem pessoas aqui que elas valem pelo rótulo. Tem pessoas que fazem questão de te apresentar uma pessoa, ah! Essa aqui é a dona de tal coisa, ué você não tem nome? Isso acontece muito aqui. Então você fica olhando assim... E você fala, gente! o que é isso? Ah! Porque a minha amiga tem cinco carros na garagem... Se você pensar, amigo mesmo não fala o que o outro tem. Isso entristece um pouco (Entrevistado n.18, em 01/05/2012, residente secundário).

Desses residentes secundários que agem conforme a descrição da entrevistada n. 18, ouvi que a Vila – termo com o qual os moradores locais se referem ao seu espaço físico e social – deveria ser substituída pelo termo Frade, ou seja, como os residentes secundários referem-se ao Condomínio. “O nome Frade atribui maior valor ao lugar porque está associado ao Condomínio” (Diário de Campo, 23/07/2010).

Até aqui, este quadro apresentado, expresso nas relações sociais engendradas no espaço social do bairro Frade, é considerado por mim uma espécie de composição entre Vila e Condomínio, entre moradores locais, residentes secundários e instituições públicas como a Prefeitura Municipal, por exemplo, e instituições privadas como construtoras e incorporadoras do ramo imobiliário. Estes grupos investem não apenas financeiramente no bairro Frade, mas

também colocam suas energias sociais (BOURDIEU, 2008, p. 25) naquele lugar por meio de lutas simbólicas que, ao longo no tempo, vão se acumulando e aparentemente reproduzem a desigualdade econômica depositada em seu espaço físico. Essas circunstâncias por sua vez, ocultam as interações sociais concretizadas, definidas e redefinidas por meio de novas interações sociais que interferem na construção de redes de relações sociais do bairro constituindo a sua localidade.

Observando atentamente as mudanças socioespaciais narradas pelos moradores locais, penso que o alcance dos aspectos relacionados à “localidade” da Vila, só poderia ser apreendido, a partir de um retorno aos acontecimentos do passado considerando as lutas simbólicas travadas no interior do espaço social. Em outras palavras, antes de qualquer tentativa de entender a localidade do atual bairro Frade, foi necessário conhecer ao menos em parte, a gênese das relações sociais estabelecidas no decorrer de um período marcado pelas mudanças radicais nas estruturas físicas e materiais da Vila, e posteriormente identificar como tais relações se refletiam naquele lugar de forma específica. Quando cheguei a Vila, no dia 10 de dezembro de 2009, eu nunca poderia imaginar que o DPO simbolizava o alto grau de proteção e segurança ao Condomínio Porto Frade, que o canal que dava acesso às embarcações ao interior do Condomínio simbolizava a consolidação de que os espaços naturais daquele lugar passaram a pertencer ao negócio da residência secundária.

Analisando por este ângulo, começo a entender porque a praia da Vila atual contrasta completamente com a praia da Vila no passado, mas ao mesmo tempo, isso me permitiu identificar na configuração daquele espaço, como as interações sociais me conduziam às ações emergidas de polos externos e internos na localidade (URRY, 1996). As ações externas são aquelas geradas no âmbito das esferas governamentais, e no caso do bairro Frade o Projeto Nuclear Brasileiro e o Projeto Turis (cujo mentor naquele espaço social foi EICPF) encarregaram-se de atrair pessoas advindas de outras regiões. Assim, a entrada de instituições do negócio nuclear e de um nicho do mercado imobiliário específico (a residência secundária) concomitante com a chegada dos moradores migrantes da década de 1970 em diante, foi iniciado um processo de sobreposição de interesses.

Cabe salientar que a comando do reordenamento do espaço físico da Vila era dado pelo representante da implantação da residência secundária, EICPF. Entretanto, não podemos descartar que a permissividade dos moradores locais migrantes, no que tange às ações já

mencionadas, tornava-os aliados das mudanças da Vila. Embora não reconheçam publicamente, os moradores nativos, líderes, rendem-se às promessas da entrada do capital econômico dentro da Vila e, apesar de hoje compartilharem a crença de que trocar o paraíso em função de novas oportunidades de trabalho significava progresso (algo visto como necessário à época), eles fazem parte do ínfimo grupo que deixa escapar a perda dos seus espaços naturais, como a praia, de maneira completamente diferente dos migrantes.

Hoje, o bairro Frade é composto em sua maioria por moradores migrantes da década de 1970 em diante, e de seus filhos nascidos na Vila, cuja percepção central desse grupo pode ser captada na fala do seguinte entrevistado:

muita gente que é morador nascido aqui, não tem casa própria, mora de aluguel ainda. Todos eles já eram pra ter casa própria. Porque o pessoal que veio pra cá é trabalhador, corre atrás para comprar terreno, fazer casa, eles não. Eles são acomodados (nativos) ta me entendendo? (Diário de Campo, 25/04/2012, conversa informal com morador local migrante).

Nesse sentido, um quadro típico de lugares que abarcam abundantes espaços naturais, as características que instigam a proliferação e implantação da residência secundária é comum lidarmos com expressões do gênero, *somos daqui, eles são de fora*, porém, isso foge a realidade do Frade. Paris (2009), ao abordar em sua pesquisa os impactos da residência secundária no Reino Unido, envolta dos possíveis conflitos que este fenômeno tem gerado em comunidades, alerta que a dicotomia “locais” e “de fora” não tem sustentado realidades constituídas por grupos heterogêneos considerando as dimensões social, econômica e demográfica: “há talvez muitas, senão mais, diferenças dentro de uma comunidade específica tanto quanto entre locais e residentes secundários” (PARIS, 2009, p. 297, tradução minha).

A partir dessa perspectiva, um exemplo passível de observação é o enaltecimento comumente feito aos migrantes, e uma intensa desvalorização dos moradores, que parecem ter cedido completamente o espaço físico da Vila do Frade para dar lugar à cultura do trabalho. A meu ver, as mudanças ocorridas na Vila, onde a cultura local foi completamente substituída pela dos migrantes, a partir da década de 1970 e é quase compatível com o desapossamento de várias terras do entorno. Em uma entrevista, tive a oportunidade de ouvir de um nativo questões que envolveram a perda de terras de pessoas como ele na Vila:

O nosso pessoal passado, antepassados o problema era o estudo. Meu pai não sabe nem assinar o nome dele, entendeu? Meus tios... Então o estudo era muito cruel, não tinha estudo, então... por isso que eu digo hoje tem pessoas aí dos idosos, que passam necessidade porque o que tinham foi tudo a troco de banana, sem ter noção daquilo que ia ser o amanhã. Por que o Frade hoje está tudo tomado? A maioria de todos os comércios é de fora. Nenhum é daqui. **Entrevistador:** Dos comércios? **Morador:** É, nenhum, por quê? **Entrevistador:** Não sobrou nenhum pro cara da Vila? **Morador:** De comércio nativo, do pessoal daqui não tem. De tudo que você pensar dentro do Frade, nascido aqui no Frade ninguém tem comercio mais (Entrevistado n. 1, em 05/05/2012, morador local pré-década de 1970, conhecedor de práticas náuticas).

No entanto, dois elementos da localidade convergem e parecem imbricados nas interações sociais no bairro Frade envolvendo as instituições públicas e privadas já mencionadas, os moradores locais e os residentes secundários: a troca material e simbólica e a relação de simbiose e oposição estabelecida entre estes grupos.

3.3 O lazer: antes e após o processo de migração em Angra dos Reis

Entrevistador: Eu fiquei supercuriosa, o senhor disse que tem uma lenda da Pedra do Frade. **Morador local:** Tem, tem. **Entrevistador:** Que lenda é essa? **Entrevistado n. 2:** Tem uma lenda que de 6 em 6 anos vem uma tocha de fogo de lá assim. **Entrevistador:** De onde? **Morador local:** De lá da Serra das Três Orelhas. Vem com aquele rabão, chega lá e bate nela. **Entrevistador:** E o senhor já viu isso? **Morador local:** Já. **Morador local:** Mas por que o senhor acha que isso acontece? **Morador local:** Isso acontece que é o seguinte, no tempo que a turma com os piratas trazia o ouro pra cá. **Entrevistador:** Sim, isso aqui era caminho do ouro **Morador local:** É caminho do ouro. Aí era o seguinte, os escravos pegavam o ouro lá pra levar lá em cima nas costas. Então chegava lá em cima e botava fora (o ouro), e essa pedra ficou encantada por isso. Lá tem uma prata de quatrocentos reis, cravada assim na pedra **Entrevistador:** se a gente visitar a pedra, a gente enxerga a prata? **Morador local:** Não sei se ainda tá lá não. Eu passei, num lugar que eles subiam com ouro, onde tinha um fogão, onde eles pousavam, com aqueles tijolinhos. Lá achei louça de porcelana. Eu ainda fiquei de ir lá pra ver se tinha algum ouro enterrado (Entrevistado n. 2, em 05/05/2012, morador local, pré-década de 1970, conhecedor de práticas náuticas).

O trecho da entrevista que acabo de expor ao iniciar o tópico relacionado ao lazer da Vila, do Frade, do bairro Frade, ou, seja lá quais forem às diversas denominações usadas pelos que usufruem deste lugar, tem um propósito especial. O contato com este nativo me possibilitou reconstruir acontecimentos que hoje, contribuem para eu entender o arranjo atual das práticas de lazer considerando as relações sociais instituídas entre Vila e Condomínio Porto Frade, mas, para além disso, se eu tivesse que eleger uma interação social que me impactou (no sentido emocional do termo) durante a minha estada no campo, eu optaria por esta entrevista. Na quarta etapa da pesquisa fui informada que o Entrevistado n.2 poderia suprir as

informações que eu buscava a respeito das práticas de lazer nas quais os moradores nativos pré-década de 1970 se envolviam. De acordo com os moradores locais, o Entrevistado era uma pessoa originada da família de um dos líderes, responsável por comandar a diversão da Vila, que, por sua vez tinha um papel de integrar os moradores. Num contato prévio, conversando pessoalmente com o Entrevistado n.º 2, vi no seu rosto a disposição de me apresentar situações, que me pareceu, não despertarem tanto o interesse das pessoas. Pelo menos, o nativo não me mostrou ser tão procurado para expor o conhecimento de uma época que pouquíssimas pessoas da Vila detêm. Dele, eu sabia apenas que era filho de Cipriano, um dos líderes da Vila, e que na década de 1970 exerceu a função de vereador do bairro. O detalhamento da entrevista, apresento em parte, de acordo com registro feito no diário de campo a seguir:

No dia 5 de maio de 2012 por volta das 19 horas, cheguei a casa do nativo, já com a expectativa de que eu estava prestes a acessar um universo completamente novo e instigante. Na verdade, eu conseguia sentir no meu corpo uma excitação própria de quem anseia de fato alcançar algo muito desejado, precioso, imbricado na minha própria existência. Provavelmente eu via ali, a possibilidade de conhecer histórias profundas a respeito de um lugar que desde a primeira vez em que coloquei meus pés, tive o impulso de pensar que um dia eu escreveria algo sobre Angra, minha paixão desde 1992. Situada no segundo piso, entrei diretamente na varanda, e chamei o nativo pelo nome, pois a porta da sala e as janelas estavam abertas, ou melhor dizendo, escancaradas me dando a impressão de que qualquer pessoa que se aproximasse dali, seria bem vinda. Ouvi uma voz pedindo para eu aguardar que vinha de dentro da casa, e nesse ínterim, saltou aos meus olhos as imensas construções que tomavam a vista de frente da casa. Tal visão se acentuava devido ao posicionamento elevado da casa. Trava-se das duas maiores marinas do bairro. Ao me deparar com esta cena, automaticamente refleti num relance (reunindo o conhecimento que eu vinha construindo a respeito das mudanças espaciais da Vila), que antes da década de 1970, no lugar daquelas marinas eu teria a paisagem do mar. Meus pensamentos foram interrompidos pela voz do nativo que me cumprimentou e em seguida me ofereceu uma xícara de café. Aceitando a oferta, percebi que sua mulher estava dentro da casa, um lugar, que superficialmente eu podia enxergar da varanda, onde eu estava sentada a uma mesa para iniciar a entrevista (Diário de Campo, 05/05/2012).

Ainda que meu foco estivesse centrado em captar o tema das práticas de lazer, usufruídas pelos moradores pré-década de 1970, vi como necessário dialogar um pouco sobre as experiências vividas pelo nativo na Vila e como ele enxergava o bairro atualmente. Este diálogo foi desencadeador da primeira pergunta relacionada ao atual lazer da vila: O senhor acha que a população da Vila tem divertimento hoje? “**Morador:** Hoje (pausa para reflexão)? Hoje tem, tem clube, não? Tem esse clube aí do Boboi, ali fora tem baile a noite toda. O

peçoal se diverte” (Entrevista em 05/05/2012, morador local pré-década de 1970, conhecedor de práticas náuticas). Percebi na afirmação do nativo que a diversão atual existente na Vila não contava com o seu crédito ou com a sua valorização e isso me deu abertura para endereçar uma pergunta que deu a ele a possibilidade de fazer um paralelo com as práticas de lazer do passado. É interessante frisar, que no momento em que ele percebeu a chance de relatar o passado, duas reações foram nítidas, a surpresa por eu ter me interessado por aquele assunto e o entusiasmo de falar de algo que de fato ele acreditava se configurar como o melhor lazer:

Entrevistador: Mas o divertimento antes dessa evolução toda da Vila era melhor?
Morador: Antes dessa... (pausa para reflexão) Era!
Entrevistador: entendi, mas, por exemplo, o que tinha no Frade de lazer e não tem mais hoje?
Morador: Olha no Frade tinha o jongo, tinha cantoria de reis, o pessoal fazia aqueles bailes nesses matos aí, Bracuí, e era onde a gente se divertia (Entrevistado n. 2, em 05/05/12, morador local pré-década de 1970, conhecedor de práticas náuticas).

O Jongo, a cantoria de reis e os bailes mencionados pelo nativo reúnem fragmentos da história da ocupação de Angra dos Reis desde a colonização portuguesa, no século XVII, que expressam uma das dimensões do lazer da região. A dança do Jongo, prática originária da África, sinalizando traços da cultura dos escravos que ali viveram, não exigia número exato de participantes, mas sim, instrumentos de percussão como tambores e atabaques necessários à marcação de ritmos. Segundo o nativo nesta dança,

Formava aquela roda de gente idosa, jovens, aí um cantava, as moças rodavam, fazia aquelas rodas com vestido comprido, era um troço bonito mesmo. **Entrevistador:** E quem trouxe o jongo pra cá? Como o jongo nasceu aqui? **Morador:** Olha, o jongo, o jongo, desde que eu me entendo, quem cantava jongo era meu pai, era Mané Rocha, era Honório Bento, eram os homens que cantava jongo, ah! Zumiro Costa, eu gostava de cantar jongo, lá no Bracuí também, mas... Acabou. **Entrevistador:** Por que o senhor acha que acabou? **Morador:** Olha acabou porque é o seguinte, faltou espaço, viu? Nós não temos espaço pra isso. E hoje em dia se você por exemplo fizer um jongo aí, vem logo todo mundo querendo briga acaba com o negócio. **Entrevistador:** Mas o que o senhor quer dizer com faltou espaço? **Morador:** Faltou espaço porque o pessoal do jongo morreu (risos) (Entrevistado n. 2, em 05/05/12, morador local pré-década de 1970, conhecedor de práticas náuticas).

A sucinta resposta do nativo de imediato parecia desconexa, contribuindo para eu marcar exatamente esse trecho da gravação em especial. Posteriormente após transcrever a entrevista, li e reli, ouvi várias vezes a gravação visando responder a uma pergunta: qual a relação entre a extinção do jongo e o significado entre o que ele atribuía como falta de espaço e

à morte de pessoas? Essa percepção de não ter captado no momento da entrevista o que aquela resposta significava, perdurou até que eu retornasse aos dados registrados nas etapas anteriores da pesquisa de campo.

Nesse contexto, ligando a falta de espaço e a morte de pessoas contida na fala do nativo justificando a extinção do jongo, dois elementos foram de suma importância. O primeiro, os espaços de lazer (oferecidos na Vila) e o segundo, a dinâmica social intrínseca nestes espaços (frequentadores, fluxo de pessoas, práticas desenvolvidas). Dessa forma, fazia sentido pensar que a disseminação do jongo necessária para manter a vida desta prática na Vila, provavelmente não se encaixaria, por exemplo, a imagem e registro que eu tinha das observações realizadas na Praça Juca Mariano (espaço que abordarei adiante). No lugar referido, aos finais de semana (e em alguns casos, em dias de semana) diversos grupos de jovens e adultos estacionam carros equipados de som com a finalidade de exibir a mais alta música do estilo *Funk*, enquanto bebem cerveja e batem papo até altas horas da madrugada. Ao questionar o nativo se houve uma falha dos antigos no processo de transmissão do jongo aos jovens ele considerou que os mesmos “não tinha interesse de aprender (risos), era jovem e não tinha interesse de aprender” (Entrevistado n. 2, em 05/05/12, morador local pré-década de 1970, conhecedor de práticas náuticas).

Diante do exposto, vi que situação similar ocorria com a folia de reis, a meu ver, uma prática religiosa tradicional da redondeza, embora, na fala do nativo ela apareça como do âmbito do lazer. Conforme o Entrevistado se refere, este tipo de cantoria se desenvolve com a participação de dois grupos. O primeiro, geralmente formado por homens e mulheres que encenam o papel dos Reis da Música, vestindo trajes típicos da roça que cantam canções consagradas. O segundo, os que encenam os reis da viola que também cantam elogiando os donos da casa, que posteriormente fazem doações à igreja católica e servem refeições aos grupos.

A associação deste tipo de prática religiosa ao lazer, que o entrevistado n. 2 vê como ‘bailes’, não se restringe apenas a sua fala, mas estende-se também a fala de outros moradores, que apresento no trecho a seguir:

Entrevistador: O que tinha no Frade em termos de diversão? **Morador:** Baile em casa. **Entrevistador:** Baile em casa? **Morador:** É, a igreja sempre teve. A igreja católica. Clube só apareceu de 75 pra cá, quando nos fizemos o clube do Frade. Agora baile era em casa, festa com quadrilha, tudo era em casa. Cada um tinha o seu terreno que nem Cipriano fazia, lá no Zuzu, lá no Zeca, Mariano (Entrevistado n. 1, em 05/05/2012, morador local, pré-década de 1970, conhecedor de práticas náuticas).

Analisando as falas dos moradores n. 1 e 2, um texto em particular elaborado por Veloso (2010), qual seja, *Educação física e as práticas corporais: entre a tradição e a modernidade*, gerou algumas reflexões. O autor contempla o tema das mudanças culturais que têm caracterizado a contemporaneidade, e a partir disso, apresenta elementos que contribuem para identificarmos alguns traços que diferenciam as sociedades tradicionais das modernas. De certo modo, as circunstâncias que envolvem a dimensão do lazer da Vila, antes e pós-década de 1970 abrangem a discussão de Veloso (2010), tendo em vista que, deste campo de investigações, logo, o bairro Frade, emerge questões que se entrecruzam: antigo e moderno; rural e urbano.

Neste contexto, as práticas de lazer narradas pelos moradores da Vila, guardam traços, marcas, das sociedades tradicionais, lugar onde a “cultura do grupo é vista como totalidade com alto grau de coesão, bem demarcada por sua territorialidade. Possui uma centralidade e o grupo todo encontra-se bem integrado e com sua identidade bem definida” (VELOSO, 2010, p. 21). Em contrapartida, tanto nas observações como em entrevistas, notei que as práticas de lazer que até a década de 1970 pareciam seguir certa linearidade, sendo compartilhadas por pessoas afins, atualmente se direcionam ao instável e ao fragmentado (VELOSO, 2010). Os dois clubes, hoje situados na Vila (ver Figura 12, com foto produzida pela autora), são uma expressão desse quadro do lazer dos moradores locais, se considerarmos que ambos se empenham para satisfazer grupos bem heterogêneos. A Associação do Frade Futebol Clube teve início em 1947, informalmente com um grupo de nativos que reuniam-se para jogar futebol num espaço ermo designado para campo de futebol:



Figura 12: À esquerda está o primeiro clube implantado na Vila sob o comando dos moradores; à direita, o clube do Boboi simboliza o lazer da nova geração da Vila. Ambos estão localizados na mesma rua e distantes 500 metros aproximadamente um do outro (Fotos produzidas pela autora).

Com a entrada dos migrantes na década de 1970, o clube também passou a ser utilizado pelos novos moradores e a demanda de usuários forçou a construção de novas instalações. Entretanto, os moradores estiveram à frente destas iniciativas e de acordo com um dos sócios fundadores (também nativo) ao inaugurarem a construção do clube formalmente seguiram um trâmite conforme o explicado:

O clube em 47 (1947) existia somente o campo de futebol com o pessoal ativo antes de mim, já participavam do campo de futebol, eu pra não ser o pai da criança ser o dono da verdade e por ser mais novo na época elaborei o estatuto com a diretoria fundadora do clube colocando o pessoal antigo em 47, já existia com inauguração em 78 (1978) se não me engano, ta no estatuto (Entrevistado n. 5, em 12/01/2011, morador local pré-década de 1970, conhecedor de práticas náuticas).

A Associação Futebol Clube do Frade apresenta a marca de um clube familiar, que na década de 1980 alcançou um fluxo grande de moradores, com um quantitativo de mais de 300 sócios, embora atualmente esteja lutando para sobreviver. O objetivo do clube ainda é a preservação e a manutenção de práticas de lazer visando à integração de quem vive na comunidade. De acordo com os moradores locais migrantes, o clube encontra-se em situação decadente porque só quem é cria do Frade (nativos) está à frente da instituição, nas palavras de morador local migrante, “eles são sócio antigos, donos daquilo ali, pra entrar ali, nossa senhora! [...] Pra ser presidente é uma panelinha pra ninguém entrar ali e tomar conta. A panelinha que eu falo é assim, eles botam quem eles quiser” (Diário de Campo, 24/05/2012). Em minhas interlocuções com alguns dirigentes do clube, presenciei o funcionamento de algumas atividades no espaço como transmissão de jogos clássicos de futebol em telão, escolinha de futebol do Vasco atendendo a crianças e adultos e ainda aluguel do salão para festas.

Quanto ao segundo clube, Boboi, inaugurado na década de 1990 por um migrante, hoje é reconhecido como o *point* dos jovens do Funk na Vila, reunindo grupos das adjacências do bairro e de Angra dos Reis que hiperlotam o espaço em dias de baile. Ultimamente, o Boboi conta com shows de Rômulo Costa, celebridade do mundo do Funk e residente secundário do Condomínio Porto Frade, atraindo também diversos residentes secundários aos bailes na alta temporada.

Diante dessa realidade que se apresenta no bairro Frade, um *mix* de tradição e modernidade, uma percepção em particular, parte da identidade da cultura dos moradores foi fundamental para eu estabelecer pontes entre o que na verdade me interessava na pesquisa, as

práticas de lazer de lazer, que inicialmente eu enxergava conforme Soares (2005, p. 61), isto é, “discursos sociais que compõem sistemas simbólicos”. Destaco aqui a dificuldade encontrada por mim para apreender este aspecto da identidade dos moradores, em face da diluição ou até mesmo, a quase extinção de um termo intimamente ligado a um conhecimento próprio daquele lugar. Refiro-me ao *baijecos*. Apesar de tratar-se de um termo comum na linguagem dos moradores nativos, atualmente um pequeno grupo espalhado pela cidade de Angra dos Reis, a maioria dos migrantes, ou o desconhecem, ou já ouviram falar, mas não sabem do significado em essência. Lembro-me ter ouvido esta expressão inúmeras vezes na época em que residi em Angra (os moradores locais se remetem à cidade desta maneira), e da mesma forma que os migrantes, eu o associava ao termo *caiçara*, que significa o homem do mar e da pesca, nascido em regiões litorâneas.

No entanto, existia uma profundidade maior nesta expressão, guardando peculiaridades da região de Angra. ‘Baijeco’ é o homem nascido na Ilha Grande, que se alimentava de peixe com banana, as duas maiores bases econômicas da cidade antes da urbanização. Nas palavras de um baijeco, no Frade viviam “parte pescadores e parte lavradores da roça, [...] a banana era o forte do Frade, era o dinheiro que você tinha mensalmente. Era o peixe e a banana... Era o dinheiro que você contava todo mês” (Entrevistado n. 2, em 05/05/2012, morador local, conhecedor de práticas náuticas). Direcionando as entrevistas para o tema do lazer, procurei captar as formas de diversão dos baijecos numa época em que a Vila do Frade não tinha luz⁶⁰ o único meio de transporte era canoa e, havia apenas, quatro comerciantes suprindo a Vila⁶¹.

Explorando as especificidades e traços característicos dos moradores, pouco a pouco fui me apropriando das lembranças que eles guardavam do passado da Vila, e reconheço ter sido este, o momento mais impactante que vivi em campo. O tom saudosista dos *baijecos* ao relatar características de um lugar especial, me afetou, ou para melhor dizer, valendo-me de um termo *freudiano*, senti uma espécie de transferência da dor sentida por eles ao mencionarem os acontecimentos a respeito da perda da praia. De acordo com o nativo Entrevistado n. 3,

⁶⁰ A instalação de energia na Vila data de 1974 (Diário de Campo, 02/04/2012. Entrevista com morador nativo da Vila do Frade, 05/05/2012.

⁶¹ Manoel Mariano, João Bruno e Sr. Zeca Janota (Entrevista com morador nativo da Vila do Frade, (04/2012).

o lazer antigamente que o pessoal tinha aqui era à praia, vamos dizer assim, pescar entendeu? Coisas que a natureza nos ofereceu, não? E com esse transtorno que eu disse a você, a Rio Santos chegou, o progresso foi vindo, que a praia ficou na situação que está, as pessoas não tem mais a onde ir, entendeu? Até os próprios peixes mesmo estão se acabando. Antes a gente tinha a praia pra ir as pescarias entendeu? Era o lazer que a gente tinha (Entrevistado n. 3, em 06/05/2012, morador local pré-década de 1970, conhecedor de práticas náuticas).

Ainda no contexto das práticas da pesca, pré-década de 1970, o nativo n. 1 explica mais detalhadamente como a pesca relacionava-se à dimensão do lazer:

Morador: Vamos supor eles moravam da Cunhambebe, eu que morava aqui no Frade, aí eu falava vamos na praia naquela praia, vamos aqui pra Piraquara, vamos pra Paquetá, tinha a prainha de Paquetá, você conhece Paquetá? **Entrevistador:** Fui várias vezes. **Morador:** Hoje tudo é comércio, mas antigamente não tinha ninguém. Então a gente saía. Todo mundo tinha as suas canoas, não tinha motor era tudo canoa. **Entrevistador:** E o lazer dessa turma com canoa era o que? Era passear, sair fim de semana. **Entrevistador:** Sair de canoa remando? **Morador:** Remando de remo, porque pra Angra era longe você não ia, então se você não tava na roça, pegava a tua canoa e se não tivesse um emprestava pro outro, ia apanhar siri, o outro ia apanhar goiá⁶², ir pra costeira apanhar goiá, marisco.

A revolta que enxerguei no nativo n. 3 ao relatar a atual condição do mar ficou mais bem esclarecida na fala de outro nativo, ao exemplificar como eles lidavam com a pesca no cotidiano passado conforme o trecho a seguir:

Antigamente minha mãe falava assim, vou pegar um peixe pra gente almoçar e pegava. Ela pegava aquelas baratinhas de costeira, pegava aquilo botava no anzol. Tinha muito peixe. Ela pegava e levava pra fazer com banana. Agora tu fica aí até uma hora pra bater um peixe, demora, mas pega (Entrevistado n.4, em 18/05/2012, morador local, conhecedor de práticas náuticas).

Neste sentido, dentre as práticas de lazer mais ressaltadas estavam à pesca e a caça (Diário de Campo, 20/04/2012), exigindo dos baixecos um nível de inteligibilidade próprio para interpretar e manipular códigos apreendidos na infância com seus familiares. Isso pode ser exemplificado na descrição de um deles ao narrar os conhecimentos fundamentais para a fruição da pesca chamada de ‘redar de rede’:

Morador: Sempre à tarde ao escurecer, pra redar de rede. A noite é melhor do que de dia. O dia também é bom, mas de dia é claro e você tem menos visão pra você ver o peixe. À noite mais visão, mas você tem que conhecer também, não? **Entrevistador:** O

⁶² ‘Goiá (guaiaá)’ é abreviação de guaiamu, uma espécie de caranguejo

que significa conhecer? **Morador:** Conhecer é você ver, saber que peixe que é você vê um cardume e você sabe que é tainha, o que é parati, você sabe o que é que curvina, você sabe que é pescada. **Entrevistador:** Como se aprende isso? **Morador:** cada um tem um sistema, parati pula, a pescada prancheia, por isso que a noite você vê, então você conhece. Você tem que ver a posição de cercar (Entrevistado n. 1, em 05/05/2012, morador local pré- década de 1970, conhecedor de práticas náuticas).

É evidente que o diálogo acima levou-me a refletir sobre como o nativo enxerga e operacionaliza a prática, mas, sobretudo, a maneira como ele se distingue sutilmente de quem não detém o conhecimento específico (da pesca). Essa experiência foi o ponto de partida para eu pensar que neste caso, a distinção implícita na fala do nativo, pode ser traduzida como uma divisão simbólica, que na mesma proporção, torna-se o canal de acesso a outros grupos. Um exemplo disso, no lazer do bairro Frade é a relevância que os residentes secundários atribuem ao nativo para compor sua equipe de pesca oceânica. Os adeptos desta prática, expressão de uma ‘cultura contemporânea do consumo’ (BRUHS, 2009, p. 73), exigem a aquisição de equipamentos sofisticados⁶³, porém, o conhecimento peculiar dos filhos de baijecos, convertidos atualmente em marinheiros, é imprescindível conforme a fala do residente secundário a seguir:

Entrevistador: Por que você precisa de um marinheiro com um conhecimento nativo específico? **Residente secundário:** É porque você precisa lá fora ter um grau de destreza para manobra do barco com relação ao peixe, não serve qualquer marinheiro, tem que ser um piloto que saiba o que esta fazendo, como e que esta fazendo não? Porque às vezes você tem que ir de ré, às vezes você tem que virar bombordo, tudo depende do que o peixe estiver fazendo (Entrevistado n. 13, em 23/01/2010, residente secundário envolvido com práticas náuticas).

As informações deste residente secundário induziram-me a fazer o seguinte questionamento a um nativo,

Entrevistador: Diga-me uma coisa tem diferença do cara que nasce no mar pra pescar de qualquer outro que aprende já adulto? **Morador:** Tem! É muita diferença! Oh se tem! A gente sabe quando o mar vai virar, sabe quando tá dando peixe. Quem mergulha vê que o mar agora, por exemplo, água tá turva, o mar mexeu, tá de ressaca. Eu mergulho à noite sozinho pra pegar peixe. **Entrevistador:** Sozinho? Você é muito corajoso! **Morador:** Sabe qual é a nossa emoção de pescar assim a noite de mergulho? É encontrar uma sereia (risos) **Entrevistador:** Mas você nunca encontrou, não? (Entrevistado n. 4, em 18/05/2012, morador local, conhecedor de práticas náuticas).

⁶³ O preço das embarcações próprias para pesca oceânica gira em torno de R\$ 150.000,00 a R\$ 900.000,00

As descrições dos entrevistados n. 1, n. 13 e n. 4 ligadas ao lazer possui ressonância com um trabalho de Cohen (2010) *the symbolic construction of community* ao tratar das divisas simbólicas dentro do contexto das mudanças sociais, caso do bairro Frade. O autor aponta a urbanização e conseqüentemente a dominância do capital econômico como o princípio da “encapsulação do social” (p. 44)⁶⁴ resultando numa aparente homogeneização das interações sociais. Isso pode gerar visões meramente superficiais que se apresentam como uma camada, mascarando os níveis diferentes de profundidade dos significados que os grupos estabelecem entre si. A tal homogeneização mencionada por Cohen, também pode ser visualizada no bairro Frade considerando os enclaves delimitados por muros construídos pelo Condomínio Porto Frade, que demarca a praia do pobre e a praia do rico, maneira como os moradores locais veem e comumente referem-se de maneira bem humorada a este espaço.

Equivalente à situação da pesca é a prática da caça. De acordo com um nativo no fim de semana era dia de descansar, “eu pegava minha atiradeira e ia caçar, de estilingue pro mato” (Entrevistado n. 1, em 05/05/2012, morador local pré-década de 1970, conhecedor de práticas náuticas). Ao pedir-lhe mais detalhes sobre o que ele considerava caçar ouvi a seguinte explicação:

Morador: Caçar é você sair pro mato com uma espingarda. **Entrevistador:** E tem técnica também igual a pesca? É, você tem que saber. Nós tínhamos três cachorros caçador de porco. Até entrar na mata você ia com ele na coleira. **Entrevistador:** Mas como é que você cria um cachorro pra virar caçador de porco? **Morador:** Ensina, ué! Esse que nós tinha, você chegava lá em cima no mato e soltava. Se ele viesse correndo você podia correr e esperar que era o bicho que entocava. Aí você saía correndo e pelo rumo você chegava na toca e tirava o cachorro, pegava a lanterna. Sempre com a lanterna. Se você não tivesse lanterna o que você fazia? Pegava uma garrafinha de querosene, cortava um pouco de palha seca de pindoba, fazia uma bucha, amarrava numa vara, e aí botava um pouco daquela querosene, acendia e clareava dentro da toca, e aí o bicho vinha, com a luz ele vinha. **Entrevistador:** Você diz o porco do mato? **Morador:** O porco do mato. **Entrevistador:** Isso existe ainda? [...] **Morador:** Existe. Mas chegou uma época que aqui virou comércio. Vinha pessoal de Passa Três, vinha pessoal de Valença, de tudo quanto é canto caçar. Vinha grupo e entrava pra mata e ficava aí semana. **Entrevistador:** Mas isso não era caça pra comer. **Morador:** Não. Era esporte. Aí o cara vinha e ficava uma semana e matava de tudo.

⁶⁴ *Social encapsulation, and one which results in an apparent homogenization of social forms.*

Intrigada pela ausência da explicação detalhada em relação ao papel desempenhado pelo cachorro na prática da caça esse assunto surgiu novamente, porém, o nativo me deu mais detalhes:

O Cipriano, o velho Cipriano era um dos maiores caçadores aqui do Frade. Ele tinha cachorro caçador de veado, naquela época existia nessa mata, muito. **Entrevistador:** Mas como cachorro caçador de porco, cachorro caçador de veado, como é que você treina um cachorro desses? Cada um tem um jeito de você treinar. Você leva o cachorro pro mato e desde pequeno você vai ensinando. Você passa o cachorro no Carrero **Entrevistador:** Mas o que é Carrero. **Morador:** O caminho que o bicho trilha. Aí o cachorro pega o fardo então o cachorro caça só aquele tipo de bicho. Tem cachorro que caça paca, porco, veado, mas você tem que treinar. É muita técnica, não é fácil (Entrevistado n. 1, em 05/05/2012, morador local pré-década de 1970, conhecedor de práticas náuticas).

Ao término da descrição do nativo, eu estava impactada por um motivo, em especial. Percebi o quanto a dinâmica e os elementos técnicos desta prática eram herméticos. Assumo que transcrever e utilizar a fala de alguns nativos exigiu de mim uma concentração para além da que eu vinha destinando a outras entrevistas. Nas práticas descritas por eles existia uma codificação própria criada mediante as circunstâncias emergidas da entrada de pessoas estranhas na Vila. Isso fica claro no diálogo a seguir:

Entrevistador: Hoje em dia existe o caçador no Frade? **Morador:** Existe. Aqui nós temos uns picados aqui que faz, caças e... (pausa para reflexão), passeios, vamos passear... **Entrevistador:** Ah! Você não pode mencionar o nome caça, ninguém sabe, isso é um código? **Morador:** É. Vamos passear, Vamos na serra (Entrevistado n. 1, em 05/05/2012, morador local pré-década de 1970, conhecedor de práticas náuticas).

A princípio, tomando por base o contexto das práticas de lazer dos moradores e considerando a ocupação dos migrantes e dos residentes secundários no bairro Frade, poderíamos dizer que os relatos mostrados anteriormente estão centrados na dimensão de classe, incluindo a noção de identidade, atitudes e moral (originadas das ações predatórias do negócio da residência secundária). Num breve olhar para o lazer do bairro Frade, compreendido aqui por Vila e Condomínio, identificaremos as mesmas divisas físicas, expressas tanto nas práticas quanto nos espaços de lazer, lembrando-nos a cada momento da desigualdade a partir de dois ângulos: o material, focado na dimensão econômica, e o cultural; se considerarmos que de modo geral, o fato de pertencer a uma determinada classe social, reflete no desenvolvimento do gosto e da preferência, e, conseqüentemente nas escolhas que os diferentes grupos fazem ao optar por determinadas práticas de lazer.

Entretanto, de acordo com minhas interações com o campo compartilho com Roux, Rouanet e Ward (2008) a visão de que a divisão estrutural de classe (fundada no determinismo econômico) é relativamente insignificante quando o assunto é a adoção de práticas, gostos e preferências, relacionados ao âmbito da cultura. Primeiro, porque as pessoas firmam suas intenções, objetivos e práticas com base em suas expectativas, que extrapolam o reflexo da localização da classe socioeconômica a qual pertencem. Segundo pesquisas relacionadas ao impacto das classes nas chances vida fazem fracas previsões sobre o significado da cultura, gostos e práticas, e preferem atribuir relevância à importância material nas chances de vida em campos ligados à saúde e à mobilidade social (ROUX; ROUANET; WARD, 2008).

Seguindo esta linha de pensamento, da perspectiva estrutural de classes, eu poderia descrever o lazer do bairro a partir dos padrões de consumo de dois grupos. Um constituído de práticas, atualmente usufruídas apenas pelos moradores locais em espaços específicos da Vila (a Praça Juca Mariano, a Associação de Futebol do Frade, o Clube do Boboi, a praia da vila), e outro, delineado por práticas (principalmente náuticas), que atendem os residentes secundários, desenvolvidas em sua maioria no mar ou nas dependências internas do Condomínio Porto Frade. Na divisão apontada está implícita uma cultura de consumo efetiva, obedecendo a rearranjos sociais e simbólicos entre classes (COOK, 2006). Evidentemente, esta realidade perpassava as minhas observações no campo, todavia, o que eu notava em contato com esses grupos era justamente a superação dessa perspectiva dicotômica. As práticas de lazer fruídas por moradores locais e residentes secundários, em determinados espaços, pareciam entrecruzarem-se ou fundirem-se, ou melhor, estes grupos mostravam-se interligados por meio das práticas de lazer. Em minhas observações, o acontecimento significativo que impulsionou esta aproximação foi a perda da praia.

Em conversas informais durante as interações com o campo e em entrevistas focadas no tema do lazer, é da perda da praia que emerge uma reordenação dos espaços de lazer na Vila. Conforme expus em tópico anterior, o marco definitivo que tornou a praia imprópria para banho foi a construção de um canal que divide a praia dos moradores locais, da praia dos residentes secundários. Tal canal, construído na década de 1980 pelo Condomínio Porto Frade, visava atender aos interesses do lazer da residência secundária, parte de um projeto o canal possibilitava a entrada de embarcações até a residência dos proprietários que usufruíam de práticas náuticas. Antes disso, até o final da década de 1970, os moradores da Vila transitavam

livremente na praia, um espaço, da mais óbvia manifestação de descanso, relaxamento, banho de sol e mar.

Entretanto, com a implantação do Condomínio Porto Frade, pouco a pouco a praia foi adquirindo uma peculiaridade: a frequência de pessoas com estilos de vida ecléticos. Isso significa dizer que práticas como a farofa, a presença de mulheres gordas usando biquíni e pessoas falando num alto tom (traços eminentes de uma classe trabalhadora provocando desconforto a uma classe de alto poder aquisitivo, que passou a frequentar a praia do Frade, na década de 1970, ideias estas, ouvidas por mim, de grupos de residentes secundários em minhas interações com o campo 27/07/2010), mesclavam-se com pessoas sentadas discretamente em cadeiras próprias para banho de sol degustando o mais caro champanhe, ou entrando em suas lanchas para um belo passeio pela baía de Angra. Ao que tudo indica, com o propósito de se construir um canal que desse acesso aos barcos estava implícita a criação de duas praias para atender classes sociais que se distinguem não somente pelo viés econômico mas também, pela forma diferenciada de se expressarem corporalmente (a fala, o gesto, a vestimenta, o tipo de prática de lazer), por exemplo. Atualmente, a Praça Juca Mariano⁶⁵, uma aquisição recente da Vila (2009)⁶⁶, não deixa de ser um reflexo da perda da praia da Vila (considerada pelo Inea imprópria para banho devido ao seu alto índice de poluição), mas também, uma imposição de uma política pública estabelecida pela Prefeitura Municipal de Angra Dos Reis. Em conversas com os moradores locais frequentadores da Praça Juca Mariano, ouvi as seguintes críticas: “a Praça só foi reformada porque político adora reformar e fazer Praça. Isso dá Ibope pra eles. Você tinha que estar aqui no dia que a Praça foi inaugurada, estava lotada, saía gente pelo ladrão” (Diário de campo, 16/01/201).

Com um fluxo intenso de moradores locais, de diversas faixas etárias, gênero e raça, na Praça encontramos pessoas usufruindo as mais variadas práticas. A dinâmica de funcionamento deste espaço ocorre da seguinte maneira: pela manhã e à tarde a Praça não desfruta do mesmo *glamour* da noite, ou seja, nestes períodos, ela permanece vazia, dificilmente há pessoas no local. Em compensação, à noite, a praça “*Bomba*”, é o “*point*”. Estas gírias, parte do linguajar dos moradores locais, significam dizer que a Praça é o lugar do bate

⁶⁵ Juca Mariano foi um dos mais antigos comerciantes e pescadores daquele bairro.

⁶⁶ A estrutura física da praça comporta 1 quadra polivalente, 1 quadra de areia, espaços com brinquedos fixos para crianças, além de 3 mesas feitas de alvenaria, destinadas ao jogo de dama/xadrez, 2 mesas de pingue-pongue (também de alvenaria) e 1 rampa de *skate*; diversas duchas de água que costumam ser utilizadas por crianças e adolescentes; bares e lanchonetes que permeiam a praça funcionam em sua maioria no turno da noite.

papo, da cerveja, do futebol, do voleibol, do skate, da criançada brincando, de paquerar, de encontrar os vizinhos e amigos.

Em finais de semana e feriados, os donos de bares, lanchonetes e restaurantes situados nas imediações da Praça, organizam o atendimento de forma a receber fregueses, principalmente pais, que levam seus filhos para brincar. Os comerciantes disponibilizam mesas, cadeiras e garçons ao redor da praça, em áreas que garantem a visualização das crianças. A concentração de jovens nas quadras de futsal ocorre via formação voluntária de grupos e colegas oriundos das Escolas Públicas da Vila que se organizam para jogar em dias e horários determinados (ver na Figura 13 a Praça Juca Mariano).



Figura 13: Praça Juca Mariano na Vila do Frade. À esquerda está a rampa do skate, no centro, as duchas, e à direita, o parque destinado às crianças (Fotos produzidas pela autora).

A dinâmica do lazer na Praça descrita anteriormente assemelha-se ao símbolo do que os moradores nativos chamam de progresso, evolução. Em outras palavras é a transformação da antiga Vila em cidade. Aliás, cabe enfatizar que o termo Vila é apenas um resquício de uma época que ficou na memória dos moradores e no imaginário dos migrantes. A meu ver, a atual Praça Juca Mariano expressa a diminuição dos espaços, acarretados pelo processo de urbanização, mas principalmente o impacto da entrada do negócio da residência secundária no bairro. Dentro do contexto das transformações sociais percebidas nas cidades, duas perdas relevantes ligadas ao processo de urbanização do bairro Frade guardam relações com a pesquisa de Rechia (2009) intitulada *Planejamento dos espaços e dos equipamentos de lazer nas cidades: uma questão de “saúde urbana”*, tem relação com a realidade do bairro Frade. A primeira, a rígida separação de funções sociais institucionalizadas e a segunda, a poluição ambiental.

Estas interlocuções com o campo cada vez mais reforça a ‘dupla relação de simbiose e oposição’ que eu enxergo no grupo composto por morador local, residente secundário e instituições considerando o lazer. Observar sob este prisma exigiu de mim o uso de uma lente especial: a da ambiguidade. Por esse viés, o contexto do lazer no bairro Frade me possibilita transitar entre duas ideias. Uma, baseada na identificação da desigualdade de acesso, recursos materiais e diferentes expectativas em relação à vida. Outra, um compartilhar de identidades principalmente no tocante a fruição de práticas de lazer. Vejo a desigualdade ancorada na poluição e degradação da praia (em sua maioria sitiada por condomínios), provocada por instituições para atender ao lazer da residência secundária e conseqüentemente interferindo na fruição de práticas de lazer desenvolvidas nestes espaços (assunto do próximo capítulo). Mas, em contrapartida, também me deparo com um grupo de moradores locais, detentores do conhecimento da pesca nativa que compartilham-na com residentes secundários que buscam usufruir da pesca oceânica, por exemplo.

Direcionar meu olhar nesta perspectiva concede-me abertura para pensar que o lazer e as opções feitas por uma determinada prática de lazer no bairro Frade, não pode ter como ponto de partida somente a dimensão material (econômica). Em linha com Rojek (2005), considero as circunstâncias materiais como um fator axial para as análises investigativas do lazer, mas não o fator determinante. Esta inferência acentuou-se ainda mais, quando passei a encarar as práticas de lazer e suas diferentes nuances, não somente como “discursos sociais que compõem sistemas simbólicos” (SOARES, 2005, p. 61), mas, sobretudo, como um elemento capaz de alterar a relação de poder durante a interação entre grupos que se distinguem entre si, inclusive pela dimensão econômica.

4 A PRAIA DO FRADE: NOTAS DE UMA MIGRAÇÃO DO LAZER

Como o Governo, as autoridades locais e outras instituições deveriam se responsabilizar pelo fenômeno da residência secundária? (DOWER, 1977, p. 156). Com a expansão deste fenômeno, quais são os assuntos surgidos no tocante ao planejamento? (DOWER, 1977, p. 157). Oriundos de debates emergidos na Europa, estes questionamentos que abrangem o fenômeno da residência secundária, também podem se estender às circunstâncias que envolvem os usos das praias localizadas no bairro Frade no contexto do lazer. Porém, ao lançarmos questões desta ordem, o diferencial reside na forma como as autoridades e determinada sociedade lidam com esse assunto. Na Europa, por exemplo, a residência secundária é considerada um desencadeador de conflitos, “visto como um flagrante de desigualdade, como um consumo conspícuo ou como um fator de adversidade afetando a economia e a vida social e cultural da recreação das regiões receptoras” (COOPOCK, 1977, p. 197). Para ilustrar, no Reino Unido, a expansão desse tipo de propriedade é tema de discussão da sociedade Britânica, na qual diversas comunidades foram contra a sua proliferação em Cornwall, na Ilha dos Homens (parte da Escócia) e violentamente em Wales (CLARK, 1981, p. 59, tradução minha)⁶⁷, quando atearam fogo em uma residência secundária.

Na contramão destes debates e acontecimentos penso no caso do bairro Frade, um lugar que apesar de apresentar a perda visível de uma dimensão do lazer, devido aos efeitos de um brutal impacto na natureza, ainda conta com a inoperância do Governo e das Leis perante a estas ações. Em outras palavras, a residência secundária em Angra dos Reis, não parece ocupar uma posição de destaque como um tema priorizado nem na escala governamental, nem via população. Um exemplo substancial disso no bairro Frade é o aterramento de um mangue visando à construção de duas marinas⁶⁸, e a implantação de bancos de areia nas praias impedindo a chegada de barcos grandes. A princípio, uma explicação plausível para os acontecimentos gerados na década de 1980 causados pela implantação do Condomínio Porto Frade, seria a ausência de fiscalização e de Leis que protegessem áreas abundantes em recursos naturais, caso de Angra dos Reis.

⁶⁷ *In the 1970s, vocal opposition to second homes developed in Cornwall, the Isle of Man, parts of the Scottish Highlands and, particularly violently, in Wales.*

⁶⁸ Marina Premium e Marina Cacolaco.

Interessante é pontuar que as transformações ocorridas no bairro Frade considerando a implantação do Condomínio Porto Frade não surgia para mim como novidade. As interações pregressas à pesquisa com Condomínio e Vila davam-me uma ideia (ainda que superficial) de algumas mudanças geradas no cotidiano dos moradores locais. No entanto, o que realmente me surpreendeu foi à tomada de conhecimento de uma situação que reproduzia um quadro similar de destruição do meio ambiente ocorrido na década de 1980, e concomitantemente a perda dos usos que os moradores locais fazem de outra praia. Trata-se do empreendimento *Angra One*, um condomínio do mesmo porte do Condomínio Porto Frade, em fase de construção exatamente no período em que encontrava-me em campo.

A descrição que apresentarei ao leitor adiante, adquirida por meio de observações e entrevistas realizadas nas quatro etapas da pesquisa, considerou um ponto relevante, qual seja: as ações do Condomínio Porto Frade na Vila na década de 1980, como parâmetro comparativo para orientar a minha análise em relação à implantação do novo empreendimento *Angra One*. Isso porque, ambos os negócios da residência secundária lançam mão de um conjunto de estratégias construídas por agentes e instituições privadas que determinam ora o acesso, ora a restrição dos moradores locais em áreas de recursos naturais para fruição do lazer. Vale esclarecer que se as destruições causadas pela implantação do Condomínio Porto Frade desenrolaram-se numa época em que as Leis e instituições voltadas para os interesses do meio ambiente eram inexistentes, atualmente, o mesmo fenômeno, o da residência secundária está se repetindo, embora, num momento em que Leis e instituições ambientais se fazem presente, a fim de garantir o acesso e a preservação de espaços naturais.

Um dos pontos de partida que me possibilitou alcançar com profundidade o que a praia significa na Vila e como os grupos destinam interesse neste espaço, foi a tragédia ocorrida em Angra dos Reis, em dezembro de 2010, conforme apresento o registro do diário de campo a seguir:

No dia 23 de dezembro de 2009 me ausentei da Vila do Frade para as festividades de natal e retornei no dia 27 do mesmo mês, com um cenário completamente diferente. Apesar, do fluxo de pessoas intenso, não representar para mim nenhuma novidade, ficar na Vila no período de ano novo foi um verdadeiro teste de resignação e paciência. Acostumada a dormir em lugares silenciosos, de uma coisa eu tinha certeza, estar na Vila naquele período significava me adaptar a ouvir o som do Funk, das bandas das igrejas evangélicas que aumentam a quantidade de cultos nos dias que antecedem ao ano novo, do falatório nos bares extremamente lotados. No Condomínio Porto Frade a tranquilidade usufruída em outras épocas do

ano também modifica drasticamente. Intensifica-se o esquema de segurança quanto às restrições de acesso, o heliporto passa a funcionar 24 horas, o fluxo de carros no interior quase quadriplica obrigando a administração estabelecer inclusive rotas diferenciadas para o deslocamento interno (Diário de Campo, 29/12/2009).

Analisando posteriormente esta descrição, percebi que, Vila e Condomínio se ajustam, ou melhor, tentam se ajustar formando o que metaforicamente eu nomeio de tecido entrelaçado de relações sociais, com o intuito de suprir as necessidades dos consumidores do lazer, motivo principal de quem busca o bairro em períodos como as férias. Assinalo que ao me referir a lazer e consumo, meu olhar não centrou-se no processo de aquisição e serviços, e sim, como o consumo na dimensão do lazer mobiliza grupos e sustenta determinadas práticas (WARDE; TAMPUBOLON, 2002). Digo isso fundamentada na experiência que vivi durante a tradicional celebração do ano novo, evento este, que não fugia ao meu conhecimento, ainda que de maneira superficial.

A festa de Réveillon realizada no Condomínio é organizada há mais de 15 anos na praia, situada em suas dependências internas, com finalidade de propiciar ao residente secundário dois momentos: a exibição de fogos na virada do ano e posteriormente, shows com bandas ao vivo. No entanto, a minha curiosidade era saber onde e como os moradores locais organizavam esse tipo de comemoração, o que de fato eu desconhecia completamente. Buscando esta informação, vi que, na mesma linha dos residentes secundários, os moradores locais concentravam-se na praia da Vila, festividade que gera benefícios aos comerciantes formais e informais da Vila e entorno. No dia 31, da praia da Vila tínhamos a visão de diversas barracas instaladas no local com objetivo de vender bebidas, petiscos souvenir, entre outras coisas. Havia também a expectativa dos comerciantes, donos de bares situados na beira da praia que aumentam seus estoques visando suprir a demanda de pessoas nesta época do ano.

Diante dessas informações, eu não tinha ideia que o mais interessante ainda estava por vir. Conversando com os moradores locais ouvi que a praia da Vila também exibiria fogos financiados por um vereador do bairro. Automaticamente associei o nome do vereador ao Condomínio, pois eu tinha conhecimento dos contatos que o mesmo estabelecia com os dirigentes da instituição. Isso me levou a conversar com funcionários da administração do Condomínio, que não se negaram a ceder detalhes a respeito do financiamento da comemoração encabeçada pelo vereador. Dessa forma, identifiquei que para a realização de ambas as comemorações de final de ano, na Vila e no Condomínio foi estabelecido um acordo entre o

vereador e o síndico do Condomínio Porto Frade, representante desta instituição privada e contratante da empresa encarregada pela exibição de fogos. Nesse acordo, firmou-se que os fogos deveriam ser colocados em um local estratégico, de modo que no momento de sua exibição tanto os moradores locais quanto os residentes secundários fossem contemplados com a mesma visualização, ou seja, tanto o lado da praia dos residentes secundário quanto o lado da praia dos moradores locais usufruiriam do referido show de fogos.

Nesse sentido, cabe assinalar que a festa de réveillon do bairro Frade é sustentada por líderes da Vila e Condomínio, um grupo composto por políticos do bairro e instituição privada da residência secundária (via síndicos, gerentes e diretores do Condomínio). Ao direcionar meu olhar na direção deste evento que mobiliza Vila e Condomínio, devo reconhecer que a noção de “capital social”, de Bourdieu (2008; 2006; 2007a) orientou a criação deste objeto, que eu considero como uma prova consistente de mostrar a existência de um sistema de relações entrelaçadas no bairro, com base em um fator essencial, qual seja: os elementos intrínsecos nas relações sociais (manutenção da segregação do espaço, manutenção da imagem política) que determinam a realização do evento.

As apreensões de circunstâncias que envolviam as conexões entre grupos que eu vinha construindo em campo, registradas em meu diário nos dias 27, 28 e 29 de dezembro, fundadas neste intenso movimento entre Vila e Condomínio Porto Frade devido as festividades da época, ganhou densidade a partir da tarde de 30 de dezembro. Nesse dia, das 12 horas em diante, Angra dos Reis foi assolada por uma chuva torrencial e ininterrupta provocando na madrugada do dia 1.º de janeiro de 2010 deslizamentos de terras no Morro da Carioca situado no centro de Angra dos Reis, e na Ilha grande, no Bananal. Na Vila do Frade, houve uma ocorrência de deslizamento que atingiu um cômodo de uma casa, sem registro de vítimas. Esta notícia chegou a mim pela manhã bem cedo, quando eu me preparava para o tradicional desfile das embarcações em Angra, e recebi um telefonema do organizador da escuna informando o cancelamento do evento. Desde então, o assunto do acidente era constantemente mencionado nas conversas dos moradores locais, e daí, uma crítica em especial emergência: a administração de 12 anos do Governo PT, responsável por permitir em sua gestão um aumento considerável de construções irregulares em encostas.

Os moradores locais de Angra dos Reis vestiam luto, e a tamanha proximidade com

o acidente por parte de quem morava ou se encontrava em Angra (meu caso) naquela época agravava, ainda mais, as críticas e reflexões dos que observavam de perto o sofrimento dos atingidos. Refleti como aquela tragédia e a morte de pessoas refletia na minha pesquisa. Na primeira semana posterior ao episódio do deslizamento, os órgãos da Prefeitura Municipal, empresas públicas e privadas se mobilizaram com objetivo de reordenar o caos estabelecido pelo acidente, principalmente em relação à Rodovia Mario Covas, interditada por dois dias. No dia 4 de janeiro, o fluxo de ônibus foi regularizado parcialmente e decidi, então, visitar o centro da cidade de Angra, local de um dos deslizamentos.

Ao chegar a cidade de Angra, da janela do ônibus era possível ver o Morro da Carioca, um amontoado de barro sem vestígio de qualquer construção. Sem nenhuma pretensão de descer e visitar o local, propriamente dito, segui direto para onde concentra-se o comércio. Desci do ônibus na Praia do Anil, próximo a uma base receptiva de turistas montada pela TurisAngra. Andei um pouco pelo calçadão da praia e logo me deparei com alto-falantes em carros solicitando doações diversas, velas, fraldas, roupas, alimentos e etc., mas também me chamou a atenção a entrada e saída de pessoas da base receptiva de turistas da TurisAngra. Instigou-me saber como a instituição estava lidando com um episódio tão caro para o setor de turismo da cidade, mas num primeiro momento, pensei que possivelmente, aquela base receptiva estaria funcionando como um posto de recebimento de doações. Todavia, ao adentrar o local percebi que a tal base cumpria o seu propósito, atender ao turista.

Nesse espaço, via-se um balcão com três recepcionistas cuja presença tinha a finalidade de informar e esclarecer questões relativas aos passeios turísticos da cidade. Posicionei-me um pouco afastada, e observei como o atendimento acontecia. Mesmo com o acidente, tudo indicava que a cidade mantinha ainda um fluxo intenso de pessoas, possivelmente remanescentes dos chamados pacotes de réveillon. Obviamente, ao fazer esta suposição, eu me baseava nos inúmeros avisos e alertas da mídia para que as pessoas evitassem viajar para Angra, em face dos riscos que a região oferecia nos últimos dias. Após uns 10 minutos de observação, resolvi me dirigir ao balcão como qualquer turista e questionar aos recepcionistas, como eu faria para visitar a Ilha Grande de Escuna. O atendente me disponibilizou umas três opções de passeios, com preços e atendimentos diferenciados. Perguntei detalhes dos passeios visando ganhar tempo para ver se o atendente tocava no assunto do acidente ou no mínimo alertaria sobre algumas rotas inviáveis naquele período, mas nenhuma menção quanto a isso foi feita. Não satisfeita, antes de

sair fiz um questionamento que faço questão de expor de acordo com o registro em diário de campo:

Pesquisador: Você poderia me dizer se o deslizamento ocorrido na Ilha Grande acarretará algum problema ao passeio. Eu confesso ter ficado um pouco assustada com o acidente. **Recepcionista da TurisAngra:** Que, isso? Aquilo foi um deslizamento sem importância, aqui em Angra tudo está funcionando normalmente.

Este posicionamento do recepcionista, que parecia seguir um padrão de atendimento orientado pela TurisAngra, levou-me a contactar algumas pessoas conhecidas do ramo imobiliário da residência secundária, no Condomínio Porto Frade. Meu intuito na época era captar o trato que estes grupos destinavam à repercussão do acidente:

No dia 5 de janeiro fui visitar uma amiga no Condomínio e na primeira oportunidade fui caminhar um pouco sozinha por suas dependências externas. Reparei que o movimento havia caído um pouco, o que não se justificava pelo acidente, mas sim, pelo retorno dos residentes ao cotidiano do trabalho. As marinas funcionavam normalmente, vi diversos barcos se distanciando do cais enfim, o acidente não modificara em nada a dinâmica das práticas de lazer dos condôminos. Ao chegar a Porto Frade Imóveis, uma das cinco imobiliárias significantes instaladas dentro do Condomínio, localizada numa espécie de centro *gourmet*, onde se concentram os melhores restaurantes e lanchonetes, cumprimentei os corretores e o gerente. Eu sabia que um simples oi atrelado a um sorriso desencadearia uma conversa com o grupo, e que propositalmente eu direcionaria o assunto para o acidente. Conforme calculei, iniciei um bate papo sobre trivialidades e em seguida veio à tona o tema do acidente. O gerente da imobiliária foi bem enfático quanto à queda que haveria tanto na venda quanto nos alugueis dentro do Condomínio, e isto repercutiria sobremaneira em todos os outros condomínios da região. Porém, um momento da conversa foi extremamente relevante e isto ocorreu quando uma das corretoras relatou um caso a respeito de um motivo, em especial, que tem acarretado a queda das vendas de residências secundárias em condomínios. Tratava-se de um acontecimento no Condomínio Mombaça situado a três quilômetros de Angra dos Reis. Segundo ela, um residente secundário a procurou para vender a casa dele e comprar outra no Frade (Condomínio Porto Frade). Ele disse que o Condomínio Mombaça se viu obrigado a permitir a entrada de inúmeros moradores locais de uma comunidade próxima para usufruir do espaço da praia. Os moradores levaram isopor (geladeiras térmicas) comida enfim, fizeram uma farofa naquela praia frequentada por milionário (Diário de Campo, 06/01/2010).

Nos dois episódios, o do recepcionista da TurisAngra, e do grupo do ramo imobiliário, parecia emergir destas a preocupação de que se determinadas questões aflorassem e que o controle de quem sempre esteve à frente do turismo, e conseqüentemente da expansão imobiliária, da residência secundária, em Angra fosse minado. Grosso modo o acidente fez a população ouvir pela mídia questões concernente a Rodovia Mario Covas, carente ao extremo de infraestrutura, ou seja, completamente inadequada para comportar uma demanda

de pessoas caso a área necessite de ser evacuada. Também veio a tona que um dos balneários de férias mais badalados do Brasil, por milionários, possui inúmeras áreas inóspitas e de risco ocupadas pela população, desmistificando assim, o rótulo de paraíso da cidade.

Entretanto, além disso, outra questão situada apenas nas entranhas dos grupos que comandam o negócio da residência se abriu a mim. Se Angra dos Reis, na década de 1980, vendeu uma imagem de exclusividade para quem desejava usufruir de praias com grupos seletos, hoje, parece que as instituições envolvidas com a residência secundária sentem-se ameaçadas. A oferta da tal exclusividade durante o processo de venda deste tipo de residência, apesar de não ser um elemento legal no sentido jurídico do termo⁶⁹, contribui para intensificar as inibições e coibições (palavras utilizadas pelos moradores locais) elaboradas por grupos, que dificultam o acesso dos moradores locais aos espaços naturais localizados dentro de condomínios. O dia a dia com a Vila me conduziu a informantes que permitiram a mim presenciar as tais inibições, puro retrato dos usos que atualmente as pessoas fazem das praias, particularmente no bairro Frade, mas que ao mesmo passo, estende-se a outras praias da região.

4.1 A praia do Frade e a residência secundária: normas dos condomínios X Lei de acesso

Em meio aos dilemas apontados, no tópico anterior, tive a oportunidade de viver na Vila como qualquer morador que faz compras na padaria, supermercados, que caminha nas ruas e inclusive vai ao cabeleireiro, lugar este, onde encontrei um morador local conhecido, que me convidou para tomar um vinho, em um dos bares situados na Praça Juca Mariano, à noite.

No bar, em meio a uma conversa descontraída, foi um oportuno momento para eu observar os divertimentos dos moradores locais naquela praça, que na minha visão, expressa um mecanismo de “exclusão social” (PAGE; CONNEL, 2010, p. 154), capaz de calar a voz das pessoas, totalmente ou parcialmente. Nesse lugar, tomei conhecimento da existência da ‘Prainha’. Trata-se de uma praia situada no bairro Frade, que aparentemente vem suprindo a perda da Praia da Vila. Quanto a acesso somente é possível por mar ou trilhas. Tendo como ponto de referência a Praia da vila, visualizamos a Prainha, há aproximadamente 2000 metros de distância, e segundo o morador, tal acesso acontecia com frequência via barcos e botes concentrados toda manhã na Praia do Frade, cujo custo do transporte girava em torno de R\$

⁶⁹ Vide Lei 7.661/88, instituída pelo Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, que garante a circulação irrestrita de pessoas a áreas que abrangem recursos naturais (BRASIL, 1988).

3,00 a R\$ 4,00 para ida e volta. No entanto, para minha total surpresa, o morador adicionou uma informação que intensificou a minha expectativa sobre a situação que estava sendo narrada naquele momento. Ele mencionou a possibilidade dos moradores locais não frequentarem mais aquele espaço, tendo em vista, a construção de um novo empreendimento imobiliário.

A partir daí, estabeleci dentro do meu planejamento de pesquisa duas ações, vistas por mim como imprescindíveis: identificar os usos que os moradores locais fazem da praia e o posicionamento de instituições que supostamente deveriam atuar no sentido de garantir o acesso da população a estes espaços, o seu grau de envolvimento. Neste caso, o trecho da entrevista que apresento a seguir com o Superintendente do Instituto Estadual do Meio Ambiente (Inea) trouxe elementos relevantes para uma análise posterior:

Entrevistador: Em minhas observações realizadas no último final de semana eu pude perceber que aquela comunidade do Frade tem um tramite constante neste verão para a praia do Quitumba, onde esta sendo implementado o empreendimento. Eu gostaria de saber como você vê isso, ou como o Inea lidou com isso? Quando a implantação do empreendimento começou a ser articulada? **Superintendente do Inea:** É um empreendimento licenciado pela Feema e levou 4 (quatro) anos, num processo de licença prévia que necessitou de um Estudo de Impacto Ambiental (EIA), com audiências públicas. Não foi um processo simples, teve toda uma resistência, uma argumentação por vários setores da sociedade, mas o empreendimento foi licenciado e com licença, e com licença prévia o empreendedor adquiriu a área e entrou com um processo de instalação onde foi autorizado a implantação de um Condomínio de alto padrão e dentro deste processo existe a praia do Quitumba, que hoje os moradores utilizam. Tem um acesso também pela via terrestre, tem somente que atravessar o Rio Ambrósio⁷⁰ que é um rio bastante pequeno, e tem esse acesso via terrestre que de acordo com o projeto [estrutura física do Condomínio], esse acesso deverá ser garantido, deverá estar livre para pedestre (Entrevistado n. 25, em 15/01/2010, representante de instituição pública).

⁷⁰ Vide Figura 14.



Figura 14: Rio Ambrósio, mencionado pelo Superintendente do Inea como uma das vias de acesso à praia do Quitumba, chamada pelos moradores locais de Prainha. Na foto também se pode ver a cabine de segurança instalada, base dos guardas contratados cuja função é restringir ou permitir o acesso dos moradores locais. (Foto produzida pela autora em 20/07/2010).

Essas informações, disponibilizadas pelo Superintendente no momento inicial da entrevista, não se encaixavam nem com o diálogo que estabeleci com o morador local naquele dia, em específico, nem com o de outros moradores locais contactados durante o período das interlocuções, feitas antes da referida entrevista. Unanimemente os moradores locais relatavam duas ocorrências como fatores principais que dificultavam o acesso a praia: a) a disponibilização do valor de R\$ 5.000,00 do empreendimento *Angra One*, para ser partilhado entre os barqueiros em troca da paralisação dos barcos e botes, logo, evitando o transporte de pessoas até a Prainha (Entrevistado n. 9, em 07/02/2010, morador local migrante da década de 1970 em diante, conhecedor de práticas náuticas; Entrevistado n. 23, em 07/02/2010, morador local, da década de 1970 em diante). b) Os moradores alegavam a existência de seguranças impedindo a passagem de quem tentava acessar a praia via trilha; c) As resistências mencionadas pelo Superintendente não emergiu da população local, e isso, afirmo com base no trecho a seguir da entrevista:

Entrevistador: Uma pergunta, você falou de resistentes, de onde partiram esses resistentes na época do processo da implantação desse projeto aqui na Quitumba?
Superintendente: É, partiu-se mais das ONGs ambientalistas daqui de Angra.
Entrevistador: Seria Isab, Sape e Codig? **Superintendente:** A Codig eu diria que tem uma atuação mais em Ilha Grande, mas é uma ONG bastante atuante, não? Se ela não participou do processo com certeza hoje ela participaria, teria sido muito mais atuante em relação a isso. **Entrevistador:** Entendi. Agora essas audiências públicas, como foi a

divulgação delas? Houve uma resistência clara das ONGs, de certa forma elas são formadas por moradores de Angra, mas e os moradores do Frade? Como eles interferiram nesse processo? Participaram dessa resistência? **Superintendente:** Então eu particularmente não acompanhei na época e nem estava dentro do alvo, eu entrei, assumi a partir de fevereiro de 2009. Então foi um processo do qual eu não conheço mais por conversa e por pessoas próximas que participaram, e pelo processo de licenciamento que a gente verifica as datas, aí você vê que houve uma resistência. Agora toda audiência pública voltada para X tem um procedimento formal que não, assim, por mais que se queira da um aspecto democrático. **Entrevistador:** Dar voz? **Superintendente:** É. Dificilmente isso acontece. Mas assim, tiveram resultados também incisiva do Ministério Público a época, que também acompanhou o processo de perto, onde foi condicionado o primeiro projeto. Ele era extremamente audacioso com intervenções muito fortes no ambiente. Esse projeto não foi aprovado e acabando se adequando, e esse foi aprovado e não prevê esse tipo de intervenção, então é mais mesmo uma ocupação daquele espaço terrestre, que é uma área que tem locais ali de ambiente bastante frágil, não? O manguezal. Dentro desse processo se procurou garantir minimamente esse espaço. Agora com certeza isso causa impactos na comunidade do Frade. Você está fazendo a pesquisa, e tem duas posições: pessoas favoráveis que vê isso como uma oportunidade de emprego, e outras pessoas que também tem a visão que tem pontos negativos, quanto à questão do lazer. Para a comunidade do Frade eu acho que se perde. Quanto a moradores, eu acho que há uma perda aí, não? Por mais que eu acho que há um incremento na economia local, eu acho que de lazer gratuito, de você ir à praia, não? Esse aspecto da recreação, que aqui em Angra sobra muito dessa parte náutica, esse contato com o mar, não? Ir às ilhas, ir às praias. Esse processo de ocupação da orla, ela já é uma realidade, não? Já foi implantada por grandes condomínios e por isso acabou o acesso a praia, tanto que ano passado a gente modificou quase todos os condomínios que impediam o acesso a praia, que também teve uma investigação do Ministério Público e nos condomínios as quais estão sendo abertas mais rápido que outras, mas às vezes o Condomínio recorre, e alguns têm prazo para a construção e acesso para moradores passarem por dentro do Condomínio. Agora é uma realidade do processo de ocupação do passado, embora a constituição garante que a praia é um bem público, que não pode interromper o acesso. E você vê que isso não foi obedecido, e hoje cabe a gente dentro dessa orla toda, que está dentro de uma unidade de conservação Estadual que é a APA⁷¹ de Tamoios, que nos da essa autoridade, e a própria Lei de gerenciamento costeiro que também dá esse arcabouço legal (Entrevistado n. 25, em 15/01/2010, representante de instituição pública).

Nesse denso trecho da entrevista, inicialmente penso que um primeiro elemento relevante deve ser destacado, como uma hipótese explicativa para que as leis criadas pelo negócio da residência secundária, na prática do cotidiano se sobreponham à Lei 7661/88: os canais de participação da sociedade, neste caso as audiências públicas abertas aos moradores do bairro Frade. De acordo com as circunstâncias descritas pelo Superintendente as audiências públicas que a *priori* deveriam funcionar como um espaço público, da mais alta expressão da ruptura do regime militar autoritário que transformou Angra dos Reis em área de segurança máxima, naquele período, dando início à privatização dos espaços naturais, parece distante deste propósito. Tomo emprestado as palavras de Dagnino (2002, p. 283) para comparar a audiência pública

⁷¹ Área de Proteção Ambiental

realizada no bairro Frade como “Ilhas separadas, em institucionalidades paralelas, conservadas à margem e com difícil comunicação com o resto do aparato estatal”. Grosso modo, esta divisão ou distanciamento da verdadeira função de uma audiência pública está intimamente ligada a um questionamento apontado por Offe (1988): os canais de participação, se constituem uma via adequada e suficiente de comunicação política?

Ao que tudo indica, em relação à audiência pública realizada no Frade, o Superintendente deixa claro que não, quando reconhece que esse tipo de encontro foge à perspectiva de cumprir sua finalidade, qual seja, dar voz a população. Em outras palavras, o papel dos canais de participação, que deveria exercer a função de pressionar o Estado a negociar suas propostas com outros grupos sociais, dificultando “a usual confusão entre o interesse público e os interesses dos grupos que circulam em torno do poder estatal e costumam exercer influência direta sobre ele” (TATAGIBA, 2002, p. 48), não cumpriu este propósito, pelo menos no bairro Frade. Além da entrevista com o Superintendente apresento a seguir um diálogo informal que estabeleci com um morador local, a respeito da sua experiência durante a referida audiência:

Quando desliguei o gravador após o diálogo com o Entrevistado n. 7, ainda permaneci no local da entrevista conversando com ele, aproximadamente 30 minutos. Naquele dia meu intuito na entrevista era abordar as relações sociais estabelecidas entre o morador local e os residentes secundários por meio das práticas de lazer, especificamente o golfe, mas eu nunca poderia supor que estava diante de uma das pessoas pertencentes a um reduzido grupo de moradores que participou da audiência pública do Angra One. Este assunto surgiu quando perguntei ao morador se ele achava vantagem para o bairro a implantação do novo empreendimento, tendo em vista, as contrapartidas financeiras que seriam repassadas para a Prefeitura Municipal visando recuperar a praia da Vila. Nas palavras do morador, aquele tipo de reunião “beirou o ridículo. Apresentaram para meia dúzia de gatos pingados que compareceram a audiência um projeto de recuperação da praia, completamente fora do que a gente pensa de uma praia. Desde quando os moradores da Vila querem palmeiras imperiais próximo ao calçadão? (Diário de Campo, 17/02/2010).

Evidentemente que a participação do morador local e a sua crítica endereçada aos representantes das partes envolvidas na audiência⁷³, não surtiu efeito algum neste embate envolvendo a recuperação da praia da Vila. Em contrapartida, olhar para esta circunstância que denota a falta de engajamento dos moradores, considerando o número reduzido dos participantes na audiência, cujo objetivo era discutir a recuperação de um espaço significativo para a Vila, obriga-me a pensar num segundo elemento como hipótese explicativa dessas circunstâncias que analiso. Não obstante ter sido exaustivamente abordado em temas que envolvem a participação política por autores com, Avritzer (1997) e Dagnino (2002), torna-se crucial colocar neste bojo a influência das “matrizes culturais no processo de construção democrática” (DAGNINO, 2002, p. 280) de Angra dos Reis.

Nesse contexto, a mesma inexpressividade dos moradores locais do bairro Frade vivenciada na década de 1980, com a implantação do Condomínio Porto Frade, tem se reproduzido, mais uma vez, em relação à implantação do empreendimento *Angra one*. Dessa forma, as ações isoladas de caráter participativo da população, em conjunto com a lentidão das ações coletivas movidas na região, talvez indiquem que, no tocante a política, Angra não tenha vivenciado com profundidade três fenômenos apontados por Offe (1988), emergidos na década de 1970, que caracteriza a fusão de esferas políticas com a sociedade: a) o argumento de ideologias e atitudes participativas que impele as pessoas a se dirigirem em busca dos direitos democráticos existentes; b) o uso crescente de formas não institucionais e não convencionais de participação política; c) as exigências políticas e conflitos políticos relacionados às questões consideradas temas morais e econômicos.

Uma situação que demonstra claramente a lacuna existente entre as esferas políticas e a sociedade de Angra, é justamente o papel exercido pelas ONGs ambientalistas, que mesmo representando uma fatia relevante dos grupos resistentes quanto à problemática dos usos dos espaços naturais privatizados, ainda não são suficientes para intervir diretamente na questão. Esta afirmação tem base em uma entrevista com um dos representantes da ONG Sape (Sociedade Ambiental de Proteção Ecológica):

Você vai no Condomínio Laranjeiras que é supra sumo da privatização, não? Ali está o maior PIB do Brasil, demonstrando que o Brasil é o país da impunidade, e que as Leis, veja bem! É o caso nosso aqui, isso não acontece por acaso. O poder público não se

⁷³ Espaço público este que penso se configurar como uma arena de interesses públicos e privados, visando à implantação de residências secundárias no Município de Angra dos Reis.

mexe, o judiciário age rapidamente em favor dos interesses privados e não é a polícia que vai se meter. A última vez que a gente foi aqui na ponta do Leste, na praia do Leste aqui, que a gente já abriu e já foi fechado, nós chamamos a polícia, e a polícia foi lá e não abriu porque tem um despacho de um juiz impedindo que se abra (acesso à praia) por um motivo que não interessa, entendeu? Se a legislação manda abrir, é o juiz que pode dar o caminho de abrir e não de ficar criando dificuldade para que não se abra. Na verdade o que o juiz tá fazendo, ele tá dando a cobertura aos poderosos que estão lá dentro e não querem ser incomodados (Entrevistado n. 27, em 07/05/2012, representante de instituição pública).

Nesse caso, os entraves apontados, ou melhor, dizendo, a denúncia da convivência do poder público, junto aos interesses do negócio da residência secundária mostra-se como um terceiro elemento que serve como hipótese explicativa dos motivos que contribuem para que as estratégias criadas pelos condomínios se sobreponham à Lei 7661/88. Considerando estes fatos, penso que cabe apresentar ao leitor como as ONGs ambientais veem seu papel em Angra, e quais as ações significativas que as posicionam como uma instituição exponencial para o caso das restrições dos espaços naturais. Sobre isso trago outro trecho da entrevista anterior:

Entrevistador: Como você vê o papel das ONG ambientalistas em Angra dos Reis?
Representante: Eu vejo as organizações com um papel mais de reflexão e crítica no sentido de fomentar o entendimento, a percepção, e trabalhar no campo, da educação e da política, do que propriamente na intervenção. Até porque, muitas vezes nós somos confundidos com aqueles responsáveis por executar as políticas e a nossa atuação é toda trabalhada no campo das ideias, da educação e da política institucional, não da política partidária. A gente participa de conselhos, organiza manifestação, participa de debates. Na verdade a gente trabalha com essa ideia do que é o público, não? Como um voz da sociedade, não como a voz da sociedade, até porque, a sociedade tem múltiplas vozes. Então nos vemos como uma voz da sociedade chamando atenção, brigando e tal (Entrevistado n. 27, em 07/05/2012, representante de instituição pública).

Essa entrevista serviu como uma peça que se encaixou no diálogo que estabeleci com o grupo de corretores de imóveis, no ano de 2010, após o desastre que assolou Angra, conforme destaquei no tópico anterior (quando uma das corretoras mencionou a invasão da comunidade no Condomínio Mombaça com o objetivo de usufruir do espaço da praia). Em tese, o acontecimento descrito pela corretora, nada mais é que uma espécie de movimento de resistência (possivelmente o mesmo mencionado pelo Superintendente do Inea) criado pela Sape. Tal movimento vem acontecendo em alguns pontos específicos de Angra dos Reis, qual seja, a ‘farofa cultural’, mas que sobre o qual sequer existem rumores no Frade. O movimento é descrito pelo representante da referida ONG da seguinte maneira:

A farofa cultural é uma forma de VOCÊ desconstruir a ideia do farofeiro. Porque se você for nesses locais de bacana que encostam suas lanchas eles vão estar lá nos seus iates com seus mordomos comendo sua farofinha, só que aquilo não é farofa, churrasco de lancha não é farofa. Essa ação que a gente faz é uma ação que se baseia, primeiro no conhecimento da Lei, que exercitar o direito da Lei e isso é uma coisa que, a despeito das nossas limitações e falhas é uma coisa que alguém precisa fazer e o pessoal (os moradores locais) tava não entendendo. Ligam pra cá para que agente exercite o direito do outro, não vão chegar a lugar nenhum. E a farofa foi isso, a gente teve essa ideia de fazer. Saímos em caminhada da Enseada ao Tanguá (condomínio de residência secundária localizado em Angra dos Reis) fica... não sei se você conhece, na estrada do contorno, então a gente saiu do lado de lá da Praia da enseada, viemos e fizemos uma caminhada, porque são várias praias privatizadas e viemos chamando atenção pra uma e pra outra, e quando a gente chegou no Tanguá em obras nós descemos pela via mais fácil que é a entrada da fazenda, porque lá tinha uma placa proibido entrar. **Entrevistador:** Quem eram os moradores locais que foram com vocês? Como é que vocês contatam? Existe um grupo de pessoas envolvido nisso? **Representante da ONG:** é a gente costuma, nesse caso específico foram as associações do Encruzo da Enseada, e o pessoal moradores de lá pessoal de escola, foi basicamente esse povo. A gente foi daqui com praticamente um ônibus de moradores da cidade, e mais lá tinham... sei lá, esse manifesto tinha bastante gente. [...] Nesse caso da nossa farofa no Tanguá não conseguimos garantir os três acessos, mas um dos acessos que tem na praia (leia-se atualmente) surgiu dessa manifestação e hoje inclusive está gerando constrangimento pro próprio Condomínio, porque hoje você tem um acesso fácil, aliás, não é fácil. Cadeirante não entra, tem escada, o acesso correto seria o que a gente entrou (leia-se no dia do movimento), que era a entrada da fazenda porque você vai até a praia numa pista, mas o Condomínio não é bobo nem nada, jogou lá pro lado, fez na época chuveirinho não sei o que (Entrevistado n. 27, em 07/05/2012, representante de instituição pública).

Após tomar ciência desse tipo de ação gerada em bairros das adjacências de Angra dos Reis, percebi que o caso do Frade guarda de fato suas peculiaridades. Em vez de apresentarem resistência, os moradores locais se ajustam, deixando prevalecer a restrição de acessos criada pelos condomínios. Esta constatação está associada à primeira fase desta pesquisa que descreverei a seguir.

4.2 O lazer da praia da Vila para a Prainha: ajustes dos moradores quanto ao uso

Com biquíni, saída de praia, protetor solar, uma bolsa com um pequeno bloco, uma máquina fotográfica e boné, participei do banho de sol e mar, a mais óbvia manifestação da praia, com os moradores locais da Vila. Este tipo de vestimenta e material deu suporte para eu captar o tal ajustamento feito pelos moradores locais em detrimento da perda da praia da Vila⁷⁴. O primeiro contato com a Prainha ocorreu no segundo sábado de 2010 numa manhã por volta das

⁷⁴ Lembro-me perfeitamente que ao retornar para Campinas, em março de 2010, o bronzeado da minha pele se igualava ao de alguém que aproveitou intensamente as férias em um lugar de praia. Diversos pesquisadores amigos ironicamente diziam que eles queriam fazer pesquisa no lugar que eu escolhi.

9 horas. Caminhando, saí da pousada em que eu estava hospedada rumo a Praia da Vila que está situada a uma distância aproximada de 700 metros. Ao chegar fui imediatamente reconhecida por um casal que havia trabalhado comigo no Condomínio Porto Frade anteriormente. Com um tom curioso na fala, eles queriam saber o que eu estava fazendo na Praia da Vila. Atenta à curiosidade do casal, indaguei-me se a concepção que eles tinham de mim não concebia-me como membro daquele lugar. Procurei esclarecer em linhas gerais o propósito da minha estada na Vila e perguntei ao casal como eu fazia para ir a Prainha e, em seguida, ambos me apontaram os botes que estavam começando a fazer o trajeto para lá. Antes de pegar o barco, fiz questão de iniciar um bate papo breve, tentando captar como os moradores locais se organizam para usufruir da praia. Foi então que percebi a atual função da Praia da Vila do Frade, ou Praia ‘cocotá’.

Atualmente, esta praia funciona como uma base, um ponto de referência ou encontro para os moradores locais se organizarem. Pela manhã, a partir das 9 horas e 30 minutos até às 10 horas, observamos a chegada de famílias com crianças, casais e jovens, uns carregando aparatos como geladeiras térmicas, bolsas, churrasqueiras e outros apenas com trajes de banho. Alguns moradores concentram-se em bares localizados na orla da praia, já em funcionamento e ocupam mesas de onde um bate papo é iniciado, acompanhado de uma cerveja. A respeito disso, trago uma passagem do diálogo que estabeleci com o casal naquela manhã:

Paulinha no final de semana quando a gente quer curtir praia, a gente chega cedo no bar, começa tomando uma cervejinha, e a gente vai vendo o movimento. Dependendo do que rolar a gente decide se vai para prainha ou para outra ilha, é só a gente pegar um barco aqui mesmo no cais (Diário de Campo, 09/01/2010).

Observar atentamente toda aquela movimentação pela manhã me rendeu reflexões relevantes baseadas num paralelo do relato dos moradores locais em termos de práticas de lazer que propiciavam uma atmosfera completamente diferente da encontrada hoje na praia da Vila. Nas palavras de um morador local:

eu que cheguei aqui em 1973, a gente perdeu isso que eu acabei de falar pra você, perdeu a beleza que tinha a praia com areia e tudo mais a gente tinha noite de luar, a vegetação. Ali, onde tem o calçadão hoje era aquela vegetaçãozinha marítima. [...] Perdeu essa beleza natural, essa coisa que tinha, na noite de luar a gente ia pra beira do mar e apreciava aquela coisa linda, aquela água branquinha daqui da praia do Frade, você via o teu pé lá embaixo, o esmalte da tua unha (Entrevistado n. 21, em 11/05/2012, morador local migrante pós-década de 1970, empresário com comércio

na Vila, *vide* Figura 15, espaço atual do calçadão, com foto produzida pela autora).



Figura 15: Vista do atual calçadão da praia, onde se localizava a área com vegetação (Foto produzida pela autora).

Outro morador local aponta naquela época sua participação em *manifestações culturais*, termo este, mencionado por ele conforme o trecho a seguir:

Morador local: Eu participava das manifestações culturais daquela época. **Entrevistador:** Quais manifestações, por exemplo? **Morador local:** Torneio de pegar siri. **Entrevistador:** Torneio de pegar siri? **Morador local:** É. Cada um saía num barco tinha uma equipe, tinha um fiscal, tinha uma equipe. **Entrevistador:** Quem organizava isso? **Morador local:** Nós moradores aqui. Nós tínhamos o clube do Frade, tá lá (Associação do Frade Futebol Clube, fundado em 1947). **Entrevistador:** Então começava no Clube do Frade o torneio? **Morador local:** Organizava as equipes, e os barcos iam pro mar quando voltavam vinha quantidade em tambores de siri e aí a gente via quem pegava maior quantidade de siri. **Entrevistador:** E qual era o prêmio? **Morador local:** O prêmio? O prêmio era nada. O prêmio era tomar cerveja, tomar cachaça. **Entrevistador:** O interessante era a integração? **Morador local:** Confraternização. E aí a partir daquela época eu criei o torneio de futebol de praia. **Entrevistador:** O senhor era bem envolvido, não? **Morador local:** É. No torneio de praia, eu que fui um dos fundadores nós fizemos o seguinte: o cara é torcedor do Vasco, então só pode jogar no time do Vasco, o cara é torcedor do Flamengo, joga no Flamengo, do Botafogo e do Fluminense. (Entrevistado n. 22, em 11/05/2012, morador local migrante pós-década de 1970, empresário com comércio na Vila, *vide* Figura 15, espaço atual do calçadão, com foto produzida pela autora).

Diante do exposto, um trabalho em especial me deu suporte para entender em parte como a praia, este rico espaço cuja forma de apropriação dos moradores locais por meio das práticas de lazer, valorizava o que eles tinham como mais precioso: “*a beleza natural*” (Entrevistado n°20, em 11/05/2012, morador local migrante pós-década de 1970, empresário com comércio na Vila), cedeu lugar a um mero ponto de encontro.

As experiências descritas anteriormente, alinhavam-se aos argumentos de Page e Connel (2010), autores estes, que destinam atenção aos principais fatores que tornam a praia um ambiente de lazer atrativo. Para eles, a praia é um espaço de lazer construído socialmente guardando marcas da apropriação dos grupos que a frequentam, assim como, das interferências de ações do poder Público (no caso do Frade, o Município) em relação a sua manutenção.

Dentre os principais fatores que envolvem os usos de uma praia se destacam: a) o elemento natureza; b) a infraestrutura acoplada à natureza, ou seja, instalações que em sua maioria simbolizam o desencadeamento do processo de urbanização e desenvolvimento local, como: ciclovias, local específico para caminhadas, estacionamentos, cais, entre outras coisas; c) o social, caracterizado pelo nível de engajamento entre grupos; d) psicológico relacionado ao significado que as pessoas atribuem à praia de acordo com seus valores a partir do seu engajamento como um usuário ou dentro de uma perspectiva de comunidade (PAGE; CONNEL, 2010, tradução minha).

Os autores ainda apontam algumas experiências que as pessoas buscam em relação aos possíveis usos da praia (exercício, esporte, aventura, contemplação, isolamento, contato com a natureza, divertimento), mas no caso da praia da Vila, a experiência que sobressai é a socializadora”. Apesar de poluída e descartada pelos moradores para fruição de práticas realizadas no mar, aquele lugar transfigurou-se um polo de concentração e agrupamento onde as pessoas negociam e definem a praia que elas farão uso em sua plenitude.

Rumo à Prainha, embarquei com aproximadamente mais cinco pessoas e um piloto, comumente chamado de barqueiro pelos moradores locais. No trajeto de cinco minutos até o local, indaguei ao barqueiro se o fluxo de barcos e botes era intenso o dia inteiro. O piloto assentiu, mas destacou que o pico mesmo era entre as 11 e as 12 horas. (*vide* Figura 16, abaixo, com foto produzida pela autora durante o trajeto de barco).



Figura 16: Vista do interior do barco para a Prainha (Foto produzida pela autora em 09/01/2010).

Notei que a informação do barqueiro fazia sentido, pois quando cheguei à Prainha havia apenas um casal e duas moças. Subitamente percebi estar diante de uma circunstância que de fato me atraiu a Prainha: a possibilidade de vivenciar de perto (numa versão diferenciada da ocorrida na década 1980) o fenômeno da implantação da residência em curso. Compondo o cenário paradisíaco da praia destacavam-se dois *outdoors* propagando o novo empreendimento, e com informações adicionais relativas ao licenciamento do mesmo (alvará de licença para construção, número da licença de instalação viabilizada pela Feema e o número do Eia-Rima⁷⁵). Devo admitir que naquele momento fui invadida por um sentimento de que aquele lugar era chave para eu alcançar dados relevantes para este estudo, e de fato isso aconteceu:

Caminhando, e observando de maneira atenta o lugar, algo chamou minha atenção em demasia, um quiosque de sapé, parecendo um lugar para atendimento de possíveis compradores dos imóveis naquela área. Não vendo nenhum impedimento para

⁷⁵ EIA (Estudos de Impacto Ambiental) e Rima (Relatório de Impacto Ambiental) são documentos que compõem o processo de licenciamento ambiental, cujo objetivo é investigar as possibilidades de impactos ambientais antes da implantação de atividades econômicas que afetem significativamente o meio ambiente, como estradas, indústrias, aterros, inclusive empreendimentos hoteleiros e imobiliários. O Eia-Rima. De acordo com a legislação ambiental, por força do inciso I do artigo 7.º do Decreto n.º 99.274/90, compete ao Conama (Conselho Nacional de Meio Ambiente) editar proposta encaminhada pelo Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), normas destinadas à regulamentação do processo de licenciamento ambiental.

adentrar fui em direção ao interior do quiosque, e então me deparei com uma maquete⁷⁶ do empreendimento a ser construído. A maquete era a reprodução dos *resorts* no padrão do Condomínio Porto Frade, uma combinação de hotel com condomínios de luxo. Num relance, um senhor entrou no quiosque e se dirigiu a mim indagando se eu desejava algo. Naquele momento, pensei rapidamente e decidi não perder a oportunidade valiosa. Incorporei o papel de uma possível compradora, e disse a ele que eu estava interessada em um dos imóveis. Durante a conversa, fiz questão de demonstrar extremo interesse na compra e levantei outras questões: quando os imóveis seriam entregues? Se ele sabia algo sobre licenciamento ambiental? Enfim, neste ínterim, percebi que diversos barcos já haviam chegado, e muitas pessoas já se encontravam na praia aproveitei para fazer a pergunta que para mim era chave de diversos questionamentos: “Quando o empreendimento ficar pronto como vai ficar o movimento e a frequência de toda essa gente na praia? O funcionário respondeu: Esse movimento?, isso vai sumir tudo, depois que os donos passarem a frequentar, esse pessoal não vem mais, eles ficam **inibidos**, eles tem vergonha de lugar de luxo” (grifo meu). Ainda assim, não satisfeita com a resposta, mencionei que existia uma Lei garantindo o acesso das pessoas em praias situadas em zonas costeiras. Então, o senhor me retornou a seguinte resposta: Lei? Isso não tem nada haver, eles não vêm é porque não se sentem bem em lugar de luxo (Diário de Campo, 09/01/2010, grifo meu).



Figura 17: À esquerda o quiosque de sapé do empreendimento em construção visando atender a clientes e compradores em potencial; à direita, a maquete do empreendimento (Fotos produzidas pela autora em 09/01/2010).

Posterior a este diálogo passei o dia na Prainha, permanecendo até às 15 horas. Vi também que as pessoas que chegavam aos montes (ver Figura 18, adiante) dos diversos barcos e pouco a pouco se espalhavam, ocupando os mais variados lugares daquela imediação. Obviamente que, os que chegavam cedo (em sua maioria pessoas com crianças) podiam escolher áreas privilegiadas, ou seja, as providas de árvores. Geralmente esses grupos eram compostos por famílias e amigos que traziam consigo lanches, ou optavam por organizar o tradicional churrasco

⁷⁶ Ver figura 17, adiante.

na praia. Nesse ínterim, em que eu observava a chegada dos barcos vi também que alguns grupos trouxeram caiaques, boias (na verdade, câmaras de ar de caminhão), pares de raquete de frescobol e bolas de futebol. Assim, numa extensão de aproximadamente 800 metros, todos tentam se acomodar de alguma maneira para fruir aquele momento, que a meu ver, se caracterizava como a mais pura expressão da descontração:



Figura 18: À esquerda, desembarque de moradores locais em sua maioria, na Prainha; à direita, extensão da Prainha (Foto produzida pela autora em 09/10/2010 às 10 horas)

Essa experiência rendeu registros após inúmeras conversas informais que estabeleci com os moradores locais e representantes de instituições (Inea e Condomínio Porto Frade) versando sobre os usos daquele espaço de lazer, e a implantação do empreendimento *Angra One*. Isso me permitiu ouvir inúmeras vezes os termos inibição, coibição e constrangimento, conforme trago aqui passagens da entrevista com o Superintendente do Inea:

Entrevistador: Se não há proibição de acesso às praias, por que os moradores deixam de frequentar as praias que abarcam condomínios? **Superintendente:** À medida que você estabelece um condomínio de alto padrão, mesmo que não haja uma proibição formal, que não é possível você impedir a praia formalmente, você tem uma **inibição** (grifo meu), então a tendência é assim, aqueles frequentadores deixarem de frequentar a Praia da Quitumba na **inibição natural** (grifo meu), e essa praia ser muito mais utilizada pelos usuários desse condomínio (Entrevistado n.25, em 15/01/2010, representante de instituição pública).

A fala do Superintendente fez com que eu buscasse elementos para entender qual a relação entre a Lei 7.661/88 que garante o acesso às áreas de recursos naturais e a inibição

mencionada pelo mesmo. Em entrevista com um morador local que tive a oportunidade de conhecer na Prainha obtive os seguintes relatos:

Entrevistador: O que o senhor tem a dizer sobre os motivos que podem levar os moradores locais a não frequentarem mais a prainha? **Morador local:** Você tem que ver o seguinte, eles não proibem, eles **inibem** (grifo meu) entendeu? Eles não proibem. Você não é proibido de ir lá na praia do Frade (praia do Condomínio). Se você quiser pegar o barquinho, dar a volta e ir lá para praia você pode ir. Quer dizer, eles vão te proibir? Vão falar que você não pode ficar aqui, a praia é nossa? Eles não podem fazer isso, eles sabem disso, mas o que eles vão fazer? Eles vão fazer o guarda ficar te olhando, de cara feia pra você toda hora, eles vão fazer alguma coisa de anormal pra você se sentir mal e sair, quer dizer, eles estão te **inibindo** (grifo nosso) de frequentar aquilo ali. Se alguém for lá reclamar, eles vão dizer, não a gente não, se quiser pode vir a vontade... você esta me entendendo? Quer dizer e um jogo, e um jogo, e uma coisa logica gente! E uma questão de inteligência. E igual ali (Prainha e novo empreendimento), você acha que depois que aquele condomínio tiver prontinho, tu acha que as pessoas vão continuar frequentando da mesma forma? Elas até podem, mas vão ficar **inibidas** (grifo nosso), por quê? Porque quando chegar lá vai ter um guarda falando⁷⁷: “-olha não pode passar pra lá não, hein, moça?” Arma pendurada... e você próprio vai lá depois falar pra você mesmo, acho que não vou mais lá não, esta me entendendo? Estão **inibindo** você. Caso você for lá fazer uma entrevista e uma reportagem com eles (setor responsável pelo acesso de condomínios), eles vão dizer, não, não gente, isso aqui e a vontade todo mundo pode vir. Claro que eles vão falar isso, você tá me entendendo? Mas por quê? Porque eles sempre querem fazer o papel do bonzinho, mas, bonzinho fazendo tudo o que eu quero, tudo da minha forma, entendeu? (Entrevistado n. 23, em 07/02/2010, morador local, década de 1970 em diante, grifo meu).



Figura 19: Vestimenta dos guardas que inibem ou coíbem o acesso de moradores ao Condomínio

⁷⁷ Ver figura 19.

Apesar das entrevistas terem emergido de informações relacionadas às restrições de acesso a praia, provocada pelo novo empreendimento, é importante realçar que, os questionamentos acima, dirigidos tanto ao Superintendente quanto ao morador local, só foram possíveis devido à familiarização que obtive durante as interações com acontecimentos envolvendo o lazer usufruído na praia de modo geral (incluem-se moradores locais, residentes secundários e condomínios, como também, outras praias). Essa espécie de conversão dos dados em questionamentos mais detalhados durante a entrevista, atrelado aos fatos apreendidos em campo e vistos por Kvale e Brinkmann (2009) como “a arte de adensar descrições éticas relacionadas ao contexto, narrativas e exemplos” (p. 78, tradução minha)⁷⁸.

Com isso, cabe assinalar aqui uma reflexão. Tanto as entrevistas quanto as observações, até aquele momento norteadas pelo tema da restrição e acesso a praia pareciam englobadas dentro de um arranjo planejado por instituições privadas do ramo imobiliário, desde a implantação da residência secundária, na década de 1970. Tais circunstâncias também pareciam sofrer ajustes e reajustes que variavam de acordo com a inserção de Leis e ações de novas instituições ao longo dos anos (por exemplo, obrigatoriedade do Eia-Rima segundo Resolução do

Conama n.º 001/86, de 23/01/1986 e ONGS ambientais), que apesar de revestirem-se da função de garantir direitos de acesso à população, davam-me indícios de caminharem em consonância com os interesses do mercado imobiliário da residência secundária. Isso é notado no diálogo que estabeleci em uma entrevista com o representante da ONG ambiental Sape:

Entrevistador: O que você tem a dizer sobre o fenômeno da residência secundária em áreas como praias, por exemplo? **Representante da ONG:** nós estamos num embate atual agora porque ha intenção de privatizar tudo que sobrou das costeiras (praias) colocando hotel e condomínios. Isto e um debate atual que esta em curso.

Entrevistador: Desculpe interromper, você diz privatizar de que forma? legalmente?

Representante da ONG: Não, não, você não privatiza de forma legal, você pega uma serie de áreas, que ha um impedimento pra você realizar construções você esta colocando estas áreas que no atual zoneamento da APA (Área de Proteção Ambiental), tá lá como área de ZCVS (Zona de Conservação da Vida Silvestre), você não pode ampliar mais do que já tem lá 50%, e você transforma esta área numa zona de interesse turístico e residencial. Então você transforma uma área que hoje não tem nada, uma área natural com alguma construção, e você vai permitir botar um condomínio ou um hotel, que vai gerar inevitavelmente, uma privatização de uma área. Então assim, neste questionamento que nos estamos fazendo pra APA, a Prefeitura vende o paraíso, como esta ai nos *outdoors* ai do Brasil todo, ne? E ao mesmo tempo vende o paraíso para a construção imobiliária, não? Então nesta coisa da segunda residência o grande

⁷⁸ *The art of thick description in relation to context, narratives, examples.*

vetor de mudança, e a construção imobiliária. Eu olhando de longe, que eu não conheço como você, mas o Frade me parece, olhando de longe que ele se transformou mas num empreendimento imobiliário do que propriamente turístico, tudo. Volta e meia surge um condomínio dentro do grande Condomínio do Frade. **Entrevistador:** E este é o caso do Quitumba (Prainha) **Representante da ONG:** Mas a Quitumba a gente separa, a Quitumba já é outra gama de interesse. Ali seria uma área, que no caso do Frade poderia atender os moradores, uma área de acesso, né? Seja de praia, de trabalhar com outros tipos de manguezal com restinga e tá ali aquele projeto que não passaria. **O licenciamento da Quitumba e todo atravessado, teve perna foi feito por cima, porque o loteamento está sendo feito em cima de uma restinga de manguezal que legalmente jamais poderia ser aprovado** (grifo meu) (Entrevistado n. 27, em 07/05/2012, representante de instituição pública, grifo meu).

Analisando atentamente a fala do representante da ONG, está claro que o mesmo refere-se à implantação do mercado imobiliário da residência secundária de maneira ilegal do ponto de vista ambiental e social. Todavia o que mais me chamou atenção foi a visão compartimentada e, ou, estanque que o representante demonstra em termos de tempo e espaço em que estes empreendimentos foram implantados no Frade (Quitumba-Prainha; Condomínio Porto Frade). Em minhas análises, primeiramente considerei o tempo (época de implantação da residência secundária no Frade, década de 1980 e ano 2009), e o espaço (praias) daquela localidade do ponto de vista social, ou seja, claramente dependentes um do outro (BAUMAN; MAY; 2001).

Sob este prisma, eu tinha dois eventos que se interligavam no que tange o lazer. Um, a perda da praia da Vila em virtude da construção do canal que permitia a entrada de barcos nas dependências do Condomínio Porto Frade. Outro, a migração dos moradores locais para a Prainha. Isto me permitiu fazer comparações entre ideias, atitudes e ações a partir de variações históricas dentro de duas dimensões espaciais, quais sejam: física (Praia da Vila, Prainha, Praia do Condomínio), e simbólica (vistos pelo significado que os grupos atrelam a objetos pertencentes a estes espaços como lugares de interação) (BAUMAN; MAY; 2001). Apresento aqui o registro da minha atuação planejada em campo, a partir da análise que acabei de expor:

No terceiro final de semana observando e interagindo na Prainha percebo ter alcançado uma interação com os frequentadores daquele lugar, em sua maioria, barqueiros (também moradores locais da vila) e moradores locais. Estes grupos se mostram inteiramente receptivos tanto para responder perguntas, quanto para aprofundar explicações a respeito das dificuldades atualmente encontradas por eles para usufruir da praia. Na minha percepção esta abertura para falar significa uma insatisfação extrema de pessoas que não se reconhecem capazes de mudar uma situação que afeta uma dimensão do cotidiano de lazer, mas que à comunicação de tais insatisfações em relação à perda da praia da Vila (e possivelmente da Prainha) desencadeia um sentimento de esperança no sentido de “alguém pode agir a favor de

nossos direitos”. Na mesma direção, também percebo que eles não querem se comprometer ou envolverem-se em qualquer tipo de ação. Refletir estas circunstâncias me provocou um *insight*: Qual seria a reação dos barqueiros se eu pedisse para ir até praia do Condomínio? Qual a reação que eu provocaria ao solicitar a ida a uma praia não proibida formalmente, mas inibida informalmente? A atitude do barqueiro confirmaria a fala do morador local apresentada na entrevista anterior? (Diário de Campo, 30/01/2010) [...] A ida à praia do Condomínio de bote ocorreu num dia de semana no final da tarde por volta das 16 horas. Na temporada de verão (englobando os meses de dezembro, janeiro e fevereiro), os barqueiros transportam pessoas não apenas rumo à Prainha, mas também a outras ilhas adjacentes da região. Chegando no cais da vila, imediatamente identifiquei os barcos, uns saindo do cais em direção a Prainha e outros dois aguardando passageiros. Dirigindo-me a um dos barqueiros (sempre com um sorriso e uma postura aberta, ou seja, regra adotada por mim durante minhas interações em campo), solicitei que me levassem a praia no Condomínio. Automaticamente, vi no semblante do barqueiro uma expressão de espanto e na sequência uma negativa, “nos não levamos passageiros a praia do Condomínio”. Naquele momento, eu estava ciente da necessidade de exercer um papel persuasivo para alcançar meu objetivo, única maneira de captar o que estava nas entrelinhas daquela negação. Então, argumentei com o barqueiro que eu tinha um compromisso numa loja de equipamentos náuticos do Condomínio localizada bem perto da praia (e fato a loja existe, trata-se da *Yatch Brasil*) e que se eu fosse de ônibus eu teria que andar uma extensão aproximada de 2 quilômetros até chegar a tal loja. O barqueiro ouviu atentamente e silenciosamente olhou em direção a praia do Condomínio, repetindo logo em seguida uma resposta similar “nos não temos o costume de pilotar pra lá”. Evidentemente, que aproveitei a oportunidade para perguntar o porquê disto. O barqueiro ficou pensativo por segundos, não respondeu a indagação, mas disse “tudo bem, eu vou te levar até lá, mas eu vou cobrar mais caro”. Ao chegar na praia não me deparei com nenhuma atitude inibitória, não identifiquei a presença de guardas ou qualquer tipo de situação constrangedora. Não quero dizer com isso que os fatos mencionados pelos moradores locais não ocorram, mas que existe um posicionamento automático, impensado por parte dos barqueiros ao se cogitar a possibilidade de se dirigirem a praia do Condomínio (Diário de Campo, 30/01/2010)

Esta situação me conduziu a uma entrevista com um barqueiro e morador da vila, que relatou sobre suas experiências quanto ao trânsito de barcos em áreas que abarcam condomínios:

Entrevistador: Por que os barcos não se dirigem a praia do condomínio? E quais são as dificuldades, ou obstáculos que os barqueiros encontram? **Barqueiros (piloto de barcos):** Eles **intimidam** (grifo meu) as pessoas. Você pega um botinho desse aí e leva as pessoas na praia, e daqui a pouco vem um guardinha, já vem falando, não, que não pode, a praia é particular, não sei o que... Aí o boteiro que não quer perder o frete dele, fala “-pô mas particular porque? A praia é pública não sei o que”, e aí começa aquela discussão. As vezes o segurança e meio ignorante também e as pessoas que estão no bote vê que o negócio não tá bom e pedem para sair e ir pra outra praia. Eles intimidam as pessoas. Essas praias tão virando tudo particular pelo jeito. Construiu uma casa, um condomínio eles **intimidam** as pessoas.

Evidentemente que as interações registradas até aqui, no contexto das restrições de

⁷⁹ Expressão local atribuída pelos moradores a marinheiros profissionais ou amadores que pilotam botes.

acesso às praias, demonstram o peso da mão do capital econômico agindo na expansão e implantação da residência secundária, inserido dentro de um poderoso esquema de corrupção das Leis de proteção ambiental. Um exemplo substancial disso é a operação da Polícia Federal nomeada ‘Cartas Marcadas’ (VEJA, 2009, p. 69), mencionada em entrevista concedida pelo representante da ONG ambiental. Em linhas gerais, esta intervenção teve dois desfechos: um, a prisão de dezenove pessoas incluindo funcionários da Prefeitura de Angra dos Reis e do Governo Estadual (liberados da prisão 2 meses depois) envolvidos com a venda de licenças ambientais para construções ilegais em ilhas avaliadas de 3 a 18 milhões de reais. Outro, no abafamento ou esquecimento do processo. Nas palavras do representante da ONG foi uma intervenção “que não deu em nada. Tiveram a capacidade de jogar o processo no lixo, como se nada daquelas falcatruas tivessem acontecido” (Entrevistado n. 27, em 07/05/2012, representante de instituição pública).

No entanto, o que me chama a atenção em especial não é a dimensão substancial e material deste macrocosmo da residência secundária e sim como a dimensão econômica impede a transparência do simbólico, que no contexto das restrições de acesso a praia exerce um poder muito mais eficaz. O econômico é decisivo para a expansão das construções do mercado imobiliário da residência secundária, mas não é o fator desencadeador do afastamento dos moradores locais a praia.

Analisando os diálogos, vejo os condomínios instalados nas praias (caso do Porto Frade), os outdoors de propaganda de novas instalações (caso do ‘*Angra One*’ a ser instalado na Prainha) como barreiras que limitam o acesso aos moradores, devido à percepção que estes instrumentos de poder exercem. Isso significa dizer que tais barreiras localizam-se par além das divisas físicas, pois se situam no plano abstrato ou mental, funcionando como símbolos revestidos de significados, representando a atual existência simbólica a construção de duas comunidade no bairro Frade. A sustentação desta ideia que apresento aqui vem se configurando para mim em todas as fases desta pesquisa como o cerne de uma visão de complexa argumentação se considerarmos questionamentos originados das ciências sociais.

5 AS PRÁTICAS DE LAZER NO INTERIOR DO CONDOMÍNIO

Este capítulo é fruto de observações realizadas nas dependências internas do Condomínio Porto Frade. Esta abertura originou-se a partir de um convite de um dos residentes secundários do tal Condomínio, atualmente amigo e pessoa para quem prestei serviços do ano de 2004 a 2008. A proposta ocorreu via telefone, no dia 20 de janeiro de 2010 quando liguei para agradecer a interferência do empresário junto ao dirigente do INEA para agendar uma entrevista, que me custaria pelo menos de três a quatro meses numa lista de espera. O empresário colocou a sua casa a minha disposição até o final do mês de fevereiro de 2010, visando colaborar com a minimização dos custos financeiros, que eu dispusera naquela época para me hospedar na Pousada da Vila para desenvolver a pesquisa. Recordo-me perfeitamente, quanto o convite me impactou no momento do diálogo. Para mim estava evidente que o meu reconhecimento do quanto às relações sociais que construí no período em que desenvolvi trabalhos no Condômino Porto Frade tornou-se chave para a elaboração desta pesquisa. Todavia, esta percepção de forma específica colaborou para desencadear uma reflexão completamente relacionada aos grupos que eu vinha estudando. Há, nestes grupos, uma ideia instaurada e defendida a respeito do significado das relações sociais, ou, melhor dizendo, com quem se estabelece as relações sociais. Tanto na fala dos moradores locais quanto dos residentes secundários e instituições as relações funcionam como pontes para se fazer o caminho mais curto, para se alcançar determinados objetivos. Assim, costumam dizer que “o negócio é pertencer ao mundo dos contatos”, fulano é peixe de sicrano, aquele cara é filho de X, (Diário de campo 22/07/2010).

Evocadas inúmeras vezes no dia a dia do Condomínio e na Vila, as expressões mencionadas anteriormente significam dizer que tal pessoa é alguém importante, ou tem valor, ou ainda, merece tratamento diferenciado, porque tem ligações próximas a alguém de renome no mundo social. Ouvi diversas vezes de moradores locais, de residentes secundários e dirigentes do Condomínio Porto Frade a seguinte frase: “hoje em dia quem não tem contatos não consegue nada”, “o sucesso depende de contatos”, “Na vida tudo é contatos” (Diário de campo, 19/02/2010, 05/05 2012). Implícito na palavra contato tem-se à possibilidade de ascensão dessas pessoas em termos econômicos, e o acesso a uma determinada rede de relações, que

conferem poder e oportunidades ligadas à cultura. Dessa forma, viagens, festas sociais, cursos de capacitação profissional nos mais diversificados ramos (ex. gastronomia, administração, práticas náuticas), aquisição de um melhor posicionamento configuram-se como possibilidades de convites para quem é inserido na rede.

Em minhas reflexões, eu poderia me valer de Polanyi (2012) para interpretar este discurso comum no bairro Frade, que de certo modo parece existir como uma espécie de Lei, que rege as relações sociais entre Vila e Condomínio Porto Frade, ou seja, me refiro às interações sociais estabelecidas dentro de um “mercado auto regulado” (POLANYI, 2012, p. 73), seguindo os passos de uma economia que “se origina na expectativa de que os seres humanos se comportem de maneira tal a atingir o máximo de seus ganhos monetários” (POLANYI, 2012, p. 73). Ou ainda, eu poderia lançar mão da noção de capital social baseado na teoria da ação racional (*rational action*). Coleman, sociólogo que inaugurou a noção de capital social seguindo esta linha teórica, esclarece os princípios que direcionam a teoria da ação racional, com base em duas vertentes teóricas comumente seguidas por pesquisadores ligados a este paradigma. Primeira, desenvolvida pela maioria dos economistas, tendo como ponto de vista o ator com objetivos, independente de como ele os atingira, agindo livremente, no qual o interesse está centrado em si mesmo. A principal virtude desta vertente da *ação racional* reside no princípio da ação, qual seja, ‘*maximizar a utilidade*’ (COLEMAN, 1988, p. 95). Segunda, investigada pelo viés da sociologia, considerando que o *ator* é governado por “*normas, regras, e obrigações*” e a principal virtude intelectual encontra-se na habilidade de descrever a ação no contexto social e explicar de que forma a ação é moldada, constrangida e redirecionada pelo contexto social. Os estudos de Coleman com base na teoria da ação racional refletem uma expressão comumente encontrada nos estudos de Putnam,⁸⁰ que vê o mecanismo de formação do capital social traduzido na seguinte frase “eu farei a você agora, na expectativa de você (ou alguém) me retornar o favor” (Putnam, 2000, p. 20)⁸¹

Entretanto, é partir da reflexão de Bourdieu (2008) ao discorrer sobre os modos de dominação em sociedades desprovidas de *mercado regulado*, de sistema de ensino, de aparelho jurídico e de Estado, que se aproxima a minha compreensão do *mundo dos contatos*, evocado nas circunstâncias que aponte anteriormente. Nessa direção, ainda que as relações

⁸⁰ Cientista político Americano que definitivamente colocou o conceito de capital social para agenda dos estudos ligados as Ciências Sociais.

⁸¹ “*I’ll do this for you now, in the expectation that you (or perhaps someone else) will return the favour*”.

sociais entre moradores locais, residentes secundários e instituições ligadas ao negócio da residência secundária nos aponte para uma perspectiva de dominação fundamentada na “apropriação mediata e duradoura do trabalho” (BOURDIEU, 2008, p. 193), há uma “intervenção intencional dos agentes” (BOURDIEU, 2008, p. 193), ou seja, exercida de maneira direta e pessoal abafada pelo capital econômico e cultural que sobressai à realidade do bairro Frade.

Interligando estas reflexões à oferta da casa feita pelo residente secundário, notei que o capital econômico (via trabalho) e cultural (via conhecimento) que eu detinha e inicialmente sustentava nossas relações sociais convertera-se em capital social, feito e refeito mediante as interações sociais (BOURDIEU, 2008). Nesta mesma linha de raciocínio, eu vislumbrava entender por meio do lazer se o capital social poderia ser encaixado na realidade dos grupos que eu vinha investigando.

Não respondi de imediato a proposta do residente secundário, porque antes de qualquer decisão, eu visava levantar razões que justificassem a minha estada no Condomínio Porto Frade beneficiando a pesquisa. Assim, três perguntas nortearam a minha decisão em aceitar a proposta do residente secundário: 1 – A experiência de conviver numa residência secundária localizada nas dependências do Condomínio Porto Frade me possibilitaria apreender outra visão das interações sociais por meio do lazer entre moradores locais, residentes secundários e instituições públicas e privadas envolvidas com o mercado imobiliário da residência secundária? 2 – Como a restrição dos espaços naturais se configuraria sob este ângulo socioespacial, ou seja, do Condomínio Porto Frade para a Vila? 3 – As falas e as ações dos moradores locais em relação à degradação e restrições de acesso a praia implicando nos usos das práticas de lazer se equivaliam às encontradas na perspectiva da Vila para o Condomínio? Estes questionamentos se ligavam ao contexto que eu vivenciava na época, isto é, focado no problema da restrição do acesso às áreas de praias e cachoeiras, que paralelamente caminhava com a apatia ou permissividade tanto dos moradores locais (numa dimensão micro das ações coletivas) quanto de instituições tais quais as associação de moradores de bairro existentes na Vila.

Além do mais, as circunstâncias observadas na Vila, ou especificamente na Praia da Vila e na Prainha (apresentadas no capítulo anterior) confirmavam que o processo de implantação, e a forma de como o negócio da residência secundária se mantinha, guardava

relações com uma variedade de aspectos (geográficos, econômicos, sociais e culturais) comumente levantados em pesquisas que abrangem esta temática, independentemente do local em que este fenômeno se desenvolva (PITKANEN; 2008). *A priori*, os óbvios sinais da interferência humana na natureza, identificado no bairro Frade e a ligação desses fatos com as sobreposições de interesses relativos ao lazer em função da residência secundária, deveria ao menos, apresentar sinais de confrontos ou resistências visando proteger a Prainha, espaço natural que ainda restava aos moradores.

A respeito desse assunto, o das repercussões socioespaciais geradas pela residência secundária, Tulik (2001), em sua pesquisa baseada na realidade de São Paulo, enfatiza dois elementos que permeiam os confrontos. Primeiro, “o avanço da urbanização para áreas de residências secundárias” (p. 84). Segundo, a “ampla variedade de efeitos relacionados à alteração dos recursos naturais básicos” (p. 85). Todavia, em nenhum momento a autora descreve situações detalhadas de conflitos e quando menciona especificamente a problemática das alterações dos recursos naturais, o faz baseada na realidade de autores internacionais que pesquisam outros países.

Cabe assinalar que, não se trata de fazer uma crítica a relevante pesquisa de Tulik (2001), mas mostrar que, dentro da realidade Brasileira, os conflitos ou confrontos que em princípio, deveriam emergir dos moradores locais, permanecem obscuros, logo, isso não é um fato exclusivo do bairro Frade. Olhando a realidade de Angra dos Reis e particularmente do meu campo de pesquisa, observo que estou tratando do tema da residência secundária demasiadamente distante de outros países, principalmente da Europa. Afirmando isso, não só com base em pesquisas que tratam especificamente do tema (COPPOCK, 1977; CLARK, 1982; OXLEY *et al*, 2008; KAUPPILA, 2010; HOOGENDOORN, VISSER; 2010; PARIS, 2009; BALL, 2005; BARNETT, 2007), mas também a partir da minha própria experiência investigativa vivida no Norte da Inglaterra, no microcosmo das Vilas de Grassington, Kettlewell e Hebden, todas inseridas na área do *National Park of North York Shire* (Parque Nacional do Norte de York Shire)⁸². Tal experiência permitiu que eu conhecesse o trato que o Reino Unido vem destinando ao tema da residência secundária.

Desde 1974, conferências, projetos e ações vêm sendo implementados com o propósito de compor os chamados *regional planning and development* (COPPOCK, 1977,

⁸² A pesquisa foi realizada durante o Programa de Doutorado de Estágio no Exterior – PDDE, concedido pela Capes, iniciado em março de 2011 e concluído em fevereiro de 2012.

p.181).⁸³ Estes, por sua vez, são elaborados com base em variáveis (atividade econômica, a estrutura física do ambiente e o potencial que este tipo de negócio causa na população local), que emergem de estudos realizados dos padrões de ocupação e distribuição deste tipo de residência.

Na contramão deste tipo de ação implementada no Reino Unido, focadas exclusivamente na problemática da residência secundária, temos o Brasil. Mesmo considerando que o fenômeno da residência secundária é recente, quando comparado ao Reino Unido, isso não justifica a ausência de ações relativas às implicações que abrangem a implantação, proliferação e manutenção deste negócio do mercado imobiliário. Ao que tudo indica as ações ou intervenções previstas em documentos elaborados para atender às demandas geradas por este tipo de negócio, permanecem somente no campo das ideias. Dessa forma, as questões concernentes à infraestrutura, por exemplo, (segurança pública, urbanização, transporte aéreo, acesso rodoviário, sistema de transporte de destino de acordo com a proximidade de grandes centros emissivos de turistas) não são efetivadas de fato em realidades como a do bairro Frade. Como um bairro que abriga atualmente uma média de vinte um mil habitantes e abarca um condomínio do porte do Condomínio Porto Frade, e ainda caminha para a implantação de outro condomínio do mesmo padrão, não tem sistema de saneamento e tratamento de água?

No Estudo de Competitividade dos 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional (no qual Angra dos Reis se encontra inserido) elaborado pelo Ministério do Turismo, Sebrae e Fundação Getúlio Vargas, visto por tais instituições como “uma verdadeira ferramenta de planejamento” (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2008), em nenhum momento aparece o termo residência secundária, residências de veraneio ou qualquer outra expressão que nos remeta ao tema. O que de fato chama a atenção nesse documento é a clara proposta do estudo realizado pelo setor de turismo no Brasil, qual seja, “gerar mais empregos, renda e conseqüentemente inclusão social, finalidade maior nas ações do governo federal e um avanço para quem entende que a roda do turismo precisa girar para que todos se beneficiem” (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2008). Considerando o objetivo exposto pelo Ministério do Turismo e associando-o a questão do planejamento, duas situações são passíveis de reflexão.

Primeira, numa perspectiva institucional ou numa dimensão macro, assim eu diria,

⁸³ Conferência organizada pelo *The Town and Country Planning Association* – Birmingham.

o discurso do Ministério do Turismo e suas ações se coadunam a fala de instituições do setor privado que compõem o negócio da residência secundária junto ao Município de Angra dos Reis.

Esta articulação é nítida se tomarmos como referência a fala de representantes de instituições públicas como a do Diretor do Inea, e de instituições privadas segundo o empresário do mercado imobiliário que opera na compra, venda e locação de imóveis cuja faixa de valores transita entre 6 a 25 milhões. De acordo com o Entrevistado n. 25, em 15/01/2010, representante de instituição pública, a residência secundária significa “oportunidade de emprego”. Seguindo esta mesma ideia, o Entrevistado n.13 (em 17/05/2012, morador local pós-década de 1970, migrante da Vila para o Condomínio Porto Frade) afirma que

os residentes secundários, aqui no Condomínio (Condomínio Porto Frade) são em torno de 70% a 80% paulistas, que hoje é onde circula a maior fortuna do Brasil, e essas pessoas necessitam dos marinheiros, necessitam dos caseiros e também da população da Vila.

As falas também ligam-se às metas de gestão de 2009-2012 elaboradas pela TurisAngra, que em relação à população local, nesse documento, o único assunto abordado é a inserção dos moradores locais no mercado de trabalho (TURISANGRA, 2009).

Segunda, o tema das residências secundárias situa-se no bojo das investigações concernentes a área do turismo e se constituem parte do que comumente conhecemos como meios de hospedagem, que, por sua vez, “tem sido amplamente utilizada para medir variações espaciais do turismo” (TULIK, 2001, p. 3). Isso significa dizer que, este tipo de aferição vem se constituindo como um meio tangível identificado por instituições para elaborar inventários “com finalidades estatísticas e propósitos fiscais” (TULIK, 2001, p. 3). Seguindo essa mesma vertente, ou seja, baseada na área de conhecimento do turismo, os residentes secundários são enquadrados na categoria turista, denominação esta, que em princípio nos remete a “uma relação fugaz com o espaço visitado” (OLIVEIRA; PONTES, 2010, p. 53).

Essas denominações ou modos de classificar especificamente os assuntos que envolvem a residência secundária no Brasil configuram-se como um diferencial importante se considerarmos que este fenômeno pode ser encarado sob dois ângulos: a de um objeto pré-construído teoricamente, de acordo com sua conceituação legitimada pela área de conhecimento do turismo, e o que de realmente ocorre na prática. Baseando-me nas experiências vividas no bairro Frade e nas Vilas de Grassington, Kettlewell e Hebden, junto à produção específica da

literatura voltada para o referido tema, noto que no Brasil, a conceituação dada a este fenômeno opera com o que eu chamaria aqui de leis socialmente construídas de maneira a mascarar a gênese social que historiciza a prática (BOURDIEU, 2007). Isso significa dizer que, ao tomar como referência o conceito de residência secundária ou residente secundário, entendido apenas pelo viés do turismo, uma característica relevante dos grupos que compartilham da experiência de ser proprietário deste tipo de residência, tornam-se completamente opacos os vínculos estabelecidos entre os residentes secundários com a localidade.

Essa lacuna entre conceito-teórico e prática implica na forma como as instituições públicas lidam com o planejamento e com as ações que visam tratar as questões-problema geradas nos lugares que abrigam esta realidade. Na Inglaterra, os pesquisadores se utilizam de seis fontes diferenciadas para conceituar residência secundária (OXLEY *et al*, 2008). Primeira, abordada por teóricos e se equipara a mesma definição considerada no Brasil, ou seja, “uma propriedade de residência ocasional cujo proprietário mora em outro lugar e geralmente é utilizada para fins de lazer” (BIELCKUS *et al*, 1972, p. 9). De acordo com Oxley *et al*, trata-se de um tipo de definição estreita, porque os impactos gerados por este tipo de residência sofre variações segundo as formas de distribuição e modelos de construção; segunda, elaborada pelo censo do Reino Unido; terceira, por levantamento de pesquisa realizado pelos setores de habitação na Inglaterra (*English House*); quarto, pela Secretaria do Primeiro Ministro/comunidades e Governo Municipal com o propósito de medir as arrecadações de impostos; quinta, pela Secretaria Nacional de Estatística, e por fim, pelas definições elaboradas de acordo com a realidade de outros países (OXLEY *et al*, 2008).

Nesse sentido, cabe aqui uma reflexão. As pesquisas concernentes à residência secundária no Brasil devem atentar para os múltiplos olhares que abarcam as discussões deste fenômeno nas políticas de habitação (via grupos comunitários, ativistas ambientais e organizações que junto às esferas políticas promovem campanhas contra a sua proliferação) visando à criação de alguns parâmetros para que seja destinada a atenção devida a este assunto⁸⁴.

Diante do exposto, os fatos observados no bairro Frade, para além dos efeitos da dimensão física do espaço ou da cultura local do lazer dos moradores, a residência secundária desponta a meu ver, como uma espécie de cultura construída pelas relações de troca cujos

⁸⁴ Ver artigo de Chris Paris, Re-positioning Second Homes within Housing Studies: Household Investment, Gentrification, Multiple Residence, Mobility and Hyper-consumption, *Housing, Theory and Society*, vol. 26, n.º 4, 292–310, 2009

grupos envolvidos adquirem ao longo do tempo um capital social por meio das práticas de lazer. Tal capital alimenta uma rede de relações, espécie de amálgama constituído por interesses que permitem até hoje que os espaços naturais funcionem de maneira a atender a exclusividade vendida pelo mercado imobiliário. Neste caso, a suposição principal que justifica a apatia e a permissividade dos moradores no que tange as restrições dos usos dos espaços naturais, não se firma somente na tão realçada oferta de emprego mostrada nos discursos dos dirigentes do Condomínio Porto Frade e dos moradores locais, mas em trocas materiais e simbólicas, que adensam as relações estreitadas com base na confiança.

De acordo com a forte tradição sociológica a confiança, baseia-se no argumento de que a vida coletiva precisa de algo que transponha um mero cálculo de interesses pessoais (racionalidade). Giddens (1990) ao explicar como a modernidade vem alterando o padrão de confiança estabelecido na sociedade aponta que o desenvolvimento desta percepção subjetiva depositada no outro, ocorre a partir de dois mecanismos e exige uma percepção mais abstrata em comparação com as sociedades pré-modernas. O primeiro, *token* simbólico (o que mais se aproxima dessa tradução na língua inglesa é sinal, marca, algo que represente aliança a uma pessoa ou partido). O segundo, *expert systems*, a confiança se situa no corpo de reflexão do conhecimento.

Seguindo esta linha de pensamento, dois dias após a proposta feita pelo residente secundário, liguei para aceitar e agradecer a disponibilidade da casa e ouvi do mesmo que eu poderia permanecer no imóvel até o final do mês de fevereiro e usufruir toda estrutura e dos serviços do Condomínio como se eu estivesse na posição de proprietária. Essa experiência fez com que eu me deparasse com as práticas do golfe e da pesca oceânica compartilhada entre morador local e residente secundário, responsáveis por adensar ou estreitar relações sociais entre grupos que se beneficiam tanto das restrições dos espaços naturais quanto do acesso, por meio de tais práticas conforme descreverei a seguir.

5.1 Do Condomínio para a Vila: o lazer observado por outro ângulo

No sábado de 23 de janeiro de 2010, me mudei da Vila do Frade (Pousada São Sebastião) para o Condomínio Porto Frade. A casa disponibilizada pelo residente secundário localizava-se especificamente no Village da Praia, um dos 15 subcondomínios que compõem o Condomínio Porto Frade, atendendo de certo modo a grupos de proprietários com padrões

econômicos diferenciados. Dentre as razões principais, que justificam a variação nos valores dos imóveis, são as estruturas de lazer acopladas aos mesmos, ou melhor, dizendo, as experiências que tais estruturas propiciam aos usuários uma delas. As incorporadoras de imóveis no Brasil, empresas privadas que articulam esse tipo de negócio imobiliário, ao que tudo indica, seguem a tendência *leisure living* (BLAKELY; SNYDER, 1997, p. 48) desencadeada nos Estados, cujas instalações, arranjos e rearranjos na estrutura física do espaço asseguram (ainda que artificialmente), uma verdadeira experiência de contato com a natureza. Parta obter esse tipo de percepção no subcondomínio Village da Praia, basta entrar numa das casas. Segundo os corretores de imóveis “o que marca a exclusividade do Village da Praia são as casas localizadas em frente à praia” (Diário de Campo, 30/01/2010. Ver mapa do Condomínio, Figura 20):

De maneira mais detalhada, estar no Village da praia é sair da varanda da casa e pisar de imediato na areia da praia, é dormir com o barulho das ondas muito próximo a você, é colocar-se em contato de fato com o mar. Esta experiência pode ser traduzida pelo que Bruhns (2009) aponta como a necessidade de recuperação do natural como território da experiência, um verdadeiro processo de reencantamento do mundo, embora, os nítidos padrões de consumo contraponham esta ideia. Isso é perceptível, não somente na arquitetura das casas, que funcionam como estruturas estruturantes *modos operandi*, (BOURDIEU, 2000, 2007), como instrumentos de conhecimento do mundo objetivo, que organizam as práticas e a percepção das práticas (as de paulistanos e as de cariocas, as de quem tem mais grana, e as de quem tem um gosto compatível com a região praiana, os esnobes, e os despojados, descontraídos). Nesse ponto, os equipamentos de lazer que compõem as casas, também funcionam nesta mesma perspectiva, qual seja, como meios de identificação dos grupos que detém aquele patrimônio de forma particular, forma simbólica que sustenta a estrutura estruturada, *opus operatum* (BOURDIEU, 2000, 2007) expresso na fala dos moradores locais, dos residentes secundários e das instituições como *estilos de vida*, traços da conversão de um lugar que transita entre o natural e artificial, entre o autêntico e inautêntico (URRY, 1995).

No Condomínio Porto Frade, recebi a chave de um gerente do subcondomínio, Village da Praia, já informado de que eu me hospedaria no imóvel até o final de fevereiro de 2010. O gerente encarregou-se de dar as informações gerais necessárias para minha estada no local, incluindo dicas a respeito dos espaços de lazer de acesso exclusivo dos proprietários do Village da Praia. A fala do gerente me provocou imediatamente a impressão de estar bem

próxima de uma experiência de exclusividade em seu mais alto nível.

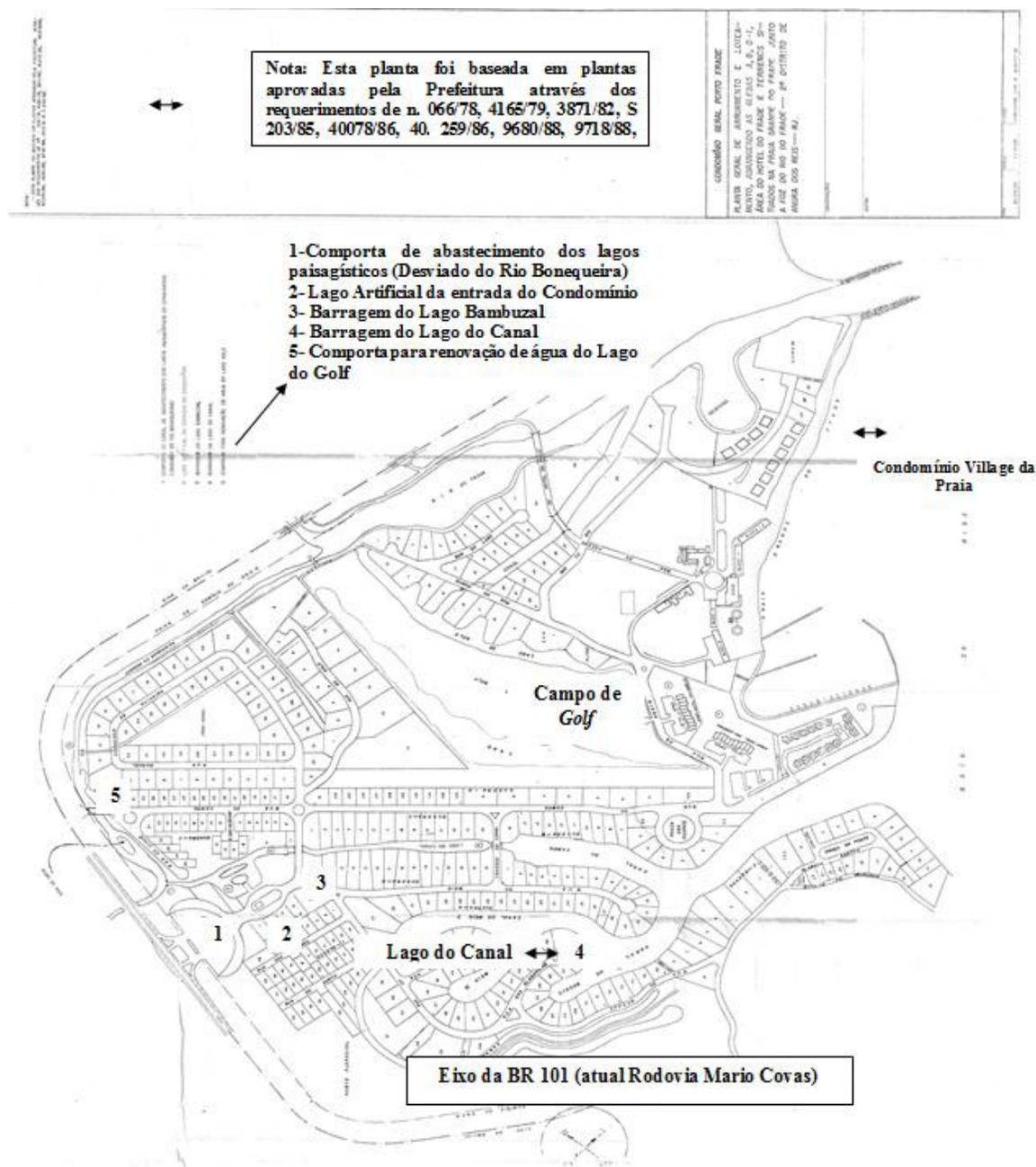


Figura 20: Mapa do Condomínio Porto Frade, cedido por sua administração em 20/05/2011.

Um dos motivos que desencadeava em mim tal percepção, era justamente a capacidade de reconhecimento da *exclusividade que eu tive*, completamente associada às

nítidas divisões das praias do bairro, que, por sua vez, sustentavam as estratégias de restrição de acesso. Apesar do Condomínio Porto Frade oferecer aos residentes secundários em comum estruturas de lazer (já mencionadas no capítulo 2), o subcondomínio Village da Praia disponibilizava 1 quadra de tênis, 1 sala de jogos e 1 sauna com equipamentos exclusivos dos proprietários daquele subcondomínio, ou seja, tratava-se da exclusividade da exclusividade. Por dois dias usufruí da casa e unicamente das dependências do Village da Praia, antes de explorar o Condomínio Porto Frade como um todo. Questionei-me: como a percepção de conviver naquele lugar confortável, com áreas e serviços inimagináveis (restaurantes, clubes com quadras de esportes, área de *fitness*, áreas verdes), colocados à disposição ajudava-me a conhecer pelo meu corpo, os motivos que atraíam as pessoas a adquirir um imóvel daquele padrão? A respeito desta percepção trago aqui uma passagem registrada em diário de campo.

o primeiro dia em que acordei acordei naquela casa, nunca sairá na minha mente. Dentre as cinco suítes que compõem o imóvel, optei obviamente pela melhor. Posicionada em frente à praia com uma varanda que lhe dá a plena visão do mar, da montanha, das traineiras dos pescadores que avançam pelo mar bem cedo, enfim, a imagem se iguala a uma pintura em tela de uma paisagem remota, que nada tem a ver com o ritmo urbano que vivemos. A sensação momentânea de estar naquela varanda ao acordar percorre uma ideia: a de um verdadeiro isolamento de qualquer problema, o que dá um estatuto de refúgio aquele lugar. Após alguns minutos de deleite daquela paisagem, antes mesmo de tomar o café da manhã, coloquei o biquíni e fui caminhar na extensão de um quilometro de praia, numa manhã de sol, por volta das 7 horas. Já era possível prever que a temperatura daquele dia extrapolaria os 40°, e o clima abafado, me incentivou a dar um mergulho antes de iniciar minhas atividades. Mesmo no mês de janeiro, período de férias, observei que eu era uma das poucas ocupantes daquele subcondomínio, logo, olhar para a praia completamente deserta pela manhã se tornou uma constante. O acidente na madrugada do réveillon provocou a diminuição do fluxo de residentes secundários naquele período, devido ao constante risco de deslizamento de encostas na Rodovia Mario Covas. No período em que me hospedei na casa, estabeleci uma rotina todas as manhãs: caminhar, dar um mergulho, tomar café e a partir daí trabalhar com afinco na pesquisa. Geralmente, eu aproveitava para fazer os registros em diário no início da manhã na varanda da sala, o que me dava parcialmente uma visão das varandas das casas vizinhas, e da praia como um todo. As ondas era o único barulho possível de ouvir (Diário de Campo, 25/01/2010).

Indubitavelmente, o modelo de condomínios fechados para aquele tipo de residência tornava-se condição *sine qua non*, tendo em vista a necessidade de isolar a realidade localizada ao lado (a Vila). Como o estilo de vida do residente secundário do Condomínio do Frade poderia conviver com o total contraste econômico da Vila do Frade? A princípio, este questionamento pode parecer ancorado no argumento único do viés econômico, embora, para

além desta visão, haja características particulares deste produto, a residência secundária,

no qual a componente simbólica entra numa parte especialmente forte. Enquanto bem material que se encontra exposto à percepção de todos, e isto duravelmente, esta propriedade exprime ou trai, de forma mais decisiva que outros, o ser social de seu proprietário, os seus gostos, o sistema de classificação que ele envolve nos seus atos da apropriação simbólica operada pelos outros, colocados desta forma em condições de situá-lo no espaço social situando-o no espaço dos gostos (BOURDIEU, 2006, p. 37).

É incontestável que as residências secundárias em geral, por si só, expressem os padrões de consumo de um grupo específico, mas ao tratar-se da realidade do bairro Frade, fica claro que o isolamento, os muros e as divisas físico-estruturais que permeiam o espaço exclusivo onde se inserem as casas, com suas respectivas estruturas de lazer, apontam de forma equivalente o gosto pelas práticas náuticas e pelo golfe, por exemplo. De maneira geral, esta observação inicial me inclinaria a pensar a respeito da convencional ideia de que a opção e o gosto por determinada prática de lazer (gosto ou preferência) é um meio de posicionarmos as pessoas em relação à classe econômica, à identidade, ao gênero, entre outras formas de classificação (HARRIS, 2005).

Entretanto percebendo de perto, a infraestrutura de lazer que uma casa no Condomínio Porto Frade propicia aos residentes secundários, e que, por sua vez, denota o estilo de vida de um grupo, cujo elemento principal é um consumo refinado cada vez maior nas formas de fruir o lazer (COPPOCK, 1977; PARRIS, 2009), não foi o argumento predominante em parte dos estudos ligados ao lazer, de que as escolhas das práticas predizem os padrões da classe socioeconômica, que direcionou as minhas observações. O ponto de partida desta afirmação surgiu a partir de uma tríade de interações registradas em meu diário de campo, realizadas nas dependências internas do Condomínio Porto Frade conforme descrevo a seguir:

1.^a observação: No dia 25 de janeiro, visitei a administração geral do Condomínio Porto Frade com o objetivo de adquirir um documento que comprovasse a doação do serviço de limpeza a Praça Juca Mariano, situada na Vila. Ao deixar a administração, encontrei um rapaz que há muito tempo eu não via, mas seu rosto era muito familiar. Eu sabia que ele era funcionário de um dos residentes secundários no Condomínio, mas o que eu tinha registrado em minha mente era a imagem deste funcionário sempre ao lado do residente secundário caminhando. O rapaz me cumprimentou e perguntou por que ele nunca mais havia me visto no Condomínio, enfim, trocamos assuntos triviais, e ao final da conversa ele comentou que no dia 29 de janeiro haveria um

torneio de golfe apenas para os *caddies*⁸⁵. Segundo ele este já era o sexto torneio consecutivo que vinha sendo realizado sempre no final do mês de janeiro e no final do mês de julho. O evento contava com o financiamento de vários empresários residentes secundários, e com a liberação do campo de golfe, todas as terças-feiras para que os *caddies* treinassem e jogassem. Agradecendo o convite e ao mesmo tempo confirmando a minha presença no local, retornei ao Village da Praia (Diário de Campo, 26/02/2010) **2.^a Observação:** Tendo observado a dinâmica do lazer organizada pelos moradores locais, na Praia da Vila e na Prainha, eu estava diante da possibilidade de conhecer a forma como os residentes secundários desfrutavam daquela praia exclusiva aos proprietários ou locatários dos imóveis do Condomínio Porto Frade. Pela manhã via-se uma completa quietude. Apenas os funcionários do setor de serviços gerais, que todos os dias limpavam toda a extensão da praia recolhendo folhas e lixos trazidos pelo mar. Este quadro, modificava por volta das 11 horas, quando os residentes secundários chegava para caminhar, tomar banho de sol, jogar vôlei ou usufruir de praticas que requerem equipamentos que normalmente são alugados por eles de uma empresa de esporte de aventura que funciona nas dependências do Condomínio (windsurfê, *jet-ski*, caiaques, *banana boat*). Da varanda da casa em que me encontro hospedada, ouço gritos e gargalhadas dos grupos que se divertem. Em contrapartida, seja, manhã, tarde ou noite o subcondomínio Village da Praia, não mostrava sinais de frequência de pessoas. Na sequência de aproximadamente dez varandas, passível de visualização não registrei a presença de pessoas. Todavia, esta situação modificou no dia 27 de janeiro de 2010, quando ouvi vozes de algumas crianças, que pareciam brincar na piscina de uma casa situada numa varanda a aproximadamente 100 metros da minha. Devido ao silencio, o som das crianças saltando na piscina ecoava, e de relance ouvi um adulto advertindo para que elas tomassem cuidado. Imediatamente saí da minha varanda e andando pela praia, cheguei exatamente ao local onde o grupo de se encontrava. Sem fazer nenhuma parada, continuei caminhando pela praia lentamente e pude observar que se tratava de dois jovens, um adulto e duas crianças que deviam ter entre 7 a 9 anos de idade. Pude ver também que, um dos jovens, saiu da casa carregando um caiaque em direção ao mar junto com o outro jovem. Decidi então, prosseguir até o final da praia, onde se concentra as lojas, restaurantes e mini-shopping para disfarçar o meu propósito de observar especificamente aquele grupo. Levei uns 10 minutos para retornar passando novamente na frente da casa. Um pouco antes de atingir a área da varanda da casa vi que o grupo ainda permanecia no local e parecia se tratar de familiares. De imediato, o grupo não pareceu proprietários do imóvel. Interessante que automaticamente refleti os motivos que me levava naquele momento a esta suposição. Por que aquele grupo não aparecia aos meus olhos na condição de residentes secundários? Era como se eu tivesse um conhecimento que automaticamente identificava pelo jeito de falar, pelo gestual, pelo andar, pelo olhar, pela postura que se tratava de um grupo que apesar de causarem a impressão de estarem descontraídos e a vontade naquele espaço, não refletiam o comportamento dos residentes secundários que circulam pelo Condomínio. O fato que contribuiu como desencadear em mim esta percepção foi o ato de falar num tom alto, exacerbado do adulto em um local público. Independentemente de estar num local onde passam diversas pessoas, ele não hesitou em repreender a atitude do filho, de modo a chamar a atenção de quem passava naquele momento. No retorno para casa, procurei o subgerente do Village da Praia, com a desculpa de que eu estava com problemas para ligar o ar condicionado do meu quarto e no final da conversa, perguntei quem era o grupo que estava na casa ao lado. O subgerente informou que se tratava do marinho de um empresário de renome que permitia a sua família usufruir de tudo que há na casa. Nas palavras do subgerente “ele tem passe livre na casa” (Diário de Campo, 28/01/2010). **3.^a Observação:** No dia 2 de

⁸⁵ Termo da língua inglesa que caracteriza a pessoa responsável por dar assistência aos jogadores de golfe durante o jogo.

fevereiro fui a Angra dos Reis à tarde para resolver alguns assuntos particulares e cheguei no Village da Praia entre 19 horas e 19 horas e 30 minutos. Naquele dia os termômetros no Rio de Janeiro marcaram 45°, mas a sensação térmica era de 48°. Minha primeira atitude foi dar um mergulho no mar. Já havia escurecido, mas mesmo assim, resolvi caminhar até o final da praia na direção do muro que marca o limite da praia dos residentes secundários da praia da Vila. Surpreendentemente, avistei uma canoa pequena com dois meninos em pé se equilibrando. Ao me aproximar cada vez mais, vi que os dois seguravam uma rede. Notei também que a canoa estava a uma altura do mar que me permitia falar com eles, e obviamente eu não perdi a oportunidade. Quando cheguei perto, perguntei o que eles estavam fazendo, e um deles, de maneira bem receptiva respondeu que estavam pescando. Percebendo abertura para iniciar uma conversa procurei saber se eles moravam no Condomínio. Apesar de já ter intuído que não se tratava de filhos de proprietários, perguntei de onde eles eram. Um dos meninos respondeu que morava na Vila, mas que o pai deles (eram dois irmãos) trabalhava como marinho no Condomínio, e era um grande pescador. Nas palavras de um dos meninos, “o meu pai tem muitos troféus. Lá em casa tem um quarto cheio de troféus”. Eles se empolgaram com o assunto e falaram o nome do pai, para quem ele trabalha no Condomínio e que o mesmo sempre os levavam a casa do patrão para andar numa lancha enorme (Diário de Campo, 03/02/2010).

Após estas interações, percebi que um caminho se abriu para eu investigar mais detalhadamente nas dependências do Condomínio Porto Frade, como as relações sociais entre moradores locais e residentes secundários se adensavam por meio das práticas de lazer, mas de forma equivalente, gerava grupos de moradores locais apartados dos interesses da Vila. Valendo-me das palavras de Oliveira (1998), as circunstâncias descritas anteriormente surtiram um efeito de *refração* ao meu olhar e ao *ouvir*. De maneira mais atenta passei a captar as vantagens que certos grupos de moradores locais estabeleciam para além da troca econômica, ou seja, pelo simples fato de trabalharem para os proprietários do Condomínio.

Assim, no período em que estive hospedada no Condomínio, presenciei não só os acontecimentos dos marinhos mencionados nas observações descritas, mas inúmeros deles, que se utilizavam do canal dos residentes secundários (seus “patrões”, modo como os moradores locais se referem aos residentes secundários), para ancorarem seus botes e suas traineiras. Também tive a oportunidade de me deparar com os filhos de moradores locais, que passam uma boa parte da infância e adolescência interagindo com os filhos dos residentes secundários e conseqüentemente usufruem das práticas de lazer inseridas em uma realidade social de uma classe privilegiada economicamente falando.

Neste caso, a noção de *habitus* de Bourdieu (2002) iluminou as minhas observações a respeito dessas experiências entre morador local e residente secundário considerando a existência de um mundo paralelo existente na Vila, ou seja, o Condomínio Porto Frade. Isso porque, tais relações parecem interferir na formação do gosto e da apreciação dos moradores

locais, que pouco a pouco incorporam a consciência e um discurso que, a parte do controle voluntário orienta “praticamente as práticas, eles dissimulam o que seria designado, erroneamente, como valores nos gestos mais automáticos ou nas técnicas do corpo, na aparência, mas insignificantes, por exemplo, habilidades manuais ou maneiras de andar sentar-se [...]BOURDIEU, 2002, p. 434).

Este tipo de orientação das práticas considerado por Bourdieu (2002) tem ressonância inclusive com as escolhas profissionais ou com o caminho que determinadas pessoas percorrem visando o alcance de realizações materiais. Esse parece ser o caso do morador local, nativo da Vila que se tornou hoje um dos mais renomados corretores de imóveis no mercado imobiliário da residência secundária. Em uma entrevista concedida por ele, questionei:

Entrevistador: Não são todas as pessoas por exemplo, com a visão que você teve para alcançar a sua posição hoje de um profissional respeitado procurado por quem deseja comprar um imóvel, uma residência secundária, mas o fato de você interagir neste lugar aguçou a sua visão e perspectiva de algum modo? Você acha que viver aqui desde a infância teve influencia nas suas escolhas? **Morador local:** Teve. Como eu te falei, eu comecei no campo de golfe. No campo de golfe eu conhecia muitas pessoas influentes. **Entrevistador:** Você joga golfe? Hoje eu jogo golfe, mas aprendi a jogar como *caddie*, carregando bolsas desde os treze anos de idade, e na minha época eu conheci uma corretora de imóveis chamada X, e um belo dia, eu estava no campo de golfe, com certa folga na parte da tarde e ela pediu pra lavar o carro dela. Eu lavei, e daí conheci um jogador que estava interessado em comprar um imóvel e comentei com ela, e dessa conversa ela teve uma negociação, dessa negociação ela me deu uma quantia, e daí abriu meus olhos pra uma situação de que um dia eu também poderia ser corretor de imóveis (Entrevistado n. 13, em 17/05/2012, morador local pós-década de 1970, migrante da Vila para o Condomínio Porto Frade).

Não é nenhuma novidade que a prática do golfe configura-se como elitista, isto é, restrita a uma classe economicamente privilegiada do mundo social, e ao mesmo tempo, vem sendo difundida, cada vez mais como uma forma dos seus praticantes estabelecerem vultosos negócios nas esferas empresariais. O campo de golfe é um lugar propício para se conhecer pessoas importantes, ou melhor, dizendo, é um ponto de partida para iniciar ou firmar contatos. Esta ideia acoplada ao golfe, também é de conhecimento de um grupo de moradores locais da Vila.

5.2 A prática do golfe

Na perspectiva do mercado imobiliário a imagem do campo de golfe é a primeira que

vem a mente quando se pensa em condomínios fechados, ou seja, é a representação mais arquetípica deste modelo de residência (originada nos Estados Unidos, e implantada inicialmente na Flórida, Carolina do Norte e do Sul, Sul da Califórnia e Arizona). A prática do golfe ligou-se a empresas construtoras e incorporadoras de imóveis, que por sua vez, se valeram do campo de golfe em seus projetos visando capitalizar o crescimento de uma *leisure-consuming- society*, *sociedade de consumo do lazer*, e de maneira equivalente, criaram os chamados *leisure lifestyles*, *estilos de vida de lazer*, impulsionando a demanda de residências secundárias (BLAKELY; SNYDER, 1997). O empresário idealizador do Condomínio Porto Frade seguiu estes moldes de mercado imobiliário, e a implantação do campo de golfe, serviu como uma isca no sentido de atrair comparadores que se identificassem com o estilo classe A de lazer. Dentre os investimentos financeiros em termos de equipamentos necessários a um jogador que adere a este tipo de prática, aponto alguns deles: o carrinho (assim conhecido) de golfe, projetado especificamente para atender ao deslocamento dos jogadores em campo gira em torno de R\$ 24.000,00 a R\$ 25.000,00; a bolsa com os tacos próprios para a prática custam no mínimo R\$ 1.500,00 e a mais cara R\$ 2.500,00; os tênis variam entre R\$ 250,00 e R\$ 700,00. Atualmente a manutenção do campo de golfe do Condomínio Porto Frade custa em média de R\$ 120.000,00 a R\$ 130.000,00, investimento este, que envolve mão de obra especializada, produtos para o gramado específico, maquinários (que geralmente requer reposição de peças, de alto custo).

O campo de golfe implantado no Condomínio Porto Frade, não significava somente o diferencial desse tipo de residência secundária, mas era o eixo de compreensão de uma lógica instituída do mercado das residências secundárias. Para além do investimento financeiro feito pelo empresário, havia o investimento pessoal, uma espécie de fascínio atribuído ao golfe. Durante minhas interlocuções no Condomínio Porto Frade, ouvi inúmeras vezes dos moradores locais o incentivo à prática do golfe propagado pelo empresário. Mesmo considerando que a prática do golfe em Angra dos Reis fosse aliada exclusivamente a uma elite brasileira; em minhas experiências com esta realidade percebi pouco a pouco, como esta prática foi incorporada por um grupo de moradores locais em particular.

De acordo com as observações realizadas na primeira etapa desta pesquisa, o golfe converteu-se em parte de um esquema de percepção, ou de uma construção mental e corporal própria dos moradores. Este grupo enxerga o golfe como um meio de ascensão econômica e social. Em uma entrevista com um morador local, jogador de golfe há vinte anos,

no Condomínio Porto Frade, fiz o seguinte questionamento:

Entrevistador: O que você conseguiu vivenciar nesses 20 anos de experiência no golfe? Olha, eu acho o seguinte, que o tempo foi muito proveitoso porque além de eu usar a parte financeira, que é a parte que a gente vem pra cá pra poder ganhar um dinheiro não? Eu também curto muito, eu gosto muito de golfe. Então eu não venho pra cá só pra ganhar dinheiro. Claro, todo mundo vem pra cá pra poder ganhar um dinheiro, mas eu também gosto muito do golfe. É eu me simpatizo muito com o esporte e eu já tive várias chances. Já trabalhei para pessoas aqui há tempos atrás que eu me identifiquei muito em termos humanos, termos de amizade. É, eu tive uma pessoa que eu trabalhei que era do Canadá, um casal, já era um casal já de idade e eles me convidaram pra ir pro Canadá trabalhar com eles. O pessoal até sabe disso só que aí eu não fui porque na época eu devia ter uns 17 anos mais ou menos (Entrevistado n. 8, em 16/02/2010, morador local década de 1970 em diante praticante do golfe).

A possibilidade de entrevistar os moradores locais jogadores de golfe surgiu a partir dos contatos realizados no torneio organizado por eles, conforme apresento a seguir num trecho do meu diário de campo:

No dia 29 de janeiro saí do Village da Praia exatamente às 7 horas. De acordo com o morador local, que me convidou para o evento, o torneio estava programado para iniciar às 8 horas. Com o objetivo de aproveitar melhor as observações de como os jogadores se organizavam neste tipo de prática, resolvi me antecipar. Fui caminhando pelo Condomínio Porto Frade e em dez minutos cheguei a base do torneio. De imediato, vi um grupo grande ocupando a área de concentração do evento, em média umas 40 pessoas, e pouco a pouco fui me aproximando na tentativa de ser o mais discreta possível, mesmo não consegui esconder o meu total estado de surpresa diante do quadro que apresentava a mim naquele momento. No local de onde se costuma iniciar a partida há uma casa de madeira, um pequeno recinto oferecendo serviço de bar, banheiros, sofás e cadeiras e uma área com vários equipamentos de golfe e revistas do esporte a venda, especializadas em divulgar o golfe com os torneios realizados no Brasil e no mundo. Observei também, que quatro pessoas estavam responsáveis por confirmar o nome das 20 duplas inscritas no torneio daquele dia. Outra situação que me chamou a atenção em demasia foi à maneira como os jogadores estavam vestidos, ou seja, todos, de camisa polo, calça do tipo social, o tradicional boné também fazia parte do vestuário e os sapatos próprios para golfe. Lentamente, vi que após confirmarem a presença os jogadores se deslocavam para o campo carregando suas bolsas de tacos. Se eu não estivesse sido informada que se tratava de um torneio cujos jogadores eram os moradores locais da Vila, eu pensaria que estava adentrando a um clássico evento de golfe de uma elite brasileira. Em total estado de estarrecimento com aquela cena, minha reflexão foi interrompida pelo morador local, que me estendeu o convite. Ele se mostrou muito feliz ao se deparar com a minha presença disposto a colaborar com a pesquisa. Foi neste momento que interroguei se ele permitiria que eu acompanhasse o percurso dos 18 buracos do campo de golfe, que seria feito pelos jogadores, com uma das duplas participantes do torneio. Pensativo, ele me pediu uns cinco minutos para verificar qual dupla se colocaria a disposição para me atender neste sentido. Ao retornar ele veio acompanhado de um jogador que de maneira muito receptiva, se apresentou e disse que me daria todo o suporte durante a partida. Apenas me advertiu que para um iniciante a previsão de término da partida seria por volta das 15 horas, logo, eu teria que suportar um bom tempo me deslocando e permanecendo na posição de pé. Sem ver estas condições

como empecilho, somente deixei claro que o meu conhecimento a respeito daquele esporte era zero. Antes mesmo de iniciar a partida, observei que todos se reuniram para tirar fotos. Grosso modo, a ideia central que eu tinha daquele momento que eu experimentava junto aos jogadores antes da partida era de que aquele grupo adquiriu total apropriação dos objetos com que operavam aquela prática. O início do jogo era de silêncio e concentração. Notei que o jogador que o morador local me apresentou veio em minha direção e começou a explicar como se dava o início da partida. Segundo ele, o jogo se inicia com a validação dos cinco primeiros drives com as duas duplas que estão competindo, isto significa dizer que, um de cada dupla terá que usar cinco bolas com um drive nos 18 buracos do campo. O drive é o taco número 1 da bolsa (Diário de Campo, 30/01/2010).

Analisando a experiência descrita anteriormente, vejo que estes jogadores que definitivamente apropriaram-se da prática do golfe, acessam e mantêm relações com o Condomínio Porto Frade de maneira diferenciada de outros moradores locais. Isso ficou nítido quando observei diversos diálogos entre os moradores locais jogadores de golfe junto aos seguranças do Condomínio Porto Frade, um pouco antes de iniciar o torneio propriamente dito. Notei que a interlocução ou a forma como estes grupos se comunicavam, visando solucionar questões relativas ao torneio, diferenciava-se inteiramente dos diálogos entre moradores locais e seguranças do Condomínio em situações que envolviam o uso da praia (conforme descrito no capítulo anterior). Dessa forma, as conversas que envolviam a liberação de pessoas que chegavam ao Condomínio, para trabalhar na organização ou para participar de alguma outra maneira do torneio, denotavam certa familiaridade dos moradores locais jogadores de golfe com os setores e chefias do Condomínio cujo sentido demonstrado naquele momento era o de uma autoridade conquistada ao longo dos anos.

Todavia, interessava-me saber quais os elementos tornavam tanto o acesso, como este tipo de relação entre morador local jogador de golfe e Condomínio Porto Frade diferenciada. Isso levou-me a ouvir um morador local que há anos vem se dedicando a prática do golfe. Praticante de golfe, não só no campo de golfe do Condomínio Porto Frade, mas em outros campos localizados no Brasil e no exterior, segundo ele, as oportunidades dependem do campo de golfe que você frequenta:

surgem convites para você jogar em outros condomínios, convidam você a jogar em outros clubes. Eu fui convidado a jogar no campo mais bonito do Brasil. **Entrevistador:** Onde? **Morador local:** No Dama em São Paulo, em São Carlos. **Então tem lugares e lugar** (grifo meu), e a gente fica fazendo trocas com outros golfistas, outros *caddies* de lá. Hoje o golfe tá rescendo muito no Brasil não? hoje também é um esporte olímpico e conseqüentemente aquela barreira que tem entre o *caddie* e um golfista não? Vamos dizer de classe alta esta cada vez menor, tanto é que Tiger

Woods era *caddie* e é o melhor golfista de todos os tempos e tem muitos *caddies* vindo com força, um dos melhores do Brasil o Rogério Bernardo também era *caddie*. É uma questão de oportunidade, às vezes tem clube que não te dá tanta oportunidade pra você crescer mas se você tem... Daqui uns 2, 3 anos, de repente aqui vai ter muito golfistas bons. Aqui em Angra, vou continuar jogando na federação, sou da federação, tem outros *caddies* também na federação, isso pra nós é vai aumentando também a nossa autoconfiança vai aumentando nossa autoestima não? Porque às vezes a gente reflete, poxa é isso, é aquilo, mas você vai vendo que não é nada disso, porque as vezes você mesmo coloca uma barreira que você é menor que o golfista de classe alta, mas não é. Todo mundo é igual. Eles te tratam muito bem, tanto é que quando eu ganhei o torneio pra ir pra Aruba eu saí com o pessoal (golfista de classe alta), eu tava nervoso e meus companheiros de parceria (golfista de classe alta) falavam “não fica tranquilo, vai dar tudo certo”. Agora eu sou campeão e poxa! É uma conquista histórica pra mim que não tem como pagar por isso (Entrevistado n. 9, em 16/02/2010, morador local pós-década de 1970, praticante do golfe).

Desta fala do morador local jogador de golfe, emergiram duas circunstâncias que merecem destaque: a primeira liga-se à gênese das relações sociais instituídas no campo de golfe de maneira particular, isto é, no Frade, repercutindo conseqüentemente nas formas como os contatos e as conexões sociais são estabelecidas naquele espaço. Observando minuciosamente a realidade da prática do golfe no Frade, percebi que o empresário idealizador do Condomínio Porto Frade, de certo modo, quando implantou o campo de golfe como um equipamento de lazer que simbolizava o estilo de vida dos compradores daqueles imóveis, na mesma medida, inaugurou uma nova ocupação de trabalho para os moradores locais (*caddies*). Todavia, ainda que, a entrada destes moradores no mundo do golfe obedecesse, numa primeira instância, a aquisição de um recurso financeiro, havia naquele espaço, uma abertura que permitiu que os mesmos estabelecessem relações sociais ou conexões vantajosas com a classe A brasileira e estrangeira.

Nessa direção, a diferenciação apontada pelo entrevistado n. 9 ao mencionar a expressão “*tem lugares e lugar*”, informa a sua experiência promissora estabelecida por ele via campo de golfe do Condomínio Porto Frade. Em conversas informais com moradores locais jogadores de golfe, o tipo de administração, ou as ideias que sustentam o funcionamento da sede de um campo de golfe, exerce uma grande influência na valorização das relações sociais constituídas entre os jogadores frequentadores (no caso do Frade, residentes secundários) e *caddies*. Isso significa dizer que, o serviço disponibilizado pode simplesmente oferecer um *caddie* cuja função se resume a carregar a bolsa do jogador, como também, pode preparar e contratar *caddies* que contribuem para “um golfista ganhar um torneio” (Entrevistado n. 9, em 16/02/2010, morador local pós-década de 1970, praticante do golfe). Tendo em vista esta

afirmação do Entrevistado n. 8 durante direcionei a ele à seguinte pergunta:

Entrevistador: Qual foi a experiência mais positiva que você teve no campo de golfe? Você lembra a que foi mais interessante? **Morador local:** Tem muitas coisas boas, mas quando o seu fulano (residente secundário do Condomínio Porto Frade) foi campeão aqui que fui pra Aruba, poxa! Foi uma conquista que ficou marcada também na minha vida porque poxa! Até comentei com a esposa dele. O seu fulano tava meio solto pra caramba (no torneio ao qual o Entrevistado se refere). Aí eu falei pra ele tem que começar do buraco quatro, porque o um, dois e três ele tava jogando mal, tanto é que no torneio ele jogou mal em todos os buracos. Daí a gente começou do quatro. Nesse último buraco ele já tava praticamente campeão e uma tacada que ele deu no 17, que a bola pego no bambu do lago e foi pro *Green*, foi ali que ele ganhou o torneio. Então nessa, o seu fulano foi o, o grande momento da minha vida, mas o pior também. Porque daí, depois a gente começou a brigar muito assim... (pausa para reflexão) Foi um aprendizado, fui crescendo muito, hoje devo muito a seu fulano. [...] hoje tenho acesso ainda na família dele com ele, super gente boa, sempre ta ajudando a gente aqui, uma coisa boa também que até eu esqueci de falar foi o relacionamento com seu fulano não foi só comigo, mas com todos os *caddies* aqui que tiveram ligados ao seu fulano. Quando ele entrou aqui no golfe ele deu taco pra muita gente, bolas, incentivou muitos *caddies* que jogam golfe hoje (Entrevistado n. 9, em 16/02/2010, morador local pós-década de 1970, praticante do golfe).

Durante este diálogo, presenciei a emoção do morador local jogador de golfe, e reconheço ter me comovido com seus olhos lacrimejando, deixando completamente em evidência o quanto a relação com o residente secundário, construída a partir da prática do golfe, foi relevante numa trajetória de sua vida, extrapolando assim, os limites da profissão. Ao buscar compreender o investimento emocional demonstrado pelo Entrevistado n.^o 8 durante o jogo junto ao residente secundário uma afirmação de Bourdieu (2007) ao abordar à noção de *habitus* e incorporação, abre caminhos para uma análise, qual seja, “o agente nunca é por inteiro o sujeito de suas práticas” (p. 169). Isto significa dizer que o empenho demonstrado pelo Entrevistado n. 9, a meu ver, fugia ao mero cálculo de ações visando à vitória da partida do jogo. A circunstância descrita se assemelhava a uma atitude de dedicação baseada na recompensa, ou numa troca simbólica (*vide* o reconhecimento do Entrevistado diante da colaboração do residente secundário), inscrita no corpo daqueles moradores locais, que ao longo das experiências produzidas naquele espaço social do golfe no Frade, tornam as ações, estímulos condicionais e convencionais. Se eu tivesse de usar aqui uma metáfora para traduzir as palavras do morador local jogador de golfe ao mencionar o seguinte trecho: “É uma conquista histórica pra mim quem não tem como pagar por isso”, eu me valeria de Bourdieu (2007) ao enaltecer uma expressão de

Pascal:

a caça conta tanto, senão mais, do que a presa, e existe uma felicidade da ação que supera os ganhos patentes, salários, preço, recompensa, e que consiste no fato de sair da indiferença (ou da depressão), de estar ocupado, envolvido com metas, e de sentir dotado, objetivamente, logo subjetivamente de uma missão social. Ser esperado, solicitado [...] (BOURDIEU, 2007, p. 294).

Em outra entrevista, procurei alcançar mais detalhes sobre como a apropriação desta prática se desencadeia, e a respeito disso, ouvi a experiência de como se processa o autoaprendizado da prática do golfe no Frade:

Para mim aprender praticamente ralei bastante, porque, igual você viu nosso torneio aí, de *caddie*. Porque quando agente chegou aqui no golfe, na época tinha uns caras mais antigos. Os *caddies* mais antigos, aí a gente fazia o que? A gente trabalha de *caddie* pros *caddies*, eu trabalhava pra eles, entendeu? A gente pegava a bolsa pra eles no torneio deles, no joguinho valendo deles. Nisso eles falavam assim: “Vocês vão seguindo agente que vocês vão aprendendo aos poucos, entendeu? Daqui alguns anos vocês vão estar jogando e vai ter gente pra pegar a bolsa de vocês” e eu falei “Vamos embora!” Não pode mostrar preguiça. Eu comecei assim, olhando o pessoal, porque *caddie* aprende a jogar golfe olhando os outros jogar. Porque você não vai ter dinheiro para pagar uma aula de golfe, nunca. Pode acontecer um dia que você pode ter algumas instruções. Eu já tive também do professor aqui, então eu aprendi assim, olhando o pessoal, na curiosidade fui aprendendo e tal, entendeu? Não sou um fera no golfe, mas eu dou minhas tacadinhas. De vez em quando dou minhas tacadas pra divertir um pouco aí (Entrevistado n.7, em 04/02/2010, morador local pós-década de 1970, praticante do golfe).

De modo geral, tanto o Entrevistado n. 9 quanto o n. 7 demonstram que as experiências dos moradores locais no espaço social do campo de golfe do Condomínio Porto Frade possibilitam uma apropriação da prática do golfe, embora, o ponto passível de destaque nestas falas, seja a tomada de consciência desses moradores locais sobre a maneira como eles identificam tal prática. Implícito em ambos os diálogos dos entrevistados n. 9 e n. 7, há um reconhecimento de que o golfe expressa um princípio de divisão de classe, um senso de posicionamento, colocando esta prática como pertencente a uma classe socioeconômica privilegiada. No entanto, o golfe, tal qual descrito pelos moradores locais, pressupõe outra tomada de consciência: a ruptura com uma ideia arbitrária sustentada por uma crença instituída *metiê* do golfe, que, por sua vez, legitima esta prática como própria de uma classe privilegiada no sentido econômico e sociocultural.

Nesses termos, um texto em particular de Bourdieu (2007b) “A aversão pelo

fácil”, cuja abordagem gira em torno do tema da distinção, ou para ser mais precisa, “sobre a existência de uma luta simbólica pela produção do senso comum” (BOURDIEU, 2000, p. 146), me apontou alguns caminhos de análise da fala deste Entrevistado:

Eu pegava as bolsas deles, dos caras, olhava onde pegava no taco, no *grip* do taco, na curiosidade começava a bater na bolinha. No começo era uma tristeza danada porque agente não acerta quase nada. Aí depois vai pegando gosto porque vai conseguindo bater nas bolinhas, vai acertando e vai pegando gosto, ai agente vai dedica um pouco mais e aprende, entendeu, num é difícil. Tem que dedicar né. **Num é bicho de sete cabeças não, é coisa fácil** (grifo meu). É coisa que agente põe na nossa cabeça (leia-se difícil mas é coisa fácil. [...]) **Bom, porque olha só, agente pega o gosto não? É igual futebol, eu acho que nem o futebol, você vai jogando de moleque, vai, aprende e gosta, a mesma coisa eu acho o golfe, entendeu? Você vai indo, pratica, vai gosta do jogo entendeu?** (grifo meu). Às vezes você pode ter até chance de às vezes ter algum assessor, algumas pessoas que vem aqui e ver que você joga *legalzinho* e tal e te dar oportunidade de você jogar até fora do Brasil, entendeu? Você disputar um torneio fora, em outra área no Rio, São Paulo (Entrevistado n.8, em 04/02/2010, morador local pós-década de 1970, praticante do golfe, grifo meu).

A explicação deste Entrevistado permite-me pensar sobre a prática do golfe posicionada no mesmo patamar da linguagem estética que, de acordo com Bourdieu (2007b, p. 449) encontra-se “confinada em uma rejeição do princípio do fácil”. Esta reflexão surgiu quando percebi que na fala do Entrevistado estava implícito duas ideias envoltas da questão da distinção da sensibilidade e do gosto. Uma, que reconhecia o golfe como “um bicho de sete cabeças”, isto é, uma forma de classificar algo como complexo, difícil ou ainda próprio de uma classe detentora de conhecimentos e habilidades que são legítimas de uma minoria. Na comparação a respeito da apropriação que as classes populares fazem em relação ao futebol, mas de forma equivalente ao golfe, notei na fala do Entrevistado n. 8, a busca por um argumento que desse suporte a sua intenção de realçar que o ‘fácil’ também é próprio do golfe, ou seja, uma prática cuja fruição independe da classe a qual se pertence (destacada acima em negrito).

A circunstância exposta na entrevista tem relação com o segundo eixo de análise, que aqui pretendo discorrer, a apropriação do golfe. Para além do gesto técnico ou da fruição da própria prática, os moradores locais incorporaram a seguinte ideia: o golfe coloca ao alcance deles o conhecimento da “etiqueta não só do golfe, mas fora do golfe” (Entrevistado n. 9, em 16/02/2010, morador local pós-década de 1970, praticante do golfe). A fala do Entrevistado n. 9 me levou a buscar subsídios no trabalho de Veblen (1980), tendo em vista, sua relevante discussão intitulada *consumo conspícuo*, destacando inclusive, nesta mesma vertente, o

significado da *etiqueta*. Esta, por sua vez, pode ser entendida como uma prática que legitima as práticas de um livre consumo da espécie correta de bens, desde que, a prática de consumir tais bens, esteja interligada ao ato de consumir de acordo com um padrão específico, implicando assim, na utilização de um protocolo construído a partir de uma convenção com os interesses de determinada classe.

Nesses termos, faz total sentido pensar que agir com etiqueta tem ressonância com que Veblen (1980, p. 49), classifica como “uma convenção social imperativa”, e tratando-se especificamente da prática do golfe, tal condição atrele atrelada à exigência de determinados padrões de agir durante e após a prática. Dessa forma, terminantemente, faz parte da “*etiqueta do golfe*” o uso da camisa polo, de tênis apropriado para o tipo de gramado do campo, o tom de voz não exacerbado entre os grupos que se comunicam durante a partida, o uso de todas as terminologias na língua inglesa relacionadas a regras e equipamentos, enfim, na prática do golfe está imbricado todo um comedimento ou um refinamento ligado “a burguesia culta”, que enaltece o “gosto pela reflexão” e tem aversão pelo “gosto dos sentidos” (BOURDIEU, 2002, p. 452).

Valendo-me desta reflexão, a intenção aqui é entender qual é o princípio gerador que torna os moradores locais, jogadores de golfe, dentro do que eu chamaria de uma escala de classificação diferenciada de outros moradores locais, ou melhor, dizendo, com um trânsito livre no espaço físico-estrutural e social do Condomínio Porto Frade. É exatamente neste ponto que a noção de capital simbólico de Bourdieu contribui para uma análise acerca desta realidade da prática do golfe no Frade. Isso significa dizer que a aparente troca via trabalho e capital econômico entre morador local e residente secundário geradora do “dinheirinho” (Entrevistado n. 6, em 04/02/2010, morador local pós-década de 1970, praticante do golfe), obtido do golfe, lugar onde “todo mundo pode ganhar um dinheiro” (Entrevistado n. 8, em 16/02/2010, morador local década de 1970 em diante praticantes do golfe), não é suficiente para explicar as interações que expus até aqui.

A perspectiva da realidade apresentada envolve um balanço de forças entre capital econômico, cultural e social, todos, “manifestações do reconhecimento social” que propiciam *visibility* (BOURDIEU, 2007, p. 295) aos moradores locais jogadores de golfe, implicando assim na produção de um mecanismo de transformação nas relações sociais próprias entre Vila e Condomínio Porto Frade. É com este capital simbólico que o morador local jogador de golfe é solicitado e convidado, por exemplo, “a jogar em outros condomínios, convidam você

a jogar em outros clubes” (Entrevistado n. 9, em 16/02/2010, morador local pós-década de 1970, praticante do golfe).

Nessa dimensão de trocas simbólicas, é mediante ao conhecimento do golfe adquirido ao longo dos anos, isto é, a partir da apropriação desta prática de lazer, que eles estreitam relações sociais com os residentes secundários, dirigentes do Condomínio Porto Frade e com outras instituições, relações estas que resultam na facilitação do acesso a áreas de lazer sediadas pelo Condomínio. Trago aqui duas passagens das entrevistas que demonstram de forma pontual o domínio do conhecimento que morador local jogador de golfe detém, e que, por sua vez assegura a sua entrada numa rede de relações que os beneficiam. Acrescento que nestas passagens dois elementos sobressaem: a postura adotada por este morador local perante o residente secundário em campo e o conhecimento técnico da prática do golfe. Segundo o entrevistado n. 6,

O jogo de golfe como dizem tem que vir relaxado, jogar o golfe tranquilo [...] Mas é o seguinte, eu faço a minha parte, a gente que tem experiência no golfe não pode se **intimidar** (grifo meu) com certas pessoas entendeu? [...] Tem pessoas que já vem com a cara fechada e se você se **intimidar** (grifo meu) com aquilo o seu trabalho não sai também. Você não vai conseguir ajudar aquela pessoa no caso (Entrevistado n. 7, em 04/02/2010, morador local pós-década de 1970, praticante do golfe).

Num outro momento da entrevista, o mesmo morador local enfatiza:

Eu conheço o campo, o senhor não é daquela área, eu conheço o campo para as instruções necessárias, os obstáculos eu vou ensinar ao senhor”, entendeu? Os tacos, se o senhor estiver em duvida e o senhor perguntar eu vou tentar ver o máximo em acertar”, entendeu? Então eu sempre falo com ele “fica calmo” (Entrevistado n. 7, em 04/02/2010, morador local pós-década de 1970, praticante do golfe).

A relevância do conhecimento mencionado acima pelo morador local é não somente reconhecida, como também é confirmada por um residente secundário jogador de golfe neste trecho de uma entrevista: “é lógico você saindo sempre com uma pessoa, a pessoa sabe seu costume, a distância que você bate com o tal taco, sabe? Ele te orienta se troca ideia não?” (Entrevistado n. 17, em 14/02/2010, residente secundário envolvido com práticas náuticas e golfe). Outro residente secundário também realça que

Tem *caddie* que é bom pode te dar um dica, observa um erro que você ta cometendo [...] ele pode como eu disse pra você, ele pode te orientar dar uma dica dada à experiência, porque alguns têm experiências outros não, entendeu, alguns

sabem transmitir sabem observar outro não é como se fosse um técnico (Entrevistado n. 16, em 14/02/2010, residente secundário envolvido com praticas náuticas e golfe).

A fala do referido entrevistado e o reconhecimento dos residentes secundários estão não somente relacionados ao conhecimento de que o morador local *caddie* que faz o diferencial no jogo é dotado. De maneira equivalente, está implícito neste interagir desde a postura (ativa) ao olhar (de maneira concentrada cara a cara com o residente secundário), a linguagem (própria dos grupos envolvidos com golfe), enfim, a maneira como o morador local na função de *caddie* interage com o residente secundário praticante de golfe. *Não se intimidar*, ou agir sem *intimidação*, pode ser visto como um capital cultural do golfe adquirido num espaço social que apresenta disposições para alterar a força e o poder da relação constituída entre agentes especializados (morador local e residente secundário).

O eixo de análise que me faz enxergar o golfe como um capital social específico reside justamente nas numerosas conexões sociais que esta prática vem sendo capaz de gerar, embora com uma ressalva: a força, ou o poder, deste capital social acumulado pelos moradores locais por meio da prática do golfe apresenta-se, ou ainda, é vista pela associação que as pessoas comumente fazem do morador local (de nome X) que trabalha para o residente secundário (de nome Y) comumente um renomado empresário. Daí decorrem as seguintes expressões: “fulano é peixe de sicrano, ou fulano é filho de sicrano” (Diário de Campo, 20/07/2010). Essa forma de se referir acentua a ligação do morador local com o secundário e com o Condomínio Porto Frade, pelo capital econômico. Todavia, são os efeitos provocados pelas afinidades e estilos de vida (CORADINI, 2010) desses grupos (a prática do golfe) que estreitam este tipo de conexão social. Descrevo no tópico a seguir como a prática da pesca oceânica também se direciona como um capital social específico de moradores locais da Vila.

5.3 A prática da pesca oceânica

Com a finalidade de introduzir o leitor a este tipo de prática de lazer, que aparentemente (se considerarmos o discurso dominante dos grupos que a praticam) em nada se aproxima do fácil ou do que é ‘popular’ (tal qual o golfe, este é o discurso dominante que permeia estas práticas), lancei mão de informações esclarecedoras obtidas diretamente dos

residentes secundários e moradores locais marinheiros durante minhas interações nas dependências do Condomínio Porto Frade:

Entrevistador: O que é a pesca oceânica? Você pode definir? **Residente secundário:** Bom, a pesca oceânica é aquele que pratica a pescaria dos peixes de bico, tipo marlin azul, *selfish*, marlin branco e alguns peixes que esses peixes só vivem na corrente de mar azul, na corrente do Brasil, que é uma corrente que sai lá dos Estados Unidos e desce aqui a costa. A corrente durante o inverno ela se afasta para umas 200 milhas da costa e quando chega outubro, novembro ela começa a encostar e dezembro, janeiro é o mês em que ela está mais próxima, já aconteceu casos de ele entrar, essa corrente, entra dentro de Angra dos Reis. Ela se aproxima tanto, tem tanto vento leste, trás ela bem junto à costa, é muito raro acontecer isso, mas quando acontece, as praias e o mar aqui ficam uma beleza. **Entrevistador:** Quais são os equipamentos necessários? Os equipamentos necessários em pesca são umas carretilhas especiais onde tem um ajuste da pressão da linha, por que por exemplo, o selfish nos pescamos com uma linha bastante fina é uma linha que com 16 ou 20 libras, isso significa aproximadamente de 8 a 10 quilos, ela se rompe e agente pesca peixe de 25, 30, 50 e 60 quilos, muitas vezes, então tem que ter um ajuste na carretilha para que todas as vezes em que o peixe faz uma força superior a mim, dependendo da resistência dessa linha. É, então agente regula ela com 3 quilos mais ou menos e deixo numa força superior a 3 quilos, a linha sai da carretilha e uma luta onde tem que ter a habilidade do pescador, habilidade do marinheiro que esta conduzindo o barco, para que tenha...consiga trazer o peixe para próximo do barco. Tem o marlin azul que é um peixe mais pesado, em que os menores têm por volta de 100 quilos, mas chega até 400, 500 quilos, o recorde mundial está no Brasil, em Vitória no Espírito Santo, 633 quilos, 636 quilos e aqui em Angra, não se tem notícias de um grande marlin azul, mas em Cabo Azul já pegaram diversos marlins azuis acima de 400 quilos, nenhum chegou a 600 (quilos) mas por volta de 500 (quilos) tem uns 4 ou 5 (Entrevistado n.15, em 11/02/2010, residente secundário envolvido com práticas náuticas e golfe). **Entrevistador:** Você pode definir o que é pesca oceânica? E como você chegou até a pesca oceânica? **Morador local:** Bem, a pesca oceânica basicamente são os peixes que são encontrados no oceano, que eu falo não costeiro que são afastados da costa e eu encontrei pelo menos aqui. Me encontrei na pesca oceânica através do meu pai, eu vim trabalhar com meu pai de ajudante com ele, na primeira vez quando eu vim eu até relutei, que eu achava que era uma coisa que era pra maluco devido a forma com que nós pescávamos. A gente ia pra um lugar que não via terra, não via nada. Eu olhava, nossa! Isso não é vida pra mim, mas tudo bem, a primeira vez me causou um impacto (Entrevistado n.6 15/02/2010, morador local, pré-década de 1970, conhecedor de práticas náuticas).

Desde 2 de fevereiro de 2010, quando encontrei os dois garotos pescando na praia do Condomínio e descobri a existência de um pescador famoso (*vide* observação 3, p. 158-159) que tinha um quarto cheio de troféus (Diário de Campo, 03/02/2010), imediatamente me interessei em conhecê-lo. Tratava-se de um morador local praticante da pesca oceânica, uma prática que não era estranha aos meus ouvidos, mas confesso nunca ter imaginado um dia, obter um contato tão próximo com algo que definitivamente se traduz como uma emocionante aventura. A primeira pessoa que contribuiu com informações a respeito deste morador local foi um dos chefes da segurança do Condomínio e desta conversa, registrei a seguinte passagem

em diário de campo:

esse cara realmente é fera, ele é bom no que faz. Ele tem uma moral grande aqui na Vila e no Condomínio. Com esse cara você tem que falar. Só tem um detalhe, você não vai encontrar ele no Condomínio nesta época. Ele está com o fulano (leia-se residente secundário) viajando. Eles estão pescando (Diário de Campo, 05/02/2010).

Identificando a impossibilidade de conversar com este morador local especificamente naquela época, procurei saber com o chefe da segurança se havia outros marinheiros (moradores da Vila) e residentes secundários envolvidos com a prática da pesca oceânica dentro do Condomínio e automaticamente ele forneceu todos os contatos. Não obstante o mês de janeiro significasse para os adeptos desta prática um período bastante intenso, com grandes eventos, direcionados para a pesca em alto mar, tive oportunidade de encontrar grupos que na época estavam no Condomínio. Este é o caso do residente secundário, pessoas com quem estabeleci conversas informais e, posteriormente concedeu-me uma entrevista (Entrevistado n.14). A lancha dele, apropriada para este tipo de pesca foi vendida devido a um incêndio desencadeado por um problema no motor. Outros residentes secundários e conseqüentemente seus marinheiros também estavam no Condomínio por diversos motivos que os impossibilitaram de participar das pescas realizadas naquele momento.

Contudo, considerando que se tratava do meu primeiro contato com este tipo de prática, instigava-me saber se o grau de conexão estabelecido entre residentes secundários e moradores locais marinheiros seguia padrões similares com os quais me deparei no golfe, ou seja, a prática da pesca oceânica também indicava um estreitamento das relações sociais, gerando conseqüentemente capital social aos moradores locais? Esta intenção de certa forma guiou os meus diálogos durante as conversas informais e entrevistas tanto com os marinheiros quanto com os residentes secundários, logo, as experiências que envolveram o golfe, contribuíram bastante no decorrer destas interações.

Nessa perspectiva, penso que devo apontar aqui um elemento crucial comum a ambas as práticas, golfe e pesca oceânica, qual seja o tipo de interação social. A forma de contato e os diálogos estabelecidos entre morador local e os residentes secundários ultrapassam os limites da formalidade, criando uma situação onde ganhar ou perder durante a prática, depende de uma fusão mútua de interesses. A exposição desta ideia está baseada nos diálogos originados das entrevistas que apresento a seguir:

Entrevistador: Você começou a participar da pesca oceânica por uma questão especificamente profissional, mas você colocaria esta prática nos seus momentos de lazer, no seu tempo livre, caso você tivesse poder aquisitivo pra isso? **Morador local:** Sim, com certeza, sem dúvida nenhuma. **Entrevistador:** Mas você aprendeu a prática no trabalho. **Morador local:** Eu aprendi no trabalho, aprendi a gostar, a entender, a mexer com equipamento, então eu gosto de fazer o que eu faço. **Entrevistador:** Essa relação com a pesca oceânica que você diz não ser só de trabalho, se funde no momento que você ta com Sr. X (residente secundário), por exemplo, numa pesca? É Você falou de adrenalina... Você mencionou este termo, esta percepção faz você esquecer um pouco que esta trabalhando? Ah! Eu esqueço, acabo esquecendo. Mesmo porque nós estamos focados na pescaria em si. Nessa hora a gente esquece quem é patrão quem é empregado é se ele tem mais dinheiro do que eu. Isso tudo esquece, apaga. O momento é de se fazer o melhor possível, trabalhar de uma melhor forma possível durante a etapa de pesca, tentar fazer nosso melhor e a gente até esquece esse vínculo patrão empregado, porque é pura adrenalina. **Entrevistador:** Você consegue lembrar de uma pesca que você tenha participado com Sr. X (residente secundário) marcante pra vocês e ele? **Morador local:** Eu lembro de uma pescaria que a gente saiu, que a gente tava com uma equipe bastante limitada, se eu não me engano era uma quinta-feira, a gente durante o campeonato, a gente tava no meio pra baixo, aí nós começamos uma etapa. A gente tinha um barco paulista no estado do Rio de Janeiro. O restante da equipe, na quinta-feira não dava pra ir, e estávamos com outro rapaz que ele era o meu encarregado dois pescadores. Até o meio-dia, nós estávamos liderando o torneio no Rio de Janeiro, no estado carioca, a equipe pela metade a gente numa baita adrenalina já tinha pego uns três ou quatro peixes de bico. Lideramos esta etapa até umas duas, três horas da tarde. Eu lembro que se tivesse mais gente com a gente, nós poderíamos ter dado muito mais e a gente poderia ter chegado muito mais longe do que a gente já tinha chego até hoje (Entrevistado n. 6, em 15/02/2010, morador local, pré-década de 1970, conhecedor de praticas náuticas).

A fala do Entrevistado n. 6 levou-me a questionar sobre o assunto anterior ao residente secundário n.15 (pessoa para quem o entrevistado n. 6 trabalha):

Entrevistador: Como o seu prestador de serviços, marinheiro, e o senhor se mantêm nessa relação durante a pesca? **Residente secundário:** Olha! eu acho que na hora em que nós estamos lá e quatro pescadores, muitas vezes um fiscal por que como é, a e pesca eu agente faz normalmente o peixe é liberado, então normalmente tem um fiscal à bordo para verificar se foi liberado da forma certa e tudo mais, um marinheiro e um ajudante de marinheiro e muitas vezes algum intruso, alguém que quer só ver como que faz a pesca e aquilo lá se torna uma equipe, até o fiscal que é um adversário, é uma pessoa que muitas vezes não é neutra, ela faz parte de uma outra equipe, que foi mandada por outra equipe para fiscalizar a nossa pesca mas fica numa torcida só, apesar de geralmente esses fiscais, muitas vezes eles nem necessitam do que eles ganham para sair, então eles saem por amizade da outra equipe, mas chega no barco eles começam a torcer para que consiga liberar o peixe, consiga encontrar o peixe, consiga fazer a pesca. **Então se torna uma família** (grifo meu). No momento em que começam desavenças é melhor a equipe se desfazer e formar outra. Porque num basta, na pesca, ter boas pessoas com inimidade dentro do barco, certo? Existe muita xingação, muito palavrão, muita... **Entrevistador:** Adrenalina não é? **Residente secundário:** Muita ofensa, mas isso fica restrito ao momento da pesca, ao momento em que o peixe está na linha. Além disso, **existe muita brincadeira e muita gozação também, mas é tudo relativo ao momento** (grifo meu), terminou a

pescaria ninguém sai ofendido, ninguém magoado, nada disso, porque quando a pessoa sai magoada ela não volta de novo (Entrevistado n. 15, em 11/02/2010, residente secundário envolvido com práticas náuticas e golfe).

Apesar dos registros mostrados anteriormente percorrerem minhas reflexões desde a primeira etapa de observações e entrevistas desta pesquisa, somente no ano de 2011, após ter finalmente encontrado o famoso morador local marinho possuidor de inúmeros troféus e o residente secundário para quem ele trabalhava, tive a oportunidade de analisar as falas dos entrevistados n. 6 e n.15. Dessa forma, as circunstâncias com as quais interagi, na quarta etapa da pesquisa, contribuíram para eu refletir que tanto no meu questionamento quanto nas respostas dos entrevistados configurava-se como um produto de “esquemas de percepção, apreciação e ação” (BOURDIEU, 2007, p. 168), possibilitando-nos operacionalizar atos de conhecimento prático.

Refiro-me especificamente à dicotomia lazer e trabalho, constituída tendenciosamente no bojo do contexto histórico mundial, em face das reivindicações trabalhistas visando atender á distribuição social do tempo e que, igualmente, aparece nas estruturas cognitivas dos agentes, se observarmos detalhadamente as descrições que apontei. Isso significa dizer que tal dicotomia parece estar fundamentada num arbitrário histórico constituído das discussões que permeiam este tema.

Tal dicotomia aplica-se à fala do Entrevistado n.15, residente secundário praticante da pesca oceânica ao pontuar que “existe muita brincadeira e muita gozação também, mas é tudo relativo ao momento” (Entrevistado n.15, em 11/02/2010, residente secundário envolvido com praticas náutico e golfe), ou seja, naquele momento em que a prática da pesca ocorre. Ora, esta afirmação do Entrevistado requer uma pergunta: o que se acumula, ou o que afeta as relações sociais das pessoas que convivem constantemente durante a pesca? O compartilhar da adrenalina (mencionada pelo Entrevistado n. 6) afeta o limiar de percepção que posiciona o morador local marinho, empregado do residente secundário num espaço social, cujas relações estão marcadas somente pela troca material?

Esta realidade, que explicita a divisão entre trabalho e lazer originada do histórico social também está refletida intramuros acadêmicos, se observarmos atentamente que as pesquisas envoltas deste tema seguem um modelo analítico sociológico, fundamentado nas correntes teóricas marxistas e culturais. Sob a influência

destas vertentes, o lazer frequentemente é definido de forma reativa ou negativa em relação ao trabalho, discussão esta abordada de maneira clara na investigação de (*Moorhouse Models of work, models of leisure*, 1989, p. 17). Esta é uma das preocupações mais estreitas pelas quais os estudos do lazer foram legitimados, se considerarmos que a linha limítrofe entre trabalho, não trabalho e lazer é muito fluida. Rojek (2000) compartilha da mesma ideia, e acrescenta que a base desta vertente se ancora no funcionalismo, que, por sua vez teve seu início com o conceito de liberdade individual e com a atribuição da escolha da praticas de lazer como algo determinado pelo individuo. [...] o objetivo da política pública era maximizar a liberdade e a escolha permitidas ao individuo enquanto se mantinha a ordem social e política (p. 104)⁸⁶

Para Gutierrez (2001), em sua obra *Lazer e prazer: questões metodológicas e alternativas políticas*, esta tentativa de definição do objeto lazer (comumente seguida por pesquisadores), “traz no seu interior a marca da Revolução Industrial e de uma sociologia que privilegia a dimensão do trabalho. Isso limita as possibilidades de análise e gera uma série de tensões internas, ou até mesmo contradições, na sua aplicação a realidade concreta atual” (p. 5). Esta preocupação em avançar nas discussões do lazer para além das correntes marxistas foi a fonte de inspiração de Rojek na obra *Decentring Leisure: Rethinking Leisure Theory* (1995).

Para Rojek:

O livro traz um forte assunto com a proposição frequentemente encontrada nos estudos da literatura em que a satisfação da vida, a fuga, a escolha e a liberdade podem ser centradas no lazer. Por isso, eu uso o termo descentralizar no titulo. Eu uso o termo em dois sentidos distintos. O primeiro, eu sugiro que ao invés de entender o lazer em detalhes nos poderíamos começar não pelo nosso objeto central, mas pelo contexto de como ele se vem a ser um objeto, um assunto, um problema, ou algo similar. Para mim o objeto do lazer esta submetido a cultura.[...] Segundo, eu quero chamar atenção pelo fato de que especificas culturas se focam em significados específicos do lazer. Submetido ao capitalismo e a modernidade existe uma forte tendência em associar o lazer com uma ‘experiência real’, que permite sair do confinamento, escapar e libertar-se. [...] a identificação da modernidade com a fuga, o prazer e o relaxamento e o lazer foi simplesmente outro tipo de regulação moral, com o resultado de que submetido a

⁸⁶ *Functionalism in leisure studies began with the concept of the free individual, and attributed choice in leisure practice to individual determination. [...] The object of policy was to maximize the freedom and choices available to individual determination.*

modernidade nunca teremos certeza de que estamos livres o suficiente ou longe o suficiente do que desejamos escapar por meio das atividades de lazer (p. 1-2, tradução minha).

Entretanto, analisando o argumento de Rojek, apesar do seu esforço em alavancar uma discussão do campo de investigação do lazer a partir de um objeto de estudo comumente evocado por pesquisadores da área (em face de sua relevância para as ciências sociais), qual seja, “a cultura” (MICELI, 2007), vejo que esta perspectiva não resolve a influência das correntes teóricas do estruturo-funcionalismo, ou do estruturalismo marxista, tanto do ponto de vista teórico como da intervenção. De modo geral, os estudos culturais tomam o conjunto de ideias e símbolos que geralmente são classificados com base na estrutura social. Na antropologia cultural, a análise da cultura procede de três níveis: da compreensão dos padrões de comportamento de uma sociedade específica; dos aspectos da cultura que age por trás dos níveis de consciência (por exemplo, a profundidade do nível de gramática e sintaxe na linguagem originada da fala dos nativos; e dos padrões de pensamento e percepção. A análise destes níveis transita entre duas perspectivas. Uma, advinda da perspectiva estruturo-funcional, em que o indivíduo se torna uma mera cesta recebendo regulamentos sociais ou um receptáculo dos fatos sociais. Outra, mediadora, ou seja, retém aspectos da primeira, embora, não considere o indivíduo apenas um mero reprodutor da sociedade, mas alguém com uma consistente simbolização própria que orienta suas atividades. Isso significa dizer que o indivíduo pode adquirir conhecimento do seu engajamento social, mas não é dependente dele (COHEN, 2007).

Dessa forma, se pela dimensão da cultura o lazer, ou melhor dizendo, as práticas de lazer se inserem nos “sistemas simbólicos, como a arte, o mito, a linguagem etc. – em sua qualidade de instrumento de comunicação e conhecimento responsável pela forma nodal de consenso, qual seja, o acordo quanto ao significado do mundo” (MICELI, 2007, p. 7). Pela dimensão do marxismo, temos o lazer como objeto da cultura compondo sistemas simbólicos, embora estes sejam considerados como “instrumentos de poder, isto é, de legitimação da ordem vigente” (MICELI, 2007). Evidentemente que estes enfoques teóricos, marxista e cultural, dominantes nas discussões do lazer, propiciam uma interpretação diferenciada do objeto lazer. Todavia, ambos, dotados de ideias do estruturo-funcionalismo, refletem na maneira como as práticas de lazer, são concebidas socialmente, isto é, uma ferramenta para aquisição de algum benefício.

Harris (2005), em um texto elaborado especificamente sobre o caráter

funcionalista do lazer intitulado *functionalism* (funcionalismo), vê a importância de direcionarmos nossa atenção as políticas utilitaristas do lazer, sustentadas teoricamente por padrões diferenciados de funcionalismo. Dentre os diversos impactos dessas ideias nas ciências sociais (Durkheim, Radcliffe-Brown, Merton), o autor realça para o caso do lazer, a influência Norte Americana da sociologia de Parsons. Esse trabalho, desenvolvido com o intuito de classificar diferentes formas de atividades baseadas em quatro categorias⁸⁷, provavelmente é o que fundamenta Marcellino (2006), ao tratar do lazer funcionalista. Ainda que o autor não aponte qualquer tipo de alusão a respeito das correntes teóricas funcionalistas, o mesmo estabelece uma subdivisão do lazer seguindo este viés, que vem servindo de referência a outros trabalhos de autores Brasileiros do lazer⁸⁸. Num texto intitulado *valores: manutenção e mudança*, o autor aponta quatro tipos de lazer funcionalistas, o compensatório, o romântico, o moralista e o utilitário. Trata-se de uma dimensão do lazer “altamente conservadora, que busca a paz social e a manutenção da ordem, instrumentalizando o lazer como recurso para o ajustamento das pessoas a uma sociedade supostamente harmoniosa, ou o fator que ajuda a suportar a disciplina e as imposições sociais [...]” (p. 48).

Essa perspectiva funcional de Parsons é visível em programas de governo que investem no lazer com o objetivo de alcançar propósitos sociais e neste contexto inclui-se um elemento passível de ser analisado, no qual prevalece o sentido de manutenção da estabilidade social. Trata-se das *ações sociais* (no sentido da teoria da ação racional) ligadas ao capital social: associativismo, engajamento, redes de relações, participação, voluntariado, cooperação, em suma, palavras que de acordo com Gohn (2003), são tratadas no meio acadêmico como conceitos, empenhas voltadas às ações que visam melhorar as condições de vida de um determinado grupo.

Pedlar e Haworth (2006), ao investigarem as ligações do lazer valendo-se do conceito de *comunidade*, lamentam que as diversas investigações com finalidade de analisar a conexão entre política e lazer, particularmente em comunidades, têm desenvolvido atividades que

⁸⁷ 1) A adaptação ao ambiente físico; 2) os objetivos a serem atingidos, ou seja, uma organização dos recursos; 3) e a integração são as formas de organização interna e os meios de lidar com as diferenças; 4) a latência ou padrões de manutenção significa o alcance da estabilidade. Nestes quatro sistemas, que Parsons chama de *sistema geral de ação*, englobando o campo da cultura, do social, da personalidade e do biológico, um pré-requisito funcional que similarmente ocorre no sistema social a partir de *quatro subsistemas* em ordem hierárquica: 1) o sistema de socialização (padrões de manutenção); 2) Comunidade social ou instituições sociais de controle (integração); 3) o sistema político (objetivos a serem atingidos); e 4) sistema econômico (adaptação).

⁸⁸ Mascarenhas (2003) se vale do trabalho de Marcelino para traçar um panorama dos usos do lazer visando ao equilíbrio social e à formação moral do indivíduo.

não servem aos propósitos públicos e às necessidades sociais. De acordo com os autores:

É mais otimista refletir que podemos entrar numa idade em que cidadãos aumentem a consciência a respeito da relevância de se organizarem, da importância de conhecer e ter habilidade para agir com conhecimento interessado em assegurar os serviços públicos. Por exemplo, a pressão da globalização pode ser resistida colocando pessoas em contato na perspectiva do *lazer civil* (PEDLAR; HAWORTH, 2006, p. 530, tradução minha).

Trazendo implicitamente a dimensão do capital social, o lazer aparece com a função de amenizar as pressões advindas das mudanças sociais e, ao mesmo tempo, facilitar o contato entre as pessoas, embora visando que esta interação seja relacionada diretamente com a esfera do Governo. Em linha com Blackshaw e Long (2005), penso que o lazer, em suas diversas formas (esporte, arte ou atividades sociais), não tem valor porque cria empregos, gera serviços, ou melhora a saúde, e sim porque, “coloca diferentes pessoas em contato” (p. 244).

Diante do exposto, cabe aqui apresentar, o registro em diário de campo e as entrevistas realizadas na quarta etapa desta pesquisa, que a meu ver, reforçam a linha de análise que me faz enxergar a prática de lazer como um capital social, específico no caso do bairro Frade:

Desde abril de 2012, quando retornei ao bairro Frade visando iniciar a quarta etapa das observações e entrevistas, agendei em caráter especial um contato com o famoso morador local ganhador de inúmeros troféus em pesca oceânica. Este esperado encontro ocorreu pela primeira vez no dia 17 de maio, quando ouvi de diversos seguranças do Condomínio pela manhã a seguinte frase: “ele tem dado entrada no Condomínio todos os dias. Esta ficando direto na casa de X, mas é melhor você encontrar ele na parte da tarde (residente secundário). Então, por volta de 15 horas, me dirigi ao setor de segurança novamente, e perguntei se um dos carros que circulam 24 horas pelo Condomínio, poderia me conduzir até a casa em que o morador local se encontrava. Imediatamente o setor se prontificou em me ajudar. Chegando a um dos subcondomínios do Condomínio Porto Frade cuja estrutura das casas abrange um canal para entrada de barcos, o motorista do carro perguntou a uma pessoa que estava nas imediações sobre o tal morador local. Ouvimos que ele havia acabado de entrar na casa com outra turma de moradores locais. Em seguida fomos advertidos, que era pra gente entrar direto pelo quintal da casa porque provavelmente ele estava no barco e não ouviria o nosso chamado. Ao adentrar a casa do residente secundário, em primeira mão vi o canal e uma lancha imensa ancorada, e comecei a chamar o nome do morador local. Então me dei conta de que um som de um motor vinha da mesma direção da lancha. Ao me aproximar vi um bote com cinco homens e um deles era o morador local. Olhando para aquele grupo, perguntei quem era o fulano e automaticamente ele se identificou, de maneira muito simpática. Apresentei-me falando que se tratava de uma pesquisa e o quanto era difícil encontrá-lo. De maneira muito receptiva, com um grande sorriso, ele assentiu e disse que viaja muito com o Sr. X (residente secundário). Aproveitei para perguntar qual a possibilidade de conversar com ele e o Sr. X a respeito de informações sobre a prática da pesca oceânica. Ele se colocou a disposição para conversar comigo no dia seguinte as 10

horas. Os homens, moradores locais que estava com ele no bote, olhavam com muita atenção a conversa, e antes de darem a partida no bote, surpreendentemente um deles me perguntou se eu não gostaria de ir pescar com eles. Imediatamente, respondi que sim, mas que de fato, eu não conseguia visualizar onde eu me encaixaria no bote, não tinha lugar para mais ninguém. Os homens riram e percebi que um clima descontraído se instalou naquele momento. Eu tinha plena impressão de que aquelas pessoas me renderiam posteriormente experiências relevantes para pesquisa. Despedindo-me do grupo, reafirmei ao morador local marinho minha presença pela manhã exatamente naquela casa (Diário de Campo, 16/05/2012).

Deste primeiro contato, uma situação era notória. O residente secundário não se encontrava na casa naquele momento e ao que tudo indicava o morador local marinho tinha pleno acesso às dependências da casa, assim como, seus amigos. No dia seguinte, 17 de maio de 2012, conforme acordado, fui ao encontro do morador local marinho visando uma conversa informal a respeito de como ele e o residente secundário lidavam com a prática da pesca oceânica.

Entretanto, diferentemente das entrevistas concedidas na primeira etapa da pesquisa, os diálogos estabelecidos com este morador local marinho e, posteriormente, com o residente secundário (pessoa para quem ele prestava serviços), foi permeado por uma situação em especial: a possibilidade que eu tive de obter contato com os equipamentos utilizados na pesca oceânica. Estes, por sua vez, permitiram que eu explorasse com mais profundidade o universo desta prática compartilhada por eles, mas da mesma forma, enxergar os desmembramentos desta experiência, conforme o seguinte registro de diário de campo:

Quando cheguei pela manhã precisamente as 10 horas para conversar com o morador local marinho, famoso pescador, que compõem a equipe de pesca oceânica chamada *tarpon* (nome da lancha utilizada para as saídas em alto mar), fui em direção a área externa da casa onde se localiza o canal que ancora barcos. Ao me deparar com algumas pessoas no local, acenei a minha chegada dando bom dia. Vi também, que aquelas pessoas estavam comprometidas com a manutenção daquela área, especificamente quatro homens. Uns cortavam grama, outros cuidavam da limpeza da área, e neste grupo estava o morador local marinho que identifiquei de dentro da lancha, que eu havia chegado. A simpatia dele era algo que realmente impacta. A partir daí comecei a entender um dos motivos que o torna uma pessoa tão conhecida e bem falada na Vila e no Condomínio Porto Frade. Ele me convidou para sentar a uma mesa de madeira extensa, retangular. Iniciei a conversa explicando um pouco a respeito da pesquisa que eu estava desenvolvendo. Em paralelo, notei que apesar dos outros homens estarem desempenhando suas funções naquela área, eles se mostraram instigados a respeito do que estava acontecendo, ou sobre o que estávamos falando. Isto se fez mais claro ainda, no momento em que o marinho me conduziu a uma sala da casa específica para guardar os equipamentos, chamou um deles para ajudá-lo. De imediato o homem se prontificou em contribuir, mas todos os

outros se aproximaram para prestar atenção no que estava acontecendo, enfim, a atenção de todos mostrou-se concentrada no diálogo entre eu e marinheiro. Na sala de equipamentos vi que se tratava dos mesmos mencionados pelo residente secundário Entrevistado n.15. Com a permissão do morador local marinheiro, fotografei os equipamentos essenciais, que naquela sala estavam guardados, comumente utilizados para a fruição desta prática (Diário de Campo, 17/05/2012).



Figura 21: A primeira foto à esquerda é de carretilhas especiais (suportam de 16 a 130 libras) devido à sua capacidade de ajuste de pressão feita na linha. Os valores giram entre 1.000 e 1.500 dólares; ao lado, temos varas próprias para a pesca oceânica; a foto mais central é de linhas variadas, que em conjunto com a carretilha suportam peixes de 10 a 500 quilos; a foto à extrema direita é de iscas artificiais. Seus valores variam entre 60 e 120 dólares por unidade. Os praticantes desta pesca vão formando ao longo dos anos coleção de iscas artificiais

Esse primeiro diálogo com o marinheiro descrito na passagem acima, durou cerca de 1 hora e 30 minutos, tempo este, insuficiente para eu alcançar informações relativas às interações sociais que ocorrem no processo que envolve a pesca em si, ou seja, o que ocorre no barco? Ou valendo-me de um termo utilizado pelo entrevistado n. 6, o que ocorre no momento da “adrenalina”? Ainda que os entrevistados praticantes deste tipo de pesca tivessem me dado uma pista dessas tais interações na primeira etapa da pesquisa, eu percebia uma chance de aprofundar muito mais este tema. Diante da experiência vivida naquela manhã, principalmente considerando a abertura para dialogar, perguntei ao marinheiro e aos funcionários qual seria possibilidade de gravar uma conversa com explicações sobre a operacionalização de uma embarcação própria para este tipo de prática e o que acontece durante a pesca.

De imediato, o morador local marinheiro se prontificou e marcou nosso encontro para o dia seguinte. Nesse ensejo, também perguntei, como eu faria para conversar com o residente secundário, com quem ele compartilhava a pesca. Naquele exato momento, tentando negociar a possibilidade desses outros encontros para apreender informações mais detalhadas daquela prática, percebi que um canal de reflexão valioso se abria para a pesquisa. Essa

percepção foi desencadeada quando atentei para o fato de que havia um empenho no morador local marinho em relatar, explicar ou contribuir com informações, que fundia-se com meu interesse em conhecer o assunto. Aquele contato e a possibilidade dele expor a apropriação de uma prática incomum o destacava, ou o colocava, num posicionamento completamente diferenciado de todos os outros moradores locais e funcionários que estavam ali naquele dia.

Nesse sentido, aquele morador local marinho famoso, demonstrava autoridade, não só para discorrer a respeito da prática da pesca oceânica, como também, para colocar outras pessoas em contato com este tipo de prática (e eu me via parte desta situação). Dessa forma, tais quais os moradores locais jogadores de golfe, não me restava dúvidas de que o morador local marinho era parte de uma rede de relações, devido à apropriação do conhecimento da prática adquirido ao longo do tempo e de forma equivalente, ele detinha o poder de expandir ou fechar a entrada de pessoas nesta rede. Isso me ocorreu, quando identifiquei que aqueles funcionários que estiveram ao redor das nossas conversas também praticavam a pesca oceânica, via convite do marinho. Igualmente, o agendamento da entrevista com o residente secundário e o convite para participar de uma pesca oceânica surgiram do morador local marinho, que, por sua vez, me inseriu na rede de relações desta prática. Em outras palavras, eu diria, no bairro Frade, as relações sociais que o morador local estabelece pesam na escolha que se faz de uma prática de lazer. Esta reflexão permitia a mim entender de maneira mais apurada a explicação que o residente secundário, Entrevistado n. 15 em resposta ao questionamento que apresento a seguir:

Entrevistador: Conhece alguém que mesmo não podendo, não tendo poder aquisitivo para bancar a pescar, ele participa da pesca devido ao conhecimento da equipe? **Residente secundário:** Muitos, conheço diversos. Conheço um rapaz que hoje em dia, ele já está mais ou menos aposentado, hoje em dia não, já faz mais ou menos alguns anos que ele está aposentado, onde o bico dele era concertar varas e carretilhas e ele teve um patrão que gostava muito da pesca e começou a levar ele nas pescarias. **Entrevistador:** Ele era marinho? **Residente secundário:** Não, não era marinho. Ele trabalhava na indústria do patrão e lá ele pegou gosto pela coisa, e é um dos caras que mais sabe fazer nós no Brasil. Ele entende todo tipo de nós. O antigo patrão há algum tempo parou de pescar, mas ele é sempre convidado por equipes para ir e tem alguns que pescam quase que profissionalmente principalmente no Rio de Janeiro. **Entrevistador:** Isso pode ocorrer com um marinho? Pode, pode. **Principalmente no Rio de Janeiro. O Rio de Janeiro é um lugar em que a pesca é um competição que parece o campeonato brasileiro de futebol** (grifo meu), e quando sabe que tem algum marinho bom que consegue localizar o peixe. Tinha até uma história de um marinho que ele conseguiu colocar o peixe na vara do pescador que ele queria. Ele manobrava o barco de uma tal forma... Eu não sei se isso é lenda ou se é uma verdade. Naquela época eu não participava nas pescas do Rio

de Janeiro. É o que se ouve falar (Entrevistado n.15, em 11/02/2010, residente secundário envolvido com práticas náuticas e golfe).

Interessante observar que o recurso utilizado pelo residente secundário aproximando a prática da pesca oceânica, de outra legitimada como popular, neste caso, o futebol, remete a tentativa do morador local praticante do golfe, descrita no tópico anterior. Ao analisar as duas circunstâncias, a do golfe e a da pesca oceânica, vejo que quando estes agentes destacam as referidas práticas, consagradas como elitistas e a comparam com o futebol, há implícito um componente simbólico que diz: apesar destas práticas expressarem uma aparente divisão de classes no sentido socioeconômico, há esquemas mútuos de conhecimento e reconhecimento que atenuam tal divisão. As interações que descreverei a seguir, por meio de entrevistas com o morador local marinho e com o residente secundário, expressam não só a apropriação de tais esquemas, mas as trocas materiais e simbólicas estabelecidas entre ambos.

5.4 A lancha Tarpon e a trainera Paçoca: o acúmulo de capital social

Aos 18 de maio de 2012, às 10 horas, retornei ao encontro com o morador local marinho para a entrevista agendada, e da mesma maneira, eu percebia nele um misto de receptividade e entusiasmo, tendo em vista a função que ele havia se comprometido em exercer, qual seja, aprofundar não só o meu entendimento sobre a operacionalização da pesca oceânica, mas sobretudo, como as interações sociais que ocorrem no barco geram capital social. Vale lembrar que quando pontuo que as circunstâncias que descreverei aqui foram adquiridas no formato de entrevistas, estou me valendo de um diálogo gravado, com permissão do morador local marinho, durante a apresentação da embarcação onde a prática da pesca oceânica é realizada. Ao embarcar no barco, o entrevistado me conduziu direto a área interna do barco mostrando-me o que fazia parte da composição daquele ambiente.

Morador local: Aqui tem televisão, tem rádio, na cozinha aqui tem micro ondas, geladeira Entrevistador: Vocês dormem aí? (morador local, residente secundário e equipe de pesca) Morador local: É. Tem beliche, tem ar condicionado... tem tudo o barco. Entrevistador: Você se sente a vontade no barco? Morador local: Sinto à vontade, conheço o barco todo, não? Entrevistador: Aqui é a sua área de comando? Morador local: Aqui (área interna do comando) e lá em cima também (*vide* Figura 22). É tudo ao gosto do comandante. Entrevistador: a pesca você fica lá em cima? Morador local: É, mas quando a gente viaja eu fico aqui em baixo. A minha cama é aqui. Eu gosto de dormir aqui em cima. Fico aí, ligo o ar condicionado, tranco a

porta, ligo o ar e pronto Entrevistador: Você se sente em casa, no barco? Morador local: Em casa, tranquilo (Entrevistado n. 4, em 18/05/2012, morador local, pré-década de 1970, conhecedor de práticas náuticas).



Figura 22: Áreas de comando do morador local marinho. À direita, cabine de comando interna, e a esquerda, cabine de comando externa

A infraestrutura do barco, descrita acima pelo morador local marinho, justifica-se para suprir o tempo que ele convive com o residente secundário para quem ele trabalha, e com a equipe. Dependendo da pesca programada, que na maioria das vezes, é concentrada em uma época específica (os meses de janeiro e fevereiro, por exemplo), o morador local marinho convive até dois (2) meses no barco com o residente secundário. O diálogo a seguir confirma este tipo de interação:

Morador local: No verão ninguém me acha aqui não. Eu vou pro Rio, Vitória,
Entrevistador: Com ele (residente secundário)? **Morador local:** É. **Entrevistador:** Então você convive direto com ele? **Morador Local:** Direto. Vou para Ilha Bela, pescamos lá também. **Entrevistador:** Você curte? **Morador local:** Eu curto! Quem acha ruim é a minha mulher, não? **Entrevistador:** Ela acha ruim? **Morador local:** Ela acha que fica muito sozinha. **Entrevistador:** Então, sem você na pesca ele não é nada? **Morador local:** Ele não vai, não. Ele não vai. Esse barco aqui, pra tirar daqui é complicado, ele (residente secundário) não sai daqui com esse barco de jeito nenhum (Entrevistado n. 4, em 18/05/2012, morador local, pré-década de 1970, conhecedor de práticas náuticas).

Ao analisar a fala do morador local marinho, observei de antemão que o

conhecimento que ele detinha lhe conferia poder na relação com o residente secundário. Este, por sua vez, atrelava a sua participação na pesca oceânica a operacionalização da embarcação, de inteira responsabilidade do morador local marinho. Tal conhecimento é estendido à operacionalização de equipamentos como GPS, radar, piloto automático, rádio VHF (ver Figura 23), enfim, nas palavras do morador local marinho “se você não entender desses equipamentos, lá no mar você está perdido... você se perde lá. Esse barco tem tudo” (Entrevistado n. 4, em 18/05/2012, morador local nativo, pré-década de 1970, conhecedor de práticas náuticas):



Figura 23: Painéis de controle externos da embarcação tarpon, operados pelo morador local marinho.

Ouvir o morador local marinho a respeito do conhecimento do qual ele se apropriou ao longo de 20 anos (tempo de experiência na prática da pesca oceânica) me permitiria dizer que o seu convívio com o residente secundário (seu patrão), o aproximou de uma cultura de consumo, para além da prática da pesca. Sendo assim, a pesca envolve os momentos compartilhados da refeição, que ora ocorre dentro do barco, ora fora do barco, com pessoas. Nas palavras do morador local marinho “eu convivo mais com essas pessoas (leia-se pessoas de alto poder aquisitivo) inclusive eu almoço com o pessoal, a gente vai pra churrasceria, a gente almoça junto, seu fulano (leia-se residente secundário) sempre me chama pra gente almoçar junto” (Entrevistado n. 4, em 18/05/2012, morador local, pré-década de 1970, conhecedor de práticas náuticas). Todavia, estes momentos apontados pelo entrevistado n. 4, não se resumem apenas ao ato de consumir ou fazer uma refeição, mas sim, na aquisição de um conhecimento prático de bebidas e caras que comumente acompanham o cotidiano dos envolvidos com a

prática da pesca oceânica. Nesse aspecto, assim como no golfe, mais uma vez a categoria “etiqueta” emerge nas circunstâncias que aqui analiso. *A priori*, tal categoria, uma extensão do conhecimento de práticas náuticas específicas (maneiras convencionais estabelecidas pelo grupo de ‘magnatas’, termo usado pelo marinheiro), provoca o olhar diferenciado que o Condomínio Porto Frade direciona a este marinheiro. Esta forma diferenciada de olhar destinada ao marinheiro tem ressonância com a noção de capital social de Bourdieu (1989) entendida como

A agregação de recursos potenciais ou atuais que estão ligadas à posse de uma rede de relações duráveis mais ou menos institucionalizadas de mútuo conhecimento e reconhecimento – em outras palavras, sócios em um grupo – que fornecem para cada membro do grupo de acordo com sua bagagem um capital próprio, coletivo, dando direito a estes a uma credencial nos vários sentidos das palavras⁸⁹

Ao lançar mão desta noção de capital social para a realidade que acabei de apresentar, duas situações identificadas durante as interações com ambos, o morador local marinheiro, e o residente secundário (seu patrão) são passíveis de análise. A primeira é em relação à traineira *paçoca* (ver Figura 24). Na entrevista concedida pelo residente secundário, proprietário da lancha tarpon, surgiu inesperadamente no assunto relacionado aos tipos de pesca que ele apreciava a seguinte informação:

Entrevistador: Sr. fulano, o Sr. ainda curte a pesca amadora? **Residente secundário:** Claro. Sem dúvida quantas vezes a gente sai com a paçoca por aí. **Entrevistador:** Se o senhor tiver que expressar, qual é a diferença deste tipo de pesca realizada com uma traineira, para a pesca oceânica. **Residente secundário:** A distância, não? Essa pesca da paçoca é uma pesca aqui nas redondezas, por pertinho, não? O barco é muito lento, por exemplo. A paçoca anda 8 nós e a *tarpon* anda 30. A velocidade da *tarpon* é mais de 3 vezes a velocidade da paçoca. **Entrevistador:** a paçoca é do sicrano (morador local marinheiro)? **Residente secundário:** É. **Entrevistador:** O Sr. sai na paçoca do sicrano (morador local marinheiro)? **Residente secundário:** Saio. Por que nós temos a paçoca? Por que eu comprei a paçoca? Porque me pai tinha um troço daquele igual, com aquele motor. Então quando criança a gente andava num barco igual ao que tem aí. Eu comprei e dei pra ele (leia-se morador local marinheiro). **Entrevistador:** O Sr. comprou e deu de presente pra o sicrano (morador local marinheiro)? **Residente secundário:** Já tem alguns anos isso (Entrevistado n. 20 em 23/05/2012, residente secundário envolvido com práticas náuticas e golfe).

⁸⁹ *The aggregate of the actual or potential resources which are linked to a possession of a durable network of more or less institutionalized relationships of mutual acquaintance and recognition – or in other words, to membership in a group – which provides each of its members with the backing of the collective-owned capital, a ‘credential’ which entitles them to credit, in the various sense of the various sense of the word.*

A segunda está relacionada com a forma que o morador local mostra ter incorporado a ideia de que o espaço da praia existente nas dependências do Condomínio Porto Frade é exclusivo dos residentes secundários, conforme apresento no trecho da entrevista a seguir:

Entrevistador: Por que o morador local não vem nessa praia do Condomínio?
Morador local: local não vem não. **Entrevistador:** Por quê? **Morador local:** Essa praia aqui do Condomínio? Eles não deixam não. **Entrevistador:** Deixar, deixa, em que deixar porque é Lei. **Morador local:** O pessoal do Frade (Vila) aqui pra praia do Condomínio? **Entrevistador:** Mas é Lei fulano. **Morador local:** Ah! É mas... pra você entrar aqui tem que se identificar tem que ter a carteirinha aquele negócio todo. E aí ele vai perguntar o que você vai fazer (equipe de segurança) aquele negócio todo. **Entrevistador:** Mas ninguém pode proibir você entrar. **Morador local:** Ah! Mas vão perguntar o que você vai fazer, vai acompanhar... **Entrevistador:** Eu vou dizer que vou pra praia. **Morador local:** É, mas não pode. Eles não deixam. **Entrevistador:** Claro que pode. **Morador local:** Se você vir lá do Frade (Vila do Frade), pra curtir uma praia aqui, ele não vão deixar, não. Junto desses magnatas? É difícil... poder, pode, mas eles não deixam. Se deixar, vai começar a vir todo mundo pra cá, pra curtir a praia do Frade (praia do Condomínio), aí. E aí? Como é que fica a praia depois? **Entrevistador:** Tem que curtir. **Morador local:** Eles não vão deixar. Com certeza não deixa. **Entrevistador:** É, mas tem um lance, as vezes não é nem a questão de permitir a entrada. As pessoas às vezes não se sentem bem na praia. Você acha? **Morador local:** Essa aqui (praia do Condomínio)? É um troço meio complicado, não? **Entrevistador:** Por quê? **Morador local:** Ah! Sei lá... Eu não acho legal não, se juntar com esses caras assim (magnatas) **Entrevistador:** Por quê? **Morador local:** tem gente que não gosta, não? **Entrevistador:** Mas o que gera isso? **Morador local:** Eu acho que cada um tem que ficar no seu lugar. Se você tem um padrão mais alto eu não posso chegar ali e ficar naquele meio lá, sabe? Eu não acho legal, entendeu? Tem que ser cada um no seu lugar. É melhor assim, se não vai dar problema. Eu acho assim, não? Não sei... (Entrevistado n. 4, em 18/05/2012, morador local, pré-década de 1970, conhecedor de práticas náuticas).



Figura 24: Trainera paçoca, presente do residente secundário ao morador local marinho, ancorada no canal de barcos do Condomínio Porto Frade.

As circunstâncias apresentadas nas entrevistas me levam a destacar uma situação em especial: as trocas estabelecidas entre morador local e residente secundário, geram vínculos de relacionamentos sociais, produto de investimentos conscientes e inconscientes que ocorrem no decorrer do contato que estes grupos estabelecem ao longo do tempo via a prática da pesca oceânica. Tais vínculos configuram-se como o capital social constituído a partir da prática da pesca oceânica inserindo assim, os moradores locais numa rede de relações sociais privilegiada, que por sua vez, garante pleno acesso às dependências do Condomínio Porto Frade. Isso fica claro se pensarmos que o fato do residente secundário presentear o morador local com a *paçoca*, e ainda, permitir que o barco seja guardado no canal da casa do mesmo, legitima a entrada do morador local no Condomínio, que, então, passa a ter direitos via o residente secundário a ir e vir no Condomínio. Acrescenta-se a isso, a capacidade que este morador local possui para negociar junto á segurança a entrada de outros moradores locais (seus amigos) para usufruírem das dependências do Condomínio. Essas vantagens cujo morador local marinho é detentor são produzidas e reproduzidas tanto nas experiências vividas durante a pesca oceânica, como também nas saídas completamente descontraídas junto com o residente secundário na traineira paçoca. Isso ocorre por meio de uma contínua série de trocas infinitamente afirmada e reafirmada pelo reconhecimento mútuo de uma competência específica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Volta e meia surge um grande condomínio dentro do Condomínio do Frade”

(Entrevistado n.27 dirigente de ONG ambiental em Angra dos Reis)

A epígrafe acima, fruto da fala de um entrevistado, está relacionada a um dos meus maiores incômodos como pesquisadora do tema aqui abordado. Trata-se da expansão da residência secundária, porém, sem a possibilidade de enxergarmos da parte dos órgãos públicos, o mínimo de ações substanciais que resguarde a população dos impactos sociais, morais e ambientais que este tipo de negócio do mercado imobiliário provoca.

Considerando que esta investigação teve início no segundo semestre do ano de 2008, destaco que, na fase final da pesquisa (em 2012), não identifiquei um movimento sequer, que tenha se originado de esferas públicas ou privadas, que visasse qualquer tipo de discussão em relação a possíveis melhorias das condições físico-estruturais da Vila do Frade, afetadas pela implantação dos condomínios. Ao contrário disso, deparei-me com evidências que comprovam a construção de um novo condomínio ‘dentro do Condomínio do Frade’. Neste sentido, por mais que, os setores envolvidos com projetos de expansão da residência secundária no Brasil, ancoram-se no argumento de que, esse tipo de negócio possui a capacidade de movimentar a economia local, a questão da infraestrutura, ainda não foi contemplada.

Com base nos dados obtidos mediante minhas interações sociais com bairro o Frade, constatei que os aspectos que requerem uma avaliação prévia, relativas as atividades que geram poluição do ambiente, a implantação de sistema de coleta e tratamento de esgoto, a distribuição da água, a destinação pública de resíduos e a conservação do território (impactos na cultura local), são questões, que constam apenas, em documentos elaborados por órgãos públicos, como o Ministério do Turismo por exemplo⁹⁰

Quanto as práticas de lazer e a residência secundária, objetos centrais dessa pesquisa, cabe apontar, duas discussões primordiais que precisam ser levadas em conta ao tratar-se do objetivo apresentado na introdução, qual seja, a relação social existente entre moradores locais e residentes secundários em Angra dos Reis, e, as influências que este tipo de relação produz no lazer destes grupos. A primeira discussão, calcada no tipo de relação social pode ser vista por

⁹⁰ Ver Estudo de Competitividade dos 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional.

dois ângulos. Explicitando o domínio do residente secundário ao lazer usufruído na natureza naquela região, até hoje, não há rastros de protestos que tenha alcançado em larga escala no Brasil, a propagação dos danos provocados a lugares que cediam este tipo específico de residência secundária, ou seja, em formato de condomínios fechados.

O primeiro ângulo, explicita os modos de dominação social, cujo elemento principal que afeta a relação do morador local e residente secundário, é o papel e o respaldo de instituições e de grupos, no sentido de garantir a exclusividade do uso prioritário de quem pode pagar pelos espaços naturais, neste caso, o residente secundário. Tal exclusividade, é alimentada na mesma medida pelo morador local, que ajusta e reajusta suas maneiras de usufruir dos espaços naturais.

Ainda nesta perspectiva, as praias, as matas e as cachoeiras em Angra dos Reis, configuram-se como, o maior símbolo da relação social existente entre morador local e residente secundário. São os espaços naturais que nos possibilita observar como os moradores locais, os reconhecem, ou seja, para eles, as praias, as matas e as cachoeiras cercadas por condomínios, são lugares proibidos, são lugares das experiências de lazer onde o constrangimento transborda. Para os residentes secundários, os espaços naturais são reconhecidos como parte da estrutura de lazer mais valorizada, um bem, adquirido no ato da compra do seu imóvel. Este reconhecimento, do morador local e do residente secundário caracteriza as divisas estabelecidas nos espaços naturais da cidade, que, por sua vez, situam-se para além dos muros e barreiras físico-espaciais. De acordo com os dados obtidos e descritos nos capítulos anteriores, afirmo que divisa mais relevante, e que ao mesmo tempo, surpreendeu-me foram as que se exprimem no plano abstrato, ou, melhor dizendo, as divisas registradas mentalmente. Isto significa dizer, que as barreiras que atualmente separam os moradores locais dos residentes secundários são parte de um tipo de percepção já incorporada.

O segundo ângulo, diz respeito as expectativas geradas tanto no residente secundário quanto no morador local por meio de suas interconexões pessoais estabelecidas. Neste aspecto, o ‘do mundo dos contatos’, mencionado no capítulo 5, é de onde emerge uma das trocas simbólicas efetuadas entre morador local e residente secundário. Assim, as práticas de lazer (o golfe e a pesca oceânica) demonstraram que, embora, a ideia de exclusividade dos espaços naturais mantenha-se inalterada², há uma aderência, ou a intenção, de um determinado grupo de moradores locais, em usufruir de práticas de lazer reconhecidas por eles como elitizadas. Esta situação, contribui para uma organização particular na localidade do bairro Frade. Nessa vertente,

é o lazer de consumo que se destaca como um dos elementos. Explicitando o domínio do residente secundário ao lazer usufruído na natureza naquela região, até hoje, não há rastros de protestos que tenha alcançado em larga escala no Brasil, a propagação dos danos provocados a lugares que cediam este tipo específico de residência secundária, ou seja, em formato de condomínios fechados.

embutidos na residência secundária com padrão de condomínios fechados, que alcança, inclusive, o morador local, criando adeptos, apreciadores e investidores de relações sociais que possibilitam o acesso a práticas como o golfe e a pesca oceânica. Isto ocorre não por meio do capital econômico, mas do capital social, expresso na constante troca de favores efetuadas entre os residentes secundários e os moradores locais, ainda que, implícito nesses favores, esteja a mercadoria mais cara paga pelos moradores locais: a disponibilização total dos espaços naturais ao residente secundário.

Mesmo considerando que a primeira base de contato do morador local com o ‘mundo do bem estar’ (o condomínio, assim chamado pelos moradores locais e descrito no capítulo 3) ocorra via trabalho, há uma tendência do morador local e do residente secundário estabelecerem elos via lazer. Isto ocorre porque ambos, morador local e residente secundário, identificam conhecimentos específicos e habilidades que cada um detém. Tais habilidades funcionam como uma espécie de recurso pessoal, utilizado por cada um para adquirir vantagens, e, de certa forma, se associarem a esta rede de relações do lazer que me refiro nessa pesquisa, ou seja, criada para funcionar em prol da expansão e manutenção dos interesses da residência secundária.

Outra situação, que também constatei, e que, por sua vez, expressa a dominação dos interesses da residência secundária nesta rede de relações do lazer, guarda implicações com os canais de participação da população local. Instituições públicas (como escolas Estaduais e Municipais, associações de moradores) que deveriam evocar questões a respeito dos efeitos destrutivos da residência secundária junto ao Estado, ao contrário disso, requisitam ao Condomínio Porto Frade quantias financeiras para realização de operações internas. Esta circunstância mostra, que não somente o grupo de moradores locais, que compartilham de práticas de lazer (praticantes de golfe e pesca oceânica) com os residentes secundários, adquirem vantagem com o negócio da residência secundária. Dessa forma, vejo que, há outra gama de grupos, que obviamente, esta pesquisa não conseguiu alcançar detalhadamente que apoiam,

incentivam e preservam o funcionamento do Condomínio Porto Frade, baseado na exclusividade (ou na exclusão). Isto me permite dizer que o capital social, é sim, um conceito chave para informar e interpretar a realidade do lazer e da residência secundária no bairro Frade. Todavia, é importante esclarecer a minha posição perante a adoção de tal conceito devido a sua abrangência em diversas perspectivas teóricas, e que, em tese, provoca diferentes enfoques direcionados a uma determinada realidade.

Neste caso, olhando especificamente para o bairro Frade, independentemente do autor, ou teoria, a qual este conceito vem sendo formulado e operacionalizado no campo das ciências sociais, a ideia eixo que sustenta o conceito de capital social, caro a esta pesquisa, reside justamente na capacidade que o indivíduo possui de unir-se, reunir-se e formar grupos que atuam em prol de algo, que de fato, lhes interessam. Tal eixo, é comum nas diversas vertentes teóricas do conceito de capital social. Na realidade estudada no bairro Frade, o capital social não é acumulado necessariamente em instituições como associações de moradores atuantes em função de melhorias para o bairro, mas sim, em grupos (pertencentes a instituições ou não) que, de uma forma, ou de outra, pretendem alcançar vantagens com o negócio da residência secundária, mesmo que para isso, pague-se o preço de ceder os espaços naturais a um grupo específico.

A segunda discussão abrange o tema da residência secundária propriamente dita, considerando diversas variáveis tais como: distribuição, características, função e planejamento dos aspectos de impactos sociais. Quanto a isso, esta pesquisa focou-se apenas, no impacto que a residência secundária no padrão de condomínios, promoveu no lazer dos moradores locais. No caso do bairro Frade, mas também, em Angra dos Reis como um todo, as residências secundárias no formato de condomínios estão distribuídas, em sua maioria, nas orlas das praias, ou em áreas de matas e cachoeiras. No entanto, o que cabe realçar em relação a residência secundária, aqui investigada, e suas implicações com o lazer, é seguinte ponto: a valorização da forte ideia que imbrica o lazer de consumo ao lazer que promove a fuga daqueles que podem pagar para ter a experiência de tranquilidade, de estar com a família, do reencontro com a natureza, enfim, de escapar do alto preço que se paga para se adequar as exigências da sociedade moderna.

Como sugestão para estudos futuros, cabe uma investigação aprofundada a respeito das práticas de lazer extintas no bairro, das associações de moradores, das associações ligadas ao lazer e ao esporte, e uma iniciativa dos órgãos ligados a educação, que revise as disciplinas e os

conteúdos do currículo de ensino fundamental e médio das escolas públicas da região, visando incorporar temas, que contemplem a questão do meio ambiente de forma contextualizada com o histórico da cidade de Angra dos Reis, e principalmente do bairro Frade.

REFERÊNCIAS

- ALBARRE, G. The impact of second homes: second homes and conservation in Southern Belgium. In: COPPOCK, J. T. **Second homes: curse or blessing?** 1977, p. 139-146
- ANGRA DOS REIS (Município) **Lei Orgânica do Município**. Publicada em 5 de março de 1990. Dispõe sobre a autonomia política, legislativa, administrativa e financeira do Município. <<http://www.angra.gov.br/asp/index.asp>>. Acesso em: 15/08/2011:
- APROVAÇÃO da redação do estatuto da TurisAngra. **Decreto n.º 4.691**, de 25 de agosto de 2005.
- ARAUJO, J. O. Angra: geólogo vê falta de planejamento urbano e fiscalização. Instituto EcoD, 2010. Disponível em: <<http://adm.ecod.org.br/conteudo/noticias/angra-geologo-ve-falta-de-planejamento-urbano-e>>. Acesso em: 10 dez. 2011).
- ATKINSON, R.; BLANDY, S. Introduction: international perspectives on the new enclavism and the rise of gated communities. In: ATKINSON, R.; BLANDY, S. **Gated Communities**. USA, Canada: Routledge, 2006.
- AVRITZER, L. Um Desenho Institucional para o Associativo. **Lua nova**, Sao Paulo, v. 1, n. 39, 1997, p. 149-174. Disponível: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010264451997000100009&script=sci_arttext
- BALL, M. The second home boom. **The Appraisal Journal**, Summer 2005, p. 240-248.
- BARNNETT, R. Central and Eastern Europe: Real Estate development within the second holiday home markets. **Journal of Retail & Leisure Property**, vol. 6, n. 2, p. 137-142.
- BAUMAN, Z.; MAY, T. **Thinking sociologically**. 2. ed. USA, UK, AUSTRALIA: Blackwell Publishing, 2001.
- BIELCKUS, C. L.; ROGERS, A. E.; WIBBERLEY, G. P. **Second homes in England and Wales: a study of the distribution and use of rural properties taken over as second residences**. London, Wye College: School of Rural and Related Studies, 1972.
- BISHOP, J.; HOGGETT, P. Leisure and the Informal Economy. In: ROJECK, C. **Leisure for leisure**. London: Macmillan Press, 1989, p. 150-170.
- BLACKSHAW, T. **Leisure**. United Kingdom: Routledge, 2010.
- BLACKSHAW, T.; LONG, J. What's the big idea? A critical exploration of the concept of social capital and its incorporation into leisure policy discourse. **Leisure Studies**, v. 24, n. 3, July, 2005, p. 239-258.

BLAKELY, E. J.; SNYDER, M. G. **Fortress America**: gated communities in the United States. Washington, D. C. & Cambridge, Massachusetts: Brookings Institution Press & Lincoln Institute of Land Policy, 1997.

BOLETIM, Balneabilidade das praias. <www.inea.rj.gov.br/fma/balneabilidade-praias.asp>. Acesso em: 10 dez. 2011).

BORTOLOTI, M. Faxina nas ilhas de Angra. **Revista Veja**, 5 de agosto de 2009.

BOURDIEU, P. The forms of capital. In: **Handbook of theory of research for the sociology of education**. Greenword Press, 1986.

_____. **A distinção**: crítica social do julgamento. Tradução de Daniela Kern e Guilherme J. F. Teixeira. São Paulo: Edusp; Porto Alegre-RS: Zouk, 2007b.

_____. **Meditações pascalianas**. Tradução de Sergio Miceli, 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007a.

_____. **As estruturas sociais da economia**. Tradução de Lígia Calapez e Pedro Simões. Porto: Campo das Letras, 2006.

_____. **A produção da crença**: contribuição para uma economia dos bens simbólicos. Porto Alegre-RS: Zouk, 2008.

_____. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

_____. **Science of science and reflexivity**. Cambridge: UK, 2004.

<<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:1971-02-04;68172>>. Acesso em: 5 jan. 2012.

BRASIL, **Decreto Lei n. 68.172**, 4 de fev. de 1971. Lex [Internet]. Disponível em:

BRASIL. **Lei 7.661**, de 16 de maio de 1988. Dispõe sobre o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7661.htm>. Acesso em: jul. 2009.

BRAZ, C. A. **À meia-luz**: uma etnografia imprópria em clubes de sexo masculinos. Tese (Doutorado). Camilo Albuquerque de Braz. Campinas-SP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Estadual de Campinas, 2010.

BREWER, J. D. **Ethnography**. USA: Open University Press. 2000.

BRUHNS, H. T. **A busca pela natureza**: turismo e aventura. Barueri, SP: Manole, 2009.

CARDOSO, M. P. **Estudantes em Angra, mão-de-obra dos reis**: a política pública municipal para a educação de jovens e adultos de Angra dos Reis no período 2000-2004. Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro-RJ, Centro de Estudos Sociais Aplicados – Universidade Federal Fluminense, 2005.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. “Enclaves Fortificados: A Nova Segregação Urbana”. In: *Novos Estudos*, CEBRAP, no 47, março, 1997. p. 155-176.

CARVALHO, A. V. **Entre ilhas e correntes**: a criação do ambiente em Angra dos Reis e Paraty, Brasil. Tese (Doutorado). Campinas-SP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Estadual de Campinas, 2009.

_____. Escolhas políticas: memória regional e patrimônios no caso de Angra dos Reis-RJ. In: **ANPUH**, XXVI. 2011, São Paulo. Anais. São Paulo: ANPUH, 2011.

CHARTIER, R. O mundo econômico ao contrário. In: ENCREVÉ, P., LAGRAVE, R-M. **Trabalhar com Bourdieu**. 2005, p. 253-260.

CLARK, G. Housing Policy in the Lake District. **Transactions of the Institute of British Geographers**, vol. 7, n. 1, 1982, p. 59-70.

CLIFFORD, J. On ethnographic authority. In: ROBBEN, A. C. G. M; SLUKA, J. A. **Ethnographic fieldwork**. USA, UK, Australia: Blackwell Publishing, 2007.

CLOUT, H. D. Second homes in the Auvergne. In: **The Geographical Review**, v. 61. n. 4, New York, 1971, p. 530- 533.

COHEN, A. P. **The Symbolic Construction of Community**. London, UK: Routledge, 1989.

COLEMAN, James S. Social capital in the creation of human capital. **The American Journal of**

COOK, D. T. Leisure and consumption. In: ROJEK, C. SHAW, M. VEAL, A. J (Eds.). **A handbook of leisure studies**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, p. 304-316.

COPPOCK, J. T. Second homes in perspective. In: COPPOCK, J. T. **Second homes: curse or blessing?** 1977, p. 1-12.

_____. Social implications of second homes in Mid and North Wales. **Second homes: curse or blessing?** England: Pergamon Oxford Geographies, 1977, p. 147-164.
approaches to the analysis of social structure, 1988, p. S95-S120.

_____. Residences Secondaries in France. In: COPPOCK, J. T. **Second homes: curse or blessing?** 1977, p. 47-62.

CORADINE, O. L. The divergences between Bourdieu's and Coleman's notions of social capital and their epistemological limits. **Social Science Information**, vol. 49, n. 4. Dec., 2010.

CORREIA, R. S. Angra dos Reis: Contribuição ao entendimento de uma pretensa vocação turística – Pensando o turismo a partir do território. In: 4.º **Encontro Nacional de Grupos de Pesquisa – ENGRUO**, São Paulo, 2008.

CRAPANZANO, V. Hermes's Dilemma: The making of subversion in ethnographic description. In: CLIFFORD, M.; MARCUS, G. E. **Writing culture: the poetics and politics of ethnography**, 1986, p. 51-76.

DAGNINO, E. Sociedade civil, espaços públicos e a construção democrática no Brasil: limites e possibilidades. In: DAGNINO, E. **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

DAMATTA, P. **A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. Rio de Janeiro: ROCCO LTDA., 1997.

DAVIES, C. A. **Reflexive ethnography: a guide to researching selves and others**. London, New York: Routledge, 2008.

DEMO, P. **Metodologia científica em ciência sociais**. 2. ed. São Paulo: Atlas. 1989.

DENZIN, N. K. **Interpretive ethnography: ethnographic practices for the 21st century**. London: United Kingdom & Nova Delhi: India: SAGE.

DIÁRIO do vale. **Inea divulga novo relatório sobre praias de Angra dos Reis e Paraty**

[internet].Diário do Vale, 1.º out. 2011. Disponível em: www.diariodovale.uol.com.br/noticias/4,46948,INEA%20divulga%20novo%20relatorio%20sobre%20praias%20de%20Angra%20dos%20Reis%20e%20Paraty.html#axzz11WCL9SzI>. Acesso em: 10 nov. 2011.

DOWNING, P.; DOWER, M. **Second homes in England and Wales**. Countryside Commission, HMSO, London.

ELETRONUCLEAR. **Temas gerais: pessoal e vilas residenciais**. Disponível em: www.eletronuclear.gov.br/Saibamais/Perguntaserespostas/Temasgeraispessoalevilasresidenciais.aspx>. Acesso em: 27 dez. 2011).

EMERSON, R. M.; FRETZ, R. I; SHAW, L. L. **Writing ethnographic fieldnotes**. Chicago, London: The University of Chicago Press, 1995.

FARIA, C. A. P. Ideias, conhecimento e políticas públicas: um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 18, n.º 51, p. 22-29.

FIELDING, N. Ethnography. In: GILBERT, N. **Researching social life**. London, California & New Deli: SAGE, 2001, p. 145-163.

_____. THOMAS, H. Qualitative interviewing. In: GILBERT, N. **Researching social life**. London, California & New Deli: SAGE, 2001, p. 123-144.

FLEMSAETER, F. From “home” to “second home”: emotional dilemmas on Norwegian smallholdings. **Scandinavian Journal of Hospitality and Tourism**, vol. 9, n. 4, 2009, p. 406–423.

FREY, K. Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas (Ipea)**. Brasília, v. 21, jun. 2000, p. 211-259.

FUNDAÇÃO de Turismo de Angra dos Reis (TurisAngra). **Metas de gestão 2009-2012**. Angra dos Reis, 2009.

GABRIEL, C. **O Frade ontem e hoje**. Produzido pela Fazenda do Frade, 2001.

GIDDEENS, A. **The consequences of modernity**. Stanford: Stanford University Press, 1990.

GLASZE, G. Some reflections on the economic and political organization of private neighbourhoods. In: ATKINSON, R.; BLANDY, S. **Gated communities**. USA, Canada: Routledge, 2006, p. 34-46.

GLOVER; PARRY, 2008, University of Waterloo, Friendship developed subsequent to a stressful life event: the interplay of leisure, social capital, and health. **Journal of Leisure Research**, v. 40, n. 2, 2008, p. 208-230.

GOHN, M. G. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

GOIX, R. L. Gated communities: sprawl and social segregation in Southern California. In: ATKINSON, R.; BLANDY, S. **Gated Communities**. USA, Canada: Routledge, 2006, p. 131-151.

GOLD, R. L. Roles in sociological field observations. **Social Forces**, v. 36, n. 3, Mar., 1958, p. 217-223.

GOULARTI FILHO, A. História da construção naval no Brasil: formação de aglomerado e performance inovativa. **Revista Economia**, Brasília (DF), v. 12, n. 2, maio/ago. 2011, p. 309-336.

GREENER, I. **Designing social research: a guide for the bewildered**. London & California: SAGE, 2011.

GUPTA, A.; FERGUSON, J. Beyond “culture”: space, identity, and the politics of difference. In: ROBBEN, A. C. G. M.; SLUKA, J. A. **Ethnographic fieldwork**. USA, UK, Australia: Blackwell Publishing, 2007.

GUTIERREZ, G. L. **Lazer e prazer: questões metodológicas e alternativas políticas**. Campinas-SP: Autores Associados, 2001.

HARRIS, D. **Key concepts in leisure studies**. SAGE: London, 2005.

HEMINGWAY, J. L. Leisure, social capital and democratic citizenship. In: **Leisure and research**, 1999.

IBGE. Dados do censo 2010 [internet]. **IBGE**, 4 nov. 2011. Disponível em: <www.censo2010.ibge.gov.br/dados_divulgados/index.php?uf=33>. Acesso em: 10 dez. 2011.

INEA, Áreas de proteção ambiental. Disponível em: <www.inea.rj.gov.br/apa/apa_tamoios.asp>. Acesso em: 5 jan. 2012.

_____. **Decreto Estadual n.º 9.452**, áreas de Proteção Ambiental, Inea. Disponível em: <http://www.inea.rj.gov.br/apa/apa_tamoios.asp>. Acesso em: 5 jan. 2011.

INSTITUTO Nacional do Meio Ambiente (Inea). **Decreto n.º 15.273**, criação do Parque Nacional da Ilha Grande, Inea. Disponível em: <http://www.inea.rj.gov.br/unidades/pqilha_grande.asp>. Acesso em: 10 dez. 2011.

JOLY, C. Rodovias são obras de grande impacto. **Divulgación y Cultura Científica Iberoamericana**. <http://www.oei.es/divulgacioncientifica/reportajes_092.htm>. Acesso em: 15 dez. 2011.

KAUPPILA, P. **Resorts second home owners and distance: a case study in Northern Finland**. Fennia188: 2, Helsinki, p. 163-178.

KURAMOTO, R. Y. R.; APPOLONI, C. R. Uma breve história da política nuclear brasileira. **Cad. Bras. Ens. Fis.**, v. 19, n. 3, dez. 2002, p. 379-392.

KVALE, S.; BRINKMANN. **Interviews: learning the craft of qualitative research interviewing**. Los Angeles, London, New Delhi, Singapore: SAGE, 2008.

LEITE, C. Abraão que ninguém vê. **Maré**, Angra dos Reis, 30 de janeiro 2009.

BRASIL LEX, publicação oficial, <<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:1971->

02-04;68 172>. Acesso em: 5 jan. 2012.

MAANEN, J. V. **Tales of the field**: on writing ethnography. Chicago, London: The University of Chicago Press, 2011. Macmillan Press: London, 1989, p. 15-35.

MANSUR, G. D. **Experiências de trabalho temporário nos Estados Unidos**: uma abordagem etnográfica do Okemo. Tese (Doutorado). Campinas-SP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Estadual de Campinas, 2007.

MANZY, T.; SMITH-BOWERS, B. Gated communities: segregation or social cohesion? **Gated communities**. USA, Canada: Routledge, 2006, p. 153-166.

MARCELINO, N. C. **Estudos do lazer**: uma introdução. 4. ed. Campinas-SP: Autores Associados, 2006.

MARQUES, D. **Confissões e ficções de um antropólogo**: etnografia dos pregadores da Praça da Sé. Tese (Doutorado). Campinas-SP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Estadual de Campinas, 2009.

MARQUES, Moruzzi; P. E; LACERDA, Tatiana Ferreira Nobel de. Representações sobre a vocação turística de Angra dos Reis: um estudo dos conflitos em torno do conselho de desenvolvimento rural e pesqueiro local. In: **II Encontro da ANPPAS**, Indaiatuba. 2004.

MASCARENHAS, F. **Lazer como prática da liberdade**. Goiânia: Ed. UFG, 2003.

MAYNARD; KLEIBER. Using leisure services to build social capital in later life: classical traditions, contemporary realities and emerging possibilities. **Journal of Leisure Research**, vol. 37, n. 4, 2005, p. 475-493.

MELO, A. M. Estado, Governo e políticas públicas. In: MICELI, S. (Org.). **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**. São Paulo: Sumaré, vol. 3, 1999, p. 59-99.

MICELI, S. Introdução: a força do sentido. In: BOURDIEU, P. **Economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

MINISTÉRIO do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Exportações**. MDIC, 12 jan. 2011. Disponível em: <www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/noticia.php?area=5¬icia=10351>. Acesso em: 10 dez. 2011.

MINISTÉRIO do Turismo. **Estudo de competitividade dos 65 destinos indutores do desenvolvimento turístico regional relatório Brasil**. (Org.) Luiz Gustavo Medeiros Barbosa. 2. ed. Revisada. Brasília: Ministério do Turismo, 2008.

MOORHOUSE, H. F. Models of work models of leisure. In: ROJECK, C. **Leisure for leisure**.

MULLER, D. K. Second homes in rural areas: reflections on a troubled history. **Norwegian Journal of Geography**, vol. 65, p. 137-143.

OFFE, C. **Partidos políticos y nuevos movimientos sociales**. Madri: Editorial Sistema, 1988.

OLIVEIRA, K. S.; PONTES, F. M. A. A produção de residência secundária no litoral oriental

OLIVEIRA, R. C. O trabalho do antropólogo. **Revista de Antropologia**, n. 39/n. 1, 1996, p.13-37.

OXLEY *et al.* **Rapid evidence assessment of the research literature on the purchase and use of second homes**. Centre for Comparative Housing Research Leicester Business School, 2008.

PAGE, S. J.; CONNELL, J. **Leisure: An introduction**. Edinburg, England: Pearson Education Limited, 2010.

PARIS, C. Re-positioning second homes within housing studies: household investment, gentrification, multiple residence, mobility and hyper-consumption. **Housing, Theory and Society**, vol. 26, n. 4, 2009, p. 292-310.

PATTON, M. Q. **Qualitative evaluation and research methods**. California, United Kingdom & Nova Deli: SAGE, 1990.

PEDLAR, A.; HAWORTH, L. Community. ROJEK, C. SHAW, M. VEAL, A. J (Eds.). **A handbook of leisure studies**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, p. 518-532.

Pesquisa de demanda turística (Sebrae), 2005.

PETRÓLEO, Royalties e Região. **Angra dos Reis na Zona de Produção Principal**. Ano IV, n. 16, jun. 2007.

PITKANEN, K. Second-home landscape: the meaning(s) of landscape for second-home tourism in Finnish Lakeland. **Tourism Geographies**, vol. 10, n. 2, 2008, p. 169-192.

Potiguar – turismo e capital imobiliário. **Caderno Virtual de Turismo**. Universidade Federal do Rio de Janeiro, vol. 10, n. 1, 2010, p. 50-63.

PREFEITURA Municipal de Angra dos Reis (PMAR). **Projeto PAC e PEC**. Disponível em: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGRA DOS REIS - SELAR, <www.angra.rj.gov.br/asp/sel/sel_quem.asp>. Acesso em: 5 jun. 2008).

PUTNAM, R. D. **Bowling alone: the collapse and the revival of American democracy**. New York: Simon and Schuster, 2000.

ROJEK, C. **Leisure and culture**. PALGRAVE: New York, 2000.

_____. **Descentring leisure: rethinking leisure theory**. London, Thousand Oaks, New Delhi: SAGE Publication, 1995.

_____. **Leisure theory: principles and practice**. PALGRAVE: New York, 2005.

RABINOW, P. Fieldwork and friendship in Morocco. In: ROBBEN, A. C. G. M; SLUKA, J. A. **Ethnographic Fieldwork**. USA, UK, Australia: Blackwell Publishing, 2007.

RECHIA, S. Planejamento dos espaços e dos equipamentos de lazer nas cidades: uma questão de “saúde urbana”. In: FRAGA, A. B. *et al.* **Políticas de lazer e saúde em espaços urbanos**. Porto Alegre: Gênese Editora, 2009.

RICHIE, J.; LEWIS, J. **Qualitative research practice: a guide for social science students and researchers**. London & Nova Deli: SAGE, 2003.

ROBBEN, A. C. G. M. Sensorial fieldwork. In: ROBBEN, A. C. G. M; SLUKA, J. A. **Ethnographic fieldwork**. USA, UK, Australia: Blackwell Publishing, 2007.

ROBERTSON, R. W. Second-home decisions: the Australian context. In: COPPOCK, J. T.

ROCHA, G. M; DRUMMOND, J. A; GANEM, R. S. Parques nacionais brasileiros: problemas fundiários e alternativas. **Revista de Sociologia e Política**, vol. 18, n. 36. jun. p. 205-226. 2010

ROITMAN, S. Who segregates whom? The analysis of a gated community in Mendoza, Argentina. In: ATKINSON, R.; BLANDY, S. **Gated communities**. USA, Canada: Routledge, 2006, p. 112-130.

ROUX, B. *et al.* Class and cultural division in the UK. **Sociology**, vol. 42, n. 6, Dec. 2008.

SANTOS, L. A. F. Relações entre território, atividade econômica e migrações – configuração espacial no Município de Angra dos Reis: um foco na escala local – a Vila do Frade. Rio de Janeiro-RJ, **Escola Nacional de Ciências Estatísticas**, ENCE, 2009.

SANTOS, M. S. Os conflitos entre a natureza e cultura na implementação do Ecomuseu Ilha Grande. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, RJ, v.12 (suplemento), p. 381-400, 2005.

SCHENSUL, L. S.; SCHENSUL, J. J.; LeCOMPTE, M. D. **Essential ethnographic methods**. Oxford: England: Altamira Press, 1999.

SCOTT, J.; MARSHALL. **Dictionary of sociology**. USA: Oxford University Press, 2009.

SEBRAE. **Projeto Caminhos Singulares do Turismo e Artesanato da Costa Verde Sebrae**, 2005a. <http://www.angra.rj.gov.br/asp/sel/sel_quem.asp>. Acesso em: 10 ago. de 2008.

SEBRAE. **Pesquisa de Demanda Pesquisa de Demanda Turística**. SEBRAE, 2005b. <http://www.angra.rj.gov.br/asp/sel/sel_quem.asp>. Acesso em: 10 ago. de 2008.

SERVIÇO Geológico do Brasil. **Zoneamento ecológico econômico: relatório anual**, 2006.

Second homes: curse or blessing? 1977, p. 119-138.

SILVA, A. M.; DAMIANI, Y. R. As práticas de lazer na contemporaneidade: pressupostos de um campo de pesquisa e intervenção social. In: SILVA, A. M.; DAMIANI, Y. R. (Org.). **práticas de lazer:** gênese de um movimento investigativo em educação física. Florianópolis: Nauemba Ciência & Arte, 2005, p. 17-28.

SOARES, C. L. Práticas de lazer: invenção de pedagogias? In: SILVA, A. M.; DAMIANI, Y.

SON, J.; YARNAL, C.; KERSTETTER, D. Engendering social capital through a leisure club for middle-aged and older women: implications for individual and community health and well-being. **Leisure Studies**, vol. 29, n. 1, 2010, p. 67-83.

TATAGIBA, L. Os conselhos gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil. In: DAGNINO, E. **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

TAYLOR, M. **Public policy in community**. 2 ed. United Kingdom: Palgrave Macmillan, 2011.

TULIK, O. **Turismo e meios de hospedagem:** casas de temporada. São Paulo: Roca, 2001.

UNIVERSITY of Leicester. **Rapid evidence assessment of the research literature on the purchase**. University Press, 2004.

URRY, J. **Consuming places**. London and New York: Routledge, 1995.

VEAL, A. J. **Leisure, sport and tourism, politics, policy and planning**. 3. ed., Oxfordshire: UK, 2010.

_____. **Leisure policy and planning**. United Kingdom: Longman, 1994.

VELHO, G. **Observando o familiar:** individualismo e cultura. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

WACQUANT, L. J. D. **Body & Soul:** notebooks of an apprentice boxer. New York: Oxford

VELOSO, L. E. A Educação física e as práticas de lazer: entre a tradição e a modernidade. In: GEPEFIC, DAOLIO, J. **Educação física escolar:** olhares a partir da cultura. Campinas-SP: Autores Associados, 2010.

WARD, A.; TAMPUBOLON, G. Social capital, networks and leisure consumption. **The Editorial Board of Sociological Review**, 2002, p. 155-180.

WEISS, Y. Work and leisure: a history of ideas. **Journal of labor economics**, vol. 27, n. 1, 2009, p. 1-2.